

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUYANNE CATARINA LOURENÇO DE AZEVEDO

**O PAPEL DE UM PROJETO POPULAR EM DESVELAR A APROPRIAÇÃO
DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ): O
CASO DA HORTA COMUNITÁRIA MARIA ANGU, FAVELA DA KELSON'S
(MARCÍLIO DIAS)**

PONTA GROSSA

2025

LUYANNE CATARINA LOURENÇO DE AZEVEDO

**O PAPEL DE UM PROJETO POPULAR EM DESVELAR A APROPRIAÇÃO
DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (RJ): O
CASO DA HORTA COMUNITÁRIA MARIA ANGU, FAVELA DA KELSON'S
(MARCÍLIO DIAS)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

PONTA GROSSA

2025

A994 Azevedo, Luyanne Catarina Lourenço de
O papel de um projeto popular em desvelar a apropriação desigual do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro (RJ): o caso da horta comunitária Maria Angu, favela da Kelson's (Marcílio Dias) / Luyanne Catarina Lourenço de Azevedo. Ponta Grossa, 2025.
215 f.

Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio José Ornat.

1. Agricultura urbana. 2. Agroecologia urbana. 3. Produção socioespacial. I. Ornat, Marcio José. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 307.76



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

LUYANNE CATARINA LOURENÇO DE AZEVEDO

“O PAPEL DE UM PROJETO POPULAR EM DESVELAR A APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA HORTA COMUNITÁRIA MARIA ANGÚ, FAVELA DA KELSON'S (MARCILIO DIAS).”

Ponta Grossa, 29 de agosto de 2025

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcio Jose Ornat - UEPG - Orientador/ Presidente

Profa. Dra. Ana Claudia Ramos Sacramento - UERJ

Prof. Dr. Sergio Fajardo - UNICENTRO

Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha - UEPG

Prof. Dr. Alides Baptista Chimin Junior - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 09/09/2025, às 15:39, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alexandre Goncalves Cunha, Professor(a)**, em 09/09/2025, às 15:45, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alides Baptista Chimin Junior, Professor(a)**, em 09/09/2025, às 16:53, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Fajardo, Usuário Externo**, em 10/09/2025, às 13:41, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Claudia Ramos Sacramento, Usuário Externo**, em 18/09/2025, às 09:15, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador 2750636 e o código CRC E12ECBAA.

Dedico este trabalho a Celso Azevedo (*in memoriam*), que mesmo sem saber, me ensinou a ter o olhar atento à curiosidade das coisas simples, das paisagens ao meu redor e da memória ambiental de onde cresci. Quando que eu era criança, você me ensinou e contou histórias sobre a Penha que conheceu antes de mim. Contava das praias, dos aterros, das avenidas e ruas, dos rios engolidos pelo asfalto. Hoje enxergo o passado que você me contou com a lente de geógrafa, focada na curiosidade de entender os meandros do passado que se encontram no presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Sonia Azevedo, por ter trilhado com tanta paixão esse caminho dos estudos, e por ter sido meu portal de chegada nesse mundo.

Agradeço a Nicolas Roveri Berbel, meu amor e amigo, por dividir a vida comigo, incentivar e apoiar meus sonhos. Por me fazer lembrar constantemente de aproveitar, com alegria, a pesquisa e a escrita, por mais que seja desafiador em alguns momentos.

Agradeço à Belinha, que foi minha amiga canina durante 9 anos e me acompanhou em tantos dias e noites de estudo, choro e alegria durante a graduação, mestrado e parte do doutorado. No meio desse trajeto cumpriu sua jornada terrena com muita alegria.

Agradeço à Luninha, que chegou nesses últimos seis meses para completar nossa família e trazer muita alegria para as nossas vidas.

Agradeço à Marina Mahfuz e Walmyr Júnior, companheiros na coordenação da Horta Comunitária Maria Angu, de tantos choros, risadas, surtos e editais para manter vivo esse ideal de cidade e sociedade que construímos na nossa horta-escola. São quatro anos de muito trabalho.

A todos os voluntários da Horta Comunitária Maria Angu por fazerem parte dessa transformação cotidiana que é uma horta. Ao Seu Dário (*in memoriam*) por ceder uma parte de seu terreno e ajudar esse sonho virar realidade.

Agradeço à amiga (e sogra!) Patrícia Almeida por compartilhar o projeto das nossas vidas que é a Rede Iroko e a Nova Aurora, e parte dessa jornada do doutorado.

Aos amigos, agradeço à Joane Aureliano, Maíra Chalfun, Maria Helena, Pedro Yeshua, Wescrey Portes.

Agradeço às minhas irmãs, Layanna e Leyanne Azevedo, cunhados Gaio Doria e Rodrigo Ávila e sobrinhos Theodora, Mario e Melissa. À minha avó Wanda Almeida.

Agradeço as companheiras de turma de doutorado, Ana Faccio, Marilei, Natalia Schileti e Simonni pelas trocas – mesmo que muitas vezes pelo *whatsapp* – nesses quatro anos. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Agradeço a todos os amigos da Escola Municipal São Paulo (RJ) e Escola Municipal de Ensino Fundamental Prudente de Moraes (SP) pelo apoio ao longo desses quatro anos.

Agradeço, em nome de Fernando Mattos e de Matheus Carvalho, ao Centro Socialista da Penha Circular por todo o apoio na Horta Maria Angu e pela militância necessária que o CS realiza em nosso bairro e no subúrbio carioca.

Agradeço ao meu orientador, Marcio Ornat, por ter confiado em mim e topado orientar essa pesquisa.

Agradeço à professora doutora Ana Claudia Ramos Sacramento por todos esses anos de ensinamento acadêmico e pelo incentivo desde quando eu era sua orientanda de mestrado. Aprendi muito do que é ser pesquisadora contigo. Agradeço também pela leitura criteriosa e participação na banca de qualificação e de defesa de tese.

Agradeço à professora Ana Claudia Giordani, que tanto me incentivou e ensinou na trajetória acadêmica.

Agradeço ao professor doutor Timo Bartholl pela leitura do meu projeto para a disciplina de seminário, e ao Luiz Alexandre Cunha por todos os apontamentos e direcionamentos na banca de qualificação e na defesa da tese. Agradeço aos professores Alides Chimin Junior e Sergio Fajardo pela participação na defesa de tese, bem como pela avaliação deste trabalho.

Choveu, esfriou. E o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a Dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!

(Carolina Maria de Jesus, 1960, p. 27)

RESUMO

A presente tese busca analisar, em um estudo de caso, a dinâmica de produção e apropriação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro por meio da Horta Comunitária Maria Angu (localizada na favela da Kelson's/Marcílio Dias) e de sua produção local de alimentos. Os objetivos específicos são: (1) Entender o processo de produção espacial do Rio de Janeiro (RJ) a partir do espaço favelado; (2) Analisar a produção socioespacial da Favela da Kelson's, Rio de Janeiro (RJ); (3) Compreender o processo de produção de alimentos a partir da organização social da Horta Comunitária Maria Angu, Favela da Kelson's (Marcílio Dias), Rio de Janeiro. A pesquisa de campo foi realizada entre setembro de 2021 e setembro de 2024, e a metodologia de análise foi a pesquisa-ação, que articula teoria e prática por meio da investigação participativa e coletiva. Assim, a análise do trabalho baseia-se nas experiências vivenciadas ao longo de vinte e cinco mutirões realizados na horta, bem como em sua organização e execução, além de oito entrevistas realizadas com coordenadores e voluntários da horta. Nas atividades de campo também foram realizadas escritas, organização e operacionalização de editais voltados para a captação de recursos da horta; planejamento e desenvolvimento de atividades de educação socioambiental na Horta Comunitária Maria Angu; articulação de parceria com outros coletivos, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil; desenvolvimento e publicação de um guia de educação socioambiental em parceria com a PUC (RJ) e a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha; reflexões, planejamento e desenvolvimento de estratégias e objetivos para a continuidade e manutenção da horta. Na Maria Angu, realizamos a recuperação de uma área subutilizada da favela por meio de uma horta orientada pelos ideais agroecológicos, bem como a construção de uma horta escolar na Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha e a publicação de um guia de educação socioambiental com metodologias práticas de educação ambiental para a sala de aula. Além dos plantios e colheitas, realizamos rodas de conversa e atividades lúdicas sobre justiça climática, racismo ambiental, segurança alimentar e memória ambiental da favela da Kelson's. Acredita-se neste trabalho que iniciativas como hortas comunitárias, fortalecidas por políticas públicas eficazes, podem auxiliar na construção de soluções para a crise climática em periferias urbanas bem como na promoção de estratégias de enfrentamento da insegurança alimentar, gerando melhoria na qualidade de vida de populações que residem em áreas vulneráveis.

Palavras-chave: agricultura urbana; agroecologia urbana; produção socioespacial.

RESUMEN

Esta tesis busca analizar, en un estudio de caso, la dinámica de producción y apropiación socioespacial en la ciudad de Río de Janeiro a través de la Huerta Comunitaria Maria Angu (ubicada en la favela de Kelson's/Marcílio Dias) y su producción local de alimentos. Los objetivos específicos que guiaron la investigación fueron: (1) comprender el proceso de producción espacial de Río de Janeiro (RJ) desde el espacio de las favelas; (2) analizar la producción socioespacial de la Favela de Kelson's, Río de Janeiro (RJ); y (3) entender el proceso de producción de alimentos a partir de la organización social de la Huerta Comunitaria Maria Angu, en la Favela de Kelson's (Marcílio Dias), Río de Janeiro. La investigación de campo se desarrolló entre septiembre de 2021 y septiembre de 2024, utilizando como metodología la investigación-acción, que articula teoría y práctica mediante la investigación participativa y colectiva. El análisis se basa en las experiencias vividas durante veinticinco jornadas de trabajo colectivo realizadas en la huerta, así como en su organización y ejecución, además de ocho entrevistas con coordinadores y voluntarios del proyecto. A lo largo del trabajo de campo, se llevaron a cabo diversas actividades, como la redacción, organización y operativización de convocatorias para la captación de recursos; la planificación y desarrollo de actividades de educación socioambiental en la Huerta Comunitaria Maria Angu; la articulación de alianzas con colectivos, instituciones públicas, privadas y organizaciones de la sociedad civil; y la elaboración y publicación de una guía de educación socioambiental en colaboración con la PUC-RJ y la Escuela Municipal Cantor y Compositor Gonzaguinha. Asimismo, se reflexionó y planificaron estrategias para garantizar la continuidad y mantenimiento de la huerta. En la Huerta Maria Angu, se recuperó un área subutilizada de la favela mediante prácticas agroecológicas y se construyó una huerta escolar en la Escuela Municipal Gonzaguinha. También se publicó una guía con metodologías prácticas de educación ambiental para el aula. Más allá de las actividades agrícolas, se organizaron círculos de conversación y actividades lúdicas sobre justicia climática, racismo ambiental, seguridad alimentaria y memoria ambiental de la Favela de Kelson's. Esta investigación sostiene que iniciativas como las huertas comunitarias, respaldadas por políticas públicas efectivas, pueden contribuir a solucionar la crisis climática en las periferias urbanas y a combatir la inseguridad alimentaria, mejorando así la calidad de vida de las poblaciones en zonas vulnerables.

Palabras clave: agricultura urbana; agroecología urbana; producción socioespacial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA HISTÓRICA DA APROPRIAÇÃO SOCIOESPACIAL DO RIO DE JANEIRO	28
1.1. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO EM UM CON- TEXTO GEOHISTÓRICO.....	29
1.2. UMA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO RACIALIZADA DO ESPAÇO URBANO DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX	38
1.3. DAS REMOÇÕES DE 1960 À PRODUÇÃO DO ESPAÇO FAVELADO ATUAL- MENTE	72
 CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL RACIALIZADA DA FAVELA KELSON’S, RIO DE JANEIRO, RJ.....	81
2.1 ORIGEM DA FAVELA DA KELSON’S	83
2.2 MEMÓRIA AMBIENTAL DA KELSON’S	98
2.3 A HORTA COMUNITÁRIA MARIA ANGU	124
 CAPÍTULO 3 – A GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO IMPLICADA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM HORTAS COMUNI- TÁRIAS URBANAS NO RIO DE JANEIRO E NA FAVELA DA KELSON’S (RJ) ..	144
3.1. LEITURA JURÍDICA SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA OCUPAÇÃO DE HORTAS URBANAS E COMUNITÁRIAS.....	145
3.2. GEOGRAFIA DA FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	163
3.3. HORTAS COMUNITÁRIAS	175
 CONCLUSÃO, OU QUANDO A HORTA COMUNITÁRIA FICA PEQUENA.....	187
 REFERÊNCIAS	198
 APÊNDICES	213

INTRODUÇÃO

Os diversos caminhos que escolhemos fazem parte de uma tese de doutorado. Assim, toda pesquisa parte de um ponto de princípio, de inquietações e acúmulos de experiências, que geralmente levam pesquisadores a observarem um fenômeno. Este trabalho passou por vários caminhos e encruzilhadas, e o tema atual não foi o projeto original de pesquisa aprovado no processo seletivo de doutorado. O professor Marcio Ornat confiou no potencial deste trabalho e da nova proposta apresentada desde a primeira reunião. Para meu orientador, foram trazidas duas questões: a inquietação com o fato de tanta gente estar passando fome no Brasil e a minha observação pessoal do trabalho de hortas urbanas comunitárias.

É nesse contexto que surge o início desta tese: de inquietações pessoais e do sentimento de impotência em relação ao retorno do Brasil ao mapa da fome em 2022, somado ao crescimento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar no Brasil, fato que se aprofundou com a pandemia do Coronavírus (COVID-19). Dessa maneira, uma das problemáticas vividas nas cidades é a fome.

Esta tese, portanto, auxilia a desvelar as dinâmicas da apropriação desigual do espaço urbano no Rio de Janeiro por meio do estudo de caso na Horta Maria Angu. Partimos da premissa de que iniciativas populares como esta auxiliam a tornar visíveis os processos históricos e estruturais que produziram e mantêm a segregação socioespacial. Buscamos compreender como a produção de alimentos em uma favela explicita as contradições de uma cidade onde o direito à alimentação, ao verde e a um ambiente saudável é sistematicamente negado a uma parcela de sua população.

Além da pandemia, fatores políticos contribuíram para o agravamento da insegurança alimentar no Brasil. Uma série de políticas de combate à fome foram enfraquecidas ou descontinuidas ao longo do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em janeiro de 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi extinto, dificultando a participação da sociedade civil no debate de combate à fome, bem como a implementação de políticas públicas que asseguram o direito humano à alimentação adequada. Também houve cortes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além da negação sistemática por parte do governo de que parcelas da população estavam sujeitas à fome.

Esse retrocesso foi intensificado por medidas concretas de desmonte institucional. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), órgãos fundamentais para a garantia da segurança ali-

mentar foram extintos ou severamente enfraquecidos. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019, por meio da Medida Provisória nº 870, simbolizou um golpe contra a participação social e o marco legal do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O CONSEA era um espaço histórico de diálogo entre governo e sociedade civil, responsável por articular políticas públicas e monitorar o direito à alimentação. Seu desmantelamento refletiu uma opção política clara pela desregulamentação e pelo abandono de estratégias baseadas na soberania alimentar.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), houve um aumento significativo da fome, e a pesquisa estima que 55,2% dos lares brasileiros, o que corresponde a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020, e 9% conviveram com a fome, vivenciando insegurança alimentar grave (Rede PENSSAN, 2021).

A coleta dos dados foi feita em dezembro de 2020, em 2.180 domicílios. Os pesquisadores da Rede PENSSAN (2021) estimam ainda que 19 milhões de brasileiros que passaram fome na pandemia do novo coronavírus é o dobro do que foi registrado em 2009¹. Assim, a chamada pandemia da fome, trouxe impactos para a população brasileira, principalmente no que tange a insegurança alimentar.

O preço do botijão de gás de cozinha subiu 23,2% em um ano, entre março de 2021 e março de 2022 (Puente, 2021). No dia 16 de abril de 2022, grupos saquearam um supermercado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro (TV Globo, 2022). Estas notícias, bem como os dados apresentados anteriormente, ilustram como o problema da fome assolou o país entre os anos de 2020 e 2023², agravados pelo desmonte de políticas públicas voltadas ao combate da insegurança alimentar.

Perante o cenário de fome, incertezas, desemprego e alta no preço dos alimentos durante o auge da pandemia, nos anos de 2020 e 2021, vimos o crescimento de diversas redes de solidariedade: desde a doação de cestas básicas e quentinhas até a produção coletiva de alimentos. E esse foi o segundo fator de inquietação para o início desta pesquisa: a presença de iniciativas de hortas urbanas comunitárias na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, peço licença para fazer a escrita desta introdução em primeira pessoa. Esta pesquisa não é apenas a construção de uma tese, é parte importante de minha vida, não só

¹ O Brasil saiu do mapa da fome em 2014, retornando em 2022.

² Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que tem como um dos objetivos garantir o direito humano à alimentação adequada, foi extinto. Foi retomado em fevereiro de 2023, no terceiro governo de Lula.

acadêmica. Em um primeiro momento, o que me impeliu a buscar iniciativas de hortas urbanas comunitárias foi o grave contexto de insegurança alimentar no Brasil durante a pandemia. Ver pessoas passando por situações de vulnerabilidade, principalmente a fome, me causou diversos sentimentos, como angústia, tristeza, raiva, impotência.

Inicialmente meu interesse era encontrar hortas próximas à minha casa e auxiliar nos trabalhos em mutirões. Em um primeiro momento não existiam relações com a pesquisa de doutorado: era um interesse pessoal. Desta forma, me aproximei do Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM). Citar este trabalho é importante, pois foi meu primeiro contato com a agroecologia em espaços favelados. Este projeto está localizado na favela da Terra Prometida, e faz parte do que conhecemos atualmente³ como Complexo da Penha. No CEM, funciona também, uma escolinha de agroecologia⁴, além dos quintais produtivos mantidos nas casas de diversos moradores, que auxiliam na manutenção e cuidado da horta do CEM.

Comecei a pesquisar hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro que estivessem próximas de casa, pois no início de 2021 ainda não tínhamos vacina para a COVID-19, e mesmo que os deslocamentos fossem arriscados, deslocamentos próximos de casa não exigiam a necessidade de utilizar transporte coletivo, o que era considerado uma aglomeração de pessoas.

Ao mesmo tempo que conheci o CEM, descobri que um grande amigo estava começando o projeto de uma horta comunitária na favela da Kelson's (Marcílio Dias), localizada na Penha Circular, bairro que eu habitava na época. Participei da primeira reunião de fundação da Horta Comunitária Maria Angu, no dia 20 de setembro de 2021 na favela da Kelson's, e desde essa data me tornei articuladora do projeto. Assim foi surgindo também o meu interesse acadêmico pela temática das hortas urbanas comunitárias.

O número de hortas urbanas e de hortas comunitárias vem crescendo no município do Rio de Janeiro – local onde foi realizada essa pesquisa. Também são crescentes os projetos voltados para a produção de alimentos e agricultura urbana. Em 2025, existem mais de 56 hortas⁵ oficialmente reconhecidas pelo projeto Hortas Cariocas, porém a rede de hortas

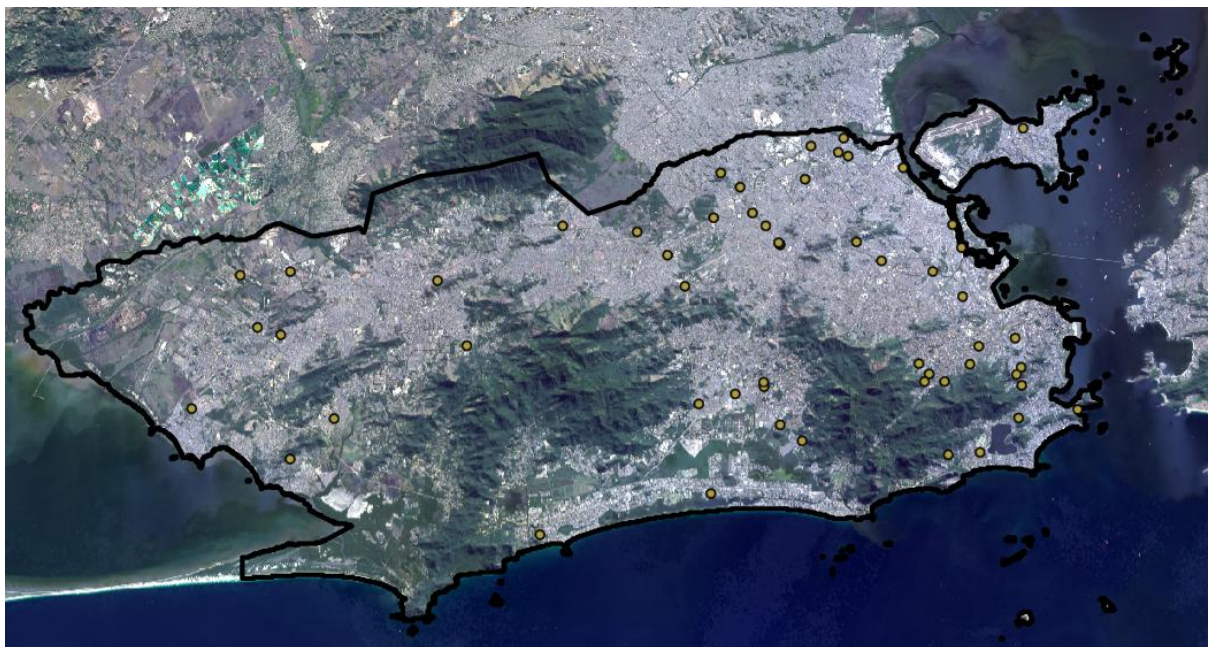
³ Com o assassinato do jornalista Tim Lopes, em 2002, houve um movimento da mídia de espetacularização da violência no bairro da Penha, criando uma série de estigmas sob o bairro e as favelas ali localizadas, que perduram atualmente. O termo Complexo da Penha foi criado pela mídia justamente nesta época.

⁴ A escolinha de agroecologia do CEM foi uma das inspirações para o trabalho que começamos a realizar posteriormente, ao longo de 2022, na Horta Comunitária Maria Angu. Em uma das visitas que realizei ao CEM, contei da nossa iniciativa embrionária na Favela da Kelson's para Ana Santos, uma das coordenadoras do CEM, e ela disse uma frase que até hoje não esqueci: “É muito bom saber da existência desse projeto na Kelson's, e de notícias que não sejam de mortes e corpos boiando na Baía de Guanabara”.

⁵ No site do Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB) é possível acessar o mapa com a camada que contém as hortas e sua tabela de atributos, com nome, endereços, bairros, número de mutirantes e data de inclusão no projeto.

comunitárias em favelas e espaços periféricos não é recente. Na Figura 1, podemos ver o mapa de localização das Hortas Cariocas.

Figura 1. Mapa das Hortas Cariocas no ano de 2025



Fonte: SIURB RIO (2025).

O Programa Hortas Cariocas existe desde 2006 como iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Clima. Oferece assistência técnica e fomento a iniciativas de agricultura urbana em áreas públicas e escolas da cidade do Rio de Janeiro e tem dois objetivos: combate à fome e à degradação ambiental. Além da criação de hortas urbanas, o programa também incentiva hortas comunitárias, com fornecimento de mudas e contratação de hortelões para cuidar das hortas.

Em 2021, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou a construção de uma horta de 110m² no Parque Madureira Mestre Monarco, que teve sua primeira colheita em janeiro de 2022. Já no morro da Formiga existe o projeto Formiga Verde, que ensina sobre educação ambiental para jovens. Na favela da Terra Prometida, na Penha, temos o Centro de Integração da Serra da Misericórdia, que conta com uma escolinha de agroecologia para crianças e projetos de segurança alimentar para a favela. Isto apenas para citar quatro projetos de horta comunitária e educação ambiental na Zona Norte do Rio de Janeiro⁶.

Uma das maiores referências do projeto Hortas Cariocas é a horta comunitária de

⁶ O Rio de Janeiro é dividido em Zonas Norte, Sudoeste, Sul, Oeste e Centro.

Manguinhos, localizada na favela de Manguinhos. Construída em 2013, é considerada uma das maiores hortas urbanas da América Latina, possui quase três hectares de tamanho e produz alimentos gratuitos para cerca de 800 famílias da comunidade. Além disso, os hortelãos da favela conseguem gerar sua própria renda por meio da comercialização de parte dos alimentos. Estas iniciativas auxiliam no combate à fome e à insegurança alimentar.

É necessário refletir e compreender sobre os usos considerados habituais da cidade. As práticas urbanas de apropriação do espaço, por meio de hortas agroecológicas, não configuram como um dos usos comuns do solo urbano das favelas, afinal não se espera que a produção do espaço urbano favelado esteja ligada à produção de alimentos.

Desta maneira, segundo Corrêa (1989), o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se na justaposição de um conjunto de diferentes usos da terra, de forma fragmentada e articulada, mantendo relações espaciais ligadas ao fluxo de pessoas, mercadorias, pessoas. Outro uso frequente da cidade, segundo o autor, é a concentração de áreas comerciais, de serviços, industriais, de gestões e distintas áreas residenciais – esta última voltada para a futura expansão do capital imobiliário.

Este histórico consolidou um projeto de cidade que negou o direito à moradia e à cidadania plena às populações negras e pobres. O espaço favelado, desta maneira, se constitui como parte integrante da expansão da cidade, fruto das exclusões sucessivas promovidas pelas elites políticas e econômicas. As favelas, portanto, não são apenas consequência de uma ausência do Estado, mas também resultado de políticas públicas e privadas que moldaram seletivamente o uso e a apropriação do solo urbano. Ao mesmo tempo, como debate Santos (2020), o espaço como sistema de objetos e sistema de ações, refletindo sobre a mercantilização da natureza e, ao mesmo tempo, a contradição da existência de espaços solidários.

Siniscalchi (2020) afirma que a prática de agricultura urbana, apesar de não se configurar como um fato novo, adquire dinâmicas, propósitos e formatos distintos do século passado, majoritariamente realizada por agricultores familiares, profissionais agrícolas e agroindústrias voltadas para a produção vegetal e animal (para subsistência ou para destinação comercial) que se realizava próxima ou dentro dos centros urbanos. Vale ressaltar que as práticas de agricultura urbana foram proibidas na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1903 durante o governo de Pereira Passos (1902-1906). Estas práticas só voltam a ser citadas em documentos oficiais da cidade no ano de 1978, e a temática será aprofundada no capítulo 3.1.

Com a crescente urbanização, a agricultura urbana tornou-se uma estratégia de sobrevivência material de milhões de moradores de cidades do Sul Global, a maioria de classes

baixas (Bartholl, 2021). Assim, a agricultura urbana é aquela praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos, cultivando, produzindo, criando, processando e distribuindo uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, com recursos materiais disponíveis localmente (Minhocas Urbanas, 2021). Novas práticas de agricultura urbana se dão por meio da ocupação de praças, parques, calçadas e terrenos baldios, realizadas por diferentes pessoas e muitas vezes de maneira coletiva, por meio de hortas urbanas comunitárias em espaços públicos (Siniscalchi, 2020).

Nessa configuração, vimos surgir diversas redes de solidariedade para tentar solucionar o problema da fome endêmica. Durante a pandemia do coronavírus, a Redes da Maré em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA) organizou a distribuição de cestas de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade. Em entrevista, Walmyr Junior (2023) afirmou que mais de mil cestas básicas foram distribuídas na Kelson's, e diversas famílias foram beneficiadas nesta ação ao longo da pandemia. Já o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), em parceria com o Centro Socialista da Penha Circular, distribuiu cestas camponesas para seis famílias da favela.

Desde julho de 2023, a Horta Comunitária Maria Angu, em parceria com a Ação da Cidadania, doa semanalmente 100 *kits* (quentinha, água e fruta) para 45 famílias que fazem parte do projeto Criando Laços Especiais, que contempla famílias de Pessoas Com Deficiência (PCDs) moradoras da favela da Kelson's.

Segundo o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”, da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 2020 e 2022, 70,3 milhões de pessoas estiveram em situação de insegurança alimentar moderada no Brasil (FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO, 2023). Entre 2014 e 2016, este número era de 37,6 milhões de pessoas: o número quase dobrou em quatro anos. Já o número de pessoas em situação de insegurança alimentar severa, passou de 4 milhões entre 2014 e 2016 para 22,1 milhões entre 2020 e 2022, um aumento de 450%. Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a insegurança alimentar moderada refere-se:

Ao nível de gravidade da insegurança alimentar, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar, em quais as pessoas enfrentam incertezas sobre sua capacidade para obter alimentos e foram forçados a reduzir, vezes durante o ano, a qualidade e/ou quantidade de alimentos que consomem por falta de dinheiro ou outros recursos. Refere-se, portanto, a uma falta de acesso consistente aos alimentos, o que diminui qualidade da dieta, perturba os padrões alimentares normais, e pode ter consequências negativas para a nutrição, saúde e bem-estar. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2023, p. 248)

Assim, diante do crescimento expressivo da insegurança alimentar moderada e severa

no Brasil, conforme apontado pelo relatório da ONU, as hortas urbanas comunitárias, especialmente em espaços favelados, são iniciativas estratégicas para auxiliar em uma alimentação mais equilibrada e com alimentos frescos, reduzindo a dependência de mercados formais.

Dessa maneira, o projeto da Horta Comunitária Maria Angu surgiu da necessidade de construir coletivamente alternativas para a crise social, alimentar e climática que impacta, sobretudo, as periferias. Um dos objetivos iniciais do projeto era aproximar a produção e o conhecimento sobre alimentos orgânicos dos moradores da favela, além de fortalecer as redes de articulação socioambientais locais. O projeto, porém, foi expandindo para além do que se esperava, e ao longo dos quatro anos de existência da horta, começamos a desenvolver trabalhos de educação socioambiental, com foco nos debates sobre justiça climática, segurança alimentar, racismo ambiental e memória ambiental.

A Kelson's é uma das favelas que compõem o conjunto da Maré. A renda média da população da Maré é uma das mais baixas da cidade do Rio de Janeiro (Censo Maré, 2019). Segundo dados do Censo da Maré, realizado pela Organização Não-Governamental (ONG) Redes da Maré (2019), a Marcílio Dias possui 6.342 moradores. Não foi incomum, ao longo dos campos realizados nesta pesquisa, escutar durante vários diálogos que é uma das favelas esquecidas da Maré, por causa de sua localização afastada das demais favelas do conjunto.

Sua infraestrutura também é precária, pois possui apenas um posto de saúde da família e uma escola pública, que vai do 1º ao 5º ano do ensino fundamental - anos iniciais. Não possui creches públicas, e a única área pública de lazer é o campo de futebol. Em relação ao transporte, só circulam vans que fazem um percurso⁷ de 7 quilômetros. Em algumas áreas a favela, a coleta de lixo e o saneamento básico são precários.

Santos (1997) apresenta uma reflexão essencial sobre as cidadanias mutiladas, destacando que, quando o acesso ao trabalho, saneamento, moradia, saúde, circulação e educação é negado, a cidadania deixa de ser plena. Essa realidade está enraizada no modelo cívico brasileiro, historicamente marcado pela herança da escravidão, que ainda influencia as relações sociais no país. Nesse contexto, as práticas de hortas comunitárias se estruturam a partir da solidariedade e do senso de comunidade, buscando contornar — ou ao menos enfrentar — a negação do acesso à cidadania plena, especialmente em aspectos como a alimentação e a segurança alimentar e nutricional (SAN):

Então, resta aos mais pobres (sem instrução, saúde, direito à dignidade, enfim, sem

⁷ As vans fazem o percurso dos bairros Penha circular – Penha – Vila da Penha.

cidadania) viverem das sobras da sociedade: do espaço ao trabalho. Diferente dos antigos quilombos, os quais tinham alguma capacidade de gestão sobre o território, constituído em grande parte pela formação dos “campos negros”, as atuais comunidades faveladas têm a gestão territorial limitada, sobretudo no que diz respeito à mobilidade da maioria dos moradores. Enquanto anteriormente havia uma disponibilização de espaço, possibilitando um deslocamento constante dos grupos de resistência, hoje a dinâmica das cidades não permite esta facilidade: trabalho, escola para os filhos, objetos que não podem ser deslocados com facilidade e, sobretudo, a dificuldade para encontrar novos lugares para construir novas moradias (Campos, 2005, p. 110)

Os quilombos históricos e as favelas contemporâneas compartilham a condição de locais marcados pela luta contra a negação de direitos e pela busca por autonomia. Assim como os quilombos surgiram como espaços de organização coletiva e enfrentamento à exclusão imposta pela sociedade colonial, as favelas representam locais onde a população periférica desenvolve estratégias para driblar as restrições ao acesso à cidadania plena (Campos, 2005).

A ocupação da Kelson's, a partir da década de 1940, se deu por meio da formação de uma vila de operários da fábrica de couro, que construíram casas de madeiras para os trabalhadores da fábrica. A favela também começou a receber migrantes nordestinos e pessoas que vieram de outras favelas removidas na Zona da Leopoldina durante a década de 1940. Sua memória ambiental é marcada pela Baía de Guanabara e pelos antigos manguezais que garantiam a subsistência de alguns de seus moradores. Assim, a memória ambiental é um eixo fundamental para compreender a identidade e a formação socioespacial de uma comunidade, bem como para a construção de projetos de educação e intervenção com base no saber local.

Apesar dos projetos de embelezamento e sanitaristas, que removeram diversas favelas da Zona Sul, algumas delas continuaram a existir. E dependendo da localização, a favela é apropriada (não necessariamente pelos moradores) pelo capital torna-se potencial de exploração econômica, vide o turismo em algumas favelas próximas às praias oceânicas. Nem as favelas escapam da especulação imobiliária – consolidação de um Estado pautado nos fluxos de financeirização do capital, e no caso do Rio de Janeiro, em partes por meio do turismo e da valorização do solo urbano de determinadas áreas. É, assim, a segregação do espaço segregado.

Alguns ecossistemas, nesse “capital ambiental” são menos valorizados do que outros. Apesar de extrema riqueza (afinal, além de sua biodiversidade, atualmente sabemos da importância dos manguezais na fixação de carbono) do mangue, no início do Século XX, este era considerado popularmente como “sujo” e “insalubre”. Assim, quem ocupava as áreas de manguezais? Quem precisava das suas possibilidades de subsistência: caixaras, pescadores, que começam a construir suas casas de palafita a partir da década de 1940. E é assim que diversas comunidades se formam no interior da Baía de Guanabara.

A negação de direitos fundamentais reflete a continuidade de um modelo cívico excludente, herdado da escravidão, que historicamente relegou determinados grupos à marginalidade. Assim, as práticas de produção de alimentos em favelas surgem como estratégias de organização coletiva, de resistência e reconstrução da cidadania a partir da solidariedade e da autogestão. Fortalecem, também, os laços comunitários e de solidariedade no enfrentamento à precarização imposta pelo Estado.

Dessa forma, a presente tese busca analisar, em um estudo de caso, a dinâmica de produção e apropriação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro por meio da Horta Comunitária Maria Angu (localizada na favela da Kelson's/Marcílio Dias), e de sua produção local de alimentos.

Os objetivos específicos são: (1) Entender o processo de produção espacial do Rio de Janeiro (RJ) a partir do espaço favelado; (2) Analisar a produção socioespacial da Favela da Kelson's, Rio de Janeiro (RJ); (3) Compreender o processo de produção de alimentos a partir da organização social da Horta Comunitária Maria Angu, Favela da Kelson's (Marcílio Dias), Rio de Janeiro.

Para auxiliar a responder o objetivo geral e os específicos, temos a seguinte pergunta de partida: Como a produção de alimentos compõe as estratégias de apropriação da favela da Kelson's (Marcílio Dias), na cidade do Rio de Janeiro? Estas são as inquietações que dão origem a esta pesquisa.

Ao longo de reuniões, conversas durante os mutirões e entrevistas, diversos moradores destacaram diferentes problemáticas presentes na favela da Kelson's, entre elas o afastamento de uma alimentação orgânica e saudável, o elevado consumo de alimentos processados e ultraprocessados, a insegurança alimentar, o descarte inadequado de resíduos, a falta de coleta de lixo em algumas áreas da favela, a presença de ratos e a escassez de áreas verdes.

As hortas urbanas comunitárias em favelas podem auxiliar a amenizar a insegurança alimentar ao possibilitar o acesso direto a alimentos frescos e nutritivos para populações em situação de vulnerabilidade, sendo considerada também uma área verde. Compreendemos a importância da segurança e da soberania alimentar e de, ao mesmo tempo, fortalecer a consciência socioambiental como instrumento de resistência e autonomia em espaços periféricos.

Nesse sentido, a prática da agricultura urbana em favelas vai além da subsistência ou solidariedade. Ela se configura como uma forma de apropriação socioespacial que revela e confronta a lógica excludente do espaço urbano capitalista. Enquanto a cidade formal é

planejada para a circulação de mercadorias e a valorização imobiliária, a horta comunitária insere, no coração do tecido urbano favelado, uma lógica de uso baseada na reprodução da vida, na cooperação e no direito à cidade.

A partir do momento que comecei a participar da construção dos calendários de mutirão, bem como dos projetos a serem realizados na horta, tornei-me articuladora, ajudando a planejar e organizar as atividades dos mutirões, atividades de educação socioambiental, compra de mudas. O campo deixou de ser apenas uma visita com entrevistas, notas e observações. Assim, para compreender a análise do campo realizado, foi utilizada a pesquisa-ação, que é uma metodologia participativa que visa resolver problemas práticos ao mesmo tempo em que contribui para o conhecimento teórico (Bartholl, 2023).

O envolvimento do pesquisador se dá além de uma observação participante, trazendo também a dimensão militante dentro das lutas sociais. A análise também se dá por meio do conceito que Bartholl (2018) chama de “geografias em movimento”. A pesquisa-ação auxilia na compreensão e fortalecimento das práticas de resistência e luta social. A integração do pesquisador nos processos investigados permite análises mais profundas das dinâmicas locais, o que pode facilitar a identificação de problemas e o desenvolvimento de soluções conjuntas. Desta forma, a pesquisa-ação está pautada na conexão entre teoria e prática, que se retroalimentam em um ciclo contínuo de ação e reflexão. Assim, é ultrapassada a separação entre o pesquisador como o sujeito, e o objeto de estudo como pesquisado: o pesquisador acaba tornando-se parte integrante da pesquisa.

Ter a dupla função (de pesquisadora e participante ativa na horta) foi desafiador em diversos momentos. A pesquisa-ação, porém, auxiliou na compreensão de meu lócus, como alguém que também fortalece práticas socioespaciais de resistência e luta – além de me auxiliar em diversos momentos de reflexão sobre o trabalho.

A análise desta pesquisa baseia-se nas experiências vivenciadas ao longo de mutirões, bem como em sua organização e execução. Dessa maneira, as minhas vivências de campo envolveram: (1) organização dos mutirões; (2) participação nos mutirões; (3) escrita de editais voltados para a captação de recursos da horta; (4) organização e operacionalização das etapas dos editais, envolvendo também orçamentos e compras de materiais, além da escrita de relatórios de resultados e de prestação de contas; (5) planejamento e desenvolvimento de atividades de educação socioambiental na Horta Comunitária Maria Angu; (6) articulação de parceria com outros coletivos, instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil; (7) desenvolvimento e publicação de um guia de educação socioambiental em parceria

com a PUC (RJ) e a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha; (8) reflexões, planejamento e desenvolvimento de estratégias e objetivos para a continuidade e manutenção da horta.

Todos esses processos foram realizados de maneira coletiva, por meio de Grupos de Trabalho (GT's): Articulação Territorial; Formação e Pesquisa; Educação Ambiental e Comunicação. Desde setembro de 2021, data da primeira reunião na Kelson's, passei a fazer parte do grupo de coordenação da Horta, a fim de auxiliar na realização de tarefas e mutirões. Assim, a análise desta pesquisa também será realizada por meio de reflexões e impressões de como foi auxiliar no processo de construção da Maria Angu, bem como nos aprendizados e nas observações relativas às formas de organização comunitária. Tudo isso estará baseado nas observações e vivências de campo.

A metodologia “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (Minayo, 1994, p. 16). Desta forma, há (muito) do pesquisador ou pesquisadora dentro do processo de pesquisa. No caso desta tese, transborda os limites de investigação-sujeito, tornando-se assim uma pesquisa-ação: uma das metodologias de pesquisa escolhidas.

Assim, entre setembro de 2021 e setembro de 2024 foi realizada a pesquisa de campo. Ao longo desse período, foram organizados e realizados 25 mutirões⁸, contando com a participação de moradores da favela da Kelson's, dos coordenadores dos Grupos de Trabalho da equipe da Maria Angu e de voluntários de outras localidades do Rio de Janeiro e do Brasil. A coleta de dados em campo envolveu participação ativa, observação, diário de campo, registros fotográficos e entrevistas.

A participação na Maria Angu se deu também por meio de reuniões semanais de organização e estruturação das atividades a serem realizadas, na escrita dos editais que concorremos para viabilizar a realização dos trabalhos de educação socioambiental e a manutenção da horta, além das definições sobre os próximos objetivos para melhorias e expansão do projeto.

Para compreender a natureza e o desenvolvimento de uma investigação militante no campo da Geografia, a questão da atuação nos âmbitos social, científico e político nos leva a refletir sobre como movimento social, Geografias em movimento e o campo libertário podem

⁸ A participação nos mutirões e atividades de educação socioambiental, ocorridas na favela da Kelson's, aconteceram nas seguintes datas: 20/09/2021, 12/10/2021, 08/10/2021, 04/12/2021, 11/12/2021, 06/02/2022, 20/03/2022, 17/07/2022, 24/07/2022, 18/08/2022, 18/09/2022, 19/11/2022, 27/11/2022, 12/02/2023, 03/03/2023, 30/04/2023, 07/05/2023, 21/05/2023, 25/06/2023, 09/07/2023, 27/08/2023, 10/09/2023, 22/10/2023, 21/04/2024, 13/07/2024.

ser articulados. Ao tentar estruturar essa possível relação entre vivência, militância e ciência, podemos começar considerando que prática, teoria e ideologia constituem a base de nossa atuação como sujeitos nos níveis comunitário, político e científico. Desta maneira, esses elementos fundamentam três dimensões essenciais para nossas práxis de resistência: a dimensão social, a dimensão política e a dimensão epistêmica, que se inter-relacionam de maneira retroalimentada (Bartholl, 2018).

Articulando com o que Bartholl (2018) chama de “geografias em movimento”, o pesquisador não está inserido nos grupos apenas como pesquisador ou cientista, posicionando-se como parte ativa do processo, vivenciando e contribuindo diretamente com as dinâmicas do grupo – e não apenas como observador externo. Para o autor, que também é pesquisador da agroecologia urbana em favelas cariocas, é por meio da participação ativa no movimento social que emergem questões para a (auto)reflexão, encontrando na Geografia e nas Ciências Sociais poderosas ferramentas para seu aprofundamento. Desta maneira, ao se tratar de uma pesquisa sobre segurança alimentar e hortas urbanas comunitárias, a pesquisa-ação e as geografias em movimento tornam-se indissociáveis.

[...] Geografias em movimento(s) teorizam ao mesmo tempo em que criam suas próprias práticas, e também têm seus fundamentos ideológicos. Elas estão diretamente relacionadas com o movimento social e com o campo libertário, ocupando predominantemente, mas não só, um lugar na dimensão epistêmica, ao mesmo tempo em que em alguns momentos o fazer geográfico pode ganhar dimensões predominantemente sociais e políticas. (Bartholl, 2018, p. 66)

Assim, a articulação entre teoria, prática e ideologia se manifesta na interseção entre a luta social pela segurança alimentar, o fazer geográfico comprometido e as experiências concretas, o que reforça a necessidade de uma *práxis* que una conhecimento acadêmico e ação coletiva. A prática da pesquisa transcende a observação científica, unindo a militância e a vivência como dimensões fundamentais para a construção de saberes.

A pesquisa-ação e as geografias em movimento permitiram uma análise profunda das dinâmicas locais e das interações sociais que ocorreram na Horta Comunitária Maria Angu, pois meu papel na horta foi além da pesquisa, sendo uma das articuladoras que possibilitam a continuidade prática do projeto no cotidiano, refletindo também sobre as possíveis transformações e impactos que gostaríamos que a horta alcançasse na favela da Kelson’s – algo que se tornou um dos nossos objetivos e metas de trabalho na HCMA.

Deste modo, compreende-se o olhar de pesquisadora que também está como atuante do corpo social que compõe o escopo da pesquisa, para além de pesquisadora de hortas urbanas

comunitárias. Assim, o olhar analítico é o de pesquisadora e de atuante na horta como articuladora. Segundo Bartholl (2018), ao tentar compreender os movimentos sociais pesquisados, há uma busca por métodos de pesquisa e formas de teorização articuladas com as respectivas lutas sociais. Trata-se de um processo de pesquisa focado no nível local, ao mesmo tempo conectado com a realidade mais ampla e global.

Na pesquisa-ação, o pesquisador se insere nos processos que investiga para obter evidências empíricas e coletar dados de forma mais aprofundada. O conjunto de métodos empregados varia desde a observação participante até inserções mais orgânicas. Por outro lado, há abordagens que priorizam a dimensão militante da ação, ou seja, a pesquisa não se volta para qualquer tipo de intervenção, mas para ações específicas de resistência e/ou militância. Isso inclui desde práticas de educação popular e emancipatória até formas de resistência cotidiana, como as lutas de trabalhadores na fábrica, de mulheres contra o machismo, de moradores em determinados bairros ou de imigrantes contra a invisibilização de suas demandas. De modo mais amplo, essas pesquisas se desenvolvem em articulação com movimentos sociais e mobilizações de resistência (Bartholl, 2023).

As demandas de experiências específicas de luta conduzem à formulação das questões a serem pesquisadas. Assim, as experiências de investigação junto aos movimentos sociais de base podem ser consideradas também uma investigação militante. Este nome se dá pelo fato de a investigação ser uma ação de militância, bem como ferramenta de reflexão e fortalecimento da luta social. Há também o contexto de militância pelo fato de o pesquisador estar envolvido e inserido diretamente no processo pesquisado.

Na investigação militante, o sujeito investigador tem um ponto de partida (e toma partido), parte de um ponto de vista moldado pela sua trajetória tanto de participação em lutas sociais como em processos de elaboração teórica (propriamente acadêmica ou não). (...) Se a proximidade entre sujeito investigador e movimento coinvestigador no processo de uma investigação militante por si só pode ser a justificativa por este caminho metodológico de pesquisa, um forte argumento a favor desse tipo de investigação e que somente um olhar próximo, de dentro, e uma identificação com movimentos e sujeitos em questão podem levar a reflexões que facilitam de fato a compreensão e podem fortalecer as práticas de resistência que refletem, no mesmo sentido em que o cientista social português Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 59) defende que devemos analisar as estruturas de poder da sociedade a partir de suas margens, porque e daqui que melhor as vemos e compreendemos. (Bartholl, 2018, p. 76-77)

A pesquisa reflete e contribui no processo do movimento social, ao mesmo tempo em que o sujeito exerce funções parecidas com a de outros militantes. Assim, o pesquisador pesquisa enquanto milita, como cada sujeito em movimento nos coletivos, refletindo e contribuindo conforme suas experiências, ferramentas de compreensão e análises. A geografia

em movimento(s) e a pesquisa-ação ganham importância na convivência cotidiana e na militância, no que o autor chama de metodologia da “leitura do vivido”, que é contínua, intensa e construída coletivamente na escala do vivido.

“Resultados” e possíveis intervenções de uma investigação militante dão-se, antes, neste dia a dia e nestes processos vividos, e não necessariamente em textos e artigos publicados. Estes são importantes para compartilhar as nossas experiências, mas em nada substituem a troca pessoal e a interação entre os sujeitos que protagonizam um processo de resistência do qual participamos como participantes observadores. (Bartholl, 2018, p. 80-81)

Assim, os pesquisadores que participam ativamente de processos de trabalho de base ou de luta social, para além do papel de observadores, direcionam sua atenção e reflexão para questões específicas que emergem das práticas em que estão inseridos. Essas questões, uma vez (re)formuladas, preferencialmente por meio de articulação coletiva, tornam-se a base para orientar os ciclos de uma investigação militante. A pesquisa-ação se faz, também, na vontade de novas possibilidades e esperanças de mundos por meio do trabalho coletivo. Ainda para a análise do campo, foram realizadas entrevistas⁹ com dois grupos: (1) Três coordenadores (as) dos Grupos de Trabalho da Horta Comunitária Maria Angu; (2) Cinco voluntários da Horta, sendo três moradores da Kelson’s e dois membros do Centro Socialista da Penha Circular.

A entrevista com o Fundador da Horta, Walmyr Junior, foi realizada no dia 13 de julho de 2023. As perguntas realizadas para Walmyr estão no anexo, bem como as perguntas que foram realizadas para os outros grupos. Foram realizadas oito entrevistas, ao longo dos anos de 2023 e 2024, com o intuito de compreender a apropriação do espaço, orientada a produção de alimentos, por meio da Horta Comunitária Maria Angu, Favela da Kelson’s (Marcílio Dias), Rio de Janeiro. Para preservar a identidade dos entrevistados, foram escolhidos nomes fictícios, sendo preservado apenas o nome de Walmyr, por reconhecimento a este professor, historiador e pesquisador da Maria Angu.

Assim, além do diário de campo, as entrevistas são instrumentos que nos auxiliaram nesta pesquisa. Os instrumentos da pesquisa são as ferramentas necessárias para materializar o trabalho, a fim de coletar dados. Segundo Queiroz (1983, 1986), a entrevista pode possuir três rumos distintos: (1) a entrevista rigorosamente orientada por perguntas do pesquisador; (2) a entrevista com roteiro (também chamada de semi-orientada ou semiestruturada); (3) a entrevista realmente livre, também chamada de entrevista narrativa, entrevista não-estruturada ou aberta,

⁹ Somadas, foram totalizadas 4 horas, sete minutos e 31 segundos de entrevistas.

no qual depois de um breve diálogo inicial, o pesquisador limita ao máximo suas intervenções. Desta forma, o modelo de entrevista escolhido foi a entrevista semiestruturada.

Para a realização do primeiro edital do IEAHu, foram feitas reuniões semanais entre outubro e novembro de 2021. Em dezembro e janeiro, as reuniões foram para elaboração do relatório final e da prestação de contas. Entre janeiro e maio de 2022, as reuniões foram mensais, a fim de organizar mutirões e atividades. Para a escrita do segundo edital, as reuniões ocorreram em maio e junho de 2022, e reuniões semanais entre julho e dezembro de 2022 para concretização das atividades. Alguns meses foram realizadas mais de uma reunião por semana, além da organização do edital, coordenei as reuniões semanais do GT de educação ambiental e auxiliei nas discussões do GT de formação e pesquisa. Além disso, participei dos grupos de estudos semanais, além da confecção e escrita do Guia de Educação Socioambiental.

Além das horas de reunião, foram pensadas quatro visitas à Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha: Uma para entrevistar as diretoras e a coordenadora da escola; uma para apresentar o projeto na reunião de planejamento da escola no segundo semestre de 2022; uma visita dedicada às entrevistas, realizadas com professores e agentes de limpeza da COMLURB; e por último, uma visita dedicada para o plantio no canteiro da horta escolar junto das crianças.

Em janeiro de 2023 também foram realizadas reuniões para a escrita do relatório final do edital, bem como para a prestação de contas. Ao longo dos anos de 2023 e 2024, além das reuniões mensais para organização dos mutirões, também tiveram reuniões para escrita de novos editais, como o IEAHu em 2023 e o edital do Fundo Casa Socioambiental em 2024. A horta, porém, não foi contemplada nestes dois últimos editais. Todo este material empírico serviu de base para a escrita desta tese, por meio de observações, experiências, estudos, entrevistas e plantios.

O objetivo geral da pesquisa visava, inicialmente, compreender a apropriação da favela da Kelson's (Marcílio Dias) por meio da produção de alimentos. O fenômeno da pesquisa – a produção de alimentos dentro do espaço favelado – foi se modificando ao longo do espaço-tempo da pesquisa. Os movimentos da horta, e as suas geografias em movimento (Bartholl, 2018), de produção e apropriação do espaço, conduziram as experiências ao caminho da educação socioambiental. Desta forma, o estudo das hortas comunitárias no campo da Geografia mostra a relação entre sociedade e espaço, a apropriação do espaço urbano, bem como a resignificação de áreas urbanas e periurbanas.

A Horta Comunitária Maria Angu se articula com questões socioambientais,

promovendo: diferentes usos do espaço urbano, por meio da ocupação de uma horta comunitária; o fortalecimento de redes comunitárias; a promoção de atividades de educação socioambiental na horta e na Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha, onde desenvolvemos em parceria com a PUC/RJ um guia de educação socioambiental e uma horta escolar. Assim, passamos a compreender a Maria Angu, também, como uma horta-escola.

A fim de compreender o debate sobre hortas urbanas comunitárias em favelas na geografia brasileira, foi realizada uma revisão bibliográfica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES acerca das seguintes temáticas: Horta Comunitária em favelas; Agricultura urbana em favelas; Horta urbana em favelas. Não foram encontradas pesquisas com o termo “Horta Comunitária em favelas”.

Já nos termos “Agricultura urbana em favelas” e “Horta urbana em favelas”, foram encontradas as pesquisas de Souza (2023), intitulada “Agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso sobre as hortas do parque Madureira no programa Hortas Cariocas”, e a pesquisa de Coelho (2007), intitulada “Entre a Conquista e a Permanência na Terra: Formas de Luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás-GO, 1986/2006”.

Em relação à favela da Kelson’s/Marcílio Dias, ao realizar uma busca no mesmo banco de dados, foi encontrada apenas a pesquisa em Humanidades, de Siqueira (2022), intitulada “Narrativas de mulheres: experiências educacionais vivenciadas no projeto artesanato e culinária (Artculi) na comunidade Marcílio Dias, Complexo da Maré, Rio de Janeiro”.

A revisão bibliográfica realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES mostrou a ausência de estudos específicos com o termo “Horta Comunitária em favelas” e um número reduzido de pesquisas abordando “Agricultura urbana em favelas” e “Horta urbana em favelas”. Além disso, em relação à favela da Kelson’s/Marcílio Dias, foi localizado apenas um estudo localizado na área de Humanidades, sem foco direto na questão socioespacial e ambiental.

A escassez de pesquisas no campo da Geografia sobre agricultura urbana, hortas comunitárias e favelas mostra a relevância e a necessidade de aprofundamento dessas temáticas. Bartholl (2018, 2023) é um dos pioneiros deste debate na geografia, mas ainda precisamos de mais pesquisas dentro desse campo.

Para realizar estas análises, esta tese foi organizada em três capítulos, sendo o primeiro intitulado “A produção racializada do espaço urbano do Rio de Janeiro”. Será contextualizada a expansão urbana da cidade, a partir do que Guimarães (2015) chama de Rio Negro de Janeiro. Assim, será analisada a produção racializada do espaço urbano do Rio de Janeiro. No início do

capítulo existe um debate acerca da geografia histórica da construção do espaço urbano desde o século XIX até o início do século XX, destacando a organização racializada desse espaço. Esta geografia histórica do Rio objetiva compreender o surgimento das favelas na cidade. Para entender a organização do espaço urbano do Rio de Janeiro, o aporte teórico se dará por meio dos autores Campos (2005), Valladares (2005), Abreu (1997), Corrêa (1989).

Será abordada também a formação da cidade do Rio de Janeiro, com sua formação entre morros, rios, planícies e mangues. Em seguida, tem-se uma discussão acerca das remoções ocorridas na década de 1960 e sua influência na configuração atual das favelas, apresentando como as práticas urbanísticas e políticas têm moldado as áreas periféricas e segregadas da cidade. Como aporte teórico, foi realizado um diálogo entre os autores Benchimol (1990), Abreu (1997, 2014).

Já no capítulo dois, “A produção socioespacial racializada da favela Kelson’s no Rio de Janeiro”, abordamos a produção socioespacial da Kelson’s, do seu surgimento aos dias atuais, bem como como sua formação histórica, suas lutas por permanência e suas memórias ambientais constituem a base na qual a Horta Comunitária Maria Angu se insere. Para finalizar este capítulo, apresentamos o trabalho da Horta Comunitária Maria Angu.

O Capítulo 3 avança nessa discussão, com o objetivo de compreender o processo de produção de alimentos a partir da organização social da Horta Comunitária Maria Angu. Por meio de entrevistas, da pesquisa-ação e revisão bibliográfica, analisa o papel das hortas no enfrentamento da insegurança alimentar.

A partir do livro “Geografia da Fome” de Castro (1984) e da monografia de Bastos (2021) intitulada “Geografia, fome e colonialidade alimentar”, de relatórios da FAO (2023) e da publicação “Do Nutricionismo à comida de verdade: o papel da escola para promoção da alimentação saudável e adequada”, de Farias (2022), discutimos as geografias da fome e o importante papel da escola enquanto espaço que promove a segurança alimentar principalmente em locais periféricos no terceiro capítulo. Assim, será desenvolvida também a temática da geografia da produção e a organização do espaço urbano na produção de alimentos em hortas comunitárias urbanas no Rio de Janeiro e na favela da Kelson’s. Também é discutida a legislação do Rio de Janeiro em relação às hortas urbanas.

Dessa forma, por meio das experiências na Horta Comunitária Maria Angu, esta pesquisa traz reflexões para a formulação de estratégias e políticas voltadas à promoção da agricultura urbana e ao desenvolvimento urbano sustentável, e por que não, regenerativo – um dos princípios da agroecologia.

Este trabalho demonstra como um projeto popular auxilia a desvelar apropriação desigual do Rio de Janeiro. A trajetória de pesquisa na Horta Comunitária Maria Angu, desde sua fundação até suas atividades de educação socioambiental, evidencia a memória ambiental, as cidadanias mutiladas e, ao mesmo tempo, aponta para a apropriação territorial. As práticas socioespaciais realizadas na horta, assim, auxiliam a desvelar as problemáticas de um modelo de cidade que privilegia o capital em detrimento da cidadania plena de populações negras, pobres e que constantemente tem seus direitos fundamentais negados.

CAPÍTULO 1 – GEOGRAFIA HISTÓRICA DA APROPRIAÇÃO SOCIOESPACIAL DO RIO DE JANEIRO

Wilson das Neves (2023) canta os seguintes versos na canção “Senzala e Favela”: “E onde entra a mão do governo / É só uma política a mais de exclusão / Esse nosso apartheid é sem termo / Temos que brigar por outra abolição”. Assim, não se pode falar de favelas sem contextualizar e entender como estas se formaram no Rio de Janeiro, cidade onde se localiza esta pesquisa. Será dedicado um capítulo para entender o fenômeno urbano do surgimento das favelas no Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender o processo de produção socioespacial e organização racializada da cidade, por meio do espaço favelado.

Os objetivos da escrita desta tese precisaram de muitos aportes para ajudar a responder à questão central. Se o espaço é uma acumulação desigual de tempos, como nos ensina Santos (2009), ao adentrar um tema ou um espaço-tempo precisamos compreender os processos que levaram este espaço a chegar ao que conhecemos atualmente.

Antes, porém, faremos uma breve análise da ocupação da cidade a partir da modificação ambiental e da geografia do Rio de Janeiro no período colonial, em um contexto Geohistórico. Essa análise já foi brilhantemente realizada pelo geógrafo Maurício de Almeida Abreu, mas nesta tese, abordaremos a apropriação territorial e espacial por meio das favelas e hortas comunitárias, mais especificamente a partir do estudo de caso da Horta Comunitária Maria Angu.

Seguiremos uma linha cronológica com alguns fatos históricos que contribuíram para a forma como o espaço urbano do Rio de Janeiro foi construído: a chegada da família real portuguesa em 1808, o final do tráfico negreiro e a Lei de Terras de 1850, a inauguração das ferrovias em 1854, a abolição inconclusa e o início da República em 1888, que também expressam a sobreposição de acumulações desiguais de tempos, proposta por Santos (2009).

O principal foco, porém, se dará a partir da segunda metade do século XIX, quando a cidade de fato começa a ser planejada a partir de estudos e relatórios de melhoramentos. Depois, serão discutidas as remoções feitas ao longo da década de 1960, bem como as obras de urbanização que ocorreram na Zona Norte anteriormente, durante as décadas de 1940 e 1950, que culminaram no aterramento dos mangues e ocorreram de forma concomitante ao surgimento da favela da Kelson’s.

1.1. A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO EM UM CONTEXTO GEOHISTÓRICO

Os versos da música *Iarinhas*, de Luiza Lian (2018) trazem consigo o processo de urbanização e canalização dos rios nas cidades: “Essa rua tem o nome de um rio que a cidade sufocou / A vontade do rio de voltar / Às vezes sacode de algum lugar / Ele dorme até a chuva chegar / Mas a tempestade vem anunciar / E uma enchente lembra a população / Que o que é rua antes era vazão”. A construção do espaço urbano do Rio de Janeiro se deu entre morros, planícies, rios e mangues.

Muitas favelas da cidade ocupam áreas de morros, encostas, beiras de rios e manguezais. Desta maneira, o resgate da memória ambiental¹⁰ da cidade do Rio de Janeiro, a partir do estudo de caso realizado na favela da Kelson’s é faz necessário para a compreensão da apropriação da cidade. Sua topografia é acidentada e a dinâmica fluvial inclui a presença de muitos rios, lagoas e lagoas. Seu terreno é propenso para brejos e manguezais, que foram aterrados ao longo da expansão da cidade.

Assim, os fenômenos da natureza como chuvas e seus desdobramentos (as enchentes) são comuns desde o crescimento da malha urbana do Rio, no século XVIII. Atualmente, ouvimos notícias sobre as enchentes “causadas” pelas fortes chuvas, principalmente no verão. Estas, porém, estão se tornando cada vez mais recorrentes em tempos de mudanças climáticas, afetando de maneira desigual os moradores da cidade, a depender de seu local de moradia, raça e renda. Para Ab’Saber (2003), a paisagem é uma herança:

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma *herança*. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. (Ab’Saber, 2003, p. 10)

Podemos trazer essa ideia para o espaço geográfico, que, assim como a natureza, é uma herança – fisiográfica, biológica e cultural. O que conhecemos como Rio de Janeiro é uma herança da ocupação socioespacial que remonta à urbanização dos tempos em que o Brasil era colônia de Portugal, e assim a cidade foi construída entre morros, planícies, rios e mangues.

A relação entre natureza e sociedade é moldada pelo contexto histórico. O significado e o valor atribuídos aos elementos naturais variam ao longo do tempo, refletindo as

¹⁰ Este conceito, fundamental para os trabalhos realizados na Horta Comunitária Maria Angu, será aprofundado nos próximos capítulos.

transformações econômicas e sociais de cada período. Aspectos ambientais que são valorizados pela população do Rio de Janeiro, como a proximidade com a praia, poderiam ter sido considerados algo incomum ou até mesmo irracional pelos cariocas do passado (Abreu, 2014). Neste subcapítulo, vamos compreender a produção do espaço do Rio de Janeiro colonial:

Entremos na baía pela única fresta na muralha montanhosa litorânea pela qual penetra o Atlântico. As faces do morro do Pico e do Pão de Açúcar dir-se-iam vistas e alizares de um portão monumental. Ante os seus lisos paredões tolhem-se as visadas. Mas logo a seguir as águas se desapertam. A esquerda, num estranho tumultuar de formas montanhosas, lombadas nuas se arredondam, despenhando para os vales, para os plainos, para o mar, enquanto, pelos cimos da Carioca pontacos - de penhascos nus se eriçam, furando a cobertura de florestas. - A direita, em contraste inesperado, rolam as ondulações de Niterói e estamos em plena Guanabara. Para aquém do paredão atlântico se abate o relêvo. Há um seio de mar sumindo-se em vagos fins remotos. E com as águas a invadirem angras e enseadas, estende-se ante nós um imenso lago esplêndido. Ao fundo, os seus contornos imprecisos nivelam-se a planícies úmidas com colinas insulares, indo aos pés da cordilheira. E em remate espetacular, digitada de penedos que se enfiam pelo espaço, a crista da serra dos Órgãos. Eis em síntese a Guanabara magnífica, de inenarráveis suntuosidades paisagísticas. Por impossível descrevê-la, contentemo-nos em analisar-lhe a origem da morfologia estranha, dom geográfico e nuclear para a centralização de uma cultura esparsa pelo vasto território brasileiro. (Lamego, 1964, p. 28)

A Baía de Guanabara, com seus morros e águas tranquilas, foi um dos principais fatores que atraíram os portugueses ao Rio de Janeiro. Ao encontrarem sua entrada natural e protegida, os colonizadores perceberam seu potencial estratégico e econômico, tanto para defesa contra invasões estrangeiras quanto para o desenvolvimento de atividades comerciais e portuárias.

Tornou-se, assim, um ponto central na ocupação colonial, sendo escolhida para a fundação da cidade, que serviria como um elo entre a colônia e a metrópole. Ao longo do tempo, influenciou o crescimento e a organização socioespacial do Rio de Janeiro, moldando sua ocupação e o desenvolvimento urbano ao redor da baía que, desde o início, também foi vista como um ponto privilegiado para proteger a cidade e para iniciar a sua exploração econômica:

Agora, porém, o problema geológico é bem diverso. A importância dos fenômenos orogênicos é tamanha que, para defini-lo e abrangermos sinteticamente as camadas gnáissicas que compõem a tão original morfologia da Guanabara, teremos de penetrar em complexidades texturais e petrogenéticas. Somente a começar daí, poderemos chegar a ver que toda essa aparatosa topografia aparentemente cataclísmica de montanhas agrestes, de penedos avulsos, de gigantescos paredões a pique, de vales profundos, de planícies e pântanos, resulta de um tectonismo inicial ocorrido há bilhões de anos, no berço da criação terrestre, responsável por metamorfismos e estruturas que possibilitaram a formação das inigualáveis escarpas que tanto embelezam e celebrizam um dos mais afamados espetáculos naturais. Desde os estudos iniciais de ESCHWEGE em começos do passado baía, em começos do passado século, foi tentada a cartografia geológica das margens ocidentais da baía, bem com a um esboço de sua estratigrafia. Em sua Petrographische-Charte, ali notamos a serra da Carioca constituída de gnaiss e de granito-gnaiss, enquanto a faixa da Baixada entre aquele relêvo litorâneo e a serra dos Órgãos é toda uma larga

mancha de afloramentos graníticos. Em seu perfil todas essas rochas mergulham quase verticalmente para o mar. (Lamego, 1964, p. 32)

Como descrito por Lamego (1964), a geografia do Rio de Janeiro é marcada por formações geológicas antigas e únicas, que ajudam a compor a beleza natural da cidade. O relevo é resultado de processos tectônicos que aconteceram há bilhões de anos, moldando montanhas, penhascos íngremes, vales profundos e planícies. As rochas que compõem a cidade, como o gnaiss e o granito-gnaiss, se formaram e foram transformadas ao longo de milhões de anos, criando os contornos escarpados que vemos mergulhando no mar e dando forma à famosa e turística vista do Rio de Janeiro.

O autor destaca ainda que a cidade possui uma formação geológica peculiar, pois a paisagem da Baía de Guanabara é marcada por topografias contrastantes, com elevações do relevo, rodeadas por grandes rochedos isolados, vales fraturados e extensas planícies aluviais, ampliadas ao longo do tempo pelo avanço das águas da Baía de Guanabara.

Segundo Barbosa *et al* (2021), a ocupação da cidade sai do morro Cara de Cão e segue para o morro do Castelo. São construídos, então, diversos prédios coloniais de poder, como a Casa da Câmara, da Cadeia, a Casa do Governador, a Igreja da Sé e o Colégio dos Jesuítas. A criação da cidade se dá na proteção contra piratas, corsários e dos franceses.

Assim, nesse desenvolvimento, foram construídas posições privilegiadas com o comércio exportador de bens agrícolas e com o tráfico de pessoas escravizadas. Inicialmente, subir as colinas na ocupação da cidade, significava evitar as lagoas, brejos e manguezais que, à época, estavam associados a doenças contagiosas.

Enquanto tupinambás conviviam e faziam uso da natureza como parte de suas vidas, os colonizadores seguiam seu estranhamento aos sistemas ecológicos da Guanabara e, por força de suas tradições construtivas, refaziam a experiência do urbanismo de colina ibérico com sua particularidade lusitana, a exemplo de Lisboa, Óbidos, Coimbra, Porto, entre outras. (Barbosa, *et al*, 2021, p. 52-53)

Até mesmo as áreas atualmente urbanizadas do Rio de Janeiro e de Niterói, em mapas antigos, aparecem como terrenos pantanosos – que representaram um desafio fundamental a ser superado. Já os problemas de abastecimento de água do Rio de Janeiro tiveram início com a sua fundação.

O local escolhido por Estácio de Sá, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, apesar de servir de base estratégica de ataque aos franceses que se estabeleciam na ilha de Villegagnon, não possuía mananciais de água potável. Mais à frente, desaguava um dos afluentes do Rio Carioca, que, à época, possuía águas cristalinas. Por isso, foi tomada a decisão

de se abastecer nesse manancial, e para lá foram os primeiros povoados portugueses e suas embarcações (Abreu, 2014).

De maneira geral, a “luta” contra as águas demandou esforços contínuos para a ocupação do solo, inclusive nos locais de restingas. No entanto, essas intervenções foram motivadas principalmente por razões econômicas, em estreita relação com os elementos fisiográficos, que têm origem na geologia do Rio de Janeiro (Lamego, 1964).

A área central da cidade – local onde começa a ocupação portuguesa – era tomada por pântanos e lagoas, e inúmeros foram os aterros construídos para a sua ocupação. O passado indígena foi apagado do espaço geográfico, abrindo caminho para a cidade que se tornaria o estratégico controle colonial de Portugal, por causa de sua posição na entrada da Baía de Guanabara (Abreu, 1997a):

Um atilado tino geográfico presidiu, pois, à fundação do Rio de Janeiro no morro de São Januário ou da Castelo, como posteriormente viriam a denominá-lo devido a sua fortificação. Um dos fatores que contribuíram para a escolha do local era a sua quase inexpugnabilidade por terra, visto que a lagoa do Boqueirão reforçava a disseminação geral dos pântanos a impediu a marcha de grandes efetivos assaltantes, já estorvada pela retaguarda de montanhas da serra da Carioca. É também provável que a atração das belezas panorâmicas da margem ocidental da Guanabara houvesse influído na fundação, além de o lado niteroiense de relevos pouco expressivos era mais exposto a possíveis ameaças do núcleo de corsários franceses de Cabo Frio. (Lamego, 1964, p. 159)

A fundação do Rio de Janeiro no Morro do Castelo foi estratégica. Planejada com base em sua localização geográfica vantajosa, pois oferecia uma defesa natural difícil de acessar por terra, já que era protegida pela Lagoa do Boqueirão e pelos pântanos ao redor, que dificultavam o avanço de tropas inimigas (Lamego, 1964).

Lamego (1964) relata, por diversas vezes, as dificuldades de expansão da cidade através das áreas pantanosas. Ao mesmo tempo, pelo fato de a crescente cidade ser resguardada pela baía, tornava-a segura contra ataques durante os primeiros anos da colônia. Temos uma dualidade: a topografia era uma dificuldade, mas ao mesmo tempo uma proteção.

A topografia também dificultou o crescimento urbano em termos de construções e povoamento. Antes de se tornar uma cidade, o Rio de Janeiro apresentava matas, lagoas e pântanos, espremido entre morros e o mar. A colônia desenvolvia-se, então, entre fragmentos de bairros isolados (Calôba, 1973). Dessa maneira, foi necessário descer dos morros e ocupar as áreas de planícies alagadas, ao longo das praias, onde já se esboçava uma primeira tentativa de conquista sobre os terrenos pantanosos.

O ciclo econômico do açúcar deslocou, no século XVII, o centro econômico da cidade para as áreas de baixada, acompanhado pelo estabelecimento de autoridades civis, militares e

eclesiásticas. Foram construídos nas primeiras ruas os trapiches, as igrejas, as fortificações e os casarios (Calôba, 1973). Assim, impulsionada pelo crescimento populacional e pela expansão do comércio, que exigia o fortalecimento das estruturas políticas e administrativas, a luta contra o brejo se intensificou.

O desafio do saneamento era tão grande que os governadores e vice-reis concentraram quase todos os seus esforços na área urbana que se expandia. A região central e comercial do Rio de Janeiro, desde o Cais do Porto até a Praça Paris e da Rua Primeiro de Março ao Campo de Sant'Ana, foi erguida sobre antigos terrenos pantanosos aterrados (Lamego, 1964).

Com exceção de algumas faixas mais firmes nas encostas dos morros, estabilizadas pelo acúmulo de sedimentos das enxurradas, a formação geológica da planície e os registros cartográficos e históricos indicam que lagoas, brejos e alagadiços eram predominantes em toda a região. Assim, para além do Morro do Castelo, começa a povoação da cidade, crescendo entre o morro e as Ladeiras da Misericórdia, Cotovelo, Seminário e a freguesia de São Bento. Era imensa a dificuldade de construir nos pântanos e brejos, restando desde os séculos XVI e XVII uma solução: aterrar as áreas alagadiças (Lamego, 1964; Calôba, 1973).

Desde o início da ocupação da cidade, os aterros fazem parte do seu cenário. Os primeiros foram realizados com o material das restingas entre os morros do Castelo e de São Bento, o que possibilitou o adensamento dos bairros comerciais do Rio de Janeiro. O grande problema da urbanização da cidade, de acordo com Lamego (1964), não foi a ação humana, mas sim as condições naturais.

Os desafios impostos pela geografia tornaram inviável um planejamento urbano em um contexto em que os recursos disponíveis eram escassos e a topografia, desafiadora. Ao mesmo tempo, havia a necessidade urgente de abertura de ruas para acompanhar o rápido crescimento populacional, e por esse motivo as ruas eram estreitas e desordenadas – devido às dificuldades de transporte, ao terreno pantanoso e à falta de recursos adequados à época.

A constante ameaça de ataques de corsários tornava arriscado um povoamento afastado das fortificações do Morro do Castelo. Dessa forma, o crescimento da cidade foi direcionado para as proximidades do morro e a restinga que o conectava ao Morro de São Bento. Esse movimento de expansão urbana delineou as primeiras áreas centrais da cidade, com ocupações que avançavam até locais alcançados pelo mar, como as atuais Rua Primeiro de Março e a Candelária.

Já no século XVIII, segundo Abreu (1997a), foi inaugurado no Largo da Carioca o primeiro chafariz do Rio de Janeiro. Essas obras auxiliavam a atenuar a escassez de água, bem

como abriam caminhos para a expansão da cidade. O litoral também começou a ser modificado neste período. Já em 1744, foi construído o novo Aqueduto da Carioca, atualmente Arcos da Lapa, inaugurado em 1750. Esta obra, apesar de aguardada, foi insuficiente para a demanda das necessidades dos habitantes da cidade, pois a taxa de crescimento demográfico do Rio de Janeiro aumentou, transformando-se no principal porto controlador e exportador de ouro das Minas Gerais (Abreu, 2014).

Em 1763, a capital da colônia e sede do Vice-Reinado foi transferida para o Rio, que passou a exercer um papel político de grande relevância, conforme destaca Benchimol (1990). A cidade tinha a função de assegurar a exclusividade colonial e manter o pacto mercantilista, integrando-se aos demais portos estratégicos da colônia. Da riqueza ou do excedente produzido, apenas o essencial para sustentar as atividades auxiliares do comércio e o funcionamento do sistema fiscal urbano permanecia na cidade.

Embora essa mudança não tenha causado um impacto imediato na estrutura do Rio de Janeiro, promoveu melhorias urbanas, como a construção de pontes, fontes públicas e a abertura de novas ruas para facilitar a comunicação interna. Nesse período, a população ainda se concentrava no núcleo central, tanto por questões de segurança quanto pela escassez de meios de transporte (Benchimol, 1990).

Dessa forma, os primeiros aterros possibilitaram a expansão do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que foram realizados de maneira precária e deixaram marcas duradouras na estrutura urbana. Se a cidade não fosse expandida para além dos brejos e lagoas, poderia ter resultado em uma cidade descentralizada, com pequenos vilarejos dispersos e difíceis de administrar. Um grande marco no delineamento da cidade no século XVIII foi o aterro da Lagoa do Boqueirão da Ajuda. À época, recebia diversos tipos de dejetos humanos e era, de acordo com Lamego (1964), um local considerado insalubre:

Denominava-se então a lagoa Boqueirão da Ajuda, cujo seio compreende o espaço desde a ponta da Misericórdia até o monte de Nossa Senhora da Glória, e por assaz pantanoso não só criava insetos e mantinha grossa mosquitaria, como ocasionava a podridão da atmosfera, recolhendo as ondas impetuosas que ali se espraíavam (Lamego, 1964, p. 137)

A obra na Lagoa do Boqueirão, iniciada pelos governadores gerais, foi concluída pelos vice-reis, que eram financeiramente mais poderosos. Nos fins do século XVIII ainda existiam resquícios da lagoa quando o vice-rei D. Luis de Vasconcelos construiu um Passeio Público, atual Largo da Lapa, aterrando a lagoa com o desmonte do morro das Mangueiras, que era situado no atual bairro de Santa Teresa e estava localizado próximo ao aqueduto da Lapa – que

atualmente abriga o bondinho que vai até Santa Teresa – uma das rugosidades que estão impressas na paisagem do Rio de Janeiro. Santos (2012) chama de rugosidades o que “fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.” (Santos, 2012, p. 140).

Dessa maneira, os esforços para construir a cidade sobre os pântanos perduraram por séculos, e o desmonte de morros foi necessário para o aterramento das áreas alagadiças. Segundo Calôba (1973), a principal característica urbanística do Rio de Janeiro durante o século XVIII era a realização dos trabalhos de aterro e drenagem de lagoas e pântanos.

O traçado inicial das ruas sobre aterros foi em grande parte concluído no início do século XVIII, sendo assim ocupado pela população. Houve, portanto, um plano urbanístico que antecipava o crescimento da cidade, iniciado ainda no século XVII para uma área que só seria densamente edificada no final do século XVIII. A única limitação desse plano foi a largura das ruas, dadas as dificuldades da época de realizar os aterros necessários para a expansão urbana (Lamego, 1964). A cidade crescia com poucas opções de locais apropriados para a habitação, e a população acabava se acomodando nas elevações isoladas pelos brejos e terrenos alagadiços:

Com a descida do Castelo já iniciada no século anterior, vai agora começar a verdadeira expansão urbana do Rio de Janeiro. Entre os morros e os brejais onde nascera a cidade, praticamente não tinha escolha o carioca primitivo. Caso a transbordante proliferação dos habitantes se acolhesse as elevações ilhadas entre charcos, o crescimento natural do Rio de Janeiro descentra-lizar-se-ia num arquipélago de vilarejos de administração dificultada para a Câmara. Além disso a contínua apreensão dos corsários tornaria problemática, na ocorrência de um ataque, uma rápida acolhida às muralhas do Castelo. Daí, o povoamento processar-se nas imediações do morro, sobretudo na restinga que o ligava ao de São Bento onde o mar penetrava então bem mais adentro, indo à atual rua 1.º de Março e a Candelária. [...] Do alto de seu morro inicial, ao baixar o carioca os olhos sôbie as redondezas, além da baía só se lhe deparavam estreitas línguas de areia bordando o mar, e, por trás delas, dilatadas rechãs empantanadas. Mas assim mesmo teve de descer. (Lamego, 1964, p. 161-163)

Inicialmente, colonizadores portugueses focaram na defesa e na exploração econômica, resultando em uma expansão improvisada, desigual e que não considerava as características naturais do Rio de Janeiro, como o relevo acidentado e a presença de rios e manguezais¹¹. Com o tempo, essa ocupação desordenada trouxe problemas de saneamento, falta de infraestrutura e dificuldades de circulação.

¹¹ Atualmente sabemos que a urbanização, ao longo dos séculos, levou à destruição de ecossistemas importantes, como brejos e manguezais, que foram aterrados para possibilitar a expansão urbana. Essa ocupação inicial deixou uma série de problemas que persistem até os dias atuais, como a vulnerabilidade a enchentes, a precariedade na infraestrutura urbana e a ocupação de áreas de risco.

Desta maneira, o solo dos aterros, que antes eram ocupados pelos brejos e mangues, foi formado pelos resíduos deixados pelos seres humanos: lixos e entulhos. Não existia um sistema de coleta de lixo, pois este quando não era utilizado nos aterros, era jogado nas ruas, que dependiam das chuvas para lavar a cidade. As áreas pantanosas são ressaltadas para Lamego (1964) e para Abreu (1997a) como desafios a serem vencidos para a construção da cidade.

O sítio sempre foi problemático, pela quebra abrupta de gradiente entre a encosta e a baixada situada ao nível do mar, e pela grande quantidade de **brejos, pântanos e lagoas**. Por isso, a conquista propriamente dita foi um processo longo e penoso. **O espaço da cidade do Rio de Janeiro teve que ser conquistado pelo homem através de dessecamentos e aterros, durante mais de 300 anos, até o século XIX.** (Abreu, 1997b, p. 15, grifo nosso).

Já a rede de drenagem era formada por valas que ficavam no nível do mar, e muitos de seus rios foram desviados e represados. Assim, o conjunto formado pela falta de coleta de lixo, rudimentar sistema de drenagem e a ocupação de áreas alagadiças deixava a cidade propensa a alagamentos e inundações quando ocorriam chuvas torrenciais (Abreu, 1997b). Mas o que o crescimento da cidade nos idos tempos de colônia tem a nos dizer sobre esses fenômenos da natureza atualmente?

Em janeiro e fevereiro de 2024, as fortes chuvas causaram alagamentos e deslizamentos no Estado do Rio de Janeiro, incluindo na capital, gerando forte mobilização pela criação do plano climático do Estado¹². No município, houve mortes e famílias que perderam seus pertences nos alagamentos. O mesmo ocorreu em junho de 2023, e a tendência é que estas “tragédias” continuem ocorrendo, principalmente em áreas mais vulneráveis da cidade.

O registro mais antigo sobre grandes inundações é de setembro de 1711. A relação da cidade com as enchentes é secular, mas o primeiro relatório sobre as questões relativas aos grandes volumes de chuva e inundações deu-se apenas em 1811, quando Dom João VI solicitou um estudo para a compreensão desse fenômeno (Abreu, 1997b).

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, a expansão urbana do centro e de outras partes da cidade começa a se dar de forma gradativa. Em 4 de julho de 1811, o então Tenente-General e Engenheiro João Manoel da Silva divulgou os estudos solicitados por Dom João VI. O relatório conclui que a topografia da cidade apresenta mudanças abruptas em seu gradiente, partindo de encostas íngremes a terrenos planos ao nível do mar, favorecendo um rápido escoamento de água das chuvas pelas vertentes e seu represamento nas áreas de baixada (Abreu, 1997b; Mello Júnior, 1988).

¹² No município do Rio de Janeiro, o Plano de Desenvolvimento e Ação Climática (PDS) foi instituído por decreto no dia 04 de junho de 2021.

À época, a vala do principal sistema de drenagem, que corresponde à atual Rua Uruguaiana, estava praticamente ao nível do mar, o que não permitia o escoamento dessas águas. Agravando toda essa problemática, a vala permanecia constantemente coberta de sujeiras, advindas dos dejetos jogados pela população (Abreu, 1997b). O Rio de Janeiro sofria com condições de saúde precárias, sem saneamento adequado, com ruas de terra e esgoto a céu aberto, o que favorecia a propagação de doenças:

As soluções apontadas em 1811 também não são diferentes de outras que seriam sugeridas e tentadas no restante do Século XIX e ainda no presente Século. A primeira era o nivelamento do solo da cidade – procedimento que no Século XX perderá força, mas que no Século XIX era importante. A cidade era muito desnivelada, com altos e baixos que formavam poças. A segunda sugestão contida no relatório apresentado a D. João VI era a abertura de um canal de drenagem no eixo do grande mangal interior chamado Mangal de São Diogo (por onde hoje corre o atual Canal do Mangue), e de valas auxiliares à vala mestra. E, finalmente, a terceira medida recomendada era o redirecionamento das águas das chuvas, para que melhor se dividissem entre as valas de drenagem. Para isso, sugeria-se o alteamento da cidade em alguns lugares e o rebaixamento em outros, de modo a evitar que toda a água continuasse indo para um único eixo de drenagem. (Não se falava ainda em reflorestamento, porque esta questão só se tornaria importante mais tarde, com a devastação causada pelas lavouras de café nas encostas do maciço da Tijuca – e que será atacada apenas na segunda metade do Século XIX, através de um programa importante de reflorestamento). (Abreu, 1997b, p. 17)

Por causa dos problemas políticos e econômicos do Brasil à época, as primeiras reformas relativas às enchentes só vieram a acontecer quatro décadas depois, a partir de 1850, quando o país já não ocupava mais o papel de colônia de Portugal. À medida que o Rio de Janeiro transitava para a segunda metade do século XIX, os elementos naturais se entrelaçavam ainda mais com as dinâmicas sociais e raciais cada vez mais latentes.

Durante este período, a organização e produção do espaço urbano começaram a refletir e reforçar uma estrutura social racializada e de classes, onde as decisões urbanísticas e a distribuição geográfica da população passaram a ser cada vez mais influenciadas por questões raciais e sociais, principalmente após a abolição da escravidão em 1888. Assim, a construção do espaço urbano na segunda metade do século XIX mostra, para além da transformação física da cidade, a evolução de suas relações sociais e de poder, expressas na produção socioespacial e organização racializada do espaço urbano.

1.2 UMA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO RACIALIZADA DO ESPAÇO URBANO DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO SÉCULO XX

A União da Ilha do Governador, canta, no samba de 1996 o sonho de Pereira Passos para a construção de uma “Cidade Maravilhosa: “Botei tudo abaixo / Levantei poeira / Dei muita porrada / Taí o Rio que sonhei / Pinteí meu Rio com retrato de Paris / Com a cidade iluminada / O carioca tem a noite mais feliz / Mostrando ao mundo a riqueza nacional / Meu Rio agora é *belle époque* tropical”. Mas, Cidade Maravilhosa para quem?

Desta forma, para entender a formação socioespacial do Rio de Janeiro – sobretudo os espaços urbanos – é necessário voltar ao início do século XIX, pois é a partir daí que a cidade começa a ser transformada de maneira radical. Todo este contexto busca trazer, também, o surgimento das favelas. Pelo fato de a área da pesquisa ser realizada na favela da Kelson’s (Marcílio Dias), no Rio de Janeiro, compreende-se que é necessário tratar do contexto histórico-geográfico que levou ao surgimento das favelas.

Diversos autores, como Abreu (1986), Valladares (2005) e Campos (2005), já estudaram o surgimento das favelas, cada um à sua ótica. Campos (2005) traz, inclusive, o paralelo entre quilombo e favela. Alguns são os grandes marcos para este surgimento: a abolição da escravidão em 1888, bem como as grandes reformas urbanísticas que ocorreram no Rio de Janeiro, começando com a reforma Pereira Passos, que teve início em 1902. A remoção tornou-se uma política recorrente ao se tratar de reformas na cidade, e foi desta maneira que a favela da Kelson’s (Marcílio Dias) começou a crescer na década de 1940.

Quem são os agentes sociais que produziram e produzem o espaço urbano desta cidade? Afinal, sua estrutura espacial já era racializada desde os primórdios da colonização portuguesa. Guimarães (2015) propõe um “Rio Negro de Janeiro”, afirmando que o Rio é uma cidade negra, desde o desembarque dos primeiros africanos no Cais do Valongo, no século XVI. Atualmente, no século XXI, é uma cidade negra pelas relações políticas, econômicas e sociais que se estabeleceram ao longo de sua formação socioespacial:

[...] espacialidades e territorialidades formadas como resultado de suas culturas, assim como nas inevitáveis características deixadas nas paisagens da cidade, é possível pensar em uma formação espacial negra observada a partir das reterritorialidades africanas impressas por meio de marcas negras, em forma de materialidades culturais, também no simbólico de suas relações de parentesco, políticas, econômicas e religiosas. Notamos limites territoriais bem demarcados a ponto de existir uma área na cidade denominada de “Pequena África Carioca”. (Guimarães, 2015, p. 2)

A autora destaca ainda o relevante papel das mulheres negras no século XIX, como esteios das comunidades negras e pelas frentes de trabalho comunal e pela religião, afirmando que parte do poder político, econômico e social era matrilinear, comandado por essas mulheres. Estas foram as pessoas que também construíram o espaço urbano do Rio de Janeiro, mas que constantemente são invisibilizadas como produtoras desse mesmo espaço.

Antes de 1808, a elite da cidade era formada por donos de terras e grandes comerciantes. Já a maior parte da população era composta por pessoas escravizadas, e uma pequena parte de trabalhadores livres. Com a chegada da família real em 1808, o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações que expandiram seu papel econômico, político e social (Abreu, 1986).

Evidencia-se, assim, uma história por muitas vezes negligenciada: a participação das pessoas negras escravizadas na construção do Rio de Janeiro colonial, que já se consolidava como um importante centro administrativo e comercial¹³, visto que se tornou a sede do Vice-Reinado do Brasil em 1763, sendo a capital do Brasil. A dualidade entre uma elite econômica que controlava a estrutura formal da cidade e das pessoas negras que moldavam o cotidiano urbano se intensifica com a chegada da corte em 1808.

Com a abertura dos portos em 1808, comerciantes ingleses e franceses também aportaram no Rio de Janeiro em busca de novos mercados, e, neste mesmo contexto, missões científicas europeias também foram realizadas, a fim de inventariar os recursos naturais tropicais da colônia. Com isso, houve um aumento da imigração europeia na cidade, que era habitada em sua maioria por negros africanos e brasileiros (Abreu, 1997; Benchimol, 1990).

Segundo Abreu (1986), é a partir do período de chegada da coroa portuguesa que a cidade inicia a transformação radical de sua forma urbana e passa a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Os usos da cidade também começam a mudar.

Também é importante salientar que, com a chegada da corte de Portugal, a área urbana do Rio de Janeiro começou a se expandir para além do centro. Estima-se que, no mínimo, 15 mil pessoas vieram junto da comitiva da família real em 1808, enquanto a estimativa de habitantes da cidade antes da chegada da coroa era de 50 mil pessoas (Benchimol, 1990). Somado ao aumento do fluxo de pessoas vindas da Europa para o Brasil, o espaço urbano começa a crescer de maneira contínua e desordenada.

¹³ Antes da transferência da corte para o Rio de Janeiro já desempenhava um papel importante como cidade portuária e centro de comércio colonial, inclusive o comércio de pessoas negras escravizadas.

Houve, então, uma nova etapa na formação da cidade com a redefinição de seu papel e funções, ultrapassando seu *status* colonial. A abertura dos portos decretou o fim do pacto colonial, integrando o Brasil ao mercado mundial, principalmente com a Inglaterra – berço da industrialização capitalista. Com isso, a atividade comercial no Rio de Janeiro cresceu, assim como a migração de proprietários rurais e europeus em busca desses mercados. As relações sociais escravistas e o caráter mercantil da vida econômica definiram a formação socioespacial carioca nesta época (Benchimol, 1990).

A cidade passa por transformações significativas, tanto em sua aparência quanto em sua estrutura social. A chegada da família real introduz uma classe social até então praticamente inexistente, que cria demandas materiais que atendem aos interesses dessa elite, além de facilitar as atividades econômicas, políticas e ideológicas que o Rio de Janeiro começa a desempenhar.

A independência política e o advento da economia cafeeira inauguram uma nova fase de expansão econômica, atraindo, de forma crescente ao longo do século, muitos trabalhadores livres – tanto nacionais quanto estrangeiros. A abertura dos portos também ocasionou a chegada de produtos ingleses, que procuravam mercados para expandir sua economia desde a Revolução Industrial e o surgimento do capitalismo (Benchimol, 1990; Abreu, 1997a).

Assim, o Rio de Janeiro passou a ser influenciado por duas lógicas distintas: a escravista e a capitalista. Os conflitos gerados por essa dualidade se refletiram de maneira nítida no espaço urbano e nas contradições de relações sociais de lógicas opostas, pois, ao mesmo tempo em que tentava se modernizar, o modelo de sociedade ainda se pautava na escravização e no tráfico de pessoas negras. No cenário mundial, a Inglaterra vinha do processo da Primeira Revolução Industrial, tentando obter novos mercados e compradores, e foi assim que os produtos ingleses começaram a chegar ao Brasil: era o início da introdução do capitalismo (Abreu, 1986).

A cidade se expande, e sua formação socioespacial vai ganhando novos contornos, com novas relações de produção e de uso do espaço que começa a se tornar urbano. A sociedade brasileira, ainda estruturada em relações de produção colonialistas e baseadas na escravidão, continuou por algum tempo a coexistir de maneira contraditória com os novos elementos capitalistas que começavam a se estabelecer.

Segundo Benchimol (1990), temos, no setor econômico, cinco movimentos acontecendo de maneira simultânea: (1) a entrada do capital estrangeiro, inicialmente inglês, para a construção de obras públicas; (2) a abertura dos portos para a comercialização de produtos de países que tinham relações com Portugal, colocando fim no pacto colonial; (3) a exploração da

terra, ainda pautada na lógica colonial, por meio do plantio de cana-de-açúcar, café e a extração do ouro; (4) o sequestro, tráfico e comércio de pessoas negras; (5) a escravização e exploração de pessoas negras para a manutenção da vida da sociedade escravocrata e da cidade.

Dessa forma, o Brasil começa sua abertura para uma lógica de mercado capitalista com base colonialista e escravista. O primeiro banco, o Banco do Brasil, foi criado em 1808, bem como a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e o Tesouro Real (Benchimol, 1990). Inicia-se a tentativa de modernização e apagamento do passado colonial, principalmente depois da independência em 1822.

Benchimol (1990) afirma que entre 1808 e 1816 foram construídas 600 casas na cidade e 150 em seus arredores – chácaras que serviam de residência de verão dos senhores, que vinham acompanhados das pessoas que eram escravizadas na época. Para este acelerado crescimento, foi necessário realizar obras de drenagem, bem como mais aterros:

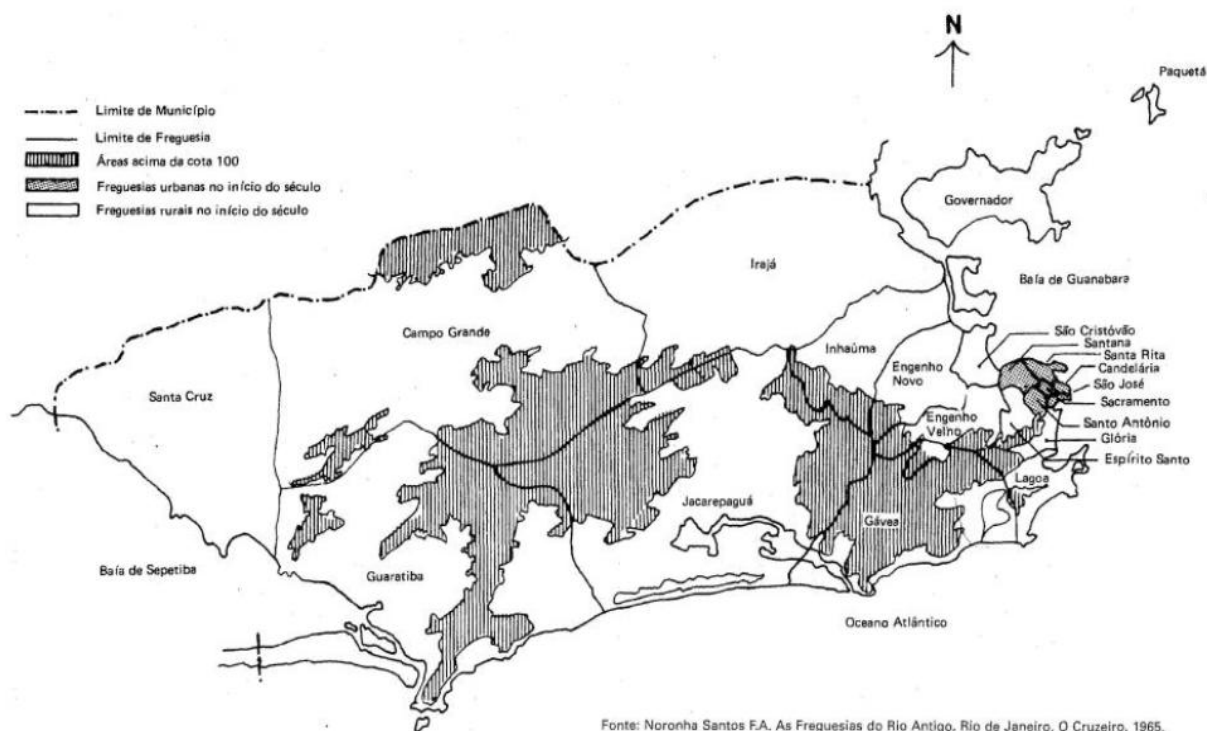
Apesar das qualidades da baía para as atividades portuárias, os pântanos e lagoas existentes nas planícies adjacentes, assim como o relevo montanhoso de ambos os lados da baía constituíram obstáculos à expansão da malha urbana e exigiram, ao longo do tempo, muitas obras de aterro, dessecamento e canalização. A várzea foi progressivamente aterrada e a planta da cidade condicionada pela topografia acabava, a oeste, numa zona de contornos incertos chamada Campo de Santana e ao sul, num jardim inaugurado em 1783, o Passeio Público, que já renunciava a expansão em direção ao Flamengo e Botafogo. (Benchimol, 1990, p. 25)

Nota-se, aqui, a importância da Baía de Guanabara para as atividades comerciais e portuárias na cidade, porém sem citar ainda sua importância ambiental. Na época, a urbanização visava transformar as áreas alagadas em potencial de construção. Assim, o aterramento dos pântanos, bem como a construção de pontes, tornara possível a construção de novos bairros no centro, inclusive o que conhecemos hoje como Cidade Nova (Benchimol, 1990).

Cinco freguesias faziam parte da área urbana em expansão: Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana – que correspondiam, de modo geral, à atual região do Centro e da Zona Portuária. A oeste, estendia-se o manguezal formado pelas águas do Saco de São Diogo, que se espalhavam até as proximidades do Campo de Santana.

O núcleo urbano se desenvolvia com os processos de crescimento populacional, a intensificação do comércio e o aumento dos postos de trabalho, o que contribuiu para o surgimento de um novo bairro, chamado Cidade Nova (em contraposição à Cidade Velha colonial), conectado à ocupação do Engenho Velho, especialmente na área de São Cristóvão, bairro que abrigava a família real (Benchimol, 1990).

Figura 2 - Freguesias do Rio de Janeiro no século XIX, desenvolvido por Noronha Santos



Fonte: Abreu (1997a)

É possível observar no mapa da Figura 2 que, no início do século XIX, o Rio de Janeiro era dividido em 21 freguesias, que delimitavam a organização do espaço da cidade. Com a chegada de novas elites econômicas, as freguesias cresceram para além do centro. Dessa forma, a produção e organização racializada do espaço urbano começam a tomar novas dimensões, com a separação dos usos da cidade e classes sociais no antigo espaço colonial, que tentava se modernizar.

O trabalho de força braçal que produzia o espaço e a economia urbana era feito por pessoas escravizadas, assim como a circulação de mercadorias, pessoas e os serviços de manutenção das moradias urbanas. A circulação de águas e esgoto, que era feita de maneira manual, também era trabalho das pessoas escravizadas que buscavam água das fontes públicas.

Benchimol (1990) afirma que a retirada de esgotos, antes de se tornar um serviço “público” que ficava a cargo de companhias estrangeiras, era realizada por pessoas escravizadas. Não existiam fossas ou latrinas, e os escravizados levavam cabungos – recipientes de madeira que recolhiam materiais fecais – acima da cabeça, e despejavam os dejetos em certos locais da Baía de Guanabara. A realização desse serviço era, muitas vezes, uma forma de punição para o escravizado, pois, além de degradante, excluía do convívio com os demais espaços coletivos da cidade. Os escravizados que faziam esta função eram chamados de tigres,

pois os vasilhames não eram trocados com frequência e apodreciam, deixando em certos momentos vaziar seu conteúdo no carregador, que ficava com as costas listradas por causa dos dejetos (Cruz, 2018).

As obras particulares e públicas também foram construídas por meio do trabalho dos chamados “escravos de ganho”¹⁴, e assim, a cidade era movida e produzida por meio do trabalho de pessoas escravizadas. Junto das construções de casas e das obras de infraestrutura pública, acontecia também o início das propostas de remodelamento urbano do Rio de Janeiro – afinal, com a chegada de tantas pessoas, era necessário que a infraestrutura da cidade comportasse tanto a quantidade de novos habitantes quanto as diferentes classes sociais que se formavam nessa época.

Em 1816 a missão artística francesa aporta na cidade com os primeiros planos urbanísticos para o Rio de Janeiro, que trazia “uma concepção de arte e de organização do espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da revolução industrial e do trabalho assalariado livre” (Benchimol, 1990, p. 36).

Neste movimento, o arquiteto Grandjean de Montigny chega ao Brasil, trazendo a concepção de estruturas no estilo neoclássico, para que a corte pudesse exibir seu poder por meio da arquitetura urbana, reproduzindo a arquitetura monumental da metrópole. Assim, o arquiteto projetou edifícios monumentais, remodelou ruas de maneira regular e simétrica e que atravessaram os densos casarios coloniais, conforme o urbanismo clássico francês (Benchimol, 1990).

Em 1825, de Montigny concebeu projetos de urbanização do centro do Rio de Janeiro, que incluíam a criação de novas avenidas e a reestruturação de áreas centrais, visando melhorar a circulação e a qualidade de vida dos habitantes da cidade. Também planejou a remodelação da Praça XV de Novembro, que no projeto original se tornaria importante ponto de encontro e deveria ser integrada a outras áreas por meio de avenidas e calçadas amplas. Esta reforma também visava, em sua visão, embelezar a cidade e criar um espaço que promovesse a socialização e a vida urbana, refletindo as ideias da estética urbana europeia.

Já em 1826, planejou a reestruturação do trecho da “cidade velha” para construir um novo palácio imperial para Dom Pedro I, inspirado em Versalhes. Estas obras, porém, não foram realizadas. Assim, o arquiteto concebeu as primeiras ideias de intervenção urbanística para o

¹⁴ Os escravos de ganho eram também chamados de escravos urbanos, e trabalhavam para os senhores em atividades comerciais, como transporte de mercadorias ou prestação de serviços, como as obras. Eles podiam guardar parte do dinheiro que recebiam, mas a maior parte era destinada ao senhor, que os alugava para terceiros. Algumas pessoas escravizadas conseguiam suas alforrias juntando esse dinheiro, e muitos homens livres viviam às custas desse trabalho dos escravos de ganho.

Rio de Janeiro, mesmo que alguns de seus projetos não tenham sido concretizados (Mello Junior, 1988). Apesar de muitos projetos urbanísticos terem ficado apenas no papel durante as primeiras, abriram espaço para discussões urbanas mais amplas e fundamentaram intervenções posteriores. Desta maneira, as ideias para reorganizar e “embelezar” o Rio de Janeiro foram ganhando força com o passar das décadas do século XIX.

A cidade continua a crescer, e a partir de 1834, temos grande expansão para o que hoje corresponde aos bairros da Glória, Catete, Flamengo e Botafogo, bem como para a freguesia de São Cristóvão, que abrigava a família real desde 1808 no Palácio de São Cristóvão, atual sede do Museu Nacional (UFRJ). Algumas chácaras deixam de ser locais de lazer dos finais de semana e veraneio para tornarem-se residência de famílias de alta renda (Abreu, 1997a).

Segundo Benchimol (1990), a cidade alcançou 100 mil habitantes em 1822 e 135 mil em 1840. Estima-se que em 1843 a cidade possuía 4.363 sobrados e 9.742 casas térreas (Mello Junior, 1988). Desta maneira, se faz necessária a criação de planos e propostas de intervenção urbanística para acompanhar o crescimento e adensamento urbano.

Em 1816, a missão artística francesa aporta na cidade com os primeiros planos urbanísticos para o Rio de Janeiro, que traziam “uma concepção de arte e de organização do espaço que correspondia à Europa da razão burguesa, contemporânea da revolução industrial e do trabalho assalariado livre” (Benchimol, 1990, p. 36).

Nesse movimento, o arquiteto Grandjean de Montigny chega ao Brasil, trazendo a concepção de estruturas no estilo neoclássico, para que a corte pudesse exibir seu poder por meio da arquitetura urbana, reproduzindo a arquitetura monumental da metrópole. Assim, o arquiteto projetou edifícios monumentais e remodelou ruas de maneira regular e simétrica, que atravessaram os densos casarios coloniais, conforme o urbanismo clássico francês (Benchimol, 1990).

Em 1825, de Montigny concebeu projetos de urbanização do centro do Rio de Janeiro, que incluíam a criação de novas avenidas e a reestruturação de áreas centrais, visando melhorar a circulação e a qualidade de vida dos habitantes da cidade. Também planejou a remodelação da Praça XV de Novembro, que no projeto original se tornaria importante ponto de encontro e deveria ser integrada a outras áreas por meio de avenidas e calçadas amplas. Esta reforma também visava, em sua concepção, embelezar a cidade e criar um espaço que promovesse a socialização e a vida urbana, refletindo as ideias da estética urbana europeia.

Já em 1826, planejou a reestruturação do trecho da “cidade velha” para construir um novo palácio imperial para Dom Pedro I, inspirado em Versalhes. Estas obras, porém, não foram

realizadas. Assim, o arquiteto concebeu as primeiras ideias de intervenção urbanística para o Rio de Janeiro, mesmo que alguns de seus projetos não tenham sido concretizados (Mello Júnior, 1988). Apesar de muitos projetos urbanísticos terem ficado apenas no papel durante as primeiras décadas, abriram espaço para discussões urbanas mais amplas e fundamentaram intervenções posteriores. Dessa maneira, as ideias para reorganizar e “embelezar” o Rio de Janeiro foram ganhando força com o passar das décadas do século XIX.

A cidade continua a crescer, e a partir de 1834 temos grande expansão para o que hoje corresponde aos bairros da Glória, Catete, Flamengo e Botafogo, bem como para a freguesia de São Cristóvão, que abrigava a família real desde 1808 no Palácio de São Cristóvão, atual sede do Museu Nacional (UFRJ). Algumas chácaras deixam de ser locais de lazer nos finais de semana e veraneio para tornarem-se residência de famílias de alta renda (Abreu, 1997a).

Segundo Benchimol (1990), a cidade alcançou 100 mil habitantes em 1822 e 135 mil em 1840. Estima-se que em 1843 a cidade possuía 4.363 sobrados e 9.742 casas térreas (Mello Júnior, 1988). Dessa maneira, fazia-se necessária a criação de planos e propostas de intervenção urbanística para acompanhar o crescimento e adensamento urbano.

Uma das primeiras propostas de intervenção urbanística do Rio de Janeiro foi por meio de um relatório realizado em 1843 pelo Visconde de Beaurepaire Rohan – ex-diretor de obras municipais. Este é considerado “um dos primeiros e raros documentos de pensamento urbano sobre o Rio de Janeiro e importante para o estudo de sua evolução urbana” (Mello Júnior, 1988, p. 163). Nele, o autor apontava algumas das questões que a cidade enfrentava relacionadas ao saneamento, enquanto outras ideias eram voltadas para o “aformoseamento” da cidade.

À priori, seu projeto não obteve aprovação na Câmara Municipal, mas posteriormente muitas de suas ideias foram realizadas – como por exemplo a canalização do hoje conhecido como Canal do Mangue¹⁵, entre as Avenidas Presidente Vargas e Francisco Bicalho. A obra só ocorreu quase 15 anos depois de sua proposta, de 1857 a 1860. O local era um manguezal, chamado Mangue de São Diogo (ou Saco de São Diogo). Assim, com o crescimento acelerado da população e a expansão da área urbana, tornou-se cada vez mais necessário planejar a cidade.

No relatório, Beaurepaire sugeriu a supressão de valas e o uso de esgoto pluvial pelas calçadas, sendo terminantemente contra a ideia de descarregar os despejos nas praias. Sugeria, também, a arborização pública a fim de purificar a atmosfera, assim como o sepultamento em cemitérios circunvizinhos ao centro, em detrimento dos sepultamentos realizados dentro das

¹⁵ Obra que já havia sido citada no relatório de 1811 escrito por João Manoel da Silva a pedido de Dom João IV, proposta por Grandjean de Montigny.

igrejas (Mello Júnior, 1988). Nota-se, dessa maneira, preocupações relativas à saúde e ao saneamento da cidade, assim como a realização de planos setoriais.

De acordo com Abreu (1997a), a independência política e o início da era do café inauguraram uma nova fase de crescimento econômico, o que atraiu, de forma progressiva, um grande contingente de trabalhadores livres, tanto nacionais quanto estrangeiros. Em meados do século XIX, a cidade também passou a atrair consideráveis investimentos internacionais, e uma parte significativa desses recursos foi direcionada para obras de serviços públicos, como transporte, esgoto e gás, que eram obtidos por meio de concessões do Estado:

As freguesias centrais, por sua vez, embora pouco tivessem modificado a sua forma-aparência durante o período, passaram, a partir de 1850, a sofrer inúmeras transformações. Para isso contribuíram tanto o Estado como o capital estrangeiro, que pouco a pouco obtinha concessões do Governo Imperial para a provisão de serviços públicos. As atividades produtivas aí localizadas foram, assim, as primeiras a se beneficiar das benesses urbanísticas modernas. [...] Nesse mesmo ano, através da iniciativa de Mauá, a iluminação a gás é inaugurada no centro, que passa a se beneficiar também, em 1862, do serviço de esgotos sanitários concedidos à empresa inglesa Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, passando o Rio a ser a quinta cidade do mundo a possuir esse tipo de serviço. (Abreu, 1997a, p. 42)

Segundo Abreu (1997a), esse processo de desenvolvimento em parceria com capitais privados internacionais já vinha ocorrendo desde 1835, quando a Sociedade de Navegação de Niterói inaugurou o serviço regular de barcas a vapor entre Rio e Niterói. Na época, o uso das barcas a vapor era uma novidade moderna, trazendo agilidade e eficiência para a travessia da Baía de Guanabara e facilitando o comércio entre as duas margens. Essa tecnologia representava um avanço em relação às embarcações movidas a remo ou vela, proporcionando um transporte mais rápido e confiável. O litoral oriental, repleto de chácaras e pequenas propriedades rurais, passou a abastecer com maior regularidade a Corte, que demandava produtos para atender à sua crescente população.

O aumento no fluxo de passageiros e mercadorias despertou o interesse do capital internacional, que, abundante naquela época, procurava investir em fontes de lucro seguras e promissoras. Em 1862, com o apoio de capitais estadunidenses, foi lançado o serviço de barcas a vapor do sistema *ferry*, que, devido à sua velocidade e capacidade para o transporte de veículos, superou a companhia nacional então responsável, levando-a à falência (Abreu, 1997a). Esse avanço na tecnologia de transporte marcou o início da intervenção e do controle internacional nos serviços públicos da cidade, um processo que se intensificaria a partir de 1870 com a expansão das ferrovias para os subúrbios. São diversos os tipos de serviços públicos

ofertados por meio de setores privados, o que demonstra que este tipo de parceria no Brasil vem de longa data.

Além do capital estrangeiro, um dos grandes investidores de capital privado em obras públicas era Irineu Evangelista de Souza, o Barão – posteriormente Visconde de Mauá. Implantou a primeira fundição de ferro, incentivou financeiramente a construção da primeira ferrovia, bem como a instalação da iluminação pública a gás na cidade, e realizou obras de aterros e drenagem em diversas localidades do centro (Abreu, 1986).

A cidade, que passava por inúmeras modernidades, recebia cada vez mais habitantes, e seu planejamento não acompanhava o crescimento populacional. Dessa maneira, surgiram os ideais higienistas e de embelezamento urbano (Campos, 2005; Silva, 2019). Segundo Campos (2005), o Rio de Janeiro passou de mais de 50 mil habitantes em 1808 para 250 mil em 1870, ou seja, quintuplicou o número de habitantes em menos de sete décadas. Assim, a ideia de remodelação do espaço urbano, mais especificamente do centro da cidade, começava a efervescer nesta época.

Foram produzidos novos relatórios contendo projetos de planejamento urbano para o Rio, realizados pela Comissão de Melhoramentos de 1875 e 1876. O canal do Manguê, novamente, aparece no relatório da comissão, pois existiam questões de saúde relativas ao saneamento e às enchentes. Assim, foram sugeridas medidas para que o canal não recebesse dejetos provenientes das casas, que poderiam causar infecções. A ideia era que este se mantivesse limpo, e com saída para o mar.

Também foi trazida a sugestão de nivelamento do canal, compreendendo que esta área continuaria a ser alagadiça, mas esta medida auxiliaria a questão das enchentes durante as chuvas torrenciais e possibilitaria a navegação. Os autores do estudo ressaltam que o dessecamento completo dos pântanos não seria possível, pois estes provêm da falta de canalização regular das águas que descem dos morros¹⁶.

Assim, o primeiro relatório abrangia os bairros de São Cristóvão – aristocrático, onde estava localizada a residência do então Imperador Dom Pedro II – e os bairros de Engenho Velho, Rio Comprido e Andaraí. Já o segundo plano estudava a zona central e a Zona Sul, que até então era composta pelos bairros da Glória, Catete, Botafogo e Laranjeiras (Mello Júnior, 1988).

Em ambos os relatórios, a questão sanitária referente ao esgoto está presente – mostrando a preocupação com a salubridade na cidade, e os próprios relatores apontam que este

¹⁶ 1º Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, 1875.

movimento já estava acontecendo em cidades europeias. Vale ressaltar que um dos engenheiros que assinava os relatórios da Comissão era Francisco Pereira Passos, que, entre 1902 e 1906, foi prefeito do Rio de Janeiro.

[...] O documento tratava do primeiro projeto de intervenção urbanística da cidade do Rio de Janeiro, numa década de profundas transformações sociais, em que remodelar a cidade afetaria toda a população carioca, mas em especial a pobre e negra. Os autores do projeto também despertaram curiosidade: engenheiros que serviram às últimas décadas da monarquia, formados pela *Ponts et Chaussées*, e que teriam grande atuação no início da República. Entre eles, Francisco Pereira Passos, o “Hausmann tropical”, futuro Prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1902-1906), eternizado pela literatura como o grande interventor da área central e que promoveu a remoção de centenas de habitações populares e seus moradores. (Silva, 2019, p. 17)

As discussões referentes às reformas urbanas ocorriam desde o século XVIII, mas só começam a ser colocadas em prática na segunda metade do século XIX, quando os discursos higienistas ganharam mais força no Brasil. O principal mote da ideologia higienista era a tentativa de aplacar as epidemias de febre amarela e de cólera, mas na realidade havia também um forte discurso racista e classista por trás da higiene urbana, a fim de expulsar populações pretas e pobres do centro da cidade. Já havia, nesses relatórios, apontamentos de que os cortiços prejudicavam a salubridade e higiene da cidade pela falta de janelas e pelo amontoado de pessoas em pequenos espaços:

Sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também a sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central. A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase que anualmente na cidade a partir de 1850. (Abreu, 1997a, p. 42).

Também, na década de 1850, temos o final do tráfico negreiro¹⁷ – marco de ordem social. Houve uma intensa repressão por parte dos ingleses para o fim do tráfico, que era lucrativo para a Coroa Portuguesa. Após o início da Revolução Industrial, os ingleses passaram a priorizar o trabalho assalariado e o livre-comércio, e perceberam que a escravização e o tráfico de pessoas sustentavam sistemas agrícolas que competiam com os produtos britânicos. Além disso, ao promover o fim do tráfico, os ingleses esperavam abrir mercados para seus produtos industriais, especialmente em países como o Brasil, que poderia vir a ser um grande consumidor de bens manufaturados – algo que começou a ocorrer com o fim do pacto colonial (Lamounier, 2000, 2008).

¹⁷ Que mesmo proibido em 1850, continuou a ocorrer de maneira clandestina.

Assim, a construção das linhas férreas no Rio de Janeiro se dá a partir da lógica capitalista de mercado, apesar de o Brasil em 1850 ainda se pautar em lógicas escravistas e não ter se tornado uma República. As obras de melhorias urbanas – como a construção de ferrovias – também seguem essa lógica, a partir do momento em que são realizadas por meio do capital privado e de concessões de bens públicos para este fim.

É importante frisar que, além do início da construção de ferrovias em 1850, também acontece um marco na legislação brasileira: a Lei de Terras, que instituiu a obrigatoriedade da compra para a aquisição de terras públicas. Essa lei buscou transformar a terra em uma mercadoria, proibindo novas concessões gratuitas de terras e limitando o acesso a quem tivesse recursos para comprá-las. Pode-se afirmar que 1850 foi um ano “chave”, uma virada para a acumulação de terras em um embrionário sistema capitalista na cidade.

Com o fim do tráfico de pessoas escravizadas em 1850, a elite agrária precisava controlar o acesso à terra para manter a mão de obra nas fazendas e evitar a formação de pequenas propriedades independentes que poderiam abrigar trabalhadores livres ou ex-escravos. A medida foi uma tentativa de impedir que ex-escravizados e camponeses pobres pudessem obter terras, mantendo-os dependentes dos grandes proprietários e latifundiários. Assim, a terra passa a ser mercadoria, a ter valor de troca.

A Lei de Terras também foi uma maneira de, gradualmente, “trocar” a riqueza que até então era “medida” pela posse de pessoas escravizadas para a posse de terras. O fim do tráfico de pessoas negras foi promulgado dia 4 de setembro de 1850. Já a Lei de Terras foi promulgada praticamente duas semanas depois: no dia 18 de setembro de 1850. Com o sistema escravista em declínio, pelo menos desde 1850, fica evidente que as classes dominantes e o Estado exerciam um controle cada vez menor sobre os negros escravizados, especialmente em razão da crise na produção de açúcar a partir desse período.

Sendo assim, é possível supor que os quilombos periurbanos começaram a acolher, desde então, uma parcela significativa da população escravizada, além de outros grupos marginalizados, o que causava tensões com a Corte imperial. No processo de expansão urbana que ocorreu nas freguesias rurais e periurbanas, especialmente entre 1850 e 1888, a ocupação desses territórios deu-se, em grande parte, por meio dos quilombos:

Pela apropriação espacial empreendida até a data da Abolição, 13/5/1888, os negros quilombolas só poderiam ser criminalizados se a propriedade do terreno fosse reivindicada por terceiro ou pelo próprio Estado. Entretanto, existe evidência de que as terras apropriadas tanto nas freguesias urbanas quanto nas periurbanas foram postas na ilegalidade, não se admitindo a propriedade das pessoas não-brancas. A Lei de Terras, editada em 1850, que impedia a propriedade de qualquer parcela de solo por

negro escravo, continuou a valer em muitos lugares do país, inclusive na província do Rio de Janeiro. Este tema, com certeza, mereceria uma pesquisa própria, dada a sua importância para a formação sócio-espacial brasileira. (Campos, 2005, p. 90)

A Lei de Terras de 1850, ao estabelecer que o acesso à terra só seria possível por meio da compra, excluiu a população negra de qualquer possibilidade legal de propriedade fundiária. Até então, os negros quilombolas só poderiam ser criminalizados por ocupação de terras se houvesse uma reivindicação formal por parte do Estado ou de terceiros. A Lei de Terras tornou essas ocupações ilegais ao não reconhecer a posse por pessoas não-brancas e exigir a compra formal, algo inviável para a maioria das pessoas negras da época. Isso reforçou a exclusão da população negra, mantendo-a em condição de vulnerabilidade, e foi mais um marco da criminalização das pessoas negras no país, que se intensificou no pós-abolição.

A manutenção desse quadro, mesmo após a abolição em 1888, foi um fator essencial para o desenvolvimento socioespacial brasileiro, pois impediu a inserção dos negros libertos na economia formal de terras e limitou suas opções aos cortiços e áreas periféricas, o que contribuiu para a formação das periferias e favelas urbanas. Essa política da Lei de Terras perdurou até a Constituição Federal de 1988. Sobre este ponto, Campos (2005) afirma que:

Pela apropriação espacial empreendida até a data da Abolição, 13/5/1888, os negros quilombolas só poderiam ser criminalizados se a propriedade do terreno fosse reivindicada por terceiro ou pelo próprio Estado. Entretanto, existe evidência de que as terras apropriadas tanto nas freguesias urbanas quanto nas periurbanas foram postas na ilegalidade, não se admitindo a propriedade das pessoas não-brancas. A Lei de Terras, editada em 1850, que impedia a propriedade de qualquer parcela de solo por negro escravo, continuou a valer em muitos lugares do país, inclusive na província do Rio de Janeiro. Este tema, com certeza, mereceria uma pesquisa própria, dada a sua importância para a formação sócio-espacial brasileira. (Campos, 2005, p. 90)

O autor discute a produção do espaço das favelas cariocas, que remonta aos tempos da abolição, chamado de “modelo cívico brasileiro” por Santos (1997). Temos o racismo estrutural e a marginalização de parte da população negra na sociedade, na produção do espaço, no mercado de trabalho e na educação como alguns dos frutos do passado de escravização e da abolição inconclusa. O modelo cívico de formação socioespacial brasileira, em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, foi herdado da escravidão e marcou os espaços, os corpos e as relações políticas, culturais e sociais do Brasil.

Segundo Santos (1997), a escravidão deixou marcas profundas no território, no espírito, na mentalidade coletiva e continua a influenciar as relações sociais no país. No Brasil, é a economia que define quais aspectos do modelo cívico podem ser implementados. Esse desequilíbrio tornou-se ainda mais agravado durante o regime autoritário ditatorial e segue no contexto da atual democracia.

A própria organização territorial reflete essa lógica corporativa: a metropolização e a alocação dos recursos nacionais priorizam os interesses das grandes corporações e das elites, enquanto marginalizam a maior parte da população, especialmente a população negra. O essencial dos recursos públicos é absorvido por essas corporações, o que explica por que tantas camadas da sociedade se encontram marginalizadas, com precário acesso a condições básicas de vida e serviços sociais fundamentais. Esse modelo coloca a economia acima das necessidades sociais, com os recursos públicos concentrados em interesses de mercado, o que restringe o acesso a serviços básicos e direitos fundamentais. Essa dinâmica afeta de maneira ainda mais severa a população negra (Santos, 1997).

Refletindo sobre o modelo cívico brasileiro herdado da escravidão, Santos (1997) cria o conceito de “cidadanias mutiladas”, referindo-se ao direito à plena cidadania no país. A partir do momento em que as oportunidades de ingresso no trabalho, saneamento, moradia, saúde, circulação e educação são negadas, a cidadania já é mutilada, ou seja, não é plena.

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção, cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. Esse famoso direito de ir e vir, que alguns nem imaginam existir, mas que na verdade é tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação. (Santos, 1997, p. 134)

Esse cenário ajudou a formar a desigualdade espacial e urbana, em que populações excluídas, sem acesso à terra ou moradia digna, passaram a ocupar áreas periféricas, como as favelas, criadas em resposta à falta de inclusão no modelo urbano que se desenhava desde antes de 1850 e se intensifica com a criação da Lei de Terras. A desigualdade, dessa forma, espacializa-se de maneira cada vez mais intensa.

O solo urbano passa a ser tratado como uma mercadoria, e essa tensão entre os valores de uso e de troca é central para entender como o espaço é produzido e organizado. Segundo Lefebvre (2001, 2013), é impossível pensar a cidade moderna sem concebê-la como produto. A cidade e seu núcleo urbano tornam-se produto de consumo para estrangeiros, turistas e pessoas oriundas da periferia, suburbanos, e sobrevivem graças ao duplo papel de local de consumo e consumo do local. Para o autor, a cidade também depende de seu valor de uso. É por meio do espaço que se estabelecem as relações sociais, e sua produção pode ser entendida como a reprodução dos meios de produção e das relações sociais, da vida e dos indivíduos.

Em meados do século XIX, comerciantes, proprietários de terra, senhores de engenho e fazendeiros viam nas ferrovias uma solução para mitigar os efeitos negativos do fim do tráfico

internacional de escravos e de um possível término da escravidão, pois as ferrovias prometiam reduzir os custos de transporte e trazer progresso e trabalho livre. A preocupação com a “escassez de braços” se intensificou após a aprovação da Lei Rio Branco, em 1871, que estabelecia a libertação gradual das pessoas escravizadas (Lamounier, 2008).

Assim, a dinâmica urbana do Rio de Janeiro no início do século XIX é marcada pela proximidade espacial entre diferentes classes sociais. Era uma cidade majoritariamente formada por pessoas escravizadas, com poucos trabalhadores livres e uma elite política e econômica bastante reduzida – e branca.

A cultura do café impulsionou o desenvolvimento dos transportes, da indústria e o crescimento dos subúrbios, e, com o início das obras ferroviárias na década de 1850, os laços comerciais entre Brasil e Inglaterra começaram a se estreitar. Os equipamentos e materiais para a construção das ferrovias eram importados da Inglaterra (Lamounier, 2000, 2008).

A implantação de estradas de ferro no Brasil enfrentou diversas dificuldades e desafios, pois, para atrair investidores, o governo adotou um sistema de concessões, característico da política de infraestrutura do período imperial. Entre o final do século XIX e o início do século XX, recursos financeiros, especialmente provenientes de investidores britânicos, impulsionaram significativamente a construção de ferrovias no país (Lamounier, 2000, 2008).

Segundo Lamounier (2000, 2008), a literatura em geral relaciona a implantação das ferrovias ao desenvolvimento do capitalismo, especialmente ao processo de industrialização e à expansão das relações de trabalho assalariado. Assim, algumas transformações – que consolidaram as relações capitalistas no Brasil – ocorreram a partir da segunda metade do século XIX, como a modernização na produção e beneficiamento de produtos de exportação (o café e o açúcar); a reorganização do trabalho agrícola; a abolição da escravidão; o incentivo à imigração; e a difusão do sistema de colonato.

Já a partir de 1870, observa-se a formação de empresas organizadas nos moldes capitalistas, que atuam em setores interligados, como transporte e serviços urbanos. Essas empresas, em grande parte, foram financiadas e dirigidas pelo capital estrangeiro e contribuíram para ampliar os processos de industrialização e urbanização (Lamounier, 2000, 2008).

As dificuldades e os desafios para implantar estradas de ferro no Brasil eram muitos. Procurando atrair investidores, o governo implantou um sistema de concessões, que se tornou característico da política de infraestrutura do período imperial. Entre o final do século XIX e o início do século XX, os recursos, sobretudo dos britânicos, alavancaram a construção de linhas

férreas. Também foram os britânicos que arremataram as primeiras concessões das ferrovias brasileiras nesse período.

Temos, assim, a ligação do capital inglês, a busca de mercados e a construção das ferrovias na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, bem como do Brasil. A expansão ferroviária, além de facilitar a entrada de capital estrangeiro no país, visava também impulsionar a economia exportadora, facilitando o transporte do café. As primeiras linhas foram projetadas para conectar diretamente os centros de produção agrícola e de mineração aos portos ou superar obstáculos à navegação fluvial, garantindo o escoamento eficiente dos produtos para o mercado externo (Abreu, 1986).

Em 1870 temos, também, a divisão das freguesias, ocasionada pelo crescimento da quantidade de linhas férreas (Abreu, 1997a). Os bondes¹⁸ foram alocados em áreas que já estavam urbanizadas ou retalhadas em chácaras, mas em contraponto, os trens “foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais” (Abreu, 1997a, p. 50).

A cidade começa, assim, a se expandir para os subúrbios, que ainda não eram acessíveis para parte considerável da população, pois quem não conseguia se deslocar para as áreas mais distantes continuava a morar em cortiços no centro da cidade. Dessa forma, incentivada pelos capitais estrangeiros, o Rio de Janeiro passa cada vez mais para a categoria de mercado em seu valor de troca. Na lógica capitalista, o espaço é um meio de produção materialista, controle e potência, locus das relações sociais e de produção do trabalho (Lefebvre, 2013).

Há uma diferença entre os subúrbios cariocas e parisienses. Lefebvre (2013) escreve sua teoria tomando Paris como exemplo, onde os subúrbios são o local que a classe média escolhe para morar. Outro exemplo desse tipo de localidade são os subúrbios que aparecem nos filmes e seriados estadunidenses. No Brasil, segundo Fernandes (2011), o conceito de subúrbio se dá a partir das áreas mais afastadas do centro, e que seguem a linha férrea, pensadas para a produção industrial e para a moradia dos trabalhadores dessas localidades.

Toda a lógica da cidade deixa de ser pensada e voltada para as pessoas (desde o transporte até a cultura, por exemplo) e dá lugar ao mercado. Nessa perspectiva, devemos lembrar que o espaço, enquanto produtor das relações sociais, produz também as relações de gênero e de raça, e, dentro dessa lógica de produção materialista, produzem-se também as desigualdades socioespaciais.

¹⁸ Pode-se supor, também, que os bondes estavam presentes em áreas consideradas mais nobres, como será visto nas próximas páginas.

O fluxo de habitantes para os subúrbios se intensifica na década de 1870. Os horários dos trens passaram a ser mais adequados às horas de entrada e saída dos locais de emprego no centro da cidade, levando parte da expansão da cidade para os subúrbios, e, assim, há também uma divisão das freguesias por causa da construção da ferrovia. Inicialmente, o processo de ocupação dos subúrbios ocorreu de forma linear, com as casas se concentrando ao longo da linha férrea, especialmente nas proximidades das estações. Com o tempo, porém, proprietários de terras e pequenas companhias loteadoras começaram a abrir ruas secundárias perpendiculares à ferrovia, desencadeando um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais ao longo dos anos (Abreu, 1997a).

Em 1883, entrou em operação, provisoriamente, a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, ligando a Quinta Imperial do Caju à represa do Rio D'Ouro, na Baixada Fluminense – sendo fundamental na expansão dos subúrbios. Essa ferrovia, que atravessava as freguesias de São Cristóvão, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá, foi construída com o propósito inicial de transportar materiais para a edificação da nova rede de abastecimento de água da cidade, que captava recursos hídricos nos mananciais da Serra do Mar, em Tinguá e Xerém (Abreu, 1997a).

Por acompanhar os encanamentos que levavam a água do Rio D'Ouro até São Cristóvão, a ferrovia foi, a princípio, utilizada apenas para a manutenção do sistema de abastecimento. Posteriormente, passou a oferecer um serviço regular de transporte de passageiros, embora nunca tenha tido o mesmo impacto da Estrada de Ferro D. Pedro II, já que seu terminal ficava distante do centro, na Ponta do Caju. Ainda assim, a linha contribuiu para o surgimento de pequenos núcleos urbanos ao longo do seu percurso, destacando-se bairros como Inhaúma, Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto) e Pavuna. Esses locais se desenvolveram graças à possibilidade de baldeação com os trens da Dom Pedro II na altura de São Francisco Xavier, permitindo o acesso ao centro da cidade (Abreu, 1997a).

Apesar da expansão para os subúrbios, o centro continuava a ser o principal abrigo para as pessoas. Segundo Abreu (1986), mesmo com o início do funcionamento das companhias de bondes puxados a burro, a partir de 1868, e o começo do tráfego suburbano da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1861, apenas aqueles com renda ou, no mínimo, com uma remuneração estável podiam se permitir morar fora da cidade e locomover-se por meio de transportes. Assim, para morar nos elegantes bairros de Botafogo e Engenho Velho ou nos subúrbios – mais modestos – ao longo da linha férrea, apenas uma pequena parcela da população conseguia viver afastada do centro. Para a maioria, morar no centro ou próximo a ele era essencial para garantir a própria sobrevivência.

Campos (2005) afirma que o crescimento populacional da cidade, quando analisado de forma genérica, esconde as questões políticas que permeavam o momento histórico. Entre 1870 e 1890, os espaços ocupados pelos mais pobres, especialmente pelos negros que constituíam a maioria da população, foram alvo de intervenção estatal. Tanto o Estado quanto os proprietários de pessoas escravizadas preocupavam-se com a relativa autonomia que grupos cada vez mais numerosos, formados por negros libertos e escravos de ganho, vinham adquirindo em relação às normas econômicas da época.

Os “escravos urbanos” eram vistos como uma ameaça. O Rio de Janeiro concentrava muitas pessoas escravizadas que, em parte do seu tempo, eram deixadas livres para vender ou alugar seus serviços em troca de um “jornal” — o pagamento de cada dia de trabalho — com o qual remuneravam seus senhores. Muitos desses escravos alugavam ou sublocavam quartos independentes, de modo a não precisar retornar ao fim do dia para a casa do senhor (Campos, 2005).

Assim, morar na área central significava muito mais do que apenas economizar com transporte. Abreu (1986) afirma que, para muitos, incluindo trabalhadores livres e escravos de ganho, era necessário buscar trabalho diariamente, enfrentando uma competição crescente com a mão de obra imigrante. Viver próximo ao centro era essencial para a sobrevivência, pois, para grande parte da população, o trabalho não era um local fixo, mas sim algo que surgia conforme as demandas geradas pela concentração de pessoas e atividades econômicas.

Dessa maneira, uma série de dinâmicas passou a ocorrer na produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a partir da década de 1870. Temos, assim: (1) a expansão da malha ferroviária, citada anteriormente; (2) a intensificação do processo de urbanização do centro e de outras freguesias da cidade.

Em 1870, 11% da população do Rio de Janeiro morava em cortiços. Dessa maneira, a expansão da cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1930, seguiu três direções principais: uma em direção ao centro-sul, outra ao centro-norte (rumo às áreas de morro) e uma terceira ao longo dos trilhos ferroviários, com o processo de suburbanização iniciado em 1872. Algumas dessas áreas, especialmente as conhecidas como freguesias rurais, já eram ocupadas há muito tempo por comunidades quilombolas. Assim, a expansão urbana, em alguns casos, sobrepôs-se a terras agrícolas que não estavam formalmente incorporadas ao sistema legal de propriedade. Um exemplo claro dessa dinâmica é o maciço da Tijuca, onde existiam quilombos e onde hoje se encontram algumas das maiores favelas da cidade (Campos, 2005).

Essa dinâmica ocorria quase exclusivamente no centro, o que explicava o crescimento contínuo de cortiços e quartos nas freguesias centrais, apesar das condições precárias de moradia (Abreu, 1986). A partir da Tabela 1, é possível perceber que 65% da população que habitava cortiços em 1868 estava em freguesias localizadas no centro da cidade, apesar da expansão ferroviária e dos “ônibus” puxados a burro.

Quadro 1 - Distribuição da população residente em cortiços segundo as freguesias urbanas do Rio de Janeiro (1868)

Freguesias Urbanas	População da freguesia (1870)	População que mora em cortiços	% da população que mora em cortiços	Participação da população de cortiços da freguesia na população total dos cortiços
Candelária	9.239	-	-	-
São José	20.220	2.022	10	9
Santa Rita	23.810	2.763	12	13
Sacramento	24.429	693	3	3
Glória	18.624	2.376	13	11
Santana	32.686	6.458	20	29
Santo Antônio	17.327	3.558	20	16
Espírito Santo	10.796	1.918	18	9
Engenho Velho	13.195	769	6	4
Lagoa	11.304	733	6	3
São Cristóvão	9.272	639	7	3
Total	191.002	21.929	11	100

Fonte: Abreu (1997a).

Assim, a expansão urbana do município do Rio de Janeiro esteve diretamente ligada à modernização dos transportes, especialmente a partir de 1872, com a inauguração dos trechos ferroviários, tanto de bondes quanto de trens urbanos, conforme aponta Abreu (1997a). Nesse contexto, é provável que muitas áreas cortadas pelos trilhos e em seu entorno tenham

permanecido desocupadas, criando espaços que também poderiam ter sido ocupados por comunidades quilombolas.

É possível que territórios de quilombagem tenham se transformado posteriormente em favelas, como Dona Marta, Babilônia, Pavão-Pavãozinho, Vidigal, Formiga, Chácara do Céu e Coroadó – em sua maioria situadas acima da cota de 100 metros, e ainda hoje de difícil acesso. Além dessas, algumas grandes favelas situadas em áreas de baixada, ao longo da orla da Baía de Guanabara, sobre terrenos de manguezais, podem ter servido como refúgio para quilombos devido à dificuldade de acesso. Diante disso, é plausível supor que comunidades como Vigário Geral, Parada de Lucas e Maré tenham se formado nessas condições antes de serem incorporadas à cidade (Campos, 2005).

Campos (2005) traz em seu livro o surgimento das favelas a partir dos quilombos. Outra teoria seria a de que as favelas surgem a partir do desmantelamento dos cortiços. Sobre os cortiços, Abreu (1997a) aponta que a crise habitacional e de higiene pública já era uma grande preocupação desde o Segundo Reinado (1840-1889), com constantes denúncias de que estes eram epicentros de epidemias como peste, varíola, febre amarela e cólera, que, a partir de 1850, começaram a se tornar frequentes na cidade. Já em 1888, os cortiços, de maneira geral, abrigavam aproximadamente 46.680 moradores, e esse número aumentou para mais de 62.000 pessoas em 1890 (Carvalho, 1995).

Segundo Carvalho (1995), em 1890 os moradores de cortiços representavam 11,72% da população carioca, uma porcentagem significativa, mesmo levando em conta o crescimento populacional da cidade. Dessa maneira, há um aprofundamento na crise de habitação do Rio de Janeiro, principalmente quando o Brasil se torna República, em 1889. Em meados da década de 1880, um dos mais famosos cortiços já era habitado: o Cabeça de Porco. Estima-se que só este cortiço chegou a abrigar 4.000 moradores.

Este mesmo cortiço foi demolido em 1893 por decisão do prefeito da época, Barata Ribeiro (1892-1893), como parte de uma série de medidas higienistas destinadas a “limpar” a cidade e combater epidemias, bem como atender interesses de valorização imobiliária. Além da demolição de cortiços, o prefeito realizou a reforma da Praça XV e intensificou a vigilância nas questões de saneamento e higiene. Começa o discurso de negação do passado colonial e escravista com o *status* de reforma para a modernidade.

A década de 1890, que marca a virada do século XIX para o XX, foi o início de uma série de remoções e reformas que marcam não só a virada da economia capitalista, mas também de uma cidade capitalista, voltada cada vez mais para a reprodução do capital financeiro e

especulativo. Temos, assim, uma profunda mudança nos usos do solo da cidade, marcado pelo valor do uso do solo urbano como mercadoria. Sevcenko (2010) aponta que:

As condições de vida vinham se degradando inexoravelmente na cidade do Rio de Janeiro, neste período de transição do Século XIX para o Século XX, e do Império para a República. O espaço urbano acanhado, todo entremeado de morros e áreas pantanosas, mal de prestava à acomodação de uma cidade de dimensões médias (Sevcenko, 2010, p. 75)

A partir deste ponto, é importante contextualizar o que acontecia no Rio de Janeiro no início do Século XX: as reformas urbanas realizadas pelo então Prefeito, Pereira Passos, que governou entre os anos de 1902 e 1906 e foi considerado o Barão de *Haussmann* Carioca¹⁹. Começa uma nova etapa de modificações no espaço urbano da cidade.

Sevcenko (2010) afirma que o Rio de Janeiro era considerado túmulo dos estrangeiros. Na época a cidade era foco endêmico de febre amarela, febre tifoide, varíola, peste bubônica, tuberculose – entre outras doenças. Desta maneira, o Rio de Janeiro, na época, era a capital federal e importava ideias higienistas de limpeza urbana e social. A Reforma de Pereira Passos visava uma remodelação e modernização do centro da cidade, a fim de alargar as ruas e instaurar melhores condições de saneamento. Pretendia também a demolição de cortiços, que foram considerados os “embriões” da favela (Valladares, 2005).

Para isso, foi necessária a demolição de 641 edifícios, incluindo cortiços, bem como o desmonte do Morro do Castelo. Entre os principais objetivos das obras estavam a melhoria da saúde pública, com a eliminação de valas, o aprimoramento da comunicação entre bairros – que até então apresentavam altos custos – e a valorização imobiliária para aqueles que investissem na Avenida Rio Branco, em contraste com a desvalorização dos imóveis situados em ruas estreitas próximas à obra.

Os preços dos terrenos aumentaram, a construção por pequenos empreendedores tornou-se mais difícil, e muitas das áreas demolidas foram leiloadas a preços altos, favorecendo a especulação e a concentração de propriedades. Como resultado dessas obras, em um período de quatro anos, aproximadamente 20 mil pessoas ficaram desabrigadas, e 1.681 residências foram demolidas. Antes da reforma realizada pelo prefeito Pereira Passos, as freguesias do Centro da cidade registravam um aumento considerável em suas ocupações (Oliveira, 2019).

¹⁹ Passos, influenciado por sua estadia em Paris – que na época estava passando por um processo de modernização com a reforma de *Haussmann* – trouxe dois projetos para a cidade: a política de importação e a reconfiguração urbana da cidade. Este foi um grande marco para o urbanismo carioca.

O uso cada vez mais frequente do capital privado para obras públicas mostra como essa dinâmica de cidade-mercadoria acentua-se na virada do século XIX para o XX, e há a separação cada vez mais nítida dos usos do espaço. Não é como se essa separação já não existisse, mas delimita-se cada vez mais à medida que o Rio de Janeiro se firma como cidade capitalista no início do século XX.

Desta maneira, acontecem novos desmontes de morros para a expansão da cidade, bem como o aterro de áreas alagadas. A remoção do Morro do Castelo, localizado no centro da cidade, foi atribuída à empresa Melhoramentos²⁰, que mais tarde se fundiu com a Rio de Janeiro *Harbour and Docks*, pois ambas compartilhavam os mesmos objetivos.

A empresa Melhoramentos contava com figuras influentes como Carlos Sampaio, Vieira Souto e Paulo de Frontin entre seus organizadores. A prática de conceder tais permissões tornou-se comum, especialmente quando o Estado procurava meios de viabilizar projetos que considerava benéficos para a modernização da cidade (Oliveira, 2019).

Oliveira (2019) afirma que, nesse contexto, nota-se uma mescla de interesses públicos e privados, com o setor privado frequentemente assumindo a execução das obras e garantindo lucro com o empreendimento, que se distanciava, assim, do interesse coletivo. As concessões eliminavam custos para o Estado, enquanto a empresa buscava o capital necessário, geralmente junto a bancos, o que reduzia os riscos para os investidores.

Entre os motivos para a demolição, não apenas do Morro do Castelo, mas também dos morros de Santo Antônio e do Senado, estava novamente a questão sanitária. Mais uma vez, a preocupação com a saúde pública foi alegada, desta vez associando-se à necessidade de melhorar a circulação do ar na cidade.

Os discursos higienistas tomam cada vez mais força. É importante contextualizar o papel da população negra à época, afinal, a construção e formação socioespacial da cidade do Rio de Janeiro – como de muitas outras pelo Brasil afora – se deu por meio do trabalho forçado de pessoas negras, que foram escravizadas até a abolição inconclusa em 1888.

Antes da falsa abolição, muitos se passavam por libertos em cortiços ou quilombos, encontrando refúgios para as condições de sequestro e trabalho forçado. Mas por que a abolição foi inconclusa? A população negra foi “liberta”, mas não teve seus direitos como cidadãos garantidos, pois após a abolição não houve garantia de moradia ou acesso à terra, de educação ou emprego. Também não houve indenização após 388 anos de sequestro e trabalho forçado,

²⁰ Em 1890, a Empresa de Arrasamento do Morro do Castelo foi fundada a partir da Melhoramentos, com o objetivo específico de cuidar dos aspectos da demolição.

muito menos reparação material, cultural e social. Desta forma, é imprescindível trazer à tona, novamente, o conceito de cidadanias mutiladas, criado por Santos (1997).

O autor discute quem tem direito e acesso à cidadania plena no país, e quem gostaria de possuir privilégios, e não direitos, como é o caso das classes médias e elites brasileiras. Quais podem vir a ser as cidadanias mutiladas? Quando a pessoa não possui acesso digno às oportunidades de trabalho, moradia, saúde, saneamento básico, educação, alimentação, lazer, direito de ir e vir. Não há cidadania plena no país para parte da população brasileira, principalmente a população negra. (Santos, 1997, 2002).

Após a abolição, as possibilidades de cidadania foram negadas ao povo preto: como dito anteriormente, não houve distribuição de terras para as pessoas que foram escravizadas, também não houve direito à participação política ou acesso à educação, pelo contrário, diversas leis foram criadas como impeditivo de acesso a esses direitos. Também foram criadas leis que contribuíram para o encarceramento da população negra e/ou para impedir condições dignas de sobrevivência, criminalizando seus corpos e corporeidades, suas manifestações culturais, religiosas, e até mesmo cerceando seus direitos de circular livremente pelas cidades.

Um exemplo é o Decreto nº 847/1890 dos vadios e capoeiras, também conhecido como “Lei dos Vadios e Capoeiras”, que previa a detenção de um a três anos para pessoas que não possuíssem meios de subsistência e domicílio certo, ou que praticassem a “capoeiragem” nas ruas, com o objetivo de inibir a cultura negra, como batuques, sambas e rodas de capoeira.

Em 2014, após a onda dos rolézinhos que aconteceram em 2013 e 2014 nos *shoppings centers* por todo o país, um shopping da Zona Norte do Rio de Janeiro publicou em seu código de conduta que era proibido vadiar pelo shopping sem motivo específico (Geledes, 2014). Vale lembrar que, ainda em 2023, está sendo discutida no Senado Federal a proposta de revogação da Lei da Vadiagem, de 1941. Santos (1997, 2002), ao criar o conceito de “cidadanias mutiladas”, apresentou-nos a dimensão espacial dos corpos, ao pensar a materialidade do sujeito e corporeidades no mundo por meio da construção social do espaço, bem como a negação desses direitos.

Além da exclusão em termos de cidadania, houve a tentativa de excluir a população negra da memória patrimonial de construção do espaço geográfico e, conseqüentemente, seu usufruto dos espaços centrais da cidade. Dessa forma, a partir desses fatos, questionamos: para onde foi a população negra que construiu e constrói a cidade do Rio de Janeiro?

O descompasso psicológico ocasionado pela libertação depois de uma vida inteira de cativo, a incerteza frente às ambiguidades da nova situação força o negro liberto a

se moldar às exigências e limitações sociais para sobreviver, vivendo aqui e ali, trocando de quarto nas casas de cômodos (os cortiços), ou se instalando em casebres erguidos longe do centro da cidade, formando os bairros do subúrbio, subindo os morros e ocupando as favelas. (Guimarães, 2015, p. 287).

Segundo Sevcenko (2010), após a lei da abolição, houve migrações de pessoas egressas de fazendas do Vale do Paraíba para a capital, atraídas pela lei do encilhamento (1889-1891) e pelas possibilidades de trabalho na cidade, que oferecia postos de trabalho nas áreas comercial, industrial e de serviços. Muitos imigrantes estrangeiros também chegaram à cidade após a Proclamação da República, no ano de 1889.

O aumento da procura por habitação levou proprietários de grandes casarões imperiais e coloniais – localizados no centro da cidade – a dividirem seus interiores em cubículos, alugando-os para famílias inteiras. A maior parte da população urbana ocupava esses locais e vivia, muitas vezes, de maneira miserável, pois a política do encilhamento provocou grandes crises.

Desta forma, era necessário empurrar essa população e para longe da visão da cidade que se propunha a ser a “Nova Paris” no início do Século XX. Além da reforma higienista, pode-se supor que havia também a intenção de negar e apagar a herança escravagista e colonial do espaço geográfico do Rio de Janeiro. Símbolos que remontavam o passado colonial como cemitérios de pessoas negras escravizadas²¹ e o Cais do Valongo foram soterrados pela remodelação urbana, 14 anos após a falsa abolição.

O Cais do Valongo foi construído em 1811 para receber as pessoas negras escravizadas de África. Estima-se que mais de um milhão de pessoas chegaram ao Brasil por meio deste porto, para serem escravizadas. Foi soterrado durante a reforma de Pereira Passos, sendo redescoberto nas obras do Porto Maravilha, em 2011.

Durante as obras de construção da linha 3 do VLT, foram encontradas ossadas de um antigo cemitério de pessoas escravizadas que se localizava no Largo de Santa Rita. Durante as escavações, também foram encontrados fragmentos da Igreja de São Joaquim, que foi derrubada durante a reforma de Pereira Passos para dar espaço a Avenida Marechal Floriano:

O cerne do problema, “o lugar crítico”, era a área central, especialmente a Cidade Velha, que conservava muitos de seus traços “coloniais”. Área onde coexistiam realidades bem distintas, frequentemente em choque: as atividades do grande capital financeiro e comercial; toda a máquina política e administrativa do Estado; os locais de trabalho e moradia do proletariado e de parcelas da pequena burguesia. (Benchimol, 1992, p. 240).

²¹ Para aprofundar neste aspecto, recomenda-se a tese de João Carlos Nara Júnior (2019). O Cemitério e o Cais do Valongo foram redescobertos mais de um Século depois na nova reforma urbana carioca, desta para conceber a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Ocorreu, entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904, a “Revolta da Vacina”, rebelião popular contra as leis sanitárias impostas de maneira arbitrária. Os motivos, que inicialmente pareciam ser contra as políticas de obrigatoriedade da vacina da varíola, tornaram-se também uma rebelião que mostrava o descontentamento com a crise econômica da época, bem como com a política do “bota abaixo” – referência à demolição de cortiços. Foram 935 presos, 110 feridos e 30 mortos.

As vítimas são fáceis de identificar: toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados, e os aflitos de toda espécie. A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura. Tudo, enfim, é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, como já vimos, ao abrigo de leis de exceção que bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas. Gesto brutal, disciplinador, discriminador, que separava claramente o espaço do privilégio e as fronteiras da exclusão e da opressão. (Sevcenko, 2010, p. 82).

Assim, a reforma urbana da cidade visava, também, a expulsar negros e pobres da área central. As pessoas foram migrando desses cortiços para os morros e outras áreas periféricas, longe do centro reformado – mas de certa maneira próximas ao seu trabalho. Na pauta do novo planejamento urbano da cidade, com viés higienista e de embelezamento ao olhar turístico, não estava a população que sustentava as engrenagens da cidade.

O crescimento urbano, que já era acelerado e desordenado, intensificou-se após as remoções. Paula Fernandes-Silva (2019) traz dois questionamentos: (1) por que mexer em determinadas partes da cidade, e (2) havia algum tipo de preocupação com as populações que seriam remanejadas?

No ensejo das perguntas realizadas pela autora, os questionamentos vão além: quem ocupava essas partes da cidade, principalmente os cortiços durante o final do século XIX e início do século XX? Afinal, freguesias como a de São Cristóvão eram moradas da aristocracia. E para quem era pensada a cidade nessa época? Para a circulação de quais cidadãos? O que era (e é) ser cidadão nessa época? Para onde foi a população negra?

Nos diversos relatórios levantados ao longo desta pesquisa não identificamos menção da presença negra nos discursos sobre a cidade. Sabemos que ela estava inserida entre os “pobres urbanos” a partir de trabalhos como o de Chalhoub (2011), que apontou a dificuldade do aparato policial em identificar dentre a população negra quais indivíduos eram escravizados e estavam se passando por libertos no meio do labirinto urbano de cortiços e casa de cômodo. Entendemos que a ausência da presença negra nos extensos debates acerca do “progresso”, “embelezamento” e “saneamento” indique que a cidade não fora pensada para esta, mesmo sendo parte expressiva da população carioca. A cidade poderia até ser pensada para conter disseminação de

epidemias nos cortiços a partir de sistemáticas demolições; habitação de parte significativa da população pobre e negra, mas isto não estaria indicado nos documentos oficiais. Se nem os sujeitos apareciam nos documentos oficiais, muito menos as práticas de discriminação. (Silva, 2019, p. 19).

Nessa perspectiva, devemos lembrar que o espaço, enquanto produtor das relações sociais, produz também as relações raciais, e, dentro dessa lógica de produção materialista da cidade, produzem-se também as desigualdades socioespaciais. Para compreender a cidade do Rio de Janeiro, é necessário refletir acerca de questões estruturantes da sociedade brasileira, como as diferenças de classe, o sexismo, e principalmente a escravização e algumas de suas consequências, como o racismo, a discriminação e a segregação socioespacial.

As famílias que possuíam maior poder aquisitivo foram para as chamadas freguesias de Copacabana e Leblon, onde também começavam reformas de “aformoseamento” dessas localidades, bem como a expansão das linhas dos bondes (Benchimol, 1990; Abreu, 1997a). Essa expansão já ocorria, como citado anteriormente, com a abertura do Campo de Santana em 1873 – Flamengo e Botafogo.

Oliveira (2019) aponta que, com o avanço dos bondes, também começou a expansão imobiliária para o bairro de Vila Isabel. Dessa forma, o crescimento habitacional não foi a causa, mas sim a consequência da expansão desse meio de transporte. Já os trens eram o transporte popular dos trabalhadores que se deslocavam do subúrbio para o centro. As concessionárias e construtoras assumiam a responsabilidade por obras de infraestrutura, como o alargamento e calçamento de ruas, a construção de pontes e o aterramento de mangues, além da manutenção das vias. No entanto, o alto custo dessas intervenções frequentemente levava as empresas à falência, já que não contavam com o apoio dos órgãos municipais.

A influência do sistema de transporte na valorização do solo urbano torna-se ainda mais evidente ao observar bairros como Copacabana e Leblon. Inicialmente pouco povoados e com poucos estabelecimentos comerciais, o solo arenoso também era um desafio que dificultava a implantação dos bondes. Assim, essas áreas passaram por um processo de valorização justamente devido à circulação desse meio de transporte e, assim como ocorreu em Vila Isabel, a prioridade foi a infraestrutura de transportes, que, posteriormente, impulsionou a ocupação por meio da expansão imobiliária. A estratégia adotada visava atrair investimentos e a crescente população da cidade, promovendo uma imagem europeizada, com clima mais ameno e melhores condições sanitárias. Esse processo também favoreceu a valorização e a popularização dos bondes (Oliveira, 2019).

A cidade, que já vinha se expandindo para além das freguesias centrais, passou a ser ocupada por fábricas em áreas mais afastadas, onde a infraestrutura era mais precária. Essas fábricas atraíram trabalhadores, muitos deles imigrantes, tanto de outras regiões do país quanto do exterior, e libertos após a abolição da escravatura, que inicialmente se direcionaram para o trabalho agrícola. A maior parte das classes trabalhadoras vivia em habitações coletivas, como cortiços, estalagens, casas de cômodos, vilas e favelas.

Já em relação às vilas operárias, muitas das residências foram construídas pelo capital privado, e, sob a administração das indústrias, começaram a ser construídas residências destinadas à crescente classe trabalhadora da cidade. Essas habitações ofereciam uma estrutura significativamente melhor em comparação com as casas de cômodos e cortiços.

Corrêa (1989) considera a cidade como espaço urbano. Para este autor, o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se no conjunto de diferentes usos da terra, de forma fragmentada e articulada, que estão sobrepostas entre si e mantêm relações espaciais ligadas ao fluxo de pessoas e mercadorias. Esses usos definem áreas como centro da cidade, o local de concentração de atividades comerciais, serviços e gestão; e áreas industriais, residenciais – que têm valores de uso diferentes do centro. As áreas residenciais, inclusive, estão voltadas para a futura expansão do capital imobiliário. Há também as áreas de reserva para futura expansão.

Dessa forma, a cidade e seu núcleo urbano tornam-se produto de consumo para estrangeiros e turistas. Pessoas oriundas da periferia, das favelas e suburbanos sobrevivem graças ao duplo papel de local de consumo e consumo do local. Ao transformar a cidade no centro de consumo, a lógica voltada para os encontros, a cultura, a vida social se perde, para dar lugar a uma cidade-mercadoria, voltada para a produção capitalista (Lefebvre, 2013).

É nessa linha que Lefebvre (2013) cria o conceito de Direito à Cidade, no livro homônimo, conceito que vem sendo desenvolvido em livros anteriores. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização possuem a tendência de destruir a cidade e a realidade urbana.

Além das cidadanias mutiladas e das desigualdades raciais, a população negra também sofreu com a segregação urbana, pois foi sendo afastada das áreas centrais das cidades, indo para locais onde não havia a especulação do solo urbano, como, por exemplo, as favelas (Campos, 2005). Assim, a favela pode ser considerada um espaço de apropriação territorial de locais que, inicialmente, não são interessantes ao Estado e ao capital privado para serem ocupadas em interesses imobiliários:

A própria territorialização é corporativa, a metropolização é corporativa, os recursos nacionais sendo utilizados sobretudo a serviço das corporações, o resto sendo utilizado para o resto da sociedade. O cálculo econômico não mostra como as cidades se organizam para serem utilizadas por algumas empresas, por algumas pessoas. São as corporações que utilizam o essencial dos recursos públicos e essa é uma das razões pelas quais as outras camadas da sociedade não têm acesso às condições essenciais da vida, aos chamados serviços sociais. No caso dos negros, é isso o que se passa. (Santos, 1997, p. 134).

Antes de aprofundar no debate sobre surgimento das favelas, é necessário discutir o conceito de apropriação territorial. Marcelo Lopes de Souza (2000, 2006, 2016) propõe a flexibilização do conceito de território, tornando-o adequado para o estudo das organizações e dos movimentos sociais, a partir de suas experiências culturais, simbólicas e identitárias. Desta forma, os territórios podem ser apropriados, construídos e desconstruídos em diversas escalas temporais.

Além da definição clássica de território, o conceito também pode ser definido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (Souza, 2000, p. 78) e “relações sociais projetadas no espaço” (Souza, 2000, p. 87). Para o autor, não é possível dissociar a territorialização, bem como a ressignificação de formas espaciais da refuncionalização – como no caso da Horta Maria Angu, onde um terreno baldio que servia para o estacionamento de carros, se torna, a partir do esforço coletivo, uma horta.

Campos (2005) afirma que a apropriação do espaço por segmentos sociais – seja traficantes de drogas ou associação de moradores de favelas – indica a territorialização de fragmentos do espaço urbano por determinados grupos. Para o autor, a ocupação do território pelas pessoas que habitam determinado espaço pode trazer consigo a consciência de sua participação e, de forma subjetiva, de confraternização. Assim, o território pode ser tratado em diversas escalas.

A apropriação territorial das favelas se dá a partir da segregação social – e acrescenta-se aqui, racial – do espaço. A segregação residencial, para Corrêa (1989), é uma expressão espacial das classes sociais fragmentadas que se manifesta em localizações diferenciadas do espaço urbano capitalista. Dessa forma, constitui-se na justaposição de um conjunto de diferentes usos da terra, de forma fragmentada e articulada, mantendo relações espaciais ligadas ao fluxo de pessoas e mercadorias.

Os usos comuns da cidade são a concentração de áreas comerciais, de serviços, industriais, de gestão e distintas áreas residenciais – esta última voltada para a futura expansão do capital imobiliário. Assim, as áreas segregadas resultam de como diferentes partes da

população solucionam a problemática de como e onde morar, a partir da capacidade de pagar a residência que ocupa, criando segregações impostas.

O Estado contribui para a segregação ao escolher quais áreas recebem – em detrimento de outras – investimentos de serviços públicos de saneamento, transporte, iluminação, parques e coleta de lixo. A habitação se torna um bem, e boa parte da população que não possui renda suficiente para comprar um imóvel e, muitas vezes, pagar aluguel desloca-se para áreas periféricas ou para favelas (Corrêa, 1989):

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas a operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (Corrêa, 1989, p. 30)

O autor afirma ainda que a resistência e a sobrevivência se traduzem na apropriação dos terrenos que são considerados inadequados para outros agentes produtores do espaço: encostas íngremes, áreas alagadiças. Trata-se, de fato, de uma apropriação, traduzida como solução da população para os problemas de habitação e acesso ao local de trabalho.

As atividades de resistência e protesto, realizadas de maneira coletiva por ativismos sociais e movimentos sociais emancipatórios, são consideradas, por Souza (2000, 2011), práticas espaciais com ações de territorialização. Estas se concretizam em escalas temporais (que podem ser de curta a longa duração).

A ocupação do espaço das favelas, ou apropriação do território favelado, se dá por meio da ocupação de áreas de habitação e sobrevivência, transformando-as em espaço urbano – seja pelas necessidades de trabalho ou até mesmo por remoções de seus antigos locais residenciais. As pessoas tornam-se, assim, modeladoras (ou produtoras) do espaço urbano:

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até tornar-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém da ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de pressões exercidas pelos moradores organizados em associações, seja a partir de interesses eleitoreiros. (Corrêa, 1989, p. 31)

Assim, de acordo com suas necessidades, grupos se apropriam dos territórios, em “relações de poder espacializadas com o fito de defender as identidades, um modo de vida” (Souza, 2006, p. 344). No caso da favela da Kelson’s, como será abordado nos próximos

capítulos, os moradores mantiveram a tradição pesqueira da comunidade, mesmo após as remoções das favelas Maria Angu e Ramos na década de 1960, locais de onde muitos dos habitantes da Marcílio Dias vieram.

Essas ações de apropriação do espaço também se expressam por meio de microterritórios, como no caso da Horta Maria Angu. Parte do terreno foi concedida inicialmente por um morador, Seu Dário, mas, à medida que a horta foi expandida, houve a apropriação espacial de outros espaços da favela, como no caso da extinta Horta Mandacarú, que ocupou brevemente (durante alguns meses de 2022) uma área que antes abrigava um lixão.

Dessa maneira, Souza (2006) destaca que ganhos de autonomia são possíveis dentro de uma sociedade heterônoma, por meio da apropriação territorial realizada por grupos com identidades coletivas diretas e fortes. No caso desta pesquisa, se dá pela apropriação orientada à produção de alimentos realizada pela Maria Angu. Esse processo se constrói ao longo de longas jornadas, nas conquistas de novos direitos e liberdades, bem como questionando símbolos e barreiras excludentes (Souza, 2006).

A produção do espaço se dá a partir do momento em que grupos de pessoas se apropriam de áreas, acontecendo o movimento de territorialização realizado pela sociedade civil. É possível, assim, questionar e confrontar zoneamentos e planos existentes, explorando brechas e cultivar no planejamento espacial ações criativas e criadoras, no movimento de territorializar e desestigmatizar locais considerados periféricos e marginalizados, preservando memórias e lutas coletivas. Assim, quando há essa apropriação, mesmo que muitas vezes utópica, é possível desenvolver uma territorialização autônoma (Souza, 2006).

As favelas podem ser consideradas espaço de apropriação territorial, desde 1870. Há, no imaginário coletivo, que a primeira favela do Rio de Janeiro foi o Morro da Providência, também conhecida como Morro da Favella durante o Século XIX. O nome se dá em referência a uma planta chamada Favela ou Faveleiro (a), que era abundante no Morro da Providência no início de sua ocupação. Aparece em grande quantidade nos sertões e caatingas baianas, tendo referência direta com Canudos, local de onde vieram os primeiros moradores da Providência após a guerra, em 1897.

Esta é, porém, uma lenda urbana. Lícia do Prado Valladares (2005) discute sobre a construção do mito de origem das favelas, com o surgimento do Morro da Providência. A construção das representações sociais da favela surge com as descrições e imagens que escritores, jornalistas e reformadores sociais apresentaram-nos no início do Século XX, criando

um imaginário coletivo sobre “o microcosmo da favela e de seus moradores, ao mesmo tempo em que opunham favela e cidade” (Valladares, 2005, p. 28).

Ainda de acordo com a autora, este mito é constituído a partir da obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, publicada em 1902. É nesta mesma época que a favela passa a ser considerada um problema urbanístico. Antes do surgimento do Morro da Favela – ou Morro da Providência – havia a Quinta do Caju, a Mangueira²², e a Serra Morena, que começaram a ser povoadas em 1881. Compostas por imigrantes europeus, não eram ocupações consideradas ilegais. Porém, “a primeira favela carioca” é conhecida como a Providência. Por quê? A resposta está justamente na população que habitava estes locais.

A ocupação popular nos morros e encostas passa a ganhar *status* de ilegalidade, violência e marginalidade a partir do momento que a Providência passa a ser ocupada. Inicialmente, seus moradores foram praças do exército que lutaram na Guerra de Canudos (Bahia, 1896-1897), que construíram barracos com autorização de chefes militares, e aguardavam receber seus soldos atrasados (Valladares, 2005). Com o tempo, passou a ser ocupada por pessoas negras:

Neste contexto, entra em cena a revolta de Antônio Conselheiro, originando o deslocamento de numerosa tropa para o interior da Bahia. Apesar de já extinta a escravidão e o instrumento da alforria ter perdido a função social, não havia empregos que garantissem a sobrevivência desse segmento social excluído, tanto política quanto economicamente, como por exemplo, a importação de trabalhadores brancos o que dificultou sobremaneira a integração do negro como trabalhador livre no sistema produtivo. (Sodré, op. cit. p. 41) [...] Pelo que podemos perceber, a ocupação uma vez mais originou-se pontualmente, ainda aqui, continua a ser tratada como fato isolado, decorrente, neste caso, de fator exógeno à cidade: a campanha de Canudos. Podemos dizer, com relativa certeza, que a Abolição funcionou, neste caso, como um fator endógeno, pois “despejou” centenas de milhares de ex-escravos urbanos, se levarmos em consideração apenas este segmento, à procura de alojamento na área central da cidade. Consequentemente, segundo a tese aceita por Abreu (1988, 1992), a favela seria o único lugar possível de alojamento para este grupo de pessoas. Em outras palavras, diríamos que a ocupação da favela não é resultado de um processo, mas de ação pontuada no território. (Campos, 2005, p. 58-59).

Campos (2005) discorre sobre três versões sobre o surgimento das favelas. A primeira versão ocorre na década de 1870, quando o Rio de Janeiro enfrentava uma crise habitacional que forçava a população pobre, predominantemente negra, a buscar abrigo em cortiços e favelas próximas ao centro da cidade, onde as oportunidades de trabalho eram melhores. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), foi prometida a muitos escravizados a alforria se lutassem na guerra, e, ao seu término, muitos retornaram sem ter onde morar, levando a um acampamento

²² Favela que era localizada no bairro de Botafogo, e que durante a época das remoções, que falaremos mais a frente, deixou de existir. Não é referência ao bairro de Mangueira que conhecemos atualmente.

temporário que se transformou em moradia. Estima-se que a favela começou a se formar nesse contexto, como uma resposta às necessidades habitacionais emergentes.

A segunda versão coaduna com a teoria trazida por Valladares (2005): em 1897, o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II foi inaugurado, facilitando a ocupação das áreas suburbanas. A migração de pessoas pobres para esses novos espaços foi impulsionada pela modernização dos transportes e pela necessidade de habitação próxima aos locais de trabalho.

O contexto socioeconômico, que incluía o retorno de soldados da campanha de Canudos, contribuiu para a formação das favelas, pois muitos desses retornados se estabeleceram nas encostas, que logo se tornaram áreas de moradia permanente para os excluídos. Essa teoria também é bastante difundida por Abreu (1992).

A terceira versão destaca a destruição do cortiço Cabeça de Porco em 1893, que resultou na remoção de cerca de quatro mil pessoas, muitas das quais buscaram abrigo nas encostas ao redor da cidade. Este evento é visto como um ponto crítico na transição dos cortiços para as favelas, onde os antigos moradores, agora desabrigados, estabeleceram-se em áreas de morros:

Um exemplo, empregado por Sidney Chalhoub, trata da questão dos pobres e a difusão dos hábitos. Diz um dos relatórios que “os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiações de epidemias, além de, naturalmente, *terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos*”. Como podemos notar os ocupantes dos cortiços poderiam ser qualquer ator e de origem diversa. Entretanto, o período de maior quantidade de concessão de alforrias, coincidentemente aconteceu entre 1870/1880, liberando quantidades crescentes de trabalhadores escravos, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro. Esta liberação causou grande preocupação às elites, que logo associaram a formação das “classes perigosas”, pelo seu vertiginoso aumento. É neste contexto que acontece o clímax da ideologia higienista, quando o cortiço Cabeça de Porco foi posto abaixo. (Campos, 2005, p. 74).

Em sua pesquisa, o autor buscava compreender em quais momentos o espaço favelado passou para o controle de poderes “paralelos” ao Estado, como o tráfico e os banqueiros, bem como quando os moradores das favelas passaram a conviver com a criminalização desses espaços de moradia. Campos (2005) afirma ainda que, antes da abolição, a criminalização e a discriminação já existiam e, dessa maneira, os estigmas da população favelada são anteriores à existência da própria favela.

Busca-se a necessidade de entender as explicações na formação socioespacial brasileira, por meio do sistema escravista, e nos quilombos periurbanos, que, no contexto pós-abolição, perdem a função social de resistência, mas continuam a ter a função de local de moradia. Assim começa uma investida contra a favela, que passa a ser vista como um aglomerado, com estigma de espaço rural, sertanejo e perigoso. Entre 1870 e 1930, a expansão urbana do Rio de Janeiro

seguir três principais direções: centro-sul, centro-norte (rumo aos morros) e ao longo dos trilhos da rede ferroviária, impulsionando a suburbanização da cidade a partir de 1872 (Campos, 2005).

Benchimol (1990) destaca que, durante o governo de Pereira Passos (1902-1906), foram realizadas diversas mudanças no código de posturas, proibindo inclusive o cultivo de hortaliças e as hortas urbanas. Quem eram as pessoas que cultivavam nesses espaços? Seria essa mais uma investida para a criminalização de pessoas negras?

Ao longo das décadas posteriores, não houve investidas diretas contra as favelas, mas estas ainda eram vistas como um problema. O primeiro plano diretor do Rio de Janeiro se dá a partir de uma nova remodelação urbana do centro e da Zona Sul, proposta por Alfred Agache entre 1927 e 1930, durante a gestão do prefeito Antônio Prado Júnior (1926-1930).

O Plano Agache tinha a intenção de modernizar e reestruturar a cidade, que vinha passando por transformações sociais e econômicas relativas à industrialização. Também houve a modificação da cidade pensando no crescimento populacional e na intensificação do tráfego urbano (Mello Junior, 1988).

Muito influenciado pelo urbanismo europeu, principalmente de Paris, Agache (1930) visava também o controle do crescimento desordenado da cidade. Propôs a divisão da cidade em zonas com funções específicas, como áreas residenciais, comerciais, industriais e de serviços. O objetivo era transformar a cultura urbana por meio da reorganização do espaço e das relações sociais, tornando a cidade um agente de mudança nos hábitos e costumes, alinhando-se assim ao ideal de modernidade (Rodrigues; Mello, 2015).

Também pretendia a criação de grandes avenidas e rodovias que interligassem os bairros, para promover a circulação de pessoas e mercadorias. Em outros aspectos, ligados ao conceito de cidade-jardim, promovia a criação de parques e áreas verdes públicas, com espaços de convívio e lazer, além da criação de grandes monumentos que embelezassem o Rio de Janeiro. Nota-se que ambas as remodelações da cidade (de Pereira Passos e Agache) tinham esse mesmo escopo de “aformoseamento” urbano.

Também foram propostas a modernização dos serviços de água, saneamento e energia. Em relação às favelas, o urbanista apresentava os problemas sociais existentes, onde faltava a infraestrutura pública básica. Ao mesmo tempo, Agache (1930) era categórico: em sua opinião, a solução para as favelas era a remoção:

Em toda a parte existe o contraste. Os morros, estes rochedos isolados que surgem da planície central, desses bairros do comércio possuindo belos edifícios, com artérias largas ostentando armazéns movimentados, às vezes luxuosos, tem as suas encostas e os seus cumes cobertos por uma multidão de horríveis barracas. São as favelas, uma das chagas o Rio de Janeiro na qual será preciso, num dia muito próximo, levar-lhe o

ferro cauterizador. Os operários de condição modesta que as povoam encontram aí, na falta de salubridade e de conforto, a vantagem de possuir uma residência perto do trabalho, comodidade muito apreciada devido à grande extensão da cidade. Desprovidos de qualquer preparo, esses bairros são dos mais insalubres. As ruas só existem no estado de caminhos cheios de barrancos formados pelas chuvas. A água potável só chega em raros pontos a pouca altura onde os habitantes são obrigados ir se abastecer longe da habitação. (Agache, 1930, p. 229)

O plano foi implementado parcialmente, e muitos de seus projetos viários e de criação de zonas não foram executados a princípio, enfrentando problemas voltados principalmente às mudanças políticas de governo. O que chegou a ser, de fato, executado foram a Esplanada do Castelo, o Palácio Capanema e o bairro das Embaixadas, onde hoje temos prédios de diversas embaixadas (Rodrigues; Mello, 2015). Já a divisão zonal continuou a influenciar o planejamento urbano nas décadas seguintes.

Avenidas como a Presidente Vargas (1945) e a Variante Rio-Petrópolis (de 1946, é a atual Avenida Brasil) foram propostas neste plano, e suas construções chegaram a ser executadas 20 anos depois, durante o Estado Novo (1937-1945). Ainda sobre o Plano Agache, seu foco era modernizar e embelezar as áreas centrais e da Zona Sul, onde viviam as populações com maior poder aquisitivo.

Para Agache (1930), as favelas eram julgadas como disfuncionais, formadas por pessoas consideradas não civilizadas. A solução para essa questão estaria na construção de habitações populares, que teriam o papel de “civilizar” esses grupos (Agache, 1930). Apesar de não apresentar a remoção como “solução” para as favelas, os ideais higienistas perduravam, bem como o conceito de “limpeza urbana”, onde as áreas pobres eram consideradas como locais de desordem social incompatíveis com a ideia de cidade “civilizada” e moderna. A favela era denominada como “uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea, que escolheu, de preferência, o alto dos morros, composta, porém, de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene” (Agache, 1930, p. 25).

Para o urbanista, é preferível que um morro seja ocupado por uma população meio nômade, como a das favelas, a que seja sobrecarregado pelo excesso de residências ricas, como se observa em Santa Teresa. Sobre essa montanha, existem de fato, importantes e opulentas construções, porém disseminadas sem método, umas com as suas vistas interceptadas por outras, a maior parte das quais oferecem difícil acesso. Urbanizar-se-á facilmente a cidade nos pontos onde existe a favela, sendo quase impossível achar solução para Santa Teresa. (Agache, 1930, p. 27)

Agache (1930) faz duras críticas às construções em morros, considerando a urbanização das favelas mais fácil do que a urbanização no bairro de Santa Teresa. Apesar de não deixar explícito o motivo da facilidade, pode-se realizar interpretações a partir das palavras utilizadas para definir ambas as localidades. Enquanto Santa Teresa é um bairro de classe média a classe

média alta, com construções opulentas, a população da favela é considerada pelo urbanista como “meio nômade”.

Assim, interpreta-se que as remoções dessa população para outras localidades seriam mais fáceis do que a remoção da população de Santa Teresa, tornando-se assim um bairro sem solução. Ao final do seu plano, Agache (1930) apontava possíveis leis que poderiam ser criadas a partir de seu planejamento, nas quais uma delas dizia: “Projetos de leis sociais: 1º Destruição: bairros e casas insalubres (favela)” (Agache, 1930, p. 319). Este tipo de pensamento perpetua-se até as décadas subsequentes, por meio de planos urbanísticos, legislações e políticas públicas governamentais.

Apesar das críticas às favelas, o Plano Agache não possuía reais alternativas habitacionais para a população favelada, o que reforça a exclusão racial, social e espacial. Sem políticas públicas de habitação inclusiva, o déficit habitacional perdurou e as favelas continuaram a crescer de maneira desordenada. Dessa maneira, a ideia de que as favelas e suas populações eram um problema a ser eliminado continuou, ao longo das décadas seguintes, ditando a produção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro – como veremos no próximo subcapítulo.

1.3 DAS REMOÇÕES DE 1960 À PRODUÇÃO DO ESPAÇO FAVELADO ATUALMENTE

Segundo o Guia de Ruas da Maré, de 2014, as favelas só começam a aparecer no mapa oficial do Rio de Janeiro em 1947, após mais de meio século de existência da primeira favela. Atualmente, muitas ainda estão fora dos mapas oficiais da cidade. O primeiro recenseamento da população brasileira data de 1872, e o primeiro censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi realizado em 1940. Desde 1948 temos os censos de favela, que, segundo Samuel Oliveira (2021, 2023), define o que seria a favela a partir da politização de temas como classe social e raça.

A realidade para muitas favelas foi a remoção. A ocupação do espaço urbano por pessoas negras no Brasil, especialmente no período pós-abolição, insere-se em um contexto de exclusão sistemática e negação de direitos. Após a abolição, em 1888, a ausência de políticas públicas que integrassem os libertos à sociedade urbana obrigou-os a ocupar terrenos disponíveis, muitas vezes em áreas insalubres ou alagadiças, como forma de garantir moradia e sobrevivência. Durante a Reforma Pereira Passos, no início do século XX, a remoção de cortiços no centro do Rio de Janeiro empurrou essas populações ainda mais para as margens, reforçando o ciclo de exclusão espacial.

É inútil tratar e suprimir este contágio antes de ter edificado habitações adequadas para agasalhar os infelizes que povoam as favelas e que se fossem simplesmente expulsos, se instalariam alhures nas mesmas condições. Por outro lado, não se pode pensar em sanear essas aglomerações sem concluir uma destruição total. Como para o preparo dos subúrbios operários, o problema depende essencialmente de uma série de medidas legislativas sociais e da realização, com auxílio dos poderes públicos, de um programa de construção de imóveis salubres a preço módico. (Agache, 1930, p. 182)

O urbanista Alfred Agache, em sua análise de 1930, reconhecia que a remoção das favelas sem a criação de habitações adequadas apenas perpetuaria as condições insalubres em outros locais. No entanto, apesar desse diagnóstico, a prática de deslocar os moradores sem soluções habitacionais efetivas prevaleceu, reforçando a marginalização socioespacial e o ciclo de exclusão. A solução predominante adotada pelo poder público em relação às favelas, a partir de 1960, foi a remoção, com o deslocamento de populações negras e pobres para áreas periféricas ou de difícil acesso – sem, de fato, promover sua integração ao tecido urbano.

O surgimento do censo de favelas começa a romper, a passos lentos, com a imaginação social e o estigma da favela como local de pobreza, das classes perigosas e desordem, estabelecendo novos paradigmas em relação à representação social das favelas. “Ao contrário da representação das classes perigosas, os censos mostravam as articulações complexas do espaço urbano com o mundo do trabalho e a heterogeneidade da morfologia social.” (Oliveira, 2023, p. 3).

Ainda de acordo com o autor, as estatísticas dos censos de favela contribuíram para uma visão mais ampla referente às questões sociais, para além das mitologias associadas às favelas, como sendo locais das dualidades entre “legal/ilegal”, “formal/informal”, “ordem/desordem” e “elite/popular”, frequentemente disseminadas pela mídia e pelos estudos urbanísticos.

A criação do IBGE tem grande importância neste aspecto, pois possibilitou que a produção das estatísticas brasileiras fosse retomada já a partir do censo de 1940, bem como a regularidade da produção dos dados censitários ao longo do século XX. Os censos das favelas cariocas estabeleceram uma forte ligação com a legislação e as atribuições burocráticas associadas às favelas, conforme definidas no Código de Obras de 1937, que diferenciou juridicamente “bairro” de “favela”, classificando esta última como “ilegal” e alvo de políticas habitacionais e assistenciais voltadas para a remoção. A favela era percebida como símbolo da desordem urbana (Oliveira, 2021).

Oliveira (2021) afirma que havia, assim, um viés autoritário e um esforço para fiscalizar e controlar os espaços ocupados pela população urbana pobre, que se expandiam juntamente com o crescimento demográfico impulsionado pela industrialização e pela migração para o Rio

de Janeiro. O Código de Obras de 1937 foi a primeira norma a definir juridicamente a favela, uma definição que foi reforçada por legislações posteriores até a década de 1970. Esse conjunto de normas estabeleceu um status e uma cidadania restrita para os moradores: suas moradias foram classificadas como ilegais e sua presença na cidade foi considerada temporária, com esses espaços sendo vistos como áreas destinadas à remoção no processo de urbanização.

Com o fim da Era Vargas em 1945, a experiência dos Parques Proletários foi encerrada, marcando o início de uma nova conjuntura política. Estes foram projetos de habitação construídos no Rio de Janeiro nos anos 1940, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, com o objetivo de “resolver o problema” das favelas. Embora essa iniciativa não tenha solucionado definitivamente a questão das favelas, proporcionou aos moradores a oportunidade de dialogar com o poder público e de articular suas próprias demandas.

Dessa forma, os Parques Proletários contribuíram para o fortalecimento da organização social nas comunidades. Com a intensificação da vida democrática no país, as orientações políticas em relação às favelas começaram a mudar, e a proposta de remoções deixou de ser amplamente defendida como solução para a questão habitacional (Nóbrega, *et al*, 2012).

A política de remoção de favelas no Brasil teve início com o recenseamento em 1948, que visava conter a proliferação das favelas. Assim, o recenseamento geral de 1950 – o primeiro censo de favelas – definiu favela como um local com pelo menos 50 construções, predominância de casebres, construções sem licenciamento, ausência de infraestrutura urbana e ausência de urbanização.

É nesse contexto que as favelas da Maré vão sendo ocupadas, a partir das remoções de favelas da Zona Sul e da Zona da Leopoldina. Composta por pântanos e manguezais, fazia parte do Mar de Inhaúma e integrava a Fazenda Engenho da Pedra, uma das grandes propriedades da Freguesia de Inhaúma entre os séculos XVII e XVIII.

Porém, as transformações econômicas do Brasil no final do século XIX impactaram essa estrutura agrária, o que resultou no parcelamento e arrendamento das terras. Com a expansão urbana seguindo as vias férreas, esses loteamentos deram origem aos bairros da Região da Leopoldina, que se desenvolveram ao redor das estações ferroviárias.

A Maré, por sua vez, permaneceu como “terra devoluta”, de baixo valor comercial e com pouca atratividade para empreendimentos, sendo ocupada principalmente por pescadores, que se instalaram para viabilizar suas atividades, e por alguns moradores que tiveram suas casas removidas pelas reformas urbanas no centro da cidade (Nóbrega, *et al*, 2012).

As remoções se intensificaram na gestão de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965, que desempenhou um papel central na política de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Sob sua gestão, foi implementada uma estratégia de deslocamento massivo de moradores de favelas para conjuntos habitacionais distantes, alinhada à sua visão de modernização e “embelezamento” da cidade.

Para Lacerda, as favelas eram vistas como um “problema urbano” que precisava ser eliminado para integrar o Rio ao ideal de cidade moderna e funcional. As remoções também tinham o intuito de impulsionar o crescimento econômico de determinadas áreas da cidade por meio da especulação imobiliária.

Em janeiro de 1964²³, começava a ocupação de um dos maiores conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro: a Vila Kennedy, localizada na Zona Oeste, com 5.054 unidades residenciais. Os novos moradores, provenientes de favelas situadas em diferentes áreas da cidade, como o Morro do Pasmado, em Botafogo, a comunidade do Esqueleto, no Maracanã, e as da Praia de Ramos e Maria Angu²⁴, na Zona da Leopoldina, enfrentaram o desafio de se adaptarem a um novo lar. Nesse novo espaço, tiveram que reorganizar suas vidas em meio a um comércio precário, transporte limitado e a ausência de empregos próximos (Cruz, 2019).

Foram construídos diversos conjuntos habitacionais para abrigar as pessoas removidas de favelas como a Praia do Pinto, localizada no bairro da Lagoa. Entre eles estão a Cidade de Deus, no bairro de Jacarepaguá, e Vila Kennedy, na Zona Oeste. Esses empreendimentos foram projetados para reassentar milhares de famílias, com localização distante do centro. As remoções, justificadas sob o argumento de combate à insalubridade e à ocupação irregular, afetaram principalmente populações negras e pobres, o que mostra uma política de exclusão socioespacial e racismo estrutural.

Além disso, na década de 1970, Lacerda articulou o apoio do Governo Federal, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), para financiar essas remoções. Embora promovidas como uma solução definitiva, as políticas de Lacerda ignoraram o impacto social das remoções, como a perda de redes comunitárias e de acesso a oportunidades de trabalho, saúde e educação. A política de remoção foi amplamente criticada, sendo vista por muitos como uma tentativa de “limpeza social” que perpetuou as desigualdades socioespaciais na cidade (Silva Junior, 2016).

²³ Período que se inicia a ditadura militar.

²⁴ Parte dos moradores dessas favelas foram para a Kelson's.

A partir de 1980, é implementado o Projeto Rio, que serviu como plataforma para executar a política do PROMORAR, que tinha como objetivos o saneamento das favelas que estavam nas margens da Baía de Guanabara. Também tinha como objetivos recuperar áreas alagadas da Baía, bem como a urbanização das favelas, construção de habitações populares e a melhoria da qualidade ambiental (Silva Junior, 2016).

De acordo com Oliveira (2023), foi a partir dessa política que algumas das favelas da Maré receberam as primeiras obras de saneamento. Anteriormente, os próprios moradores realizavam o ligamento da rede coletora de esgoto, sendo comum a utilização do “rola-rola”, tecnologia desenvolvida por moradores em barris de madeira adaptados e que possibilitavam o transporte de água a suas casas.

Dessa maneira, o processo de remoção está diretamente relacionado à produção socioespacial das favelas, que, como aponta Corrêa (1989), constituem espaços criados a partir da resistência e da necessidade de sobrevivência. Na Kelson's, a luta contra as remoções durante as décadas de 1980 exemplifica a continuidade desse histórico de exclusão e resistência. A organização popular dos moradores, com o apoio de movimentos como a Pastoral de Favelas e de Madre Teresa de Calcutá, enfrentou a ameaça de expulsão e lutaram pelo direito de permanecer na favela.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobre vivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (Corrêa, 1989, p. 30)

A resistência à remoção nas favelas tem se consolidado como uma forma de luta pela permanência, em um contexto de urbanização que historicamente nega direitos aos moradores das periferias. São, portanto, formas de apropriação e produção do espaço urbano, onde a população reivindica sua autonomia e direito à cidade. Desde as primeiras remoções forçadas durante o período pós-abolição até as mais recentes políticas de “favela-bairro”, a população favelada tem se mobilizado para resistir às tentativas de deslocamento, buscando garantir seu direito à cidade.

Essa resistência não se dá apenas na forma de protestos ou manifestações, mas também na apropriação e produção do territorial e espacial, em que os moradores buscam adaptar, modificar e melhorar as condições de moradia, criando estratégias de sobrevivência em locais marginalizados, reivindicando sua autonomia e direito à cidade.

Na década de 1990, surge o conceito de favela-bairro como uma abordagem de urbanização das favelas do Rio de Janeiro, com o objetivo de integrar essas áreas ao tecido urbano da cidade formal. Ao invés de seguir com as tradicionais políticas de remoção ou criminalização das favelas, a proposta do favela-bairro visava a melhoria das condições de vida nas próprias favelas, com foco na infraestrutura, saneamento básico, acesso à saúde, educação e serviços públicos, além de melhorar as condições habitacionais e urbanísticas (Petersen, 2003).

Petersen (2003) afirma que a iniciativa foi criada pela Prefeitura do Rio de Janeiro durante a gestão de César Maia, a partir de 1994. Seu objetivo era promover a regularização fundiária e transformar as favelas em bairros oficiais da cidade, proporcionando acesso à urbanização e ao reconhecimento legal. Isso implicava em ações como o alargamento de ruas, pavimentação, implantação de sistemas de drenagem e esgoto, fornecimento de energia elétrica, iluminação pública e a instalação de unidades de saúde e educação.

No entanto, a implementação do favela-bairro gerou controvérsias. Por um lado, as intervenções visavam melhorar a qualidade de vida nas favelas e incluir as populações marginalizadas no processo de urbanização da cidade. Por outro, o programa foi criticado por não abordar de maneira eficaz a questão da regularização fundiária (muitas famílias continuaram sem o direito legal sobre as terras onde viviam), o que reforça a segregação racial, social e espacial.

Além disso, em alguns casos, as melhorias não foram suficientes para garantir acesso a serviços públicos adequados ou gerar a inclusão socioeconômica real das favelas. Assim, o programa não conseguiu resolver os problemas estruturais e as desigualdades profundas. A falta de políticas de inclusão econômica e de apoio à geração de emprego e renda, além da insuficiência de investimentos em áreas-chave como saúde e educação, comprometeram a eficácia do programa. Atualmente, temos algumas iniciativas da atual gestão do prefeito Eduardo Paes (2020-2028), como o Bairro Maravilha – a Kelson's está sendo beneficiada por este programa desde 2023.

Dessa maneira, o reconhecimento das favelas pelo IBGE ao longo das décadas tem sido fundamental para compreender a evolução das condições de moradia e infraestrutura nas áreas mais marginalizadas do Rio de Janeiro e de outras cidades brasileiras. Desde a década de 1950, o instituto tem ajustado suas definições de favelas, refletindo as transformações dessas áreas e o contexto social e político do país.

As denominações das favelas pelo IBGE foram mudando ao longo das décadas desde sua criação. Em 1950, após o primeiro censo de favelas, estas foram denominadas pelo instituto como conjunto de edificações residenciais que eram compostos por mais de 50 domicílios, predominantemente barracos ou casebres com “aparência rústica” e “materiais inadequados”. Eram construções realizadas sem licenciamento e sem fiscalização, com ausência de infraestrutura básica, incluindo rede sanitária, energia elétrica, telefone e água encanada. A área da favela era considerada não urbanizada, com ausência de arruamento, numeração e sinalização (IBGE, 2024).

Já no censo de 1960, o conceito de favela pelo IBGE era o de locais com predominância de barracos ou casebres de “aparência rústica”, construídos com “materiais inadequados”; construções ilegais em loteamentos irregulares; ausência total ou parcial de rede sanitária, energia elétrica, telefone e água encanada; e área não urbanizada, sem arruamento, numeração e sinalização adequados (IBGE, 2024).

Em 1971, as favelas passam a ser chamadas de “Aglomerados urbanos excepcionais”. Além da mudança de nome, passa a incluir também outros tipos de espaços, como mocambos²⁵, áreas alagadas, grotas, entre outros. São denominados aglomerados urbanos excepcionais os conjuntos habitacionais ou residenciais compostos por mais de 50 domicílios, com predominância de casebres e barracos construídos com “materiais inadequados”. São construções sem licenciamento e fiscalização, situadas em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida, com ausência total ou parcial de rede sanitária, energia elétrica, telefone e água encanada. A área é não urbanizada, com falta de arruamento, numeração e sinalização.

Já no censo de 1980, o nome “Aglomerados urbanos excepcionais” perdura, e a definição do que seria este aglomerado são locais com no mínimo 50 domicílios, de infraestrutura carente e geralmente localizados em terreno não pertencente aos moradores (IBGE, 2024). As favelas começaram, em 1991, a serem chamadas de aglomerados subnormais pelo IBGE, sendo os conjuntos de unidades habitacionais que, até recentemente, ocupam ou ocuparam terrenos de propriedade alheia, geralmente organizados de forma desordenada e densa, com uma significativa carência de serviços públicos essenciais.

A ocupação irregular, sem posse ou título de propriedade da terra no momento de sua formação, é a principal característica de um aglomerado subnormal. Além disso, loteamentos irregulares e clandestinos, inclusive aqueles que foram regularizados recentemente, passaram a

²⁵ Quilombos e taperas.

ser incluídos nesse conjunto (IBGE, 2024). Nota-se que a densidade de pessoas em um mesmo espaço também passa a ser considerada como critério de classificação a partir de 1991. Ainda no Rio, até 1994, as favelas figuravam como áreas vazias ou áreas verdes na cartografia oficial do município (Smolka, 2001).

No censo de 2000, a definição de “aglomerados subnormais” continua, mas há uma mudança: estes precisam ter um mínimo de 51 domicílios, e não mais 50. Continua ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia – pública ou particular – disposto, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.

Já no censo de 2010, acrescenta-se que os “aglomerados subnormais” carecem, além de tudo, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa (IBGE, 2024). Dessa maneira, há a partir da década de 2010 o adendo de que estas áreas carecem de serviços públicos essenciais, sendo reconhecida pelo instituto a responsabilidade do Estado para a manutenção de serviços básicos para as pessoas.

Em 2022, pela primeira vez, o nome foi substituído para “Favelas e Comunidades Urbanas”, resgatando o termo que era historicamente utilizado desde 1950, combinando com o termo “Comunidades Urbanas”. Esta alteração se deu após diálogos do instituto com movimentos sociais, a comunidade acadêmica e diversos órgãos governamentais.

No censo de 2022, as favelas são definidas pelo IBGE como locais com predominância de domicílios com variados níveis de insegurança jurídica em relação à posse, e pelo menos um dos seguintes critérios: ausência ou fornecimento inadequado de serviços públicos; predominância de edificações, arruamento e infraestrutura que geralmente são autoconstruídos ou seguem parâmetros urbanísticos e construtivos diferentes dos estabelecidos pelos órgãos públicos; localização em áreas com restrições de ocupação definidas por legislação ambiental ou urbanística (IBGE, 2022).

Ao longo dos censos, a inclusão de critérios como a densidade populacional, a falta de serviços públicos essenciais e a insegurança jurídica na posse da terra tem auxiliado na construção de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida nas favelas. Assim, as favelas, ao longo de sua história, são locais de luta pela permanência e pelo direito à cidade. Esse direito é continuamente negado aos grupos negros e periféricos, herdados de um processo histórico e geográfico de exclusão, mas que, mesmo assim, resistem como agentes na

produção do espaço urbano e na luta por moradia e cidadania digna – caso da favela da Kelson's e de seus moradores, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL RACIALIZADA DA FAVELA KELSON’S, RIO DE JANEIRO, RJ

Posso sair daqui para desorganizar
 Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana
 O sol queimou, queimou a lama do rio
 Eu vi um chié andando devagar
 E um aratu pra lá e pra cá
 E um caranguejo andando pro Sul
 Saiu do mangue, virou gabiru
Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça
Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça
 Peguei um balaio, fui na feira roubar tomate e cebola
 Ia passando uma véia, pegou a minha cenoura
 “Aí minha véia, deixa a cenoura aqui
 Com a barriga vazia não consigo dormir”
 E com o bucho mais cheio comecei a pensar
 Que eu me organizando posso desorganizar
 Que eu desorganizando posso me organizar
 Que eu me organizando posso desorganizar
 Da lama ao caos, do caos à lama
 Um homem roubado nunca se engana

(Chico Science & Nação Zumbi)

Chico Science, cantor, compositor e um dos expoentes do *manguebeat*²⁶ canta, junto da Nação Zumbi, os seguintes versos na música “Da Lama ao Caos”: “Ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça / Quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça” (Chico Science & Nação Zumbi, 1994). O Josué, citado na canção, se trata de Josué de Castro, médico, geógrafo e autor de *Geografia da Fome* (1984) e de *Homens e Caranguejos* (1967), dois livros que se tornaram referência para Science. Josué de Castro observou e estudou o problema da fome, classificando-a em dois tipos: fome endêmica, que é a fome cotidiana, e a fome epidêmica, agravada em momentos de crise, como a que ocorreu durante a pandemia de COVID-19.

²⁶ Movimento cultural que surge em Pernambuco na década de 1990, tendo Chico Science como um de seus expoentes. Denunciavam a desigualdade social de Pernambuco e de Recife, visando também uma renovação cultural, com grandes críticas ao movimento Armorial, liderado por Ariano Suassuna. Tiveram eco a partir do manifesto *Caranguejos com Cérebro*, fazendo sempre alusão ao ecossistema de manguezal.

Chico Science trazia em suas composições e no movimento *manguebeat*, as relações de raça, classe e as desigualdades sociais e espaciais²⁷. Em entrevista completa no Youtube²⁸ para o documentário de Silvio Tendler “Josué de Castro, cidadão do mundo” (1994), Science fala sobre a sua relação com Josué de Castro. O cantor relata que ao começar o movimento mangue – junto de outros músicos de Recife durante a década de 1990 – conheceu o autor e reconheceu sua importância para a história de Pernambuco e do Brasil ao estudar a temática da fome. O mangue também é tema constante de Castro e Chico, afinal os manguezais fazem parte da construção da cidade de Recife e de sua memória social e ambiental.

Ao folhear o “Homens e Caranguejos”, romance de Josué de Castro (1967), Chico percebeu as semelhanças dos trabalhos do autor com as críticas às desigualdades sociais realizadas pelo movimento *manguebeat* e a metáfora de homens caranguejos, criada por Castro: “Os rios crescem todos os dias junto com a marginalidade da fome, que fazem os caranguejos ficarem espumando e os homens ficarem babando. É a espuma e a baba da fome. A geografia cotidiana mostra que o Recife está afundando na lama” (Chico Science, 1994). O fenômeno da fome é social, assim como o acesso à alimentação saudável e adequada também são problemas sociais e políticos.

Mas qual o paralelo entre o manguezal, a cidade, a periferia, a fome e a favela da Kelson’s? Com o passar dos anos, as favelas do Rio de Janeiro crescem não apenas nas encostas de morros, mas também em locais que se encontravam às margens – nas bordas da cidade, nas margens dos muitos rios que cortam este Rio, ou nas margens da Guanabara que não está de frente para o Pão de Açúcar: a Kelson’s (Marcílio Dias) – uma das dezesseis favelas do conjunto da Maré – se assenta em uma área de manguezal, com casas de palafita às margens da Baía de Guanabara.

O estigma e a metáfora do caranguejo, da baba da fome, desta população estigmatizada por estar na periferia, à margem da sociedade, também podem ser vistos como uma metáfora ao manguezal, que é estigmatizado como área insalubre – assim como as favelas. Não à toa, os manguezais foram aterrados ao longo da construção do espaço urbano do Rio de Janeiro, e muitas das favelas – como no caso das que estão localizadas no Complexo da Maré – construí-

²⁷ Para aprofundar na temática, recomenda-se a tese *África, psicodelia e a cibernética: crítica social e questão racial nas composições musicais da banda Chico Science e Nação Zumbi*, de Renato de Oliveira Ferraz (2018).

²⁸ Chico Science fala sobre Josué de Castro e sua influência. Entrevista na íntegra para o documentário de Silvio Tendler “Josué de Castro, cidadão do mundo” (1994) <https://www.youtube.com/watch?v=_g0wCCQnaSg&t=387s&ab> <<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=LFz-NVo8KIKg>>

das ao longo da Baía de Guanabara, em seus mangues. Há também o caso da favela de Mangueinhos, que hoje também constitui um bairro do Rio de Janeiro e é cortada por três grandes rios: Faria Timbó, Cunha e Canal do Cunha. Mas os mangues viraram aterros, os rios foram canalizados – e ruas foram construídas em cima de rios.

A memória racial e ambiental da Kelson's traz consigo importância do mangue e de sua comunidade pesqueira, que encontrava neste ecossistema oportunidades de sobrevivência após tantas recusas e negligências vividas por sua população por parte do Estado, realidade vivida por tantos favelados não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil como um todo. Desta forma, neste capítulo serão abordadas a origem da Favela da Kelson's (Marcílio Dias), a sua memória ambiental e a origem da Horta Comunitária Maria Angu.

2.1 ORIGEM DA FAVELA DA KELSON'S

O início da ocupação da Kelson's (Marcílio Dias) se dá na década de 1940. Segundo o historiador e fundador da Horta Maria Angu, Walmyr Gonçalves da Silva Júnior (2016), não é possível precisar que a favela surge em 1948, como afirmam alguns sites da internet, pois não há documentação nem registro de fonte oral que comprove esta data. O historiador realizou em sua monografia um resgate da luta histórica dos moradores para permanecerem na favela durante os períodos de remoções.

Em termos documentais, a favela Marcílio Dias aparece pela primeira vez no Censo de 1960, na tabela “População e domicílios das favelas surgidas após o ano de 1948”, com 872 moradores e 192 domicílios (IBGE, 1966). Dessa maneira, a história da favela da Kelson's mostra as profundas transformações causadas pelas políticas de reordenamento e expansão urbana no Rio de Janeiro. A área que compreendia a Praia da Penha Circular, e era um espaço de lazer e convívio e colônia de pescadores, sofreu sucessivos aterramentos e remoções. Esses processos reconfiguraram a estrutura do espaço, deixando marcas e impactos ambientais (Silva Junior, 2025).

O nome da favela vem da fábrica de couro Kelson's, que data da década de 1940. Está localizada na Avenida Brasil, entre o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA, Marinha do Brasil), o Mercado São Sebastião (complexo atacadista) e a Baía de Guanabara. Por causa de seu histórico de ocupação, faz parte do Conjunto de Favelas da Maré, que constituem um bairro criado por meio da Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994.

Segundo Silva Junior (2016) a fábrica couro começa seus trabalhos na década de 1940, e na década de 1950 passa a ser uma sociedade anônima. Sua instalação se envolve em toda a história da favela Marcílio Dias. Assim, o crescimento populacional que deu origem à Maré no contexto histórico do Rio de Janeiro teve início com a Revolução de 1930 e o projeto industrial associado ao governo de Vargas.

Nesse período, consolidou-se uma tendência de descentralização das atividades industriais na cidade, fenômeno que já se manifestava desde o final do século XIX, principalmente devido aos altos custos dos terrenos e às restrições legais da época. Assim, grandes empresas começaram a se expandir para os subúrbios servidos por ferrovias, atraindo uma parcela significativa de migrantes que chegavam ao Rio de Janeiro (Nóbrega, *et al*, 2012).

Na região da Leopoldina, essa dinâmica resultou na valorização dos terrenos, intensificada pela especulação imobiliária. Por outro lado, as pessoas menos favorecidas acabaram se adaptando como podiam, ocupando as áreas alagadiças da Enseada de Inhaúma, mesmo em condições extremamente precárias. Essa ocupação foi fortalecida quando, em 1940, o governo federal decidiu construir a Variante Rio-Petrópolis, atual Avenida Brasil.

De acordo com Souza (2019), acreditava-se que a construção da Avenida Brasil seria um ponto estratégico para a atração de indústrias, algo que já acontecia desde o Plano Agache (Agache, 1930). O plano previa a necessidade de um zoneamento urbano, com o intuito de manter a ordem e evitar o “caos”, além de proteger áreas valorizadas da cidade contra usos inadequados ou indesejados, preservando, assim, o alto valor do solo urbano. A via, integrada à BR-101, também foi projetada para conectar o centro da cidade aos subúrbios mais distantes, ampliando a malha industrial do Rio de Janeiro. Com a construção da Avenida, as áreas alagadiças começaram a ser aterradas, criando vias de acesso que serviram como base para novas ocupações.

A primeira favela da Maré, o Morro do Timbau, teve seu histórico de ocupação em 1939 e é a favela da Maré que possui os mais antigos registros. A Avenida Brasil desempenhou um papel fundamental na ocupação, expansão e consolidação das favelas da Maré, pois a sua construção impulsionou obras de aterramento e abriu vias de acesso, que serviram como pontos de partida para diversas ocupações. Além disso, atraiu trabalhadores envolvidos na sua construção, os quais passaram a residir em seu entorno.

Segundo Souza (2019) a Avenida Brasil ganhou grande relevância na logística de transportes no Brasil, enquanto as ferrovias foram deixadas de lado e posteriormente sucateada. A antiga variante Rio-Petrópolis foi enaltecida como a principal porta de entrada da cidade do

Rio de Janeiro, que, desde o ciclo do café, havia se tornado um polo de grande importância econômica para o país.

Após a inauguração da avenida, em 1946, novos postos de trabalho foram criados, pois a antiga Variante Rio-Petrópolis incentivou a instalação de empreendimentos na área. Um exemplo marcante foi a implantação da Refinaria de Manguinhos, em 1954, que consolidou a região como um polo de desenvolvimento industrial, com ampla oferta de empregos e oportunidades econômicas. Paralelamente, a construção da Cidade Universitária, destinada a abrigar a Universidade do Brasil (atual UFRJ), também impactou a área. Muitos operários que trabalharam na edificação do campus estabeleceram-se no Morro do Timbau (Nóbrega, *et al*, 2012).

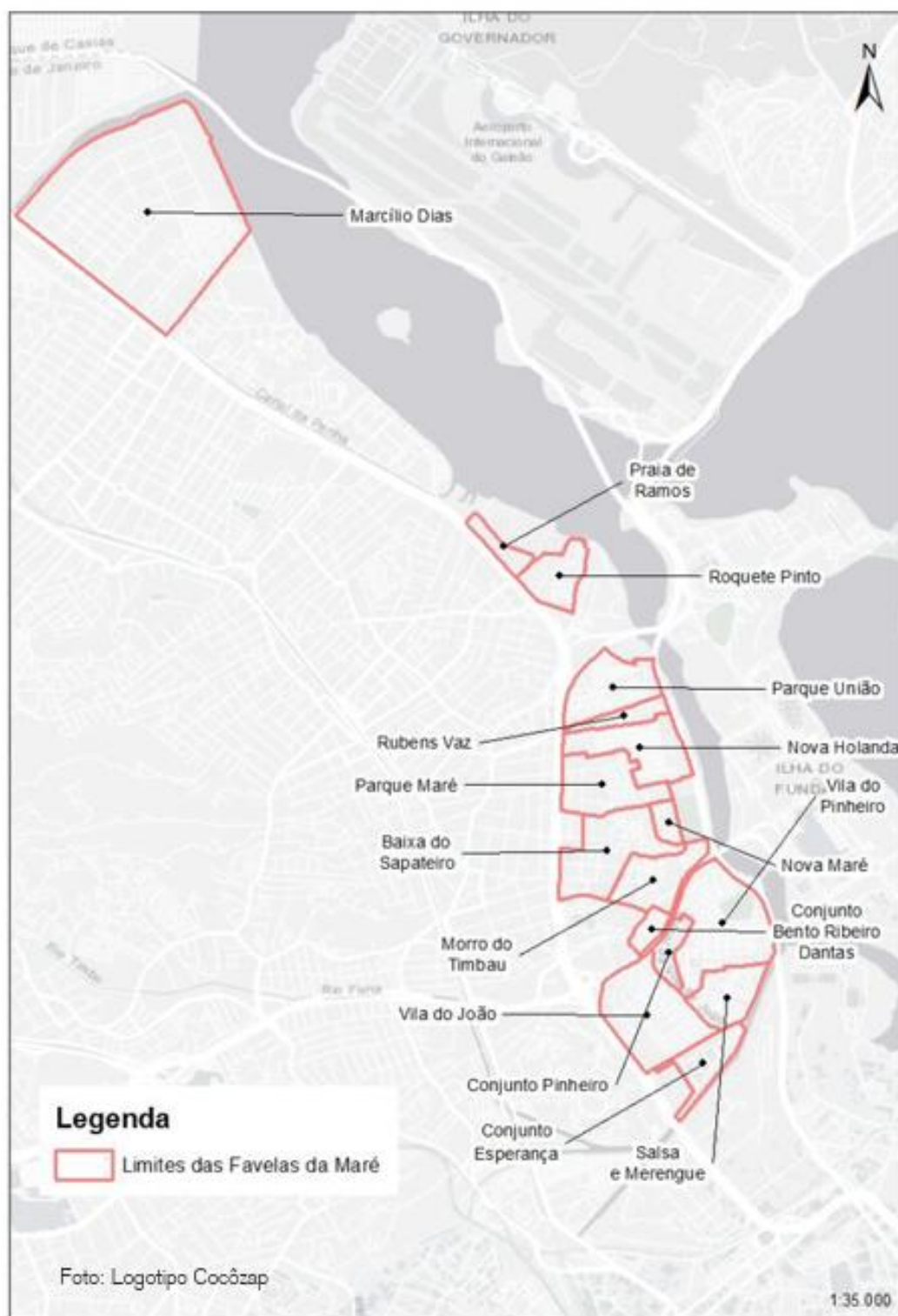
O isolamento dos terrenos na orla e a nova característica industrial da região contribuíram para a atração da população rumo a esta área. Ali instalaram-se novos moradores, inicialmente nas poucas terras não alagadas que existiam (A favela do Timbau é a única que se localiza em área não alagadiça), depois surgiram palafitas e com o passar do tempo novas áreas foram sendo aterradas. (Souza, 2019, p. 54)

As nove comunidades originais da Maré são: Marcílio Dias, Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Baixa do Sapateiro e Morro do Timbau, que se estendiam, margeando a Baía de Guanabara, da Penha a Bonsucesso. Entretanto, apesar de partilharem o mesmo fenômeno histórico que lhes deu origem, sua integração não foi homogênea em razão da distância espacial entre alguns de seus núcleos de ocupação e de suas especificidades históricas constitutivas (Nóbrega, *et al*, 2012).

Corrêa (1989) afirma que distribuída em mapas, a localização das favelas pode parecer aleatória, mas revela uma relativa proximidade de um mercado de trabalho. Foi esse o fator predominante na ocupação das favelas da Maré: a necessidade de permanecer próximo às oportunidades de emprego, em meio às transformações urbanas, aos impactos de políticas de remoção e o aterramento de alguns trechos da Baía de Guanabara.

O mapa da Figura 3, publicado no Guia de Ruas da Maré (2014), foi produzido pelo Redes da Maré e pelo Observatório de Favelas. Nele, é possível observar as 17 favelas que compõem o Conjunto da Maré: Kelson's (Marcílio Dias), Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila dos Pinheiros, Vila Pinheiro (Parque Ecológico), Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança.

Figura 3 - Mapa do Conjunto de Favelas da Maré, Rio de Janeiro, RJ

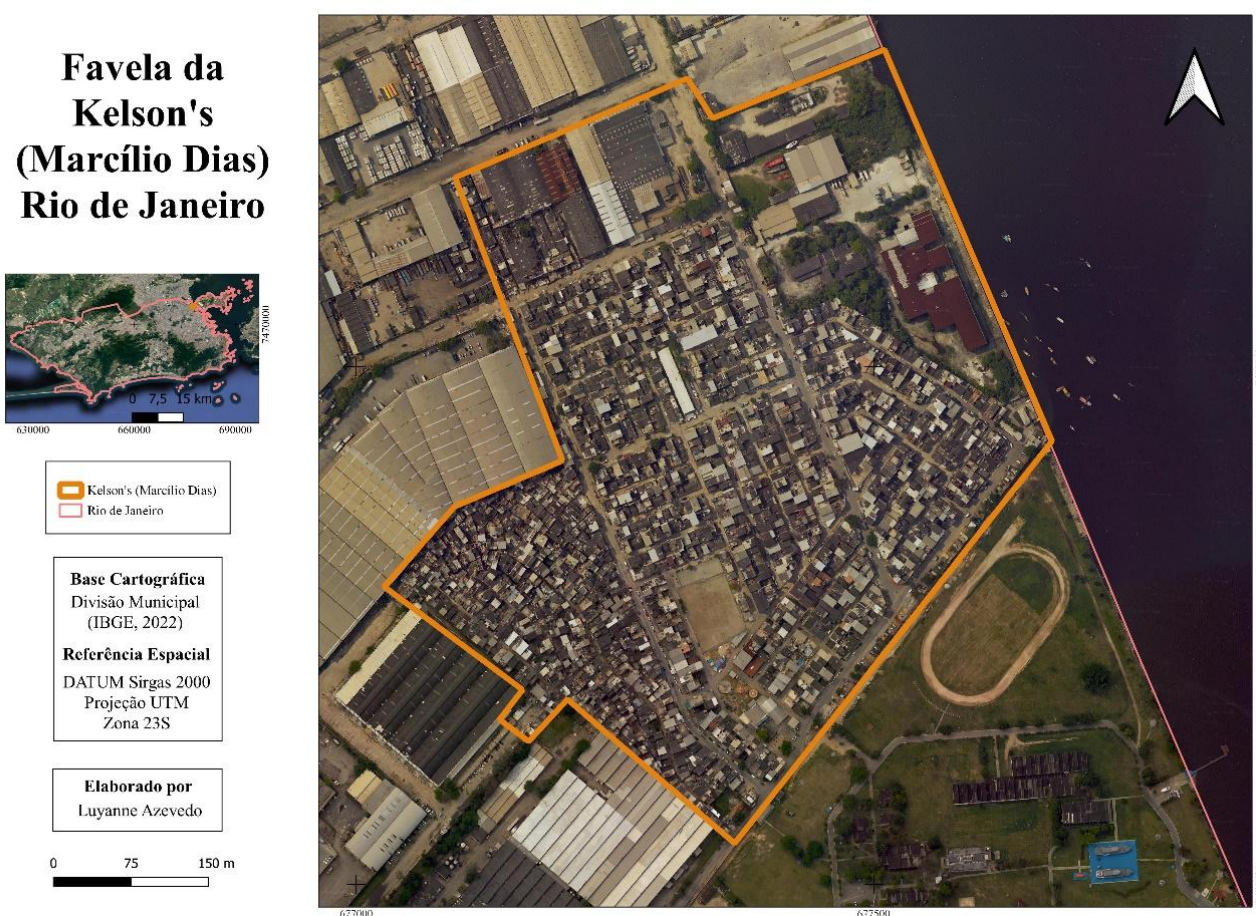


Fonte: Oliveira (2023)

Algumas localidades não estão mapeadas, como a favela McLaren, que existiu durante 30 anos entre o Morro do Timbau e a Vila dos Pinheiros. Mais de trinta famílias chegaram a

morar nesta ocupação, que anteriormente era a instalação de um estaleiro. Nesta localidade da Maré não havia água, luz elétrica nem saneamento básico. Neste contexto, dentro da Kelson's há uma localidade chamada B13, onde o mesmo fato ocorre: não há saneamento na ocupação, nem luz elétrica e água potável. Na figura 4, temos a localização da Kelson's. Destaca-se que este é o primeiro mapa da favela.

Figura 4 - Mapa da Favela da Kelson's (Marcílio Dias), Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: A autora (2024)

A fim de garantir que seus operários permanecessem na empresa, a fábrica Kelson's fundou a vila homônima. Esta se localizava às margens da Avenida Brasil, uma via que estava em processo de construção entre 1940 e 1946 (Silva Junior, 2016). Assim, com a criação do Conjunto Habitacional com terras doadas pela Marinha do Brasil, passou-se a utilizar também o nome Marcílio Dias – em homenagem ao marinheiro herói da Batalha Naval do Riachuelo. Este nome se dá por causa do conjunto habitacional e do acordo do convênio da Arquidiocese do Rio de Janeiro com a construção da favela, que em um dado momento, passou a ocupar uma

parte do terreno da Marinha. Na figura 5, temos as casas de palafita, símbolo do início da ocupação na favela.

Figura 5 - Casas de palafita na Favela da Kelson's, Rio de Janeiro, RJ



Fonte: G1 (2023)

A Marinha precisava oficializar a doação do terreno para o Ministério da Habitação, que era o BNH, Banco Nacional de Habitação. Ocorreu uma cessão, autorizando a construção na comunidade. Ressalta-se ainda que favela da Kelson's (Marcílio Dias) não foi incluída quando os limites do bairro Maré foram definidos por lei:

A exceção fica por conta do território da comunidade de Marcílio Dias, distante cerca de 2.300 metros da Praia de Ramos, que não foi incluído no bairro Maré quando seus limites foram definidos na referida lei. Desse modo, quando se faz referência ao bairro Maré, a favela Marcílio Dias não é contada, uma vez que continua pertencente ao bairro Penha Circular. Tais informações são relevantes para assinalar que (...) esta localidade teve um histórico de constituição comum às demais e ainda compõe o mesmo espaço social. (Censo Maré, 2019, p. 14)

Este é um dado importante que configura atualmente a dinâmica da Kelson's (Marcílio Dias): a favela pertence e não pertence aos bairros da Penha Circular e da Maré. Neste “limbo”, é comum escutar de moradores e professores que a Kelson's (Marcílio Dias) é a favela esquecida da Maré. Entre a Favela Praia de Ramos, que também faz parte da Maré, e a Kelson's (Marcílio Dias) há a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante.

O fluxo de migração do Nordeste para o Rio de Janeiro nas décadas de 1940 a 1970 foi crucial para ampliar a formação da Kelson's, migração esta impulsionada pelo acesso a oportunidades de emprego e pela busca de melhores condições de vida, escapando da fome em suas regiões de origem.

Assim, estes migrantes começaram a construir casas de palafita sob áreas alagadiças e de manguezal, onde alguns outros moradores já haviam começado a construir suas casas, afinal a favela também foi formada pela comunidade pesqueira local e por pessoas remanescentes de remoções de outras favelas no entorno da Leopoldina, como no caso da favela Maria Angu que foi removida na década de 1960.

A Leopoldina uma região da Zona Norte do Rio de Janeiro, e abrange os bairros de São Cristóvão, Benfica, Caju, Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria Penha, Penha Circular, Vila da Penha, Brás de Pina, Vila Kosmos, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral de Jardim América. Boa parte de seus bairros são cortados pelo ramal Saracuruna do trem, atualmente operado pela SUPERVIA, que liga Saracuruna (Duque de Caxias) à Central do Brasil (Rio de Janeiro). Era uma das linhas de trem da Estação de Ferro Leopoldina (*Leopoldina Railway*), que operou de 1888 a 1975.

O atual ramal Saracuruna era chamado “Linha Norte” na época da E.F. Leopoldina, e era a linha que ligava até a chamada Cidade Imperial (Petrópolis/RJ). Desta forma, por causa da linha de trem, os bairros citados acima começaram a fazer parte da Zona da Leopoldina ou Leopoldinense.

Já a favela Maria Angu era localizada onde hoje há o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), escola da marinha mercante. Antes do CIAGA, existia também o Porto de Maria Angu, que será apresentado no capítulo 2.2, ao discutir a memória ambiental da Kelson's.

Podemos descrever que passar da década de 1940, migrantes vindos do Nordeste e moradores de favelas removidas no entorno da Leopoldina começaram a ocupar as áreas alagadiças e estruturar residências de palafita sobre a água. (Silva Junior, 2016, p. 17)

Como discutido no primeiro capítulo, Campos (2005) afirma que existe a ação do Estado – associada aos interesses da classe dominante – em desconstruir o espaço favelado, impondo de maneira forçada o deslocamento da população mais pobre para outras áreas da cidade, geralmente mais distantes. São as remoções, que ocorrem quando há a valorização da área a ser desocupada para futuros empreendimentos (públicos e privados). Em alguns casos, utiliza-se o discurso da insalubridade e do risco ambiental para encobrir o interesse real nas remoções.

O conjunto habitacional Marcílio Dias, que até a década de 1960 era conhecido como Praia das Moreninhas, se origina da ocupação da área de mangues e pequenas faixas arenosas formada pelas praias dos ‘crioulos’ e a praia das ‘moreninhas’ – tratava-se de um espaço de lazer e diversão dos moradores da Penha Circular. Sua abrangência territorial é muito pequena. Como vemos abaixo, a comunidade fica entre a Avenida Lobo Junior, ao lado do CIAA, beirando a Avenida Brasil, encerrando na Rua do Alpiste, atrás do Mercado São Sebastião, também beirando a Avenida Brasil. Escondida atrás da Fábrica Kelson’s e de frente para a Baía de Guanabara, vendo ao fundo o Aeroporto do Galeão. (Silva Junior, 2016, p. 16)

Ainda de acordo com o autor, a favela foi fundada na antiga Praia das Moreninhas, e até a década de 1960 era conhecida por esse nome. Primeiro formou-se uma vila de operários da fábrica, que aos poucos foram criando os puxadinhos²⁹ com mais moradores, e em certo momento já não se tinha mais controle das construções. Os barracos ficavam em áreas que não eram alagadas e já possuíam rede elétrica. À medida que as pessoas descobriam o reduto de pescadores, a ocupação se intensificou. Barracos de madeira foram erguidos sob as palafitas, e esse processo aconteceu de maneira simultânea à migração de nordestinos e às sucessivas remoções das décadas de 1940, 1950 e 1960 promovidas pelo poder público na época (Silva Junior, 2025).

Duas relevantes remoções aumentaram o fluxo de moradores na Marcílio dias. A primeira foi a destruição do porto de Maria Angu e da favela homônima que se localizava ao redor do porto. Esse porto se localizava onde é hoje o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na altura da Rua Pirangi, no bairro de Olaria e divisa com o bairro de Ramos. (Silva Junior, 2016, p. 20)

Assim, ocorrem três processos de ocupação da Marcílio Dias, em momentos distintos: (1) em 1940, formou-se uma vila de operários da fábrica de couro Kelson’s, que construíram casas de madeira para os trabalhadores da fábrica; (2) a favela começou a receber migrantes nordestinos e pessoas que vieram de outras favelas removidas na Zona da Leopoldina durante a década de 1940; (3) na década de 1980, após algumas remoções das palafitas na Praia das Moreninhas, toda a favela sofria com o risco de remoção, falta de urbanização, além de muitos impactos ambientais decorrentes da fábrica de couro e poluição da Baía de Guanabara. Com o

²⁹ Ampliação da moradia com novos cômodos.

apoio da Pastoral de Favelas e do antigo arcebispo Dom Eugênio Sales, em 1982 recebeu uma missão da vencedora do Prêmio Nobel da Paz, Madre Teresa de Calcutá, o que impediu a remoção total da favela.

Ao mesmo tempo que os Militares pensavam em suas alternativas para controlar o direito à cidade dos moradores de favela, em contrarresposta ao movimento remocionista, vemos em torno dos favelados um processo de organização política que mudaria a história das favelas cariocas. Tomamos como exemplo o desenvolvimento de lideranças comunitárias organizadas na FAFEG (Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara que depois vai se tornar a FAFERJ - Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro. (Silva Junior, 2025, p. 64)

O histórico da ocupação, por meio de casas de palafitas às margens da Baía de Guanabara, já não existe mais, dando espaço para o cais da Kelson's. Em 1964, já haviam sido realizadas remoções parciais de algumas palafitas da Praia das Moreninhas e a remoção total de uma favela conhecida como João Cândido. (Silva Junior, 2016).

É um movimento que se replica em outras comunidades, inclusive Maria Angu, que era a favela que tinha aqui ao lado, que era também zona litorânea aqui dessa área da Leopoldina, de Olaria em frente, ou seja, aquilo que é o ser hoje, ali na Avenida Brasil, ali tinha uma praia e essa praia era onde hoje Avenida Brasil. Ela começou a ter a sua remoção na década de 40 para construção da Avenida Brasil e terminou na década de 60 com a construção das unidades militares. Esses moradores ou foram pra Ramos ou vieram para cá assim ou não. Não, não exclusivamente. Isso dos relatos que a gente tem que eu quando escrevi a monografia, eu comecei com alguns moradores desses relatos de moradores, alguns vieram para cá, outros foram para Ramos. (Walmyr Junior, em entrevista, 2023)

No primeiro Censo de Favelas de 1949 – Aspectos Gerais, realizado pelo IBGE, têm-se o registro da favela Praia de Ramos e de Maria Angu, ambas localizadas no bairro de Ramos e identificadas como favelas da “Zona da Baía de Guanabara – Orla Norte”. A favela Maria Angu contava com 271 moradores e 41 casas em 1949, a maior parte delas com 1 ou 2 cômodos (Censo de Favelas, 1949).

Já a análise do Censo de 1960, realizado pelo IBGE, mostra que o número de habitantes de favelas em 1948 era de 34.064 pessoas e subiu para 70.353 em 1960, contando com 36.289 domicílios (IBGE, 1966). As favelas com maior crescimento foram Morro da Rocinha, com aumento de 2.800 domicílios, seguida pela Vila Nossa Senhora da Penha, com 2.163, e as favelas Praia de Ramos e Maria Angu, com 1.292 domicílios extras.

O aumento de domicílios da Praia de Ramos e Maria Angu³⁰ foi considerado excepcionalmente elevado, com índice de crescimento absoluto de 3.152%. O número de

³⁰ Segundo o IBGE (1966), a denominação da favela mudou ao longo dos anos. Em 1948 era chamada Porto de Maria Angu, e em 1960 denominava-se Favela de Ramos e Maria Angu.

habitantes também aumentou: de 271 moradores para 6.338 (IBGE, 1966). Assim, a partir do crescimento de diversas favelas cariocas, inicia-se a política de remoção da década de 1960, que ocasionou na retirada total da Praia de Ramos e Maria Angu, que também tinham como características casas de palafita, como relata Walmyr Junior:

Minha bisa veio para cá para essa favela que estava sendo criada, que era a favela da Kelson. Isso quando começamos a vir para cá em 72 e 73, nessa época aí. E minha família chegou por aqui nessa época, 1970, minha mãe era bem novinha. Outras favelas também já tinham essa experiência habitacional em cima da água. Então é um movimento que vai acontecendo de forma concomitante nesse território, uma experiência territorial. Acho que isso daí que é legal de se pensar. Ao mesmo tempo, aqui estava tendo palafita, a praia da Moreninha e a Nova Holanda estava tendo palafitas e tem registros de imagens da praia de Ramos, da favela de Ramos, que também eram a favela de palafitas. (Walmyr Junior, em entrevista, 2023)

A evolução da favela da Kelson's, como em muitas outras favelas, reflete a dinâmica apontada por Corrêa (1989), onde a urbanização se dá tanto pela iniciativa dos próprios moradores quanto pela atuação estatal, frequentemente impulsionada por pressões sociais ou interesses políticos. Sua progressiva urbanização até tornar-se bairro popular resulta da ação dos moradores, que, durante longos períodos, melhoram suas residências e implantam diferentes atividades econômicas. De outro lado, há a ação do Estado, que implementa alguma infraestrutura urbana – seja por pressão das associações de moradores ou por meio de interesses eleitoreiros.

No caso da Kelson's, a luta contra as remoções nos anos 1980 foi um marco desse processo, evidenciando a força da organização comunitária com o apoio da Pastoral de Favelas e a atuação solidária de figuras como Madre Teresa de Calcutá. Esse movimento popular não apenas resistiu às tentativas de expulsão, mas também reivindicou melhorias locais, como a garantia do direito à moradia e à manutenção das raízes comunitárias. Assim, a Kelson's mostra como a construção socioespacial do espaço e a urbanização de favelas é resultado de uma luta contínua por cidadania e permanência, enfrentando desafios estruturais e a constante ameaça de apagamento de suas histórias.

Segundo Esperança (2021), as palafitas foram removidas e, em seu lugar, foi construído um conjunto de habitações populares pelo Projeto Rio. O Projeto Rio foi o nome dado à implementação do programa PROMORAR no Rio de Janeiro, conforme descrito na “exposição de motivos” assinada pelo então Ministro do Interior, Mário Andreazza. Lançado em 1979 pelo Ministério do Interior e executado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o projeto tinha como um de seus objetivos principais o saneamento das áreas da orla da Baía de Guanabara, ocupadas por comunidades de baixa renda (Silva Junior, 2016).

Porém é importante ressaltar que até 1982 a favela em questão não estava em processo de assistência da execução do projeto. [...] A articulação institucional do projeto teve início em maio de 1979 e se efetivou como política do MINTER. O Plano de urbanização da Maré possuía duas fases: o detalhamento da área prioritária e o plano geral de ocupação. [...] Cabe citar que a experiência do Projeto Rio não regularizou a questão fundiária das favelas, a burocracia dos cartórios nunca possibilitou que o favelado registrasse em seu nome a moradia conquistada. Essa não era a prioridade das reivindicações dos favelados, o que eles queriam era permanecer no seu território e se ver longe do medo das remoções. (Silva Junior, 2016, p. 36-37)

Em 26 de junho de 1979, foi lançado o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), uma iniciativa do governo militar de João Baptista Figueiredo para enfrentar a problemática habitacional. O programa tinha como objetivo erradicar as sub-habitações por meio de intervenções destinadas a melhorar os núcleos habitacionais nas favelas, sem promover a remoção de seus moradores. Assim, o Projeto Rio serviu como plataforma para executar a política do PROMORAR.

Mesmo com o plano de urbanização, após remoções das palafitas na Praia das Moreninhas, a Kelson's também sofria a possibilidade de remoção. Por articulação dos moradores, bem como com o apoio Pastoral de Favelas e do antigo arcebispo Dom Eugênio Sales, em 1982 recebeu uma missão da vencedora do prêmio Nobel da Paz, Madre Tereza de Calcutá, o que impediu a remoção da favela. A favela ganhou notoriedade internacional como símbolo da pobreza urbana no Brasil.

As favelas são carregadas dos estigmas sociais e da marginalização do seu território até os dias atuais. Livrar-se das favelas era uma pretensão do Estado. Porém o caso de Marcílio Dias virou uma pedra no sapato das autoridades. Não bastava os moradores terem conseguido permanecer no território após a remoção de algumas palafitas da Praia das Moreninhas. Com apoio da Igreja, eles conseguiram levar para a favela a vencedora do prêmio Nobel da Paz, Madre Tereza de Calcutá. Veremos agora que os moradores queriam não só permanecer, como queriam a urbanização do seu território. (Silva Junior, 2016, p. 37-38)

Apesar de terem sido realizados programas de urbanização das favelas cariocas na década de 1990 – o favela-bairro – não foram encontrados registros acerca da inclusão da Kelson's no programa. Atualmente, a favela está sendo contemplada pelo programa Bairro Maravilha. Lançado no dia 06 de abril de 2023, o projeto inclui urbanização, saneamento básico, canalização de água, pavimentação e drenagem com a instalação de galerias e ralos. Com um orçamento estimado em pouco mais de R\$ 10 milhões, a iniciativa abrangerá 20 ruas. As obras estão em andamento, e tiveram início no dia 10 de abril de 2023³¹.

³¹ Decreto de outubro de 2024 autoriza a fase 1 das obras de revitalização. As mesmas, porém, já ocorrem desde 2023. <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2024/5521/55206/decreto-n-55206-2024-divulga-a-relacao-atualizada-dos-subtitulos-autorizados-ate-31-agosto-de-2024>>

Já em relação aos dados populacionais atuais, segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o conjunto de favelas da Maré possui 124.770 moradores, enquanto em 2010 registrava 129.770 moradores (Souza, 2022). Já de acordo com o Censo do Redes da Maré, a Maré possuía em 2019 135.989 moradores³².

Vale ressaltar que ainda estão sendo realizadas análises dos dados do Censo de 2022, e por estes motivos, ainda não se sabe a população atualizada das favelas da Maré. A Organização Não Governamental (ONG) Redes da Maré, em conjunto com o Observatório de Favelas³³ desenvolvem o trabalho de mapeamento e análise de dados referentes às 17 favelas da Maré.

A Kelson's (Marcílio Dias), segundo o Censo Maré de 2019, possui com 6.342 moradores e 2.248 domicílios. Deste total, 3.179 (50,1%) são mulheres, 3.149 são homens (49,7%) e 14 (0,2%) não responderam à pesquisa. Já em relação a cor ou raça, 3.705 (58,4%) pessoas declararam-se pardas, 372 (5,9%) pretas, 2.238 (35,3%) brancas, 18 (0,3%) amarelas e 9 (0,1%) não declararam. Pode-se afirmar que a maior parte da população da Kelson's é constituída por pessoas negras.

A infraestrutura do bairro é precária. Possui apenas um posto de saúde da família e apenas uma escola, fundada em 1992, a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha³⁴, que atende crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em dois turnos, manhã e tarde, e possui 275 alunos. A escola era para ser provisória, e foi construída com blocos, mas continua com a mesma estrutura da época de sua fundação.

Em dezembro de 2021 e ao longo do ano de 2022, foram feitas visitas à escola e entrevistas com a equipe gestora e com outros profissionais atuantes na Gonzaguinha, como professoras, manipuladoras de alimentos e agentes ambientais da Comlurb. Estas entrevistas foram parte da construção do Guia de Educação Socioambiental (Azevedo, 2023), construído a partir dos relatos da equipe da Gonzaguinha e publicado pela Editora PUC do Rio de Janeiro.

O guia é um documento metodológico, que traz atividades para serem trabalhadas em sala de aula com as seguintes temáticas: Racismo Ambiental, Segurança Alimentar, Memória Ambiental da Kelson's, Resíduos Sólidos e Justiça Climática. Além do guia, no final do ano de 2022 foram construídos dois canteiros na escola a fim de realizar uma horta escolar.

³² Segundo a Associação de Moradores de Marcílio Dias, estima-se que a população da Kelson's em 2021 já era de 12 mil habitantes.

³³ O Observatório de Favelas é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público fundada em 2001.

³⁴ Marcílio Dias sofre com a violação ao Direito à Educação, 25 de maio de 2021. <<https://mareonline.com.br/marcilio-dias-sofre-com-carencia-na-educacao/>>

Desta forma, em diálogos com a equipe gestora da escola,³⁵ foram feitos questionamentos sobre alimentação e segurança alimentar, e na percepção das gestoras, boa parte das crianças atendidas pela escola dependem da alimentação escolar para garantir sua alimentação básica. As escolas de dois turnos³⁶ do município fornecem café da manhã e almoço.

Segundo a equipe gestora, grande parte dos alunos atendidos na escola passa por situação de insegurança alimentar, sendo relatado que alguns deles fazem boa parte de suas refeições na escola e se sentem tristes quando não há aula, pois sabem que a alimentação em casa provavelmente será escassa. Assim, a escola, de maneira geral, é um espaço que assegura a alimentação de crianças e jovens.

As diretoras relataram um dia em que a sobremesa foi caqui, e as crianças acharam que era tomate, pois nunca tiveram contato com o fruto. Dessa forma, em palavras das gestoras, a “experiência alimentar é pouca”. Algumas famílias, ainda de acordo com a equipe gestora e alguns professores da escola, estão em situação de extrema pobreza, vivendo em paredes de papelão, chão de terra, com casas que contam com estrutura precária de saneamento básico. Alguns recebem Bolsa Família e o Cartão Carioca, que é benefício criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro para complementar a renda.

Dessa maneira, compreende-se o ambiente escolar como um importante espaço na garantia da segurança alimentar das crianças. Alimentação saudável e de qualidade é um direito de todas as pessoas. O direito à alimentação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Este foi um marco no que diz respeito aos direitos humanos.

Cabe ao Estado garantir e prover o acesso à alimentação com qualidade nutricional e em quantidade adequada para uma vida saudável, e, segundo o artigo 6º do Capítulo II da Constituição Federal (1988), “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Já em relação à coleta de lixo, esta também é precária em algumas localidades da favela. No que tange o transporte, apenas uma van faz o percurso, a linha Mercado São Sebastião (Kelson’s) – Vicente de Carvalho (Shopping Carioca), passando pelos bairros da Penha Circular, Penha e Vila da Penha. Para o lazer, a favela conta apenas com um campo de futebol, com uma pequena praça ao lado. É comum ver as crianças, em dias de calor, tomando banho

³⁵ Formada por uma diretora, uma diretora adjunta e uma coordenadora pedagógica.

³⁶ Já as escolas de Turno Único (integrals) garantem café da manhã, almoço e lanche da tarde.

no cais da favela, afinal a história da Marcílio Dias começa com a Baía de Guanabara, que atualmente permanece poluída. No âmbito da segurança pública, a disputa entre o crime organizado e as forças de segurança pública resultou em 14 operações apenas em 2023, segundo o “Boletim de Direito e Segurança Pública da Maré” da Redes da Maré (2022). A violência urbana tem um impacto significativo nas favelas do Rio de Janeiro, vitimando especialmente jovens negros.

A Kelson’s é a favela com maior número de operações policiais dentre as da Maré (Maré Online, 2023). Além dos evidentes riscos de conflitos armados, como balas perdidas (achadas em alguém) ou tiros acidentais, há nessas ocasiões o fechamento da escola e do posto de saúde, o que também impacta a população.

Em diversas ocasiões, atividades programadas com a Escola Cantor e Compositor Gonzaguinha tiveram de ser canceladas por conta destes conflitos. Assim é possível perceber que são diversas as cidadanias mutiladas (Santos, 1997) na favela: acesso à educação, saneamento, à saúde, ao transporte, trabalho, moradia e à segurança alimentar. Como citado anteriormente, é comum escutar que esta é a favela esquecida do Conjunto de favelas da Maré.

Assim, evidencia-se um cenário marcado por múltiplas violações de direitos fundamentais e desigualdades socioespaciais. A precariedade no acesso à alimentação, saneamento básico³⁷, no direito de ir e vir com transportes escassos, lazer, saúde e segurança pública reflete um histórico de negligência estatal, onde a cidadania é constantemente mutilada, como destaca Santos (1997). Por décadas, a “solução” para o espaço favelado foi a remoção, como visto nos capítulos anteriores.

Ao realizar pesquisas com os termos “Kelson’s” e “Marcílio Dias” no Google Scholar e no catálogo de teses e dissertações da CAPES, boa parte das pesquisas encontradas focava na militarização e nas ocupações policiais na favela. Este, porém, não é o foco da pesquisa, que tem como um de seus objetivos específicos analisar a produção socioespacial da Favela da Kelson’s (Marcílio Dias).

Assim, para ler a cidade do Rio de Janeiro – e nesta tese analisamos a produção socioespacial da cidade por meio da favela da Kelson’s e da Horta Maria Angu – é necessário refletir acerca de questões estruturantes da sociedade brasileira como as diferenças de classe, o gênero, e principalmente a escravização e algumas de suas consequências que até hoje

³⁷ Levantamento do governo mostra que 26% das casas de favela não têm banheiro, 16 de maio de 2022. <<https://extra.globo.com/noticias/rio/levantamento-do-governo-mostra-que-26-das-casas-de-favelas-nao-tem-banheiro-25510543.html>>

perduram, como o racismo, discriminação, a segregação socioespacial e as cidadanias mutiladas (Santos, 1997).

Os moradores da Marcílio Dias produzem o espaço ao ocupá-lo, ao resistirem às remoções. Corrêa (2007) afirma que as diferenças socioespaciais, tanto nas escalas urbanas quanto intraurbanas, são o resultado da acumulação de diversas formas e interações espaciais que se desenvolveram ao longo do tempo. Para o autor, esse acúmulo de formas e interações espaciais dá origem aos processos espaciais, que representam um conjunto de forças em ação ao longo do tempo, impulsionadas por diferentes agentes sociais envolvidos na produção do espaço, e às práticas espaciais:

As práticas espaciais constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos. Constituem ações individuais, não necessariamente sistemáticas e regulares, caracterizadas por uma escala temporal limitada. A natureza pontual no espaço e no tempo estabelece a distinção entre prática espacial e processo espacial. (Corrêa, 2007, p. 68)

Nesse contexto, os moradores da favela, ao se organizarem para lutar contra as remoções, não apenas resistem à violência simbólica e física do processo de marginalização, mas também afirmam seu direito à cidade (Lefebvre, 2013). A atuação da Pastoral de Favelas e o apoio de figuras como Madre Teresa de Calcutá demonstram a articulação de forças externas à comunidade, mas que reconhecem e fortalecem a resistência local, contribuindo para a produção de um espaço de permanência e sobrevivência.

Segundo Corrêa (1989), essa produção do espaço é uma estratégia de resistência e sobrevivência frente às adversidades e aos processos de renovação urbana que frequentemente expulsam os grupos sociais excluídos. Dessa forma, a luta pela permanência em Kelson's é uma manifestação das práticas espaciais que, ao serem colocadas em ação por seus moradores, tornam-se uma forma de reconfiguração do espaço urbano, onde as adversidades são enfrentadas e transformadas em forças que reforçam laços comunitários, bem como a luta por direitos.

Ao mesmo tempo, a história e a identidade da favela se entrelaçam com a memória ambiental do local, marcada pela relação com a Baía de Guanabara, a colônia de pescadores e os desafios impostos pela degradação ambiental. A partir dessa perspectiva, é essencial compreender a memória ambiental como componente central para a análise da produção socioespacial da Kelson's. A relação histórica dos moradores com o ambiente e as transformações decorrentes do processo de urbanização são fundamentais para tentar compreender como se consolidaram as dinâmicas sociais locais, bem como os desafios

enfrentados por sua população.

2.2 MEMÓRIA AMBIENTAL DA KELSON'S

O samba faz parte da memória e da geografia do Rio de Janeiro. A letra a seguir, composição de Nei Lopes, foi imortalizada na voz de Jovelina Pérola Negra em 1985: “Peguei bolsa forrei a carteira / e me mandei pra Praia de Maria Angu / mas fiquei na intenção / camarão tá caro pra chuchu”. Nos versos, podemos interpretar dois movimentos: (1) a atividade pesqueira e de subsistência local que ocorria na Praia de Maria Angu; (2) a ida à praia como forma de lazer para a população carioca, principalmente do subúrbio do Rio de Janeiro.

Figura 6 - Pescadores de siri no Porto de Maria Angu



Fonte: Rodrigues (2020)

Na figura 6, podemos ver a cultura pesqueira da praia de Maria Angu. Na cultura popular, outro samba que conta um pouco da história de Maria Angu é “Bar da Neguinha”, cantado por Beth Carvalho (1999): “Fui no Bar da Neguinha comer camarão / Na praia de Maria Angu / Tinha gente de todo lugar / Foi o maior sururu”. Mais uma vez, é possível perceber que a praia era frequentada não só pelos moradores dos bairros adjacentes. Além disso, o camarão

que embarcações chegavam ao Porto no bairro da Penha para prestigiar a festa da Igreja da Penha, seguindo procissão pela Rua dos Romeiros. Meu pai também contava essa história, repassada por gerações.

Essa praia [Maria Angu] que existiu de fato, foi completamente aterrada para dar lugar a Avenida Brasil. Ela ficava, segundo alguns, na região onde hoje é a Penha e para outros seria mais acertado imaginar a praia na região de Olaria. Era um porto usado para escoar para o centro do Rio a produção agrícola de vários bairros do subúrbio carioca e até de Campo Grande, na Zona Oeste. Os romeiros que se dirigiam à Festa da Penha também usavam o porto de Maria Angu para chegar a famosa festa popular que acontecia no mês de outubro junto a Igreja do bairro. (Andrade *et al*, 2022, p. 7)

No recorte da Planta da Cidade do Rio de Janeiro de 1928 (Figura 8), temos a localização mais exata do Porto de Maria Angu e do Saco do Viegas. As fontes bibliográficas pesquisadas até o momento apontam que a localização do porto ficava no bairro de Olaria. Realizando uma análise das cartas e plantas de 1922, 1928, 1694 e 2024, é possível perceber que o porto se localizava entre os bairros da Penha e de Olaria.

Figura 8 - Recorte da Planta da Cidade do Rio de Janeiro de 1928



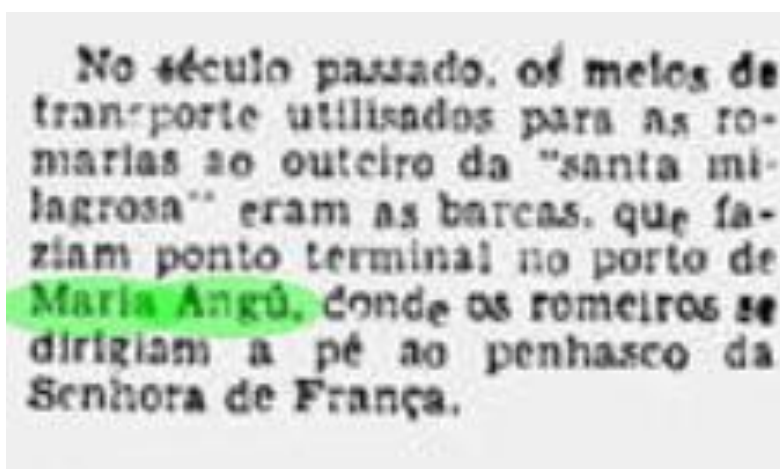
Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1928)

A Praia de Maria Angu estava localizada entre os dois bairros, e o que hoje corresponde à Praia de Ramos, e em 1928 chamava-se Praia do Apicú. É possível visualizar, assim, uma rua

que se chamava “Rua do Portinho”, e que provavelmente terminava neste porto na altura do Saco do Viegas. Pode ser, também, que o porto seja o de Maria Angu.

Na Figura 9, retirada de edição de 06 de novembro de 1943 do jornal “Dom Casmurro”, pode-se ler a confirmação dessa história oral, perpassada por gerações. O penhasco da Senhora de França, referido na reportagem, é a atual Basílica Santuário de Nossa Senhora da Penha, localizada no bairro da Penha.

Figura 9 - Edição de 06 de novembro de 1943 do jornal “Dom Casmurro”



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1943)

Dada a comparação das localidades e das oralidades repassadas por gerações, acredita-se que a Rua do Portinho tenha virado a atual Avenida Lobo Júnior, e que o portinho se localizava onde hoje temos o cais da favela da Kelson's. São histórias contadas por avós, pais, tios e familiares que assistiram, por décadas, a mudança e as urbanizações nos bairros da Penha e da Penha Circular. Assim, a memória ambiental é viva, repassada e contada por gerações de moradores dos bairros que viveram essa história:

Para saber da Penha é preciso lembrar dos tempos em que a Praia de Maria Angu era porto de chegada da barca à vapor que levava o povo para a Festa da Penha e local de pesca que sustentou muitas famílias. É preciso saber que há muito tempo o bairro sofre com o descaso do poder público e que a sua população já fazia denúncias e apelos que eram subvertidos e capitalizados pela administração da cidade. Ao norte do bairro tinha um Manguê, batizado pelos indígenas de Mariangu. Foi lá onde surgiu o porto de Maria Angu que no período colonial servia de atracadouro para a produção agrícola local. (Rodrigues, 2020, p. 29)

Apesar de citado, o fato de o manguê ter sido batizado pelos indígenas – bem como o fato de que Mariangu era o nome de uma ave local – não é confirmado. Assim, para a memória

ambiental da Kelson's e do subúrbio leopoldinense, a Praia das Moreninhas e o Porto fazem parte de um passado ainda presente no imaginário de muitos moradores.

Temos, como marco das mudanças socioespaciais e da urbanização dos bairros, a construção da Avenida Brasil em 1941, e da Avenida Lobo Júnior, em 1963. No recorte do mapa da Figura 10, é possível perceber a construção das duas avenidas, pois, para tanto, partes da baía foram aterradas. O Saco do Viegas desaparece, tornando-se Ponta de Irajá. A favela da Kelson's, bem como outras favelas da Maré, já existia em 1964. A cartografia nas favelas, porém, ainda não era feita, e estas áreas aparecem em verde, como citado anteriormente no capítulo 1.

Figura 10 - Recorte do Mapa de parte da Cidade do Rio de Janeiro de 1964



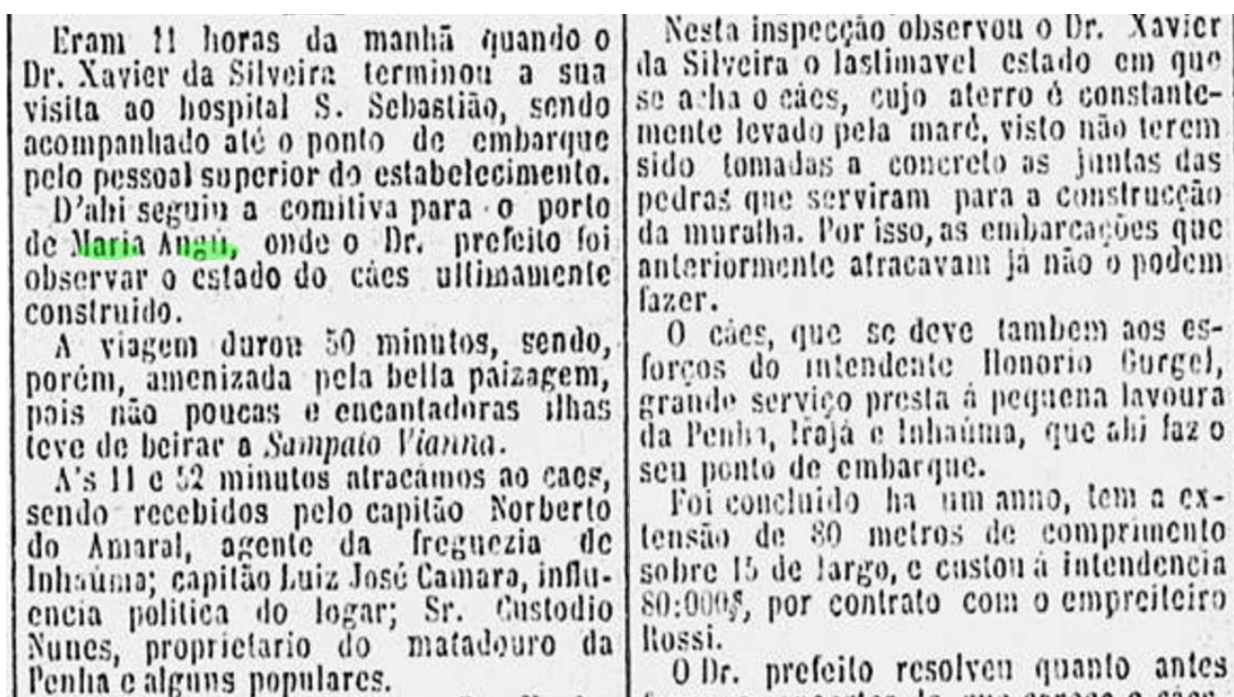
Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1964).

No século XIX, o transporte por embarcações na Baía de Guanabara desempenhava um papel crucial na conexão entre os subúrbios e áreas mais distantes do centro do Rio de Janeiro, como São Cristóvão, Caju, Santo Cristo, Glória e Botafogo. Esse meio de transporte também atendia as freguesias rurais, facilitando o escoamento da produção agrícola ao longo da orla ocidental da Baía (Souza, 2019).

O Porto de Maria Angu também cumpria essa função, e foi construído no ano de 1900, conforme publicado na edição de 09 de novembro de 1901 do jornal “O Paiz”, na figura 11.

Não se pode afirmar, com precisão, o ano em que o porto foi desativado. O fato é que, no mapa de 1964, este já não está mais presente. Silva Junior (2016) afirma que o porto ainda era muito presente na memória dos moradores mais antigos da Kelson's. Então, pode-se supor que, no início da ocupação da favela, entre as décadas de 1940 e 1950, o porto ainda estava em funcionamento.

Figura 11 - Edição de 09 de novembro de 1901 do jornal “O Paiz”



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1901).

Além da função comercial, o porto também cumpria importantes funções sociais. Segundo Victor Melo (2021), desde 1920 o clube Olaria Atlético Clube produzia, em Maria Angu, festivais náuticos, com canoagem, natação, práticas lúdicas e mergulhos. A praia era também importante balneário suburbano. Diversas notícias disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional mostram a importância das praias de Ramos (Apicú) e de Maria Angu para o lazer e subsistência das populações que viviam no seu entorno.

Existiam linhas de ônibus que levavam até o balneário, rua chamada “Caminho de Maria Angu”, além de uma cooperativa de pescadores chamada Maria Angu. Na década de 1940, como mostra a figura 12, havia inclusive o planejamento de construir balneários nas orlas das duas praias. Porém, após a inauguração da Avenida Brasil, as praias foram sucessivamente aterradas:

Antes de ser conhecida como Praia de Ramos ou até mesmo Copacabana do Subúrbio, o que existia era a Praia do Apicú (atual Ramos). [...] Outra praia que era uma coqueluche nos mares de Irajá e Inhaúma era a Praia de Maria Angu. De certa forma, era a continuação da Praia do Apicú, começando em Olaria (onde ficava o Porto de Maria Angu), passando pelo Rio Escorremão (na Penha), até atingir o mangue do Saco do Viegas (na altura do Viaduto Lobo Júnior). O nome Apicú teria sua origem no tupi-guarani e significava “brejo de água salgada”. [...] Com a abertura da Avenida Brasil, entre 1941 e 1944, o cenário mudou de forma brutal. O verão fervilhante nas praias de Maria Angu e do Apicú foi em sua maior parte aterrado e extinto. E os nomes das duas praias passaram a ser usados como sinônimo. Sinônimo de Praia de Ramos (Barbosa, *et al*, 2021, p. 164-165).

Lembro de crescer escutando as histórias de meu pai, contando que em sua infância frequentava a praia de Maria Angu e das Moreninhas, e que a Baía de Guanabara ia até o início da atual Avenida Lobo Júnior. São lembranças de muitos suburbanos até meados da década de 1960, contadas para seus filhos e netos.

Figura 12 - Edição de 19 de agosto de 1944 de “O Jornal”



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1944).

Silva Junior (2025) afirma que essas áreas eram locais de lazer, descanso e marcadas por modos de vida vinculados à Baía de Guanabara, com uma colônia de pescadores, e ao longo das décadas de 1940 em diante, passou por sucessivos processos de remoções e aterramentos que moldaram sua estrutura, refletindo em impactos ambientais.

A memória ambiental de Maria Angu (Figura 13) não está tão distante, e faz parte do imaginário de suburbanos que já estão com mais de sessenta, setenta anos de idade. Kelson's,

antiga Praia das Moreninhas – bem como o Porto de Maria Angu, que era próximo à praia – possivelmente possuía cenários como água da baía, canoas, pescadores e seus pescados – afinal, a história da favela começa como uma comunidade pesqueira no final da década de 1940.

Figura 13 - Porto de Maria Angu em 1928, fotografia de Augusto Malta



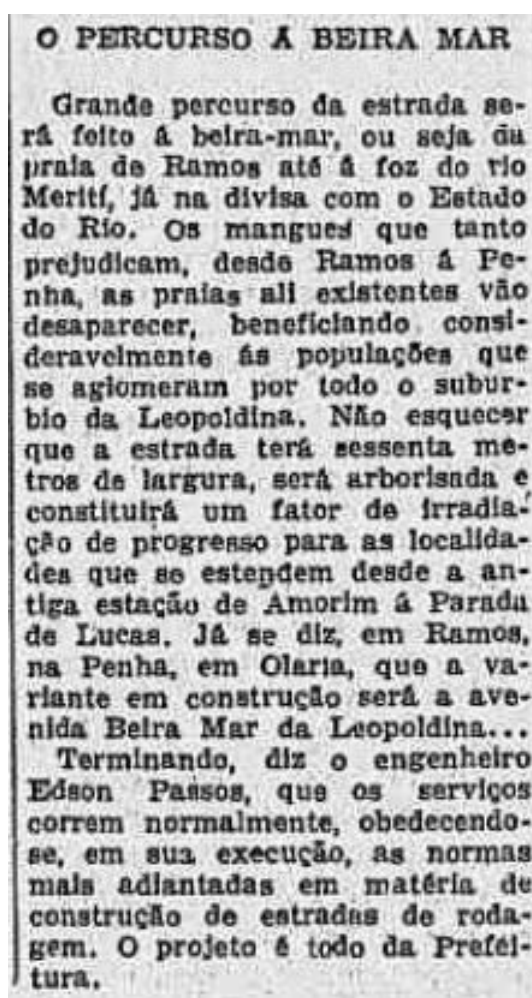
Fonte: Museu da Maré / Acervo MIS (1928)

Desta forma, abordaremos neste subcapítulo a memória ambiental da Kelson's, tão importante não só para seus moradores, mas também para moradores dos bairros da Penha, Penha Circular e outros da Zona da Leopoldina – afinal a praia era um dos redutos de lazer dos moradores desta área do subúrbio. Assim, Maria Angu teve, ao longo de décadas, funções de lazer e sociabilidade, comerciais (pesca e porto), religiosas e de prática de esportes.

Na praia de Mariangu havia um porto que servia de ponto de embarque de mercadorias que eram produzidas na Freguesia de Irajá. Também nesse porto, eram escoados os produtos produzidos pelo Cortume Carioca e pelo Matadouro da Penha. A construção da ligação rodoviária do Centro do Rio com Rio/Petrópolis, iniciada em 1940, determina uma série de desapropriações que põe fim ao balneário da Penha. (Soares, 2019, p. 103)

Nas localidades que hoje correspondem ao primeiro trecho da Avenida Brasil, até o trevo de acesso à rodovia Rio-Petrópolis, existiam diversos pequenos portos, como os de Inhaúma, Engenho da Pedra, Maria Angu, Brás de Pina e Pavuna, que eram utilizados para o transporte de hortaliças até a década de 1930. Contudo, com a expansão da malha suburbana de bondes nas primeiras décadas do século XX, o transporte marítimo foi gradualmente perdendo relevância. A inauguração da Avenida Brasil consolidou essa mudança, marcando o fim do transporte marítimo comercial e de passageiros na Baía de Guanabara e redirecionando a dinâmica de circulação entre os bairros cariocas, outros municípios e estados (Souza, 2019).

Figura 14 - Reportagem do Jornal “Correio da Manhã”, edição de 11 de abril de 1941



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1941)

A reportagem da Figura 14, retirada do Jornal Correio da Manhã de 11 de abril de 1941, mostra a visão da época acerca dos mangues: “os mangues que tanto prejudicam, desde ramos

à Penha, as praias ali existentes vão desaparecer, beneficiando consideravelmente as populações que se aglomeram por todo o subúrbio da Leopoldina”. Walmyr Junior afirma, em entrevista realizada em 2023 na favela da Kelson’s, que a Marcílio Dias continuou a ser construída a partir de um grande projeto de pavimentação. Com a construção da Avenida Brasil, a destruição da vegetação de manguezal foi, aos poucos, se concretizando.

A construção da Avenida Brasil fez parte de um projeto planejado e executado pela Comissão do Plano da Cidade, na Prefeitura de Henrique Dodsworth (1937-1945), junto com outras três obras: a abertura da Avenida Presidente Vargas, a urbanização da Esplanada do Castelo e a duplicação do túnel do Leme. Essas realizações foram bem recebidas por importantes setores da época, como o industrial. Já a implantação da Avenida Brasil, em particular, trouxe consequências econômicas e sociais, promovendo uma valorização do solo para uso industrial, ao mesmo tempo que provocou a desvalorização de áreas residenciais e até mesmo turísticas, como a Praia de Ramos, que em 1948 ainda figurava na Carta Turística da cidade como um ponto de atração de nome “*chic*” (Souza, 2019).

Assim, a implantação da Avenida Brasil trouxe consequências econômicas e sociais em diversos aspectos, como a valorização do solo para uso industrial, mas também a desvalorização de áreas residenciais e até mesmo turísticas, como a praia de Ramos, que aparecia na Carta Turística do Rio de Janeiro de 1948 como um ponto de atração da cidade, com o nome de “balneário de Ramos”, como visto em diversos recortes de jornais.

Para o historiador Walmyr Junior (2023), aconteceu algo que deveria ser considerado um crime ambiental: a retirada da vegetação de mangue na favela e em outros locais da Baía de Guanabara, durante a gestão de Henrique Dodsworth (1937-1945) à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro, para a construção da Avenida Brasil, inaugurada em 1946. Hoje o que era mangue é aterro, pavimento e as casas são de tijolos.

Assim, os mangues foram substituídos por asfalto, e aos poucos as praias foram desaparecendo. Após a construção da Variante Rio-Petrópolis (atual Avenida Brasil), outras obras como posteriormente a construção da Avenida Lobo Júnior contribuíram para que a maior parte da vegetação de mangue dos bairros da Penha, Penha Circular, Ramos e da Maré fossem sucessivamente retiradas para a construção das novas rodovias.

Vinte anos após a inauguração da Avenida Brasil, acontece a inauguração do Viaduto Lobo Júnior, em 1963. A reportagem na Figura 15 retrata a ligação entre o Viaduto, a Avenida Brasil e a linha de trem da E.F. Leopoldina. Para a urbanização do local, foi necessária drenagem e conseqüentemente a retirada do mangue, na localidade Saco do Viegas.

Figura 15 - Reportagem do Jornal “A Noite”, edição de 04 de dezembro de 1963

Será Inaugurado o Viaduto Lôbo Júnior Com o Nome de João XXIII

ESTA prevista para amanhã a inauguração do viaduto Lôbo Júnior, cujas obras estão sendo concluídas pelo governo da Guanabara e nas quais já foram gastos 320 milhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ 142.333.891,50, empregados na estrutura de concreto armado e nas pistas de acesso, drenagem compreendem duas regiões, separadas pelas linhas da Leopoldina: do lado da Avenida Brasil, pavimentação e drenagem da rua Lôbo Júnior, separada em duas vias paralelas ao viaduto desde a E. P. L. até a rua Apiaí, calçamento dos passeios públicos sob o viaduto e remoção das linhas-tronco de abastecimento d'água para as calçadas, com regularização de pavimentação atual e posterior recapamento em concreto asfáltico. Do lado da Avenida Brás de Pina, drenagem e pavimentação precedidas de terraplanagem leve, das ruas Bento Cardoso, Jacarau, Lôbo Júnior, Capitão Vicente e parte da Avenida Brás de Pina, bem como a abertura de novos logradouros, que formarão o sistema de acesso ao viaduto. Nessas obras, deverão ser gastos 180 milhões, aproximadamente.

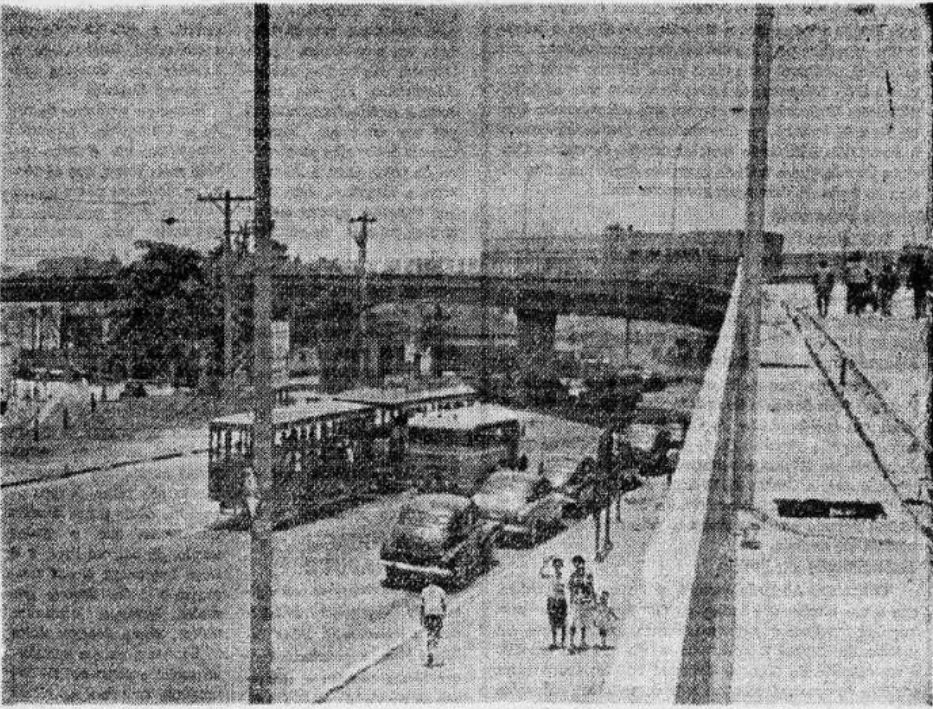
DENOMINAÇÃO
Em homenagem ao «Papa da Paz», o novo viaduto, que será, sem dúvida, um alívio para os moradores da zona da Leopoldina, será a denominação de Viaduto João XXIII.

PROGRAMA
O programa das solenidades da inauguração do viaduto Lôbo Júnior foi organizado pela Associação Comercial Leopoldinense, em reunião realizada, recentemente, na sede da entidade, na rua José Maurício.

SOLUÇÃO PROVISÓRIA
O viaduto Lôbo Júnior, na rua do mesmo nome, compreende um conjunto integrado por duas peças que correrão paralelas sobre as linhas da E. P. Leopoldina, sendo que o «tabuleiro» de concreto armado e as vias de acesso, a serem inauguradas amanhã, constituem solução provisória, até à construção do segundo viaduto.

CARACTERÍSTICAS
Mede o viaduto 300 metros de comprimento, dos quais 80 de rampa pela Avenida Brás de Pina e 180m do lado da rua Lôbo Júnior — Avenida Brasil. As pistas de rolamento medirão 10 metros de largura.

URBANIZAÇÃO
As obras de urbanização e



Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1963).

As praias da Baía de Guanabara também foram aterradas, e as pessoas que moravam em bairros como Penha, Penha Circular e Ramos — citando apenas os que possuem saída para a Baía — perdendo seus locais de sociabilidade e lazer. Já os moradores da Kelson's, perderam para além de suas áreas de lazer, perderam seu sustento por parte da pesca local de peixes, caranguejos, camarão, entre outros frutos do mar:

O território da Maré carrega as marcas de suas transformações: dos manguezais e praias soterradas até os sucessivos processos de urbanização precária, a ausência de políticas públicas influencia nas relações de poder, exclusões e resistências vividas pelos seus moradores. O apagamento da história das praias da Leopoldina não reflete apenas na mudança paisagística do local, mas configura um episódio de injustiça ambiental e urbana que redefiniu a relação dos moradores com a cidade. (Silva Junior, 2025, p. 48-49)

Utilizamos, desta maneira, o conceito de Memória Ambiental na Horta Maria Angu, a fim de resgatar estas histórias inscritas nas escrevivências (Evaristo, 2017) espaciais dos moradores da Kelson's. O conceito surge a partir de alguns debates realizados por uma parte do grupo de voluntários da Horta Maria Angu que são estudantes de graduação e pós-graduação, alguns de Licenciaturas em Biologia e Geografia.

Dessa forma, durante o segundo edital do IEAHU de 2022, surgiu o interesse de debater alguns temas acadêmicos e de realizar atividades de educação ambiental. Assim, nos organizamos em Grupos de Trabalho (GTs), e dois deles foram: o GT de educação ambiental e o GT de formação e pesquisa. Em ambos, o conceito de memória ambiental foi debatido.

No GT de educação ambiental, realizamos a construção de um guia socioambiental com conceitos como racismo ambiental, segurança alimentar, justiça climática, resíduos sólidos e memória ambiental, além de atividades didáticas para serem realizadas junto dos alunos da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha.

Já a segunda frente de trabalho foi a realização de um grupo de estudos *online* intitulado “Agricultura na favela e soberania alimentar”. Um dos objetivos do grupo era promover trocas e debates entre os voluntários e pessoas interessadas nas temáticas de agricultura urbana, segurança e soberania alimentar, e no que diz respeito aos conhecimentos teóricos que pudessem contribuir com a expansão do projeto.

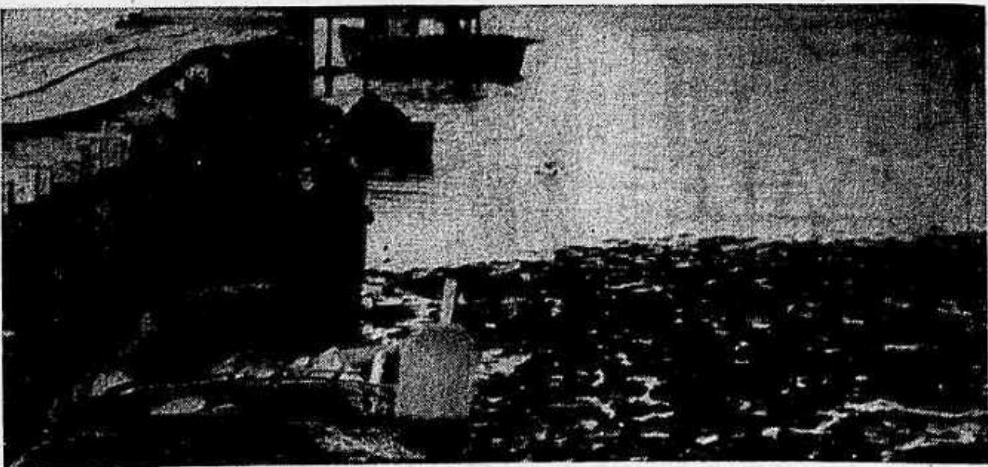
Foram debatidas as seguintes temáticas ao longo de seis encontros: Memória Ambiental, Direito à Cidade, História das Favelas, Racismo Ambiental, Insegurança Alimentar, Soberania Alimentar, Movimentos Sociais e Agroecologia. Para cada um desses temas, o GT fez uma pesquisa bibliográfica e separou os materiais que seriam abordados em cada um dos encontros do grupo de estudos. Dessa forma, a memória ambiental foi um conceito discutido tanto no GT de educação ambiental quanto no de formação e pesquisa.

Com bases na educação popular, a educação ambiental crítica é fundamental para o desenvolvimento coletivo e individual. Seu viés é emancipatório, a fim de que cada cidadão reflita e construa consciência ambiental de maneira crítica e dialógica. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como uma prática pedagógica voltada para a emancipação do indivíduo e sua conscientização sobre questões socioambientais. Nos leva a refletir sobre o ambiente em que vivemos, incluindo suas dimensões históricas e culturais, e trata de questões globais críticas de forma sistêmica, buscando superar as causas estruturais dos problemas ambientais por meio de ações coletivas e organizadas (Carvalho; Tozoni-Reis, 2009).

Na Educação Ambiental crítica, as práticas devem ser dialógicas e problematizadoras, comprometidas com transformações estruturais da sociedade. É neste contexto em que, segundo Carvalho e Tozoni-Reis (2009), a educação ambiental crítica e a memória ambiental se alinham. A vivência dos moradores e a sistematização de suas memórias ambientais, especialmente no ambiente urbano, são essenciais, resgatando a história local e comunitária, destacando aspectos esquecidos pela história oficial e promovendo uma perspectiva de baixo para cima, que valoriza as experiências e narrativas dos indivíduos e suas comunidades.

No jornal (Figura 16) é possível ler os impactos, já na década de 1970, dos aterros. A extinta Praia das Moreninhas virou lamaçal, prejudicando a subsistência de quem sobrevivía da pesca na localidade. Em 1962, temos a inauguração do Mercado São Sebastião, que foi construído em partes aterradas do manguezal do Saco do Diogo. Aos poucos, a degradação ambiental começa a impactar os moradores da Kelson's e de favelas ao redor, como a removida favela da Moreninha.

Figura 16 - Jornal Correio de Manhã, 11 e 12 de janeiro de 1970



Praia de pesca virou lamaçal

A praia das Moreninhas, cais de pesca da Colônia Z-4, na Penha Circular, está transformada num "mar de lama" e os pescadores pedem às autoridades da Marinha ou do Estado que mandem uma draga ao local para retirar o lamaçal e colocar areia em seu lugar.

Dizem que desde que começou o aterro, nas proximidades, para construção do mercado São Sebastião,

a praia vem sendo invadida por uma camada de lama e que agora não conseguem mais atracar as embarcações na maré baixa e com isso têm grandes prejuízos, pois o peixe chega estragado.

ATOLEIRO

O presidente da Colônia, sr. Eduardo Luiz Gonçalves, disse que "essa praia na realidade se chama Marçílio Dias; antigamente é que era das Morenhas. Era a praia de todos os moradores, até que se construiu a de Ramos. Hoje não conseguimos mais atracar nossos barcos aqui. Na maré baixa esse peito de lama chega a 400 metros, dentro da praia. Temos que esperar a maré encher. Com isso perdemos tempo e corremos o risco de estragar o peixe. Andar na lama não podemos. Atola até o joelho. Nossa pescaria é rústica.

Pescamos em toda a Baía da Guanabara. Não levamos gelo nos nossos barcos. O peixe é pescado de madrugada e pela manhã o vendemos. Os moradores dessa região vinham sempre comprar nosso pescado. Agora a freguesia está diminuindo".

Os pescadores pedem ao Estado ou à Marinha a dragagem da praia, para que possam ter melhores condições de vida.

Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional (1970).

aterros na Baía de Guanabara. O porto, que ia até o Rio Irajá, some, dando lugar ao Mercado São Sebastião. A Ilha Comprida e diversas outras viraram aterros, permanecendo apenas as Ilhas de Santa Rosa, do Raimundo, do Cambembe. Na Ponta Mãe Maria constrói-se a Linha Vermelha, numa área de aterro de manguezais. Toda a área da Marinha também foi construída em aterros, bem como a favela da Kelson's atualmente.

A degradação dos manguezais da Baía de Guanabara reflete um longo histórico de pressão ambiental causada pela expansão urbana e industrial. Os manguezais desempenham funções cruciais como a proteção da linha costeira, além do sequestro de carbono. Ao longo de décadas, a Baía sofreu com os impactos do despejo de esgoto doméstico e industrial, ocupações irregulares e aterros sanitários.

Outros aspectos de degradação ambiental e poluição se dão por meio da fábrica de couro Kelson's, bem como do complexo industrial que se localizava no bairro da Penha, o Cortume Carioca. São inúmeros os malefícios da indústria do couro para as comunidades próximas. O descarte inadequado dos líquidos utilizados para seu curtimento pode causar contaminação da água, dos solos e da Baía, gerando também a produção de resíduos sólidos. Gases poluentes também são emitidos, impactando na qualidade do ar:

Foi fundado em 1920 e ocupava uma área de 107.55^a m². Em 1927 passou a pertencer a uma empresa Suíça chamada C. F. Bally, que injetou capital na empresa e a transformou na maior empresa da América Latina do setor de beneficiamento de couro, chegando a empregar diretamente 3.500 funcionários. Por influência do Cortume, a região da Leopoldina recebeu muitas outras empresas que atuavam na fabricação de bolsas, cintos, sapatos e outros derivados de couro. Durante esses 78 anos de funcionamento, o Cortume viveu uma relação de amor e ódio com a população em seu entorno, por conta, sobretudo, da poluição atmosférica que provocava com a utilização intensiva de produtos químicos no beneficiamento do couro, outros bairros num arco de cerca de 3 km (Bonsucesso) eram atingidos pelos efeitos da poluição. Não foram poucas as manifestações de moradores do entorno pedindo a saída do complexo industrial do bairro, ou um maior controle da emissão de gases tóxicos. E, por conta do maior rigor na fiscalização sanitária a partir da década de 1980, por parte dos agentes públicos e também pela entrada de produtos sintéticos no mercado, a empresa foi perdendo mercado e acabou falindo na década de 1990, deixando uma enorme área que foi se degradando com o passar dos anos. (Soares, 2019, p. 36)

Desta maneira, algumas fábricas que geram resíduos tóxicos são instaladas em áreas periféricas das cidades. O curtume é um exemplo de indústria que gera resíduos sólidos, líquidos e gases poluentes. Souza (2023) afirma que existem espaços, que por ser habitado predominantemente por moradores pobres e integrantes de grupos sociais marginalizados, são frequentemente tratados pelas elites empresariais e pelo Estado como um destino “ideal” para atividades ou resíduos de alto impacto ambiental, como indústrias poluentes e lixo tóxico.

A imagem da Figura 18, retirada do Jornal Correio da Manhã, de 11 de janeiro de 1970, mostra mais uma vez os impactos da poluição na Baía de Guanabara, desta vez causando prejuízos para a fauna e flora, bem como nas atividades pesqueiras e de cultivo de hortaliças.

Figura 18 - Jornal Correio de Manhã, 11 e 12 de janeiro de 1970

POLUIÇÃO MATA A FLORA E A FAUNA DE TÔDA BAÍA DA GUANABARA

O problema das hortas poluídas na Guanabara não é novo, diz um assessor da Secretaria de Saúde, pois foi levantado há mais de 10 anos e até hoje não se encontrou qualquer solução. "Nossos rios, afirmou certa vez o sr. Orlando Castelo Branco, do Instituto de Engenharia Sanitária, são verdadeiros esgotos a céu aberto". E é com a água desses rios, cada vez mais poluídos, que são regadas as plantações cariocas.

O IES realizou há dois anos um estudo completo das águas da Guanabara e suas fontes de poluição, examinando o desaparecimento da flora e da fauna da baía de Guanabara. Diz a publicação: "Os crustáceos, siris, sardinhas e outros peixes estão desaparecendo. A flora vai sendo totalmente destruída, exigindo medidas urgentes para evitar problemas maiores no futuro". As águas de todos os rios foram examinadas, principalmente do Paraiíba do Sul, que percorre grande parte do Estado do Rio e São Paulo.

As fontes de poluição na Guanabara, diz a publicação, são os lançamentos de esgotos, as favelas, os despejos industriais, os despejos de lixo e o óleo das embarcações. As causas são o aumento da população, o crescimento dos transportes marítimos e das indústrias. Num estudo comparativo, concluiu o IES que a fauna marítima diminuiu em quase 50 por cento nos últimos 10 anos.

As maiores fontes, entretanto, ficam no Estado do Rio, onde não há política de saneamento, a não ser em uma ou outra região. Das cidades e municípios vizinhos apenas Agulhas Negras tem estação de tratamento de esgotos. As restantes jogam os detritos nos rios ou diretamente no mar. Essas águas dos rios são usadas para o abastecimento da cidade e na agricultura, daí a incidência, nessas regiões, de doenças como as verminoses, esquistossomose e outras, responsáveis pelo grau elevado de mortalidade infantil.

Na Guanabara conseguiu-se, através de programas de saneamento, diminuir a um grau bastante pequeno a incidência de determinadas moléstias, mas o problema continua porque o carloca depende do Estado do Rio para o abastecimento de frutas, legumes e verduras e utiliza as águas dos seus rios, todos nascidos do lado de lá. Segundo o Departamento de Saneamento os Rios Magé e Surui, por exemplo, chegam ao Estado com um grau muito alto de poluição e são usados pelos agricultores para regar as plantações.

Outro rio que recebe lançamentos de esgotos, este já na Guanabara, é o Acairi, que rega as lavouras do Vale que tem seu nome. O perigo da contaminação, dizem os técnicos do Departamento, não é muito grande porque as bactérias morrem mais ou menos em duas horas, mas sempre existe, tanto que um engenheiro da SRSAN, sr. Benito da Rln, vem fazendo um levantamento completo do problema, colhendo dados em Jacarepaguá, na Cidade de Deus e outros locais para examinar com detalhes os perigos.

Além do racismo implícito na desvalorização das vidas daqueles que ocupam essas áreas, há frequentemente um cálculo político – muitas vezes equivocado – presumindo que, devido à vulnerabilidade socioeconômica, os habitantes teriam menor capacidade de resistência e organização contra estas práticas (Souza, 2023).

Ainda sobre os impactos ambientais atuais, tanto a Kelson's quanto o bairro da Penha Circular enfrentam desafios socioambientais semelhantes, compartilhando a Avenida Brasil como fronteira. A Kelson's, parte do Complexo da Maré, está administrativamente inserida na Região Administrativa da Penha Circular, evidenciando a dualidade geográfica do Rio de Janeiro entre asfalto e favela. Isto também ocorre nas outras favelas da Maré, afinal o histórico da Maré se dá entre a Baía de Guanabara e a Avenida Brasil, construída em 1946.

Assim, como elucidado no subcapítulo anterior, a Kelson's sofre com a falta de investimentos em infraestrutura básica e apresenta altos índices de poluição do ar, conforme dados da pesquisa de 2023 realizada pela Redes da Maré em parceria com o Laboratório de Métodos Computacionais em Engenharia (Lamce), da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) e o Instituto Clima e Sociedade (ICS).

Os principais motivos que afetam o microclima da Kelson's estão relacionados à poluição da Baía de Guanabara e à proximidade com a Avenida Brasil, além das diversas fábricas localizadas ao redor da favela, dentre elas, construtoras de cimento, plástico e couro³⁸. Nesse sentido, podem ser listados alguns efeitos diretos que interferem ou já interferiram na qualidade de vida dos moradores, tais quais: a impossibilidade de perpetuar a cultura pesqueira, a baixa qualidade do ar e ilhas de calor já evidenciadas pelo relatório “Respira Maré” (Redes da Maré, 2023).

Segundo Mascarenhas *et al* (2022), em estudo sobre o impacto da temperatura do ar na mortalidade por doenças cerebrovasculares no Brasil, um estudo realizado com pacientes admitidos com diagnóstico de AVC ou de infarto agudo no miocárdio em dois hospitais de São Paulo mostraram que durante dois anos, 2,8% e depois 4,9% das internações foram devidas às altas temperaturas da cidade, associadas à poluição do ar.

O estudo foi realizado a fim de compreender a relação entre a temperatura do ar e a mortalidade por doenças cerebrovasculares (DCV) em 10 microrregiões das cinco grandes regiões brasileiras. Foram analisados os óbitos diários por DCV e a média diária de temperatura

³⁸ A fábrica de couro Kelson's, que existe desde 1940, também atua na fabricação de plásticos desde 1995.

do ar no período de 1996 a 2017, com base em dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS).

A temperatura do ar é um dos fatores de risco para as doenças cerebrovasculares. Na pesquisa realizada, um total de 531.733 mortes por doenças cerebrovasculares foi analisado, e o Rio de Janeiro apresentou o maior número de registros de óbitos por DCV. Já de acordo com Maria Inês da Silva (2021), o fenômeno das ilhas de calor influencia na saúde e bem-estar das populações, com o surgimento de doenças respiratórias, exaustão, doenças cardiovasculares e até mortes.

As ilhas de calor são um fenômeno que ocorre em áreas urbanas, por causa da concentração de edificações, asfalto e concreto, além da poluição de veículos e fábricas, que em conjunto retêm e amplificam o calor. O asfalto e o concreto absorvem mais calor do sol durante o dia, liberando-o lentamente durante a noite, mantendo as temperaturas elevadas. A falta de vegetação e áreas verdes intensifica as ilhas de calor, porque reduz o resfriamento natural que as plantas realizam ao longo do dia.

As ilhas de calor podem intensificar piorar a qualidade do ar e aumentar doenças respiratórias, bem como cardiovasculares e cerebrovasculares. Ainda de acordo com a autora, a presença de material particulado no ar pode causar doenças como asma, bronquite, doenças cardiovasculares, bem como outros efeitos como a falta de ar, as mudanças no sistema pulmonar, podendo levar inclusive a óbito:

Material particulado trata-se de partículas minúsculas presentes no ar, originadas de diversas fontes, como a queima de combustíveis fósseis, queima de resíduos e atividades industriais. O material particulado (PM) abrange ampla gama de partículas, como poeira, fumaça e poluentes atmosféricos, que podem conter metais pesados, substâncias tóxicas e produtos químicos nocivos que podem ser inalados. (Redes da Maré, 2023, p. 18)

Assim, em relação a qualidade do ar, a Kelson's apresenta grande concentração de material particulado, excedendo o dobro dos níveis recomendados pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o que comprova os altos níveis de poluição do ar na favela e pode agravar doenças respiratórias e cardiovasculares. O CONAMA estabelece como segura uma concentração média diária de $25 \mu\text{g}/\text{m}^3$, e este limite foi ultrapassado na Kelson's (Marcílio Dias):

MATERIAL PARTICULADO DE $10 \mu\text{g}$ - PM 10: São partículas 5 a 7 vezes mais finas do que um fio de cabelo e podem ser inaladas e chegar até as vias aéreas mais profundas dos pulmões, mas a maioria delas tende a se depositar nas vias aéreas superiores, como traqueia e brônquios. Podem causar problemas respiratórios, cardiovasculares e agravar condições de saúde preexistentes. Na Maré, as regiões de

Marcílio Dias e do Parque Ecológico se destacam na concentração de PM 10, por motivos diferentes. O território de Marcílio Dias abriga concreteiras, indústrias especializadas na produção de concreto e geradoras de poeira e partículas finas. (Redes da Maré, 2023, p. 19)

O material particulado pode ter diversos tamanhos, e segundo o relatório da Redes da Maré (2023), o PM 2,5 é composto por partículas ainda menores que o PM 10, capazes de penetrar profundamente nos pulmões e alcançar a corrente sanguínea, representando um risco maior à saúde. Também pode resultar em doenças respiratórias e cardiovasculares, agravamento de condições médicas preexistentes, além de afetar tanto a gravidez, ao atravessar a placenta, quanto os idosos, devido ao maior risco de infarto e acidente vascular cerebral (AVC).

Em nível de comparação, o diâmetro do PM 2,5 é 28 vezes menor que o de um fio de cabelo. Assim, uma alta concentração de material particulado de 2,5 µg é alarmante e geralmente indica a necessidade de medidas para melhorar a qualidade do ar e proteger a saúde pública. As principais fontes de emissão do PM 2,5 incluem veículos, a queima de combustíveis fósseis, poeira urbana e o processo de ressuspensão. Os níveis de material particulado PM 2,5 também ultrapassaram os limites aceitáveis pelo CONAMA na Kelson's, chegando na verdade no dobro do recomendável pelo Conselho.

Segundo pesquisas de Silveira (2018, 2020), há uma maior vulnerabilidade às altas temperaturas entre idosos, mulheres, pessoas negras e pessoas com menor nível de escolaridade. Também há maior vulnerabilidade às baixas e altas temperaturas em locais com menor Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS), menor renda, menor consumo de eletricidade e maior adensamento demográfico.

Ainda de acordo com o autor, os efeitos da temperatura na mortalidade por doenças cardiovasculares no Rio de Janeiro variam de acordo com fatores individuais e de vizinhança. Seu estudo corrobora a importância do efeito mitigador dos espaços verdes em relação à mortalidade por doença isquêmica do coração (DIC), doenças cerebrovasculares (DCV) e cardiovasculares, especialmente nas áreas mais carentes. As áreas verdes podem auxiliar na promoção da saúde no espaço urbano, visando ao controle das diversas doenças crônicas, com foco tanto nos aspectos individuais quanto coletivos.

No bairro da Penha Circular, relatórios também indicam os efeitos das ilhas de calor, o que mostra a urgente necessidade de políticas públicas que abordem as questões socioambientais e de saúde pública. Assim, é possível atrelar os efeitos das ilhas de calor a problemas respiratórios graves, ao aumento de doenças cardíacas e circulatórias, além de

interferir no desenvolvimento econômico e social dos moradores que sobrevivem até hoje da pesca local, realizada no cais da Kelson's.

A Kelson's registra diferença de temperatura média ao longo do dia de 3,7°C, implicada pelas ilhas de calor, sendo também um dos pontos do conjunto de favelas da Maré com as menores taxas de umidade. Algumas formas de reduzir estes impactos seriam: criação de mais áreas verdes e de jardins de chuva; tetos verdes; restauração de manguezais; planejamento urbano integrado; estruturação do sistema de coleta de lixo.

Outro problema presente na favela é a escassez de espaços verdes, que acabam por acentuar as adversidades citadas anteriormente, dificultando o enfrentamento dos atuais desafios climáticos (Respira Maré, 2023). O manguezal, vegetação originária da Kelson's, é um ecossistema reconhecido por ter grande capacidade de captar carbono, e possui relevante papel no combate aos efeitos das mudanças climáticas (Braga, *et al*, 2024):

O ecossistema manguezal é de extrema importância tanto do ponto de vista ecológico como econômico, pois fornece diversos serviços essenciais para o homem e a natureza, como alimento, combustível, locais para reprodução e forrageamento de peixes, mamíferos, crustáceos e demais espécies da fauna semiterrestre e aquática além de atuar como depósito para sedimentos reduzindo a erosão e protegendo a costa. Esses serviços ecossistêmicos trazem benefícios ambientais, sociais e econômicos e dentre eles, um dos mais destacados atualmente é a sua capacidade de sequestro e estoque de carbono, que contribui na mitigação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e no combate às mudanças climáticas (Braga, *et al*, 2024, p. 451).

Os manguezais garantem a subsistência de comunidades pesqueiras, o conforto térmico, além de proteção contra erosão costeira. O mangue, por ser área naturalmente úmida, também auxilia em possíveis cheias, armazenando grandes volumes de água. Segundo o relatório Respira Maré (2023), há uma estimativa de que parte das favelas do conjunto da Maré possa vir a desaparecer até 2050 com a intensificação das mudanças climáticas, por causa da elevação do nível do mar. A preservação e restauração dos manguezais se fazem, desta forma, imprescindível para que comunidades vulneráveis possam sobreviver de maneira digna aos impactos das mudanças climáticas.

Nos manguezais, o carbono é capturado pelas plantas de mangue, bem como pelas algas presentes nas raízes e no solo, e por fontes adjacentes, como a água dos rios e do mar que banham essas áreas. O carbono é sequestrado pelas plantas, que absorvem dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera e o fixam em sua biomassa por meio da fotossíntese. Também há o estoque de carbono nos solos (Braga, *et al*, 2024).

O potencial de sequestro e armazenamento de carbono é tão significativo que recebeu uma denominação específica: “Carbono Azul”. Esse termo se refere ao carbono sequestrado,

armazenado e liberado pelos ecossistemas costeiros, incluindo os manguezais, que estão entre os ecossistemas com maior capacidade de sequestrar e armazenar carbono, podendo retirar cerca de 22,8 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera por ano. Aproximadamente 10% do carbono armazenado no mundo está nos manguezais (Braga, *et al*, 2024).

Em Florianópolis, Santa Catarina (SC), o projeto Raízes da Cooperação, baseado em soluções da natureza, vem realizando a regeneração e conservação dos manguezais da capital catarinense. As espécies invasoras, como o pinus, são retiradas, e isso contribui para a conservação de manguezais e ecossistemas associados.

A crise climática e ecológica é uma realidade global, que tem impactado de forma desigual o povo pobre e marginalizado das áreas urbanas, resultando em injustiças ambientais e raciais. Por este motivo, um dos conceitos discutidos pela Horta Comunitária Maria Angu é o de justiça climática. A justiça climática, para Robinson (2018), considera a crise climática não apenas uma questão ambiental, mas também uma questão de direitos humanos e justiça social. Os impactos das mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as comunidades mais vulneráveis, que muitas vezes são as menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa.

Para a autora, a resposta às mudanças climáticas deve incluir a proteção dos direitos humanos, a promoção da equidade e a garantia de que as vozes das comunidades mais afetadas sejam ouvidas e respeitadas. A maior parte da população da favela da Kelson's é negra, o que elucida o racismo ambiental que ocorre não só na Marcílio Dias, mas também em outras favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Segundo relatório de 2023 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), entre 2010 e 2020, a mortalidade causada por enchentes, secas e tempestades foi quinze vezes maior em locais vulneráveis, em comparação com locais de vulnerabilidade baixa. Também são nas áreas periféricas que as árvores e áreas verdes são escassas, que temos a ocorrência de enchentes e deslizamentos nas épocas de chuvas, o descarte de resíduos tóxicos, bem como a instalação de lixões e pedreiras. Assim, as soluções para as emergências climáticas se fazem extremamente necessários nestes locais.

Em diversas favelas e periferias urbanas³⁹, a falta de áreas verdes, combinada com o uso de telhas de amianto e são as mais prejudicadas tanto nas ondas de calor, quanto nas enchentes – afinal não há cobertura de solo suficiente para absorver a água da chuva. As favelas vêm

³⁹ Pesquisas mostram que ilhas de calor estão em bairros mais pobres do Rio.

<<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/01/07/pesquisas-mostram-que-ilhas-de-calor-estao-em-bairros-mais-pobres-do-rio.ghtml>>

replicando tecnologias de adaptação climática⁴⁰, como por exemplo o projeto Teto Verde Favela⁴¹, afinal os telhados verdes auxiliam a reduzir temperaturas nas casas em dias quentes. Na Maria Angu, uma das soluções adotadas foi a criação de um “teto verde de maracujá” no telhado depósito de ferramentas – que antes desta solução, era um espaço extremamente quente. O manejo foi simples: o maracujá é uma planta trepadeira, e assim, direcionamos seu crescimento para o telhado.

Assim, as hortas comunitárias, além da produção do alimento saudável, também auxiliam na regeneração em áreas urbanas: além do telhado de maracujá, o espaço apropriado pela Maria Angu, que no início dos trabalhos era coberta por concreto e cimento, hoje é coberta por verde. Passarinhos e diversos insetos – alguns polinizadores, como abelhas, joaninhas, borboletas. Também surgiram formigas, que se mostraram, muitas vezes, como um desafio e apontamento de necessidade de melhoria do solo) começaram a aparecer na horta. Os passarinhos plantaram nossos primeiros mamões, e de fato a temperatura ficou mais amena debaixo dos pés de maracujá, ajudando a regular o microclima local.

Segundo Reis (2024), as hortas podem ter efeitos de amenizar a temperatura nos espaços urbanos. Em sua pesquisa na Horta Antiga das mulheres do Grupo de Agricultura Urbana, na Vila Jacuí (Zona Leste de São Paulo), a diferença de temperatura na horta e outras localidades do bairro chegou a 5,9°C no verão.

Desta maneira, as hortas comunitárias também podem se mostrar como possibilidade de áreas verdes em periferias e favelas. Na Horta Maria Angu, os moradores começaram a plantar abóboras, melancias, bananeira e outros alimentos em um terreno baldio da favela, que anos antes era ocupado por um lixão. Começamos, ali, a regeneração de mais uma área subutilizada da favela com a Horta Mandacarú, que por alguns meses de 2021 e 2022 teve bananeiras, Cabeludinha, Uvaia, Jabuticaba e outras árvores frutíferas de Mata Atlântica.

Infelizmente, o a horta foi destruída por outros agentes que também ocupam o território da favela, mas um aprendizado ficou nítido: a necessidade de mais espaços verdes, de plantar e de colher – seja para contemplação, sociabilidade, lazer, educação ambiental, contato com alimentação orgânica ou a subsistência. A agricultura urbana pode ser considerada uma maneira de exercer o direito à cidade.

Desta maneira, temas como racismo ambiental e justiça climática – que se conectam

⁴⁰ Outro fator climático que pode ser amenizado com as hortas em áreas urbanas é o escoamento das águas da chuva. Espaços de cultivo podem funcionar como jardins de chuva.

⁴¹ Projeto usa o plantio em telhados para reduzir temperatura em casas de favelas do Rio.

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/02/projeto-usa-o-plantio-em-telhados-para-reduzir-temperatura-em-casas-de-favelas-do-rio.ghtml>>

diretamente à segurança alimentar – são elementos centrais do nosso trabalho na Maria Angu. Alguns dos efeitos da (in)justiça climática são conhecidos por moradores de áreas periféricas e vulneráveis das cidades: deslizamento de terra, enchentes, poluição do ar, ilhas de calor. Todos estes problemas afetam, também, a saúde da população que mora nestas áreas, com maior suscetibilidade a problemas respiratórios, riscos de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e pressão alta.

O racismo ambiental é um conceito que descreve como comunidades historicamente marginalizadas e grupos vulneráveis, especialmente populações negras, indígenas e de baixa renda, são desproporcionalmente afetados por danos ambientais e riscos ecológicos. As populações que vivem em áreas degradadas ou sujeitas a impactos ambientais severos, como poluição, falta de saneamento, proximidade de lixões, aterros sanitários, indústrias altamente poluentes ou ausência de infraestrutura básica (Pires e Guimarães, 2016).

Foi introduzido em 1982 por Benjamin Chavis nos Estados Unidos. Ele se refere à discriminação racial presente nas políticas ambientais, nas práticas sociais e nas ações governamentais que, sob o pretexto do “desenvolvimento”, acabam degradando o meio ambiente e prejudicando as comunidades habitadas por populações negras, indígenas, quilombolas, campesinas e ribeirinhas.

O racismo ambiental também se faz na falta de investimentos em áreas periféricas e de favela, bem como nas cidadanias mutiladas - em relação a direitos e serviços fundamentais, como o abastecimento de água, coleta de lixo, saneamento básico e até mesmo o acesso aos alimentos e a uma alimentação saudável e adequada (Azevedo, 2023).

Um exemplo claro de racismo ambiental é a destinação de resíduos tóxicos, poluentes e venenosos para áreas onde essas comunidades vivem. Além disso, essas regiões frequentemente enfrentam outros problemas, como a escassez de árvores e áreas verdes, enchentes recorrentes durante as chuvas, além da instalação de lixões, pedreiras e indústrias poluentes, transformando esses locais em verdadeiras zonas de sacrifício.

Já o conceito de zonas de sacrifício refere-se a áreas geográficas que são desproporcionalmente afetadas por impactos ambientais negativos devido a decisões políticas, econômicas ou industriais. Essas zonas são sacrificadas para atender a interesses maiores, como o desenvolvimento econômico, a produção de energia ou a expansão urbana, em detrimento do bem-estar das populações locais e da integridade ambiental (Pires e Guimarães, 2016).

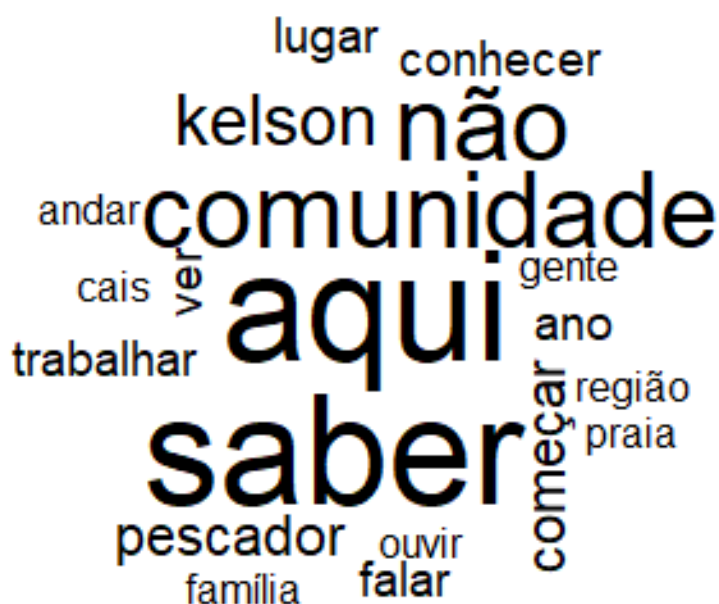
Algumas áreas do espaço urbano do Rio de Janeiro servem ao capital financeiro especulativo, por meio da verticalização da cidade, e outras zonas servem para o sacrifício de

suas moradoras/moradores e meio ambiente. Quais são as localidades que são escolhidas para serem turísticas ou sacrificadas? Nesse contexto, é válido questionar se a Kelson's pode ser considerada uma zona de sacrifício. Afinal, os resíduos provenientes das fábricas de couro e de plástico presentes na favela geram uma significativa poluição, impactando tanto o meio ambiente quanto a qualidade de vida dos moradores.

Assim, a fim de compreender um pouco mais da memória ambiental da Marcílio Dias, e para a construção do guia socioambiental foram realizadas 14 entrevistas de doze perguntas, além de um debate durante a reunião pedagógica do segundo semestre de 2022 com 14 pessoas da equipe da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha: professoras, direção da Escola, manipuladoras de alimentos e agentes ambientais da Comlurb.

Uma das perguntas realizadas foi “O que você entende por memória ambiental da Kelson's?”. Diversas foram as respostas, e por meio de uma análise de conteúdo (Bardin, 1977) realizada com auxílio do software IramuteQ, apresenta-se aqui uma “Nuvem de Palavras” das entrevistas realizadas, como mostra a figura 19.

Figura 19 - O que os profissionais da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha entendem por memória ambiental da favela Kelson's



Fonte: A autora (2023).

Assim, a partir da pergunta “O que você entende por memória ambiental da Kelson's?”, a figura 19 demonstra, por meio da nuvem de palavras, as falas dos membros da Escola

Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha em relação ao que eles compreendem por memória ambiental da favela, bem como o que eles escutam dos alunos. Muitos afirmaram que, quando começaram a trabalhar na escola, escutaram a história de que a favela iniciou com famílias de pescadores, afinal a Kelson's era uma área de mangue banhada pela Baía de Guanabara. Muitos citaram o cais como um importante local de referência dentro da favela, principalmente nos dias de calor, onde as crianças e alguns adultos vão se banhar e brincar nas águas da baía.

A memória ambiental envolve a experiência urbana ou rural em locais específicos ao longo do tempo, refletindo conhecimentos e práticas e a interação das pessoas com o ambiente. Além disso, investiga como um ecossistema particular responde a essas interações. A partir da memória pode-se refletir sobre a crise e a questão ambiental, tangenciando pelas lutas dos pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas (Nunes; Rocha; Figueiredo, 2019).

Figura 20 - Cais da Kelson's, às margens da Baía de Guanabara



Fonte: Douglas Peres (2017)

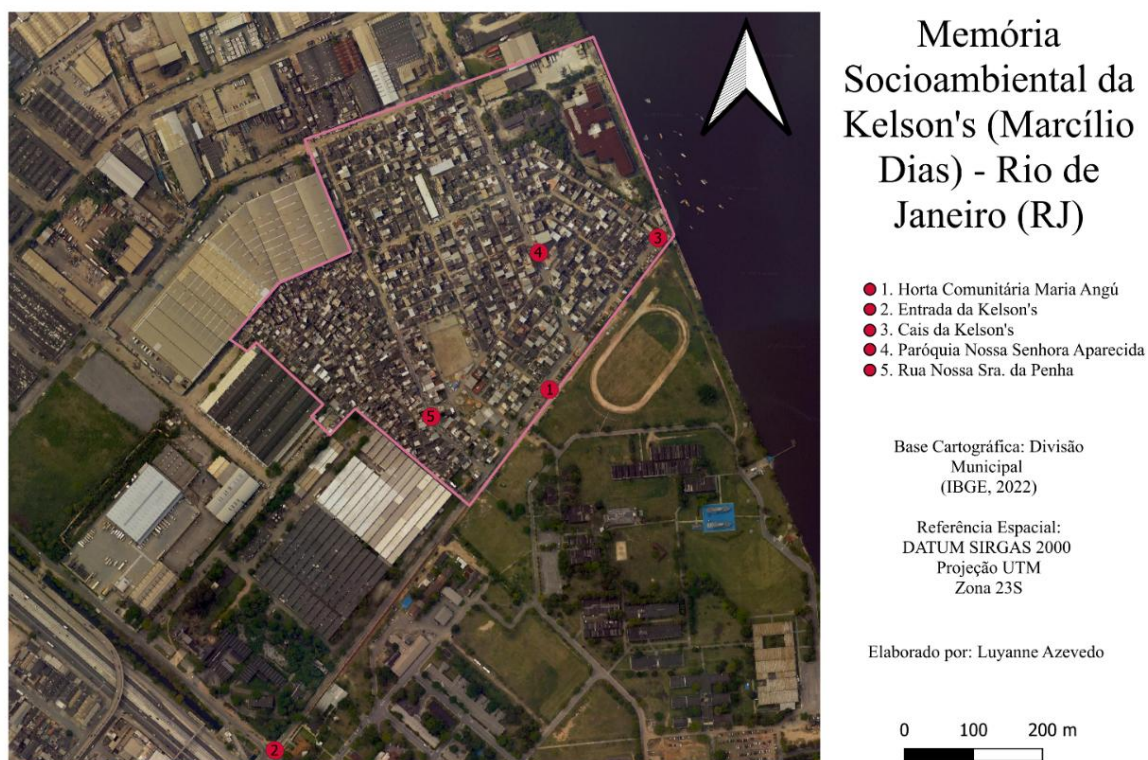
Nas margens da Baía foram construídas as primeiras casas de palafita. Assim, além de ser um local de trabalho, o cais também representa um espaço de convivência, onde as

interações sociais acontecem e as tradições culturais são mantidas. Nos dias de calor, é possível ver crianças brincando e pulando nas águas da Baía, sendo um ponto conhecido pelos moradores da favela. Na figura 20, podemos ver a imagem do cais.

Desta forma, o cais da Favela da Kelson's é um ponto significativo tanto para a comunidade local quanto para a preservação ambiental. Este cais, que serve como um acesso ao mar, é essencial para a pesca artesanal, uma atividade vital para a subsistência de muitos moradores da favela, mas que infelizmente tem sido afetada tanto pela poluição da Baía de Guanabara, quanto pelo descaso do poder público em relação à manutenção do cais.

Ao longo do trabalho da Horta Comunitária Maria Angu, a busca pela Memória Ambiental tem sido fundamental. Desta maneira, foi elaborado um Plano Interpretativo, fruto de uma das atividades da disciplina “Interpretação Ambiental”, ministrada em 2024 pela professora Jasmine Moreira (PPGEO/UEPG) foi a realização da proposta de um mapa da Memória Socioambiental da Kelson's (Marcílio Dias).

Figura 21. Plano Interpretativo – Memória Socioambiental da Kelson's



Fonte: A autora (2024).

Na Figura 21, destaca-se, aqui, o ponto 5: a Rua Nossa Senhora da Penha. Nesta rua, em alguns pontos, é possível ver o Cristo Redentor, uma das sete maravilhas do mundo moderno e importante ponto turístico da cidade do Rio de Janeiro. Em algumas das lajes desta rua também temos a apreciação da paisagem de boa parte da cidade. Alguns moradores abrem suas lajes para que esta apreciação seja feita por meio de visitas.

Desse modo, adota-se a laje como objeto de estudo esse elemento construtivo, entendido geograficamente como uma unidade espacial das residências em favelas, capaz de integrar mobilidade, paisagem e lugar e, por isso, proporcionar, em certa medida, bem-estar aos seus moradores (Duarte, 2019). Assim, as lajes das favelas cumprem importante papel social de caráter afetivo e de convivência, fortalecendo laços comunitários. Os outros pontos foram discutidos ao longo deste subcapítulo, tendo a Paróquia como um dos pontos que representa a visita de Madre Teresa de Calcutá à Kelson's.

A memória ambiental da Kelson's se dá por meio de diversas transformações: a relação com a baía de Guanabara seja nas construções das palafitas da Moreninha ou na relação com a pesca, da migração nordestina, à vila operária da fábrica de couro. Cada uma dessas transformações representa uma adaptação da favela às sucessivas reconfigurações: a poluição da Baía, a tentativa de remoção, a resistência por meio da ação dos moradores e da ajuda da Madre Teresa de Calcutá. Ao longo do trabalho da Horta Comunitária Maria Angu, a busca pela Memória Ambiental foi fundamental.

Desta maneira, atuamos na Maria Angu a fim de resgatar esta memória ambiental. Por meio do cultivo, das rodas de conversas e atividades pedagógicas trazemos no presente pontes entre o passado pesqueiro, a memória do mangue, a luta por permanência – criando possibilidades de uso e ocupação territorial. No próximo subcapítulo compreenderemos, assim, o que é a Horta Comunitária Maria Angu.

2.3 A HORTA COMUNITÁRIA MARIA ANGU

O projeto da Horta Comunitária Maria Angu (HCMA) começa a partir de um sonho do Walmyr Júnior, morador da favela da Kelson's (Marcílio Dias) e posteriormente de estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que se empenharam em trabalhar a partir da proposta de Walmyr de criar uma horta comunitária:

Olha, durante a pandemia eu peguei o COVID de forma abrupta. Estava aquele isolamento social gigante e eu com a minha casa em obra para fazer e tal, falei “cara, eu tenho que mudar a estética aqui da minha casa de alguma forma, vou começar a trazer

algumas plantas da minha avó aqui para cima”. Comecei a cuidar de planta. O Jefferson, amigo meu daqui do bairro, trabalha na floricultura e tentou montar uma floricultura na casa dele, e ele estava trazendo muita coisa bonita, sabe? Uns vasos bonitos, umas plantas legais. Ele ficava falando: “ah *coé*, tu não vai levar a plantinha? De moral, bota na tua casa, vai ficar bonito”. Me convenceu, e aí eu comprei a primeira, que foi essa zamioculca aí. Aí depois dela veio um monte e eu comecei a cultivar plantas alimentícias. E aí tinha uma menina aqui da comunidade que a gente conversava de vez em quando, e ela um dia queria me apresentar a possibilidade de a gente fazer uma horta aqui na favela, ela queria ensinar o pessoal a plantar comida em casa. E aí eu falei: “Cara, vamos sentar para escrever o projeto!” e ela disse, “Pô, vamos super vamos!”. Eu me sentei, escrevi o projeto e ela nunca mais apareceu, sumiu, se mudou da comunidade, e eu toquei a parada. Comecei a pensar a pensar possibilidades. A Marina Mahfuz estava terminando a graduação na PUC, a gente conversou muito e ela falou “Pô amigo, o negócio é escrever projeto junto”. E eu falei “Tô com essa ideia aqui que a amiga falou, mas não andou para frente e eu gostei, me identifiquei, vamos tocar para frente”. E aí começamos a conversar sobre horta e tal, montamos um grupo de pessoas, ela disse que tinha uma galera do Ecoletivo, trocou uma ideia, a galera topou, e assim apareceu a possibilidade de escrever o edital do IEAHu (Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da PUC-RIO). (Walmyr Junior, em entrevista, 2023)

Walmyr Júnior, morador da Kelson’s, trabalha como analista de projetos de extensão da PUC/RJ, é formado em licenciatura em História e mestrando em Sustentabilidade pela PUC/RJ. A entrevista foi realizada no dia 13 de julho de 2023, na casa do Walmyr, na favela da Kelson’s (Rio de Janeiro). Marina Mahfuz é formada em Comunicação Social pela PUC/RJ e atualmente trabalha na gestão pública da Prefeitura do Rio de Janeiro. Ambos são coordenadores do projeto atualmente.

Assim, para viabilizar o início do projeto, Walmyr e Marina buscaram formas de captação de recursos e encontraram o Edital do Instituto de Estudos Avançados em Humanidades da PUC-Rio (IEAHu – PUC/Rio) de junho de 2021. Este foi um edital de integração e apoio à extensão universitária e teve a intenção de apoiar e promover ações e projetos interdisciplinares em Humanidades, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19.

Seu objetivo era viabilizar e dar visibilidade a iniciativas que estavam lidando com as consequências da pandemia, como o aumento da vulnerabilidade e a violência, e que fomentassem também estratégias de organização comunitária, geração de renda, fornecimento de alimentação saudável e desenvolvimento de novos modelos pedagógicos e de comunicação.

O processo de escrita do texto proponente ao edital IEAHU 2021 se deu durante os meses de junho e julho, e à época faziam parte do projeto alunos e ex-alunos da PUC/Rio. O grupo foi contemplado com o edital IEAHu, com verba de R\$ 10.000,00 para iniciar o projeto, com prazo de seis meses para sua execução.

O edital proporcionou a compra de ferramentas e materiais para a construção da horta, bem como a viabilização dos mutirões. Assim, a primeira atividade na favela da Kelson’s foi

realizada em 20 de setembro de 2021, na Associação de Moradores, e teve como objetivo promover um espaço de troca, diálogo e compartilhamento da proposta e das possibilidades para o espaço da Horta Maria Angu.

Figura 22 - Primeiro encontro da Horta Maria Angu na Kelson's (setembro/2021)



Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2021)

Foi nesta roda de conversa, da Figura 22, que houve a primeira aproximação para a realização desta pesquisa, e peço licença para falar em primeira pessoa apenas nesta parte da tese, pois desde este encontro entrei nos grupos de *WhatsApp*, comecei a fazer parte da coordenação da horta e desenvolver projetos ao longo desses três anos.

Neste primeiro encontro, estiveram presentes agentes comunitários representativos e com atuação constante na favela, entre eles profissionais da saúde responsáveis pelo posto de saúde local, diretoras de duas creches comunitárias – Ovelhinha de Jesus e Projeto Bela Herança (Hotelzinho da Criança) – e articuladores de iniciativas socioambientais locais e representantes da Associação de Moradores. Foi por meio desta roda de conversa que nos aproximamos das

creches comunitárias e, posteriormente, começamos a fazer a doação de nossas colheitas para auxiliar na alimentação das crianças.

Também foi feita uma dinâmica com perguntas direcionadas para identificar os principais problemas da Kelson's, quais eram as soluções que as pessoas vislumbravam e como eles idealizavam a favela. Vários pontos vieram à tona: a alta incidência de ratos, os problemas relacionados à coleta de lixo, a percepção de desunião entre os residentes, a quantidade de jovens nas ruas e a falta de conhecimento sobre a história da favela.

Vale ressaltar que havia uma outra horta sendo construída, nesta mesma época, por dois moradores que estiveram presentes neste primeiro encontro, em conjunto o Centro Socialista da Penha Circular⁴² e o Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio de Janeiro. Entre agosto e outubro de 2021 foram realizadas entregas de cestas camponesas, plantio e atividades de educação socioambiental com moradores da favela. Em outubro de 2021, porém, a horta foi destruída após o terreno ser vendido para iniciativa privada. Era um dos poucos espaços com terra disponível para plantio, algo que é tão escasso dentro da favela, visto que boa parte da Kelson's atualmente é coberta por asfalto

Assim, continuamos em paralelo com nossas atividades de início da Horta Maria Angu. Como previsto no cronograma do edital, os encontros ocorriam uma vez ao mês, e ao longo desse edital foram promovidos sete encontros, entre setembro de 2021 e março de 2022. Na dinâmica de editais, a compra de materiais é burocrática, dependendo de orçamentos e notas fiscais - além do fato de que, muitas vezes, há uma certa demora para que o dinheiro esteja disponível para os gastos.

Além da burocracia, houve alguns percalços no meio do caminho: mudança do local onde a horta seria inicialmente instalada, o que tornou necessária toda uma dinâmica de logística e negociações internas na favela para que a horta pudesse ser instalada nesse novo local. Assim, uma das formas de trabalho escolhidas foi a organização de mutirões, que são práticas muito comuns no Brasil. Estes acontecem tanto nas áreas rurais quanto nas áreas periféricas – como no caso das favelas – para a construção de casas, cômodos e estabelecimentos.

⁴²Coletivo formado por jovens que residem no bairro da Penha Circular e adjacências. Houve alguns desentendimentos em relação a interesses políticos com os dois moradores que lideravam o processo de construção da horta com integrantes do Centro Socialista (CS). Pelo fato de a pesquisadora ter sido professora na mesma escola da rede municipal do RJ que um dos integrantes do coletivo, houve uma aproximação com o CS, e estes começaram a auxiliar em mutirões e trabalhos da horta a partir de abril de 2022. Atualmente o Centro Socialista é um dos coletivos parceiros da Maria Angu.

Nas hortas, os mutirões acontecem nas épocas de plantio e colheita. Os laços comunitários de afeto e solidariedade são reforçados por meio dos mutirões, e é uma prática muito enraizada em nossa cultura, exemplificando a cooperação e a prática da união para o bem comum, em comunidade. Nas Figuras 21, 22 e 23, temos imagens dos voluntários em dias de mutirão.

Figura 21 - Voluntários da Horta Comunitária Maria Angu em dia de mutirão



Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2023)

Figura 22 - Voluntários da Horta Maria Angu em dia de mutirão



Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2025)

Figura 23 - Voluntários da Horta Maria Angu em dia de mutirão



Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2023)

Na definição do dicionário Michaelis, mutirão pode ser “Qualquer trabalho voluntário por parte de um grupo de pessoas de uma comunidade que tem por objetivo beneficiar o grupo todo”. Vem do Tupinambá *Motyrõ*, que significa ajuda mútua e coletiva no trabalho. Os mutirões são de grande importância para que o desenvolvimento do trabalho na Horta Maria Angu, afinal, acreditamos na capacidade coletiva de construir futuros e o bem comum.

Desta forma, o primeiro mutirão voltado para a limpeza do terreno da horta ocorreu no dia 4 de dezembro de 2021, com participação dos membros do projeto e de moradores da Kelson's. Havia muito lixo, e aconteceu uma limpeza literal: separação de resíduos como plásticos, vidros, tapetes, embalagens e latas; remoção de espécies invasoras de plantas e de suas raízes. Na figura 24, temos o mapa de localização da Horta Maria Angu.

Figura 24 - Mapa da Horta Comunitária Maria Angu (Favela da Kelson's/Marcílio Dias), Rio de Janeiro (RJ)

Horta Comunitária Maria Angú - Favela da Kelson's (Marcílio Dias) - Rio de Janeiro



Fonte: A autora (2022)

Por último, foi feita a nivelção do terreno para que posteriormente os canteiros pudessem ser construídos. A base dos canteiros, feita de blocos de cimento, foi montada nos dias seguintes por moradores voluntários, resultando na criação de dois canteiros de 8 x 1 metros no total.

É importante frisar que Seu Dário cedeu parte do terreno de sua elétrica para que pudessemos construir a horta. Além disso, ele sempre recebia a todos nós com grande carinho, oferecendo água, banheiro quando não tínhamos estrutura alguma, um cafezinho, um refresco no seu ventilador improvisado ou simplesmente uma prosa gostosa. A localização da HCMA é na Avenida Lobo Júnior, número 83, atrás da elétrica do Seu Dário, como mostra a Figura 25.

Figura 25. Fotografia de Seu Dário na frente da sua elétrica, com a entrada da Horta Comunitária Maria Angu ao fundo, Favela da Kelson's/Marcílio Dias, Rio de Janeiro



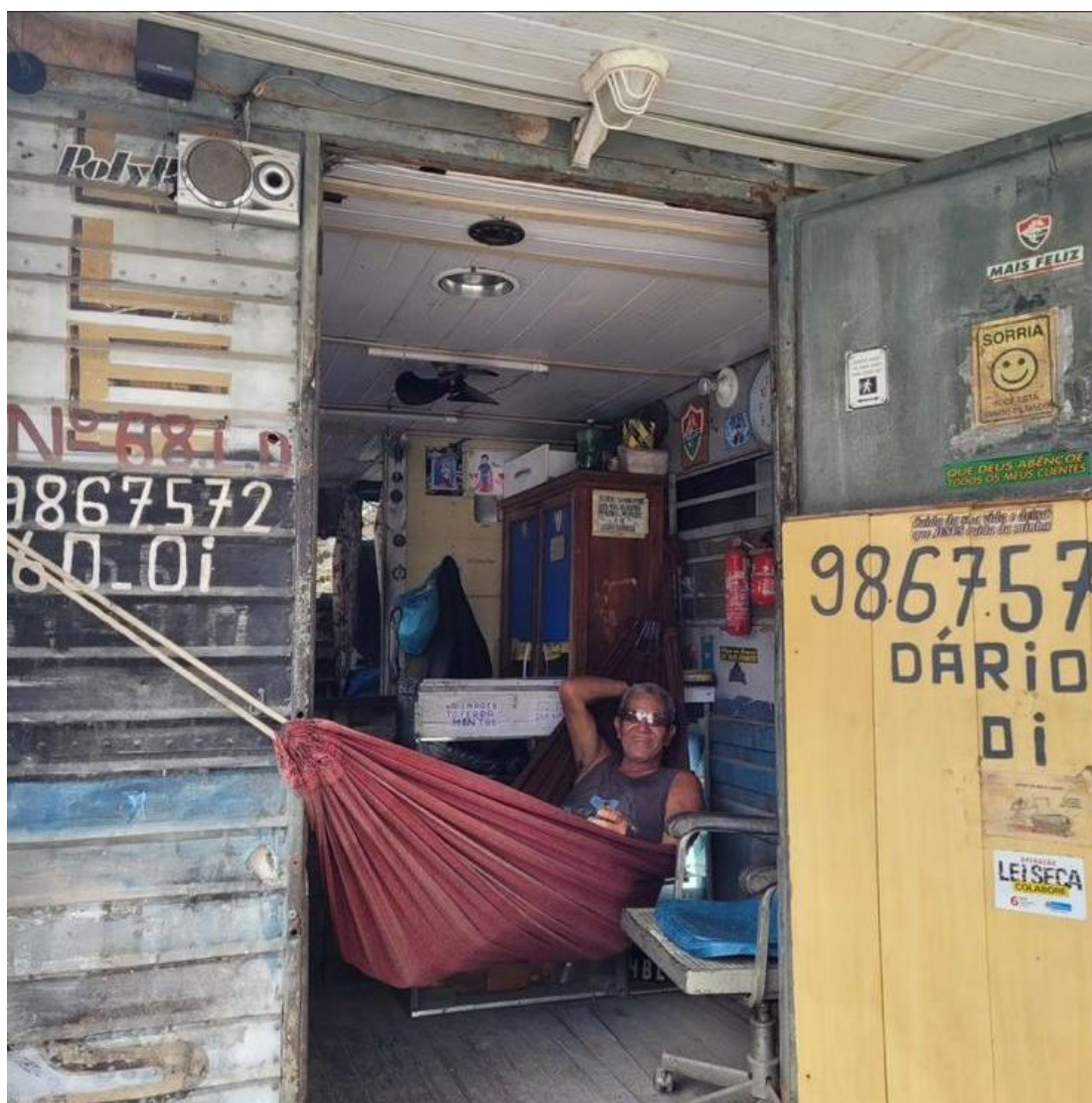
Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2023)

Às vezes achamos que temos tempo, e o cotidiano é tão corriqueiro que nos faz ter a impressão de que os momentos são eternos. Por achar que temos todo tempo do mundo, por descuido ou simples impressão errônea do tempo, não realizamos nenhuma entrevista com Seu Dário. E nessa impercepção da finitude do tempo, era corriqueiro encontrar seu Dário, regando a horta, sorrindo e oferecendo cafezinho (ou o uso do banheiro, antes de construirmos nosso banheiro).

Porém o tempo levou seu Dário no dia 14 de dezembro de 2023, de causas naturais. Sua elétrica sempre foi o ponto de referência – e continua sendo – para quem vem de fora da favela,

seja para conhecer a horta ou participar dos mutirões. Ao passar o endereço “Avenida Lobo Júnior, 83” este sempre com o seguinte complemento: “atrás da elétrica do Seu Dário”. Na figura 26, temos mais uma imagem de seu Dário na elétrica.

Figura 26. Fotografia de Seu Dário em sua elétrica, “tirando onda” na rede em um dia de calor, na frente da Horta Comunitária Maria Angu (Favela da Kelson’s/Marcílio Dias), Rio de Janeiro (RJ)



Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2023)

Seu Dário sempre foi um dos grandes apoiadores e entusiastas da Horta Maria Angu, fosse no revezamento de rega cotidiano com o Walmyr ou no “desenrolo” com os meninos da

lava jato pela água, que em alguns pontos da favela é rara. Você deixou saudades, Seu Dário, e seu trabalho na Horta Maria Angu foi fundamental para a realização do nosso projeto!

Após a construção dos canteiros, o primeiro mutirão de plantio aconteceu na manhã de 11 de dezembro de 2021. Foram plantados 30 pés de alface, 37 beterrabas, 20 couves, 50 pés de salsinha, 16 rúculas, 20 berinjelas e 5 pimentões. Houve também uma atividade de educação ambiental com algumas crianças da Kelson's, a fim de sensibilizá-las para o consumo de alimentos saudáveis. Realizamos uma atividade lúdica, colocando vendas nos olhos das crianças, para que elas adivinhassem, por meio do tato quais eram os alimentos.

As atividades de educação socioambiental com as crianças ocasionaram a transformação no nosso trabalho na horta, pois antes da construção dos canteiros e dos mutirões de plantio, para garantir a realização das atividades previstas nos editais, nós começamos a fazê-las, e essa experiência mudou a trajetória do projeto e do nosso próprio entendimento do que é uma horta comunitária.

O objetivo, no primeiro edital, era construir uma horta urbana comunitária, orgânica e com princípios agroecológicos para o desenvolvimento da temática socioambiental, bem como a construção de uma alternativa de autonomia frente aos efeitos da crise da pandemia de Coronavírus. O projeto não pretendia, e nem pretende suprir as necessidades alimentares de todos os moradores, e sim aproximar os moradores à produção e conhecimento de alimentos orgânicos, de maneira que os próprios habitantes da Kelson's pudessem se apropriar da horta. Apesar do desenvolvimento da temática socioambiental estar presente no primeiro edital, este não era o foco principal.

Ao longo dos mutirões, os moradores têm acesso a uma variedade de vegetais e legumes orgânicos, como jiló, beterraba, agrião, alface, almeirão, berinjela, cebolinha, salsinha, chicória, coentro, espinafre, couve, orégano, quiabo, repolho, rúcula, além de Plantas Alimentícias Não Convencionais (ou matos de comer) como penicilina, ora pro nobis, peixinho da horta.

Algumas das mudas que utilizamos durante os mutirões são da barraca do Rogério, localizada no pavilhão 30 da Central de Abastecimento S/A (CEASA) do bairro Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. A barraca faz parte da União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro (UNACOOP), que tem por objetivo fortalecer a comercialização da agricultura familiar do Rio de Janeiro.

A agricultura familiar é um modelo de produção em que o processo produtivo, a gestão e o trabalho são realizados pela própria família. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a Agricultura Familiar no Brasil, é considerado agricultor familiar o

empreendedor rural que atende a critérios específicos, que incluem: possuir uma propriedade de até no máximo 4 módulos fiscais, utilizar predominantemente a mão de obra de sua própria família nas atividades produtivas e ter a agropecuária como a principal fonte de renda do núcleo familiar. O foco, nesta tese, são as hortas comunitárias, bem como a agricultura urbana. Portanto, não aprofundaremos na temática da agricultura familiar.

Das diversas vezes que fomos comprar mudas na barraca do Rogério, perguntamos sobre a produção de mudas destes produtores, que é realizada no município de Petrópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Estes produtores não utilizam agrotóxicos, mas as sementes de sua produção não são crioulas.

As sementes crioulas são variedades de sementes tradicionais que foram cultivadas, selecionadas e preservadas por agricultores locais ao longo de muitas gerações, essenciais à agroecologia. A diversidade genética destas sementes naturais, domesticadas por agricultores tradicionais e indígenas, é resultado de intercâmbios entre famílias e comunidades, permitindo a melhoria e adaptação destas plantas, com rica diversidade genética (Santilli, 2009).

Outras mudas são oriundas do Sítio Sou, localizado em Teresópolis, e gerido por Giulia Cezini e Pedro Pires, um dos integrantes do projeto da HCMA. As mudas produzidas no Sítio Sou também não utilizam agrotóxicos, sendo considerada uma produção orgânica. Algumas de suas sementes são crioulas, porém não toda sua produção.

Algumas redes agroecológicas vêm sendo cada vez mais fortalecidas, como por exemplo pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), a Associação da Feira da Roça de Nova Iguaçu e do Projeto Semeando Agroecologia da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). No município de Nova Iguaçu⁴³, acontece desde 2011 a Festa da Partilha de Sementes e Mudanças, sendo realizada a 8ª edição em julho de 2024. Por observação de campo, foi possível perceber a dificuldade de adquirir sementes crioulas de alimentos como hortaliças, principalmente na cidade e no Estado do Rio de Janeiro, mesmo nas trocas e partilhas de sementes.

Um dos debates no Espaço de Socialização Coletivo (ESC) do VIII CBG⁴⁴, denominado “Agroecologia, agricultura urbana e soberania alimentar: desafios na interface pesquisa, ensino e extensão”, coordenado pelas professoras Erika Moreira Santos e Maria do Socorro de Lima,

⁴³ Nova Iguaçu é um município que faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, localizado na Baixada Fluminense. Faz limites com o Rio de Janeiro, Miguel Pereira, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Sero-pédica, Queimados e Japeri.

⁴⁴ O VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas (CBG) foi realizado na Universidade de São Paulo (USP), na cidade de São Paulo entre 07 e 12 de julho de 2024.

da Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes, foi justamente sobre os “requisitos” necessários para que uma produção seja considerada agroecológica, e sobre o que seria agroecologia de fato. Para além das técnicas, que são fundamentais, a agroecologia se trata também de disputas políticas, de narrativas e projetos de sociedade.

Dessa maneira, nossa horta pode não ser considerada totalmente agroecológica, pois não utilizamos sementes crioulas, mas nos valem de alguns dos princípios da agroecologia em nossos trabalhos, tanto no manejo, quanto em algumas técnicas de adubação do solo e de plantio consorciado, mas principalmente no que tange nosso trabalho social, político e de educação ambiental crítica.

Primavesi (1980), uma das pioneiras da agroecologia no Brasil, traz alguns dos fundamentos técnicos e sociais da agroecologia: um solo fértil e saudável é a base para o sistema produtivo, focando então na saúde do solo e na sua recuperação por meio de práticas naturais; práticas agrícolas sustentáveis, que respeitem os processos naturais do solo, por meio da adubação verde, compostagem, rotação de culturas e cobertura do solo; biodiversidade, com a integração de diferentes espécies e culturas, a fim de tornar o sistema agrícola resiliente e equilibrado; ciclo de nutrientes, para tornar o solo e o plantio sustentável a longo prazo, utilizando fertilizantes naturais e resíduos orgânicos; respeito ao ambiente, focando também na redução de produtos químicos e conservação de recursos naturais; valorização do conhecimento local dos agricultores; educação, disseminando a agroecologia e a educação ambiental; a autonomia do agricultor, incentivando o uso de recursos locais, dos saberes tradicionais e locais, além da valorização do trabalho do agricultor.

Já para Altieri (1998), um dos objetivos da agroecologia é trabalhar com sistemas agrícolas complexos, de maneira que as interações ecológicas e os sinergismos entre os componentes biológicos gerem, por si mesmos, equilíbrio entre fertilidade do solo, as plantas, nutrientes, organismos coexistentes, luz solar, umidade, a produtividade e a proteção das culturas. Dessa forma, a diversificação de culturas, por meio de plantios consorciados, é um dos pilares do sistema agroecológico. O consórcio de culturas, além de garantir a diversidade de alimentos, é uma estratégia para aumentar a resiliência dos sistemas agroflorestais e de garantia de alimentação e da resiliência econômica dos agricultores:

Consórcios baseados na estratificação e sucessão natural otimizam a ocupação dos nichos ecológicos, produzindo alimentos diversificados para a vida dos solos. Possibilitam também que os adubos que trazemos de fora não escapem do ciclo da vida, como ocorre nas monoculturas. Além disso, aumentam muito o retorno com os canteiros, pois adubando apenas segundo as necessidades da lavoura mais exigente, todas desfrutarão do ambiente melhor. Se cada planta está em sua função na sucessão e

estratificação, o que existe é cooperação e organicidade, e não competição. (Associação dos agricultores agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, 2016, p. 93, 94)

Consideramos nossa horta orgânica, pois não utilizamos agrotóxicos em sua conservação, e com princípios e práticas agroecológicas, pois usamos o princípio da agricultura de consórcios, como por exemplo, o consórcio Milpa: milho, feijão e abóbora, consórcio indígena ancestral. No consórcio, pesquisamos quais plantas favorecem o crescimento uma da outra, e quais atrapalham, e procuramos fazer níveis: alto, médio e baixo. Na figura 27, temos a fotografia dos milhos crioulos plantados na nossa horta.

Figura 27 - Fotografia do milho crioulo plantado na Horta Comunitária Maria Angu



Fonte: A autora (2023).

O conhecimento local e ancestral é de suma importância. Assim, a agroecologia vai além da abordagem técnica e abrange aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Há, também, a minimização do uso de insumos externos, como agroquímicos e fertilizantes sintéticos, promovendo práticas que melhoram a saúde do solo e o controle natural de pragas

(Altieri, 1998). O milho da fotografia acima é oriundo de sementes crioulas de milho roxo e amarelo.

A horta, em nossa percepção e de nossos trabalhos ao longo desses três anos, tornou-se uma horta-escola – é assim que nos apresentamos hoje. Ao longo de junho de 2024 foram realizadas reuniões da coordenação da horta, a fim de reorganizar objetivos, planejar trabalhos e elaborar textos para as inscrições nos próximos editais. Não conseguimos suprir a demanda alimentar de toda a favela com nove canteiros, que são atualmente nosso espaço de plantio, pois como citado anteriormente, a favela carece de locais com solo disponível.

Desta forma, desde fevereiro de 2022, os alimentos colhidos na Horta Comunitária Maria Angu são doados para os moradores que participam dos mutirões e para as duas creches comunitárias parceiras do projeto: Ovelhinha de Jesus e Projeto Bela Herança – Hotelzinho da Criança. Cada creche cuida, em média, de 20 crianças. Desde julho de 2023 realizamos também uma parceria com a Ação da Cidadania, que doa semanalmente 100 *kits* (quentinha, água e fruta) para 45 famílias que fazem parte do projeto Criando Laços Especiais, que contempla famílias de Pessoas Com Deficiência (PCDs) moradoras da favela da Kelson's.

Figura 28 - Fotografia de um dos consórcios plantados na Maria Angu



Fonte: Acervo da Horta Comunitária Maria Angu (2023)

Por meio de redes de solidariedade e de políticas públicas eficientes, sonhamos chegar cada dia mais perto da segurança alimentar e, futuramente, de uma soberania alimentar. Em espaços favelados, principalmente, essa ainda é uma utopia, pois ainda buscamos que muitas famílias tenham sua segurança alimentar, bem como o direito humano à alimentação, assegurada. Na figura 28, temos um dos consórcios plantados na Maria Angu.

Uma Horta Comunitária pode ser entendida como um espaço de fortalecimento das redes de solidariedade, cooperação, afeto, comunidade: a favela é este espaço de laços e redes. Com isso, após reflexão sobre o nosso trabalho, chegou-se à compreensão da horta como espaço de educação ambiental, sociabilidade e laços comunitários. É também um local de espaço de sentir, de saúde coletiva, de vivência da natureza, criação de futuros e novas referências:

O olhar sobre as experiências em agricultura urbana nos permite o aprofundamento de questões importante sobre a construção social do espaço urbano. As condições a que as populações periféricas estão expostas e a escassez no acesso aos bens naturais na cidade, tais como a água, a terra e a biodiversidade. Os problemas sociais são inúmeros, e também constituem um quadro crítico para essas pessoas. Há a falta de moradia ou habitação inadequada, urbanização precária, saúde, alimentação, educação, transporte, lazer, etc. (Silva, 2017, p. 19)

A horta comunitária Maria Angu é um exemplo de como iniciativas de agricultura urbana podem encarar os desafios sociais e ambientais enfrentados por populações periféricas, conforme apontado por Silva (2017). Em um contexto de escassez de bens naturais como água, terra e biodiversidade, a horta pode ser vista como um local de apropriação e ressignificação do espaço urbano.

Uma das perguntas realizadas para os entrevistados foi “Por que você começou a participar do projeto da Horta Maria Angu?”. Em entrevista realizada em 2024, Maria respondeu: “Venho de uma família de agricultores, nasci e cresci no Piauí, eu ajudava meus pais a cuidarem das plantações”. Já Carlos, citou os projetos de educação socioambiental realizados na horta:

Quando o Juninho (Walmyr) veio com a ideia de criar uma horta comunitária na Kelson's com o intuito de promover alimentação saudável, educação ambiental e sustentabilidade, eu achei a ideia maravilhosa, pois daí poderia criar conhecimento e práticas agroflorestais e aprender muito mais sobre os assuntos referentes a racismo ambiental e vulnerabilidade alimentar, mas isso tudo aconteceu porque era um projeto da faculdade misturado com sonho e vontade de mudança. (Carlos, em entrevista, 2024)

Assim, o trabalho coletivo realizado na horta ajuda na valorização e a conscientização ambiental, bem como das práticas agroecológicas e do racismo ambiental. A agricultura urbana,

por meio das hortas comunitárias, pode ser uma ferramenta para reapropriação do espaço urbano e de partilha de saberes, acadêmicos ou não.

Promovemos, ao longo dos anos, atividades lúdicas, como as realizadas nas festas do Dia das Crianças de 2021 e 2024. Uma atividade de contação de histórias sobre a favela resgatava um pouco da memória ambiental, bem como uma caça ao tesouro, onde as mudas eram os tesouros e as pistas continham um pouco da história da favela e da sua memória ambiental, de quando ainda havia um manguezal.

Fizemos também um mutirão de plantio de mudas nativas em um dos pontos mais vulneráveis da Kelson's, a chamada B13⁴⁵. Algumas famílias se instalaram onde funcionava um antigo ferro velho e criaram esta localidade na favela. Lá não há luz, saneamento básico, água potável. Alguns barracos são de madeira, e quando chove há alagamentos e transbordamento de esgoto.

Em frente a B13 havia um terreno baldio, na Rua do Alpiste. Era um dos poucos locais da favela que não é totalmente coberto por concreto, e que possuía um solo que possibilitava a plantação. Assim, iniciamos a instalação de uma horta, chamada Mandacarú, com árvores nativas de Mata Atlântica junto de algumas das crianças da favela no dia das crianças de 2021. Seu nome foi em homenagem a uma localidade da favela que foi removida em 2014, e hoje dá lugar à localidade conhecida como B13.

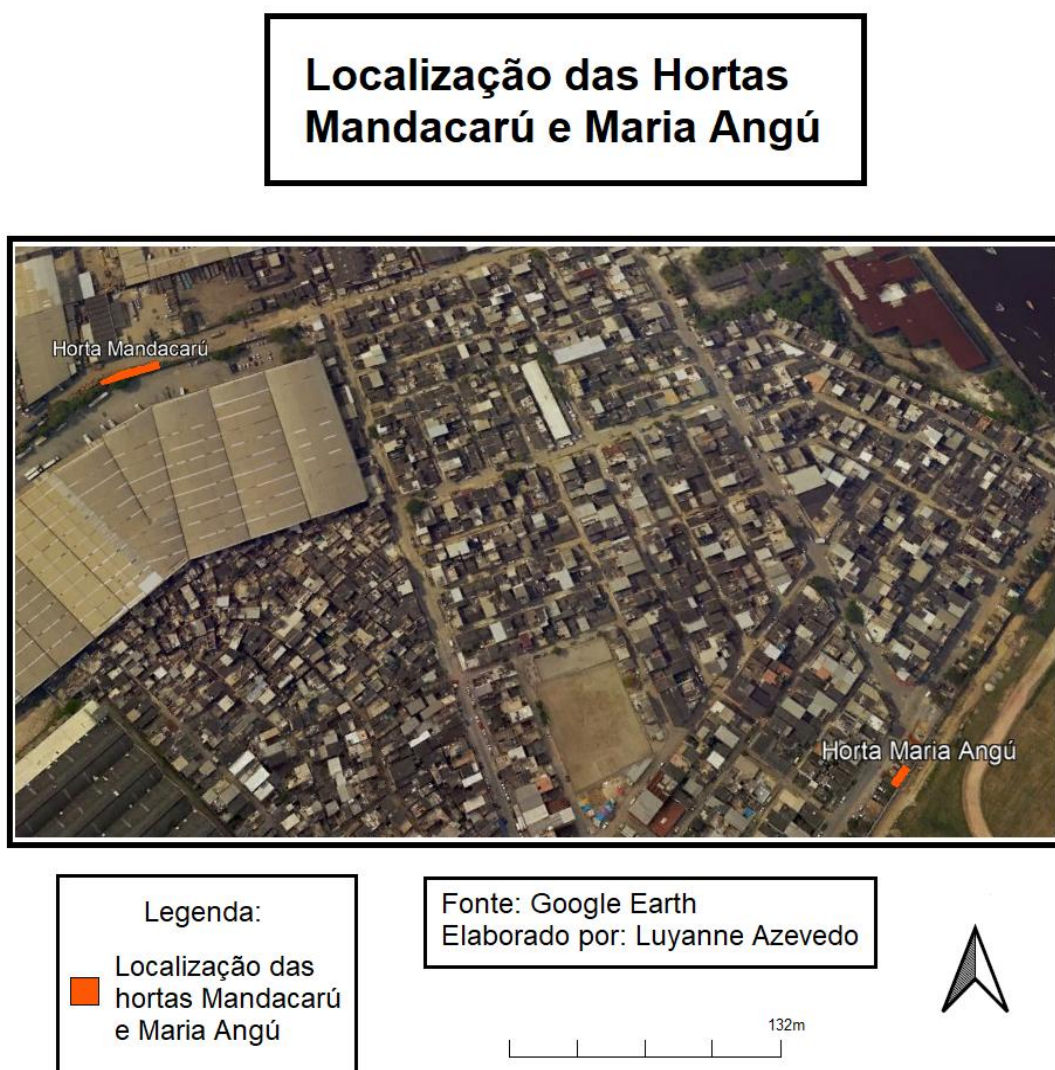
O plantio, realizado pelas crianças, com as seguintes mudas: jabuticaba, pitanga, alfavaca, cabeludinha, babosa branca, araticum, araçá-pêra, araçá-da-praia, urucum, erva-cidreira, cajá, aroeira, jenipapo e abiu-roxo. Os moradores plantaram, posteriormente e de forma autônoma, melancia, milho, abóbora, tomate e bananeiras, aproveitando o espaço para cultivar os próprios alimentos. O mapa da Figura 30 mostra o local onde a Horta Comunitária Mandacarú esteve localizada em seus breves oito meses de existência.

A atividade teve alguns objetivos, como resgatar, de maneira lúdica, a história e memória da favela da Kelson's/Marcílio Dias, atendendo à demanda dos moradores, que na primeira reunião com os agentes destacaram a importância do reconhecimento e preservação da história do espaço da favela; compartilhar, por meio da oralidade, a história da Kelson's e da antiga Praia das Moreninhas; conscientizar sobre a flora nativa da Mata Atlântica.

⁴⁵ No dia 27 de junho de 2022 um incêndio atingiu a B13, deixando os moradores em situação de mais vulnerabilidade, pois 16 casas foram atingidas. Foram realizadas doações e redes de solidariedade para tentar auxiliar os moradores a se recuperarem desta situação. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/28/incendio-atinge-casas-na-comunidade-kelsons-e-moradores-perdem-tudo.ghml>>

Outro objetivo era tornar esse local um espaço verde na favela, com consumo de alimentos e frutas. Com o tempo, os moradores criaram mecanismos de rega autônomos e continuaram a realizar o seu manejo e plantios posteriores, independente dos mutirões realizados na Horta Comunitária Maria Angu. Porém, por motivos de conflitos no local, a Mandacarú foi removida em junho de 2022⁴⁶. Na figura 29, temos a localização desta horta removida:

Figura 29 - Hortas Maria Angu e Mandacarú (Favela Marcílio Dias / Kelson's)



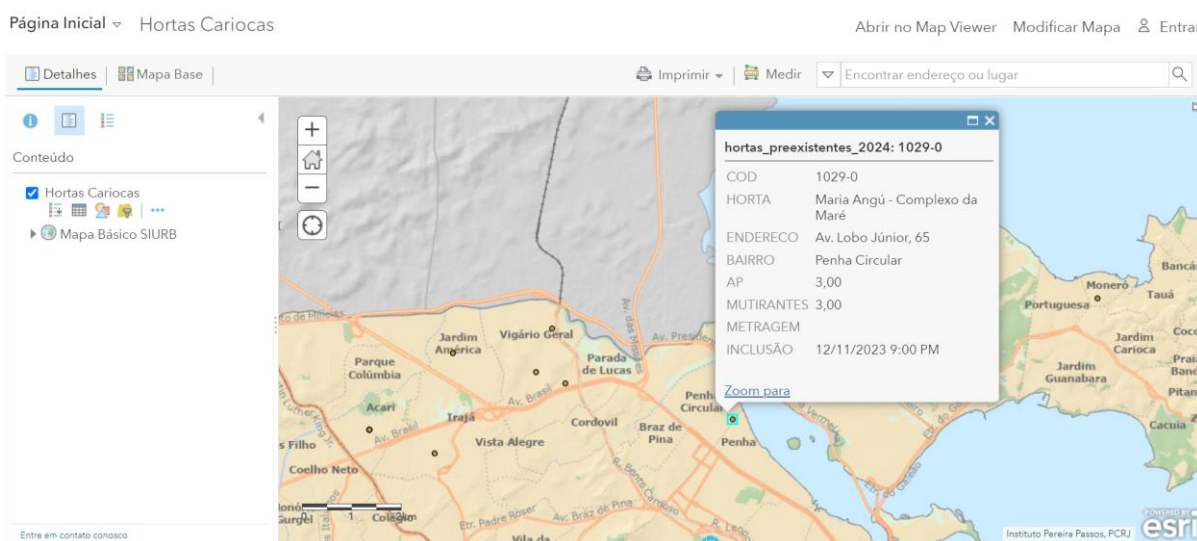
Fonte: Luyanne Azevedo (2022)

⁴⁶ Por questões de normas de segurança de cotidiano, e pelo fato de a Kelson's ser um espaço conflagrado, não posso me aprofundar nos fatores que levaram à remoção desta horta.

Atualmente, a auto-organização se dá por meio de mutirões mensais, além de Grupos de Trabalho (GTs): Articulação Territorial, a fim de realizar mobilização com atores locais da favela e do bairro da Penha Circular; Formação e pesquisa, com a organização de um grupo de estudos, sendo essa uma das pontes da extensão universitária, tecendo o diálogo entre formação universitária e as práticas sociais de trabalho cotidiano; Comunicação, a fim de divulgar o trabalho nas mídias e redes sociais; e o GT de Educação Ambiental, elaborando atividades de educação ambiental na horta e em parceria com as escolas e creches comunitárias da favela – além da elaboração de um guia de educação socioambiental.

A Horta Comunitária Maria Angu cresceu, e hoje é uma das 56 hortas integrantes do programa Hortas Cariocas, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Apesar de ser um *printscreen* do site do Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB), na imagem da Figura 30 também consta a presença da Horta Comunitária Maria Angu no programa Hortas Cariocas. A Horta está desde novembro de 2023 no programa, mas a publicação no Diário Oficial do município se deu apenas no dia 06 de maio de 2024.

Figura 30 - Mapa da composição da Horta Comunitária Maria Angu (Favela da Kelson's/Marcílio Dias), Rio de Janeiro (RJ) no programa Hortas Cariocas



Fonte: Sistema Municipal de Informações Urbanas (SIURB) (2024)

Na camada de atributos é possível identificar as 56 hortas ativas no Programa Hortas Cariocas, além de identificar o nome, endereços, bairro, nº de mutirantes, data de inclusão da horta no Programa e as respectivas Áreas de Planejamento (APs). Antes de integrar o programa

hortas cariocas, quem garantia a rega diária era o coordenador Walmyr e o Seu Dário. No momento presente temos dez canteiros produtivos, além da presença de três hortelões remunerados pelo programa hortas cariocas. As mudas continuam sendo compradas na barraca do Rogério no CEASA. Este foi um grande passo para a HCMA, pois agora o projeto conta com três hortelões que garantem o cuidado e manejo diário da horta – algo extremamente necessário para que os plantios sejam bem-sucedidos:

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXPEDIENTE DE 03/05/2024 PROCESSO MAB-PRO – 2023 / 02578 - Homologo e adjudico o resultado da DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90237/2024, cujo objeto versou sobre Implantação de novas hortas na AP 03 (**Maria Angu**, Benedita da Silva, Dona Josefa, Étnicas, Casa do Joel, Complexo Bairro União, Terra Prometida, No Quintal e Associação de Moradores) do Programa Hortas Cariocas, Rio de Janeiro/RJ, tendo vencido a empresa J.E.P SERVIÇOS DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, pelo valor de R\$ 72.499,00 (setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais), conforme Relatório da Dispensa do presente instrutivo. (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, edição 32, p. 93, 2024, grifo nosso)

O trabalho na Horta Comunitária Maria Angu, em 2024, segue com os seguintes objetivos: garantir um espaço para a produção de alimentos agroecológicos, além da distribuição do mesmo para as crianças da creche comunitária parceira, Ovelhinha de Jesus; desenvolver atividades socioambientais educativas para crianças, jovens e adultos da favela, abordando temas como memória ambiental, segurança alimentar e racismo ambiental; desenvolver metodologias pedagógicas sobre a agenda ambiental para a rede de ensino local. Infelizmente a creche comunitária Projeto Bela Herança - Hotelzinho da Criança deixou de funcionar em março de 2024.

Por último, nosso trabalho também vem construindo redes de apoio a fim de promover a participação de parceiros internos e externos da Kelson's, bem como atuar nas articulações para a construção de políticas públicas socioambientais na Kelson's: construímos parcerias com o Instituto Perifa Sustentável⁴⁷ e fazemos parte da Coalização “Clima de Mudança”⁴⁸. Também contamos, desde 2022, com a colaboração da Associação de Moradores do bairro, do Centro Socialista da Penha Circular, da ONG Criando Laços Especiais, da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha e das ONGs Ação da Cidadania e Redes da Maré.

⁴⁷ O Instituto Perifa Sustentável é uma organização de São Paulo e tem a missão de mobilizar a juventude preta e periférica para criar uma agenda de desenvolvimento sustentável para o Brasil trazendo a perspectiva de raça e clima através de três pilares: educomunicação, incidência política com foco em clima, e ações de transformação territorial.

⁴⁸ Composta por organizações que dão apoio e mobilizam iniciativas de enfrentamento ao racismo ambiental, garantia de justiça socioambiental e climática e implementação de tecnologias verdes em territórios periféricos no Estado do Rio de Janeiro.

O fortalecimento das articulações com parceiros como lideranças comunitárias, escolas, organizações da sociedade civil, universidades e órgãos governamentais são fundamentais para a continuidade de nosso trabalho, bem como para a construção coletiva de políticas públicas socioambientais e de segurança alimentar. Assim, no próximo capítulo, discutiremos a organização do espaço urbano na produção de alimentos, por meio de hortas urbanas comunitárias.

CAPÍTULO 3 – A GEOGRAFIA DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO IMPLICADA NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM HORTAS COMUNITÁRIAS URBANAS NO RIO DE JANEIRO E NA FAVELA DA KELSON’S

O que é que, a médio prazo, nós queremos no país?
Dar comida a todo mundo, dar emprego, melhorar o nível de vida das pessoas

(Milton Santos)

No início do século XX, práticas agrícolas foram proibidas sob o discurso da modernização, da higienização e da ordem urbana, resultando na criminalização da produção de alimentos no espaço urbano e no fortalecimento do mercado formal, centralizado nas mãos do grande capital. As políticas públicas, apoiadas pelas legislações e pelos interesses econômicos, moldaram e continuam a moldar as formas de ocupação do solo urbano.

A partir dos anos 1980, é possível perceber a lenta retomada das práticas de agricultura urbana no Rio de Janeiro. Essa transformação, no entanto, ocorre em meio a um cenário marcado pela permanência da fome e da insegurança alimentar nas periferias urbanas, que evidencia as contradições de um sistema que, apesar de avanços e retrocessos, ainda mantém parte significativa da população afastada do direito pleno à alimentação adequada e em situação de extrema insegurança alimentar e vulnerabilidade.

Nas últimas décadas, a agricultura urbana e as hortas comunitárias foram impulsionadas tanto por movimentos sociais quanto por legislações que, ainda que de forma limitada e com desafios, buscam reinserir a agricultura urbana nas políticas públicas. A quantidade de hortas urbanas vem crescendo nas cidades, e este não é um fenômeno que ocorre apenas no Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo, por exemplo, são 1.521 de km² de hortas urbanas, segundo dados da Universidade de São Paulo⁴⁹. Desta maneira, pretende-se neste subcapítulo abordar a organização do espaço urbano implicada na produção de alimentos, por meio das hortas comunitárias urbanas, com enfoque na Horta Comunitária Maria Angu.

As práticas comunitárias representam estratégias fundamentais para enfrentar a crise alimentar urbana, para ressignificar os usos do solo e para construir cidades mais justas. A partir desse contexto, compreendemos como as hortas comunitárias se constituem como espaços de resistência, de construção de segurança e soberania alimentar e de fortalecimento dos vínculos comunitários. Por meio da análise da legislação e da trajetória das hortas no Rio de Janeiro,

⁴⁹ Hortas comunitárias resistem à urbanização na maior metrópole do Brasil <<https://jornal.usp.br/ciencias/hortas-comunitarias-resistem-a-urbanizacao-na-maior-metropole-do-brasil/>>

bem como das experiências na Horta Comunitária Maria Angu, também será realizado um diálogo com os conceitos de geografia da fome e segurança alimentar.

3.1. LEITURA JURÍDICA SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA OCUPAÇÃO DE HORTAS URBANAS E COMUNITÁRIAS

Neste subcapítulo será realizada a leitura jurídica de leis municipais e planos diretores no que tange às políticas públicas voltadas para as hortas urbanas e comunitárias. A proibição de hortas de subsistência, do plantio de capinzais e a criação de animais no perímetro urbano, bem como as sanções ao comércio ambulante e ao transporte de produtos agrícolas por cargueiros, tornaram essas práticas “estranhas” ao espaço urbano.

Muitas vezes não sabemos de onde vêm nossos alimentos, e as práticas e técnicas de plantio tornaram-se desconhecidas para muitos dos habitantes das cidades. No início do século XX, leis e decretos municipais do Rio de Janeiro transformaram atividades essenciais para a sobrevivência em práticas ilegais, retirando da população o acesso direto à produção de alimentos e fortalecendo a dependência do mercado formal.

Essa transição afastou os habitantes da cidade das hortas domésticas e da criação de animais, alinhando a alimentação aos interesses do grande capital e às importações, desarticulando as sabedorias alimentares construídas por gerações. Já acontecia, em 1891, a intensificação da proibição de hortas e capinzais urbanos (Rodrigues; Mello, 2015). Ao mesmo tempo em que as hortas urbanas começavam a ser proibidas no Rio de Janeiro, no século XIX, países europeus iam à contramão destes decretos:

As hortas urbanas foram surgindo nos países do norte da Europa, durante a segunda metade do Século XIX. Na Alemanha, um dos países pioneiros, existem hortas urbanas desde 1864, ano em que se criou a primeira associação de “agricultores urbanos” (Schreberverein - associação criada na Alemanha, em 1864, com o objetivo de fomentar a prática agrícola), em Leipzig. Na Dinamarca, que é o país europeu com a maior percentagem de hortas urbanas, esta tradição remonta ao Século XVIII, existindo atualmente 409 associações de agricultores e jardineiros urbanos. (Teixeira, 2016, p. 8)

Segundo Gonçalves (2014), o crescimento populacional nas cidades europeias gerou diversos desafios relacionados ao abastecimento devido ao aumento da demanda por alimentos, água e combustíveis utilizados para iluminação e aquecimento. No entanto, a superlotação urbana agravou, sobretudo, questões de saneamento e saúde pública.

De acordo com a autora, foi nesse contexto que surgiram, entre 1820 e 1830, as primeiras hortas urbanas, criadas com o propósito de sustentar famílias, muitas das quais já

tinham familiaridade com a agricultura, pois a maioria tinha suas origens em áreas rurais. Diferentemente das hortas urbanas atuais, no contexto europeu, essas primeiras iniciativas eram conhecidas como “jardins de lazer”, usados não apenas para a produção de alimentos, mas também como uma forma de recreação ao ar livre.

As hortas urbanas assumem, assim, diferentes formatos e funções conforme as necessidades de cada época e de cada localidade. A escassez de espaço, bem como as demandas crescentes por alimentos em meio a crises sociais e econômicas, levou ao aproveitamento de áreas urbanas para o uso comum de hortas em diversos países europeus.

Assim, a limitação de espaço físico impulsionou políticas que incentivavam a presença de áreas verdes produtivas dentro dos centros urbanos. Já no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, a exclusão das práticas agrícolas no espaço urbano foi tomando cada vez mais força. Em 1899, outro decreto também proibia hortas na zona urbana, mas, segundo Benchimol (1990), este nunca fora posto em prática:

Desde o código de posturas de 1889, as autoridades já tentavam regulamentar a produção e o comércio de produtos agrícolas plantados nas residências localizadas no perímetro urbano. O decreto nº 672 de 1889, no seu artigo 1º afirmava: “ficam proibidas a plantação e o cultivo de capinzais e hortas para o comércio no perímetro da zona urbana do Distrito Federal”. Por esse decreto, não se admitia mais que as pessoas plantassem ou fizessem comércio de produtos agrícolas no centro, a poucos minutos da famosa Rua do Ouvidor, da Primeiro de Março ou da Praça da República. No entanto, ainda se admitia que as pessoas ou famílias cultivassem uma agricultura de pequena escala para prover a subsistência ou simples complementação de suas refeições. (Queiroz, 2008, p. 37)

Durante as reformas de Pereira Passos, diversas medidas relacionadas aos costumes foram tomadas, para além das demolições e reformas urbanas. A ideia era criar códigos de posturas, com alteração das práticas sociais, de lazer e econômicas. Como o código de posturas de 1899 não obteve os resultados esperados, o poder legislativo municipal autorizou o recuo de hortas e capinzais para áreas mais afastadas a partir do Decreto nº 974, de 20 de novembro de 1903.

Assim, foram demarcadas áreas nos limites da cidade nas quais ficariam proibidas as culturas de hortas e a plantação de capim, com prazo para que as já existentes fossem extintas. Outras atividades consideradas rurais, como estábulos, criadouros, a ordenha de vacas e o comércio de leite, também foram proibidas (Benchimol, 1990).

Nas ruas centrais do Rio de Janeiro, algumas casas com quintais abrigavam pequenas hortas e criações de animais, como galinhas, cabras e porcos. Muitas dessas residências conviviam com estabelecimentos comerciais responsáveis pelo abastecimento da cidade, como

armazéns, açougues, trapiches, cocheiras, currais e lojas. Essas práticas de cultivo e criação no espaço urbano passaram a ser vistas pela Saúde Pública como focos de mosquitos e associadas ao espaço rural, que foi sendo contraposto à noção de urbano, que deveria predominar nas cidades consideradas “civilizadas” (Sato, 2010).

A separação entre o espaço rural e o urbano foi reforçada pela ideia de que o crescimento da cidade deveria estar associado à modernidade e ao afastamento de elementos considerados “atrasados”. Foram sendo criados, dessa maneira, novos usos para o espaço urbano carioca, onde se tentava apagar o passado colonial e escravocrata, em contraponto ao modelo capitalista de cidade, que era cada vez mais voltado para o comércio e a indústria emergente.

Ao mesmo tempo, o café, advindo das lavouras do Vale do Paraíba, continuava a ser o principal produto a ser exportado, girando a economia do país – que caminhava lentamente para a industrialização. As práticas de hortas, consideradas características do meio rural, passaram a ser vistas como conflitantes com a ideia de urbanidade associada ao progresso e à higienização do espaço urbano carioca.

É possível perceber posturas divergentes entre países da Europa e do Brasil em relação às hortas urbanas, refletindo também os distintos contextos sociais, econômicos e políticos. Os países europeus, com extensões territoriais reduzidas em comparação ao Brasil, tiveram de conciliar o crescimento urbano com a necessidade de manter fontes de subsistência próximas aos centros urbanos, e as hortas representavam uma solução prática de adaptação para questões de abastecimento, lazer e bem-estar social, especialmente em momentos de escassez e crise.

Dessa maneira, com o discurso de modernização e higiene urbana, a exclusão das hortas urbanas visava promover a imagem de que o Rio de Janeiro era uma cidade moderna e desenvolvida. No centro urbano, foi priorizada a centralidade econômica e administrativa, afastando práticas agrícolas para áreas periféricas. Segundo Benchimol (1990), essas medidas entrelaçavam-se com razões políticas e ideológicas, ligadas às formas burguesas de se desfrutar o espaço urbano, separando-o do espaço rural.

De forma concomitante, a criação da delimitação da produção de alimentos para os espaços considerados rurais favoreceu a concessão de mercados para o capital privado. Além dos investimentos estrangeiros (principalmente inglês) na construção das ferrovias – que viabilizavam o escoamento de café e de outros produtos de lavouras brasileiras – também foram concedidos contratos para que empresas inglesas pudessem construir e explorar mercados.

O primeiro grande mercado público fora construído em 1841 por Grandjean de Montigny, conhecido como Mercado da Candelária. Fora fechado em 1911, pois passou a ser

considerado insalubre. Em contraponto, em 1900 já existiam contratos (revalidados em 1903) para a construção de 15 pequenos mercados na zona urbana e suburbana da cidade, que incluíam a área central, e os atuais bairros da Glória, Botafogo, Copacabana, Tijuca, Vila Isabel, Catumbi e São Cristóvão.

Em 20 de junho de 1903, esses contratos foram cedidos à *The Brazilian Cold Storage and Development Company Limited*, sociedade anônima com sede em Londres. A Prefeitura entregou, a esta companhia, a concessão de três terrenos pertencentes ao patrimônio municipal, na Praça da Harmonia, Praia do Russel (Glória) e na Praia de Botafogo (Benchimol, 1990). Assim, a proibição de práticas de cultivo também era benéfica para o grande capital.

O comércio ambulante e os quiosques também sofreram sanções. A exposição e comercialização de alimentos ao ar livre era considerada insalubre e anti-higiênica. Por meio de legislação, houve a criação de espaços privados específicos para o consumo e comercialização de alimentos. A população foi se afastando das hortas de subsistência nos quintais de suas casas em detrimento da concessão do mercado alimentício para empresas privadas. A alimentação, a cultura alimentar e sua autonomia foram, ao longo das décadas, sendo padronizadas em detrimento da lógica do capital, representadas pelos mercados.

No dia 3 de agosto de 1904, foi publicado o Decreto nº 942, que proibía o plantio de capinzais para uso particular e comercial, de hortas de comércio - bem como a criação de suínos - em um perímetro que ia dos atuais bairros de Catumbi e Botafogo até a Lagoa. Os cargueiros, que eram muito utilizados para transporte de produtos hortigranjeiros, também foram proibidos, o que afetou o abastecimento e atingiu os pequenos produtores rurais ao redor do centro.

Atividades agrícolas e de criação passaram a ser encaradas por parcelas dos habitantes urbanos e pela administração pública como sendo exclusivamente rurais, incompatíveis com o espaço e os modos de viver de uma cidade. Tão incompatíveis que se transformaram em crime, passível de multa, de sequestro dos bens “proibidos” e até mesmo de prisão. Como se vê na Consolidação das Leis e Posturas Municipais de 1906, já não era permitida nem mais a atividade agrícola para subsistência dentro do perímetro urbano da cidade e as posturas já não pretendiam apenas regulamentar, mas banir certas práticas. (Sato, 2010, p. 56)

Dessa maneira, em 1906 foram proibidos o trânsito e transporte de porcos, vacas, aves, bem como seu comércio nas ruas e praças públicas. A autonomia alimentar vai se perdendo ao longo das décadas, à medida que práticas tradicionais de produção e comercialização de alimentos nas cidades foram criminalizadas ou restringidas.

Segundo O'Reilly (2014), a agricultura urbana é uma atividade fundamental, que deve ser integrada ao planejamento urbano das cidades, pois representa uma realidade cultural incorporada pelos centros urbanos e uma prática multifuncional que impulsiona a

sustentabilidade econômica, social e ecológica. A demanda pelo uso agrícola do solo enriquece o debate sobre o valor de uso do espaço urbano e a função social da propriedade, destacando sua relevância para a promoção da qualidade de vida nas cidades.

Ainda de acordo com a autora, é essencial que os planejadores reconheçam a relevância da agricultura urbana como parte integrante da diversidade de atividades que compõem as cidades contemporâneas, incorporando-a como um pilar da sustentabilidade urbana. Promover a transformação das cidades em espaços de autossuficiência alimentar, aproveitando os nutrientes acumulados nos solos urbanos, e incentivar a integração entre o meio natural e o ambiente construído são medidas fundamentais para restaurar o equilíbrio dos ecossistemas urbanos.

Ao longo dos anos, apesar da elaboração de diversos planos urbanos para a cidade⁵⁰, as hortas só voltam a aparecer nos decretos municipais a partir de 1978. A Lei nº 72 de 8 de novembro de 1978 autoriza a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a promover, nas escolas municipais, a construção de hortas nas áreas livres:

O Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, nos termos do Artigo 193, § 4º, da Constituição Estadual, promulga a Lei nº 72, de 8 de novembro de 1978, oriunda do Projeto de Lei nº 273, de 1978.

Art. 1º Fica a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro autorizada a promover nas Escolas Municipais a construção de hortas para o cultivo de verduras e legumes, nas áreas livres.

Art. 2º As Divisões Educacionais promoverão concursos para premiar as mais cultivadas e produtivas hortas de suas Escolas, oferecendo diplomas de honra ao mérito aos alunos e promotores das plantações.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Rio de Janeiro, 1978)

Não se sabe o contexto da lei, muito menos sua aplicabilidade nas escolas. Seis anos depois, no dia 05 de novembro de 1984, é sancionada a Lei nº 647, que autoriza a criação de hortas comunitárias em terrenos ociosos da Prefeitura.

Art. 1º As associações de moradores ficam autorizadas a implantar, explorar e desenvolver hortas comunitárias, sem fins lucrativos, em terrenos ociosos da Prefeitura, mediante consulta ao Poder Executivo.
Parágrafo único - Vetado.

Art. 2º A aquisição dos implementos agrícolas e a orientação técnica das hortas comunitárias far-se-ão através de convênio a ser firmado entre o Poder Executivo, as associações de moradores e a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, nos moldes do programa de assistência ao lavrador desenvolvido pela Emater.

Art. 3º As escolas municipais que disponham de terreno ocioso deverão manter uma horta comunitária, para uso exclusivo de merenda escolar, sob a responsabilidade dos alunos e supervisão dos professores, sem prejuízo de qualquer atividade docente ou administrativa.

⁵⁰ 1926/1930 - Plano Agache; 1938/1948 - Plano Comissão da Cidade; 1965 - Plano Doxiadis; 1969 - Plano Lúcio Costa; 1977 - Plano Urbanístico Básico do Rio.

Art. 4º As escolas municipais e as associações de moradores promoverão campanhas de esclarecimento sobre a importância das hortas comunitárias, estimulando o estudo, o amor e o cultivo da terra, bem como o aproveitamento de toda a área disponível para cultivar verduras e legumes.

Art. 5º As associações de moradores prestarão contas, mensalmente, a seus associados do desenvolvimento e situação das hortas comunitárias, em favor das quais reverterão os resultados da sua comercialização, que se dará sob a supervisão de órgão municipal a ser indicado pelo Poder Executivo.

Art. 6º A ocupação dos terrenos a que se refere esta Lei não assegura qualquer direito a seus eventuais ocupantes, que deverão devolvê-los inteiramente desimpedidos, no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, desde que solicitados pelo Executivo, não cabendo indenização ou ressarcimento.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Rio de Janeiro, 1984)

Setenta e oito anos depois do último decreto proibindo hortas urbanas, entra em vigor a descriminalização da agricultura urbana por meio de hortas comunitárias em terrenos ociosos da Prefeitura. A lei que autoriza a implantação de hortas comunitárias por associações de moradores e escolas municipais reflete uma tentativa de conciliar a ocupação produtiva de terrenos ociosos com objetivos sociais, educacionais e alimentares. Destaca-se, aqui, o papel das associações de moradores e escolas na gestão e manutenção dessas hortas.

No entanto, a legislação estabelece limites rígidos, como a proibição de direitos permanentes sobre os terrenos, assegurando que a ocupação seja temporária e que os terrenos possam ser retomados pelo Executivo sem ressarcimento. Se os terrenos forem solicitados pelo Executivo, a devolução é obrigatória. Ou seja, é uma autorização temporária para o uso de terrenos ociosos.

Vale ressaltar outros pontos: a manutenção das hortas era de responsabilidade das associações de moradores e das escolas; a única menção a ajudas com insumos e orientação técnica se dava por meio de convênio com a EMATER, mas não fica nítido como se daria esta parceria; não há menção direta a educação ambiental e formação para a população e escolas, apesar das campanhas educativas serem obrigatórias – o que não explora, de fato, o potencial pedagógico e de laços solidários das hortas comunitárias; há a exigência de prestação de contas periódicas, o que em tese busca garantir transparência e conscientização comunitária.

Quatro anos depois, em 3 de agosto de 1988, a Lei nº 1329, que autoriza o poder executivo a celebrar convênio com o ministério da agricultura, objetivando a implantação de projeto de hortas comunitárias, foi sancionada.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Ministério da Agricultura, objetivando a implantação de Projeto de Hortas Comunitárias no Município do Rio de Janeiro de acordo com o disposto na Lei nº 647 de 05 de novembro de 1984.

Art. 2º O Projeto de Hortas Comunitárias terá por finalidade propiciar aos trabalhadores de baixa renda e suas famílias a possibilidade de produzir, em trabalho

conjunto, alimentos básicos e hortaliças para o próprio consumo e complementação de renda aproveitando áreas urbanas e rural-urbanas disponíveis.
 Art. 3º O projeto será comunitário, cabendo à Prefeitura recrutar e selecionar os beneficiários e organizá-los para a execução das tarefas através de:
 I - escolha da cultura, limpeza e preparo da área;
 II - plantio;
 III - manutenção das culturas;
 IV - colheita, distribuição e comercialização do excedente se houver, revertendo a renda em favor dos beneficiários.
 Parágrafo Único - Para a realização dos trabalhos dentro dos padrões técnicos adequados, a Administração Municipal buscará a assistência da extensão rural estadual ou usará pessoal técnico de seus próprios quadros.
 Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Rio de Janeiro, 1988)

Ao propor a utilização de áreas urbanas disponíveis para o cultivo de alimentos, a legislação promove a agricultura urbana em parceria com trabalhadores de baixa renda, buscando não apenas o consumo familiar, mas também a complementação de renda através da comercialização do excedente.

Assim, as duas leis apresentam propostas para a implantação de hortas comunitárias, mas com focos diferentes. A Lei nº 72 enfatiza a participação direta das associações de moradores e das escolas municipais na gestão das hortas. Delega às associações e escolas a implantação, manutenção e prestação de contas das hortas – algo muito parecido com a lei de 1984. Já a Lei nº 1329 delega ao Poder Executivo a responsabilidade de realizar convênios com o Ministério da Agricultura e organizar diretamente os projetos de hortas comunitárias. Assim, com a integração com órgãos públicos e a assistência técnica, há também o foco mais direcionado na geração de renda.

Em 04 de junho de 1992 foi sancionado o Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro – Lei Complementar nº 16/92. Os planos diretores, garantidos pela Constituição Federal de 1988, são uma ferramenta de planejamento urbano destinadas a direcionar o desenvolvimento de um município, estabelecendo diretrizes, regras e estratégias. Sua regulamentação foi detalhada pela Lei Federal nº 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade.

Capítulo V - Da Política de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico
 Subseção III - Do Programa de Estímulo às Atividades Agrícolas e Pesqueiras
 Art. 210 - O programa de estímulo às atividades agrícolas e pesqueira terá o seguinte conteúdo mínimo:
 VII - implantação de hortas comunitárias, quando de interesse da comunidade, principalmente em terrenos ociosos próprios do Município e, também, nas escolas públicas, com apoio técnico de entidades de pesquisa, em colaboração com o Poder Público. (Rio de Janeiro, 1992)

No Plano Diretor de 1992, as atividades de hortas comunitárias passam a estar vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, com apoio

técnico de entidades de pesquisa. Continua a vigorar a lei de implantação em terrenos ociosos do Município, que já havia sido sancionada em 1984. A mudança se faz, então, no apoio técnico de entidades de pesquisa e na colaboração com o Poder Público.

Um dos avanços foi a implementação de Zonas Agrícolas. Também conseguiu tratar as questões agrícolas de maneira à frente do seu tempo, como pontuado por Souza (2023). Há uma preocupação com a questão agrícola e com a garantia de espaços que sejam voltados ao cultivo e à criação animal, conciliando uso do solo urbano em áreas que possuem fragilidade ambiental com a agricultura urbana.

Segundo O'Reilly (2014), a inserção da Agricultura Urbana (AU) em programas e políticas públicas municipais é um fenômeno relativamente recente, que ganhou destaque a partir da década de 1990. Esse movimento foi impulsionado quando a FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, identificou a AU como uma estratégia essencial para promover a segurança alimentar, a estabilidade social e a preservação ambiental nos grandes centros urbanos ao redor do mundo.

Apesar da sanção de leis que incentivam a criação de hortas comunitárias, sua efetiva implementação depende, também, de políticas públicas estruturadas e eficientes. Sem esse suporte, muitas leis continuam a existir apenas no papel, sem gerar os impactos sociais, econômicos e – no caso das hortas comunitárias – ambientais esperados.

Neste sentido, de certa maneira, as leis foram passos importantes para a descriminalização das práticas de agricultura urbana que, até o início do século XX, eram comuns aos cidadãos cariocas. Porém, quase depois de um século de proibição, as técnicas foram se perdendo, e talvez por esse motivo a população não tenha se apropriado das práticas de agricultura urbana, apesar das leis sancionadas. O incentivo de programas e de políticas públicas se fez necessário para que esse cenário mudasse, e em 2006 foi criado o Programa Hortas Cariocas.

O programa da Prefeitura “visa incentivar a criação de hortas comunitárias em áreas carentes no município que propiciem postos de trabalho, capacitação e a oferta de gêneros alimentícios de qualidade e a custos acessíveis” (O'Reilly, 2014, p. 34). Atualmente, existem 56 hortas ativas no Programa Hortas Cariocas, e a Maria Angu é uma delas:

O PHC tem a pretensão de expandir-se em direção às localidades onde os índices de pobreza e exclusão encontram-se mais alarmantes. Ele aposta na estratégia do desenvolvimento socioeconômico local a partir da capacitação da população carente em comunidades que possuam áreas passíveis de se implantar e gerir hortas urbanas e comunitárias, reduzindo os índices de ocupação irregular de terrenos ociosos, elevando os níveis de inclusão social e oferecendo o direito humano básico a uma

alimentação saudável e de qualidade, livre de transgênicos (O'Reilly, 2014, p. 35)

Também no ano de 2006, a partir do Decreto nº 26.234⁵¹ de 03 de março de 2006, foi realizado um importante passo para a agricultura familiar na cidade. Este decreto visava a organização das ações de agricultura familiar em sítios que possuíam baixa ou nenhuma produção agrícola/e ou animal na cidade. O Decreto Municipal, que instituiu o Projeto Escola Carioca de Agricultura Urbana previa a revitalização da produção agrícola e animal no município do Rio de Janeiro, com foco especial na Zona Oeste. Já havia sido publicado, em setembro de 2005, o Decreto Municipal nº 25.788, que criou uma Assessoria Especial de Agricultura Familiar.

Já em 2007, a partir da Escola Carioca de Agricultura Familiar, foi criado o projeto Hortas Comunitárias, que promovia a capacitação de alunos em técnicas de cultivo e manejo sustentável. Ao selecionar locais de baixa produtividade para revitalização, o projeto buscava integrar a atividade agrícola na economia da cidade, fortalecer a segurança alimentar e gerar renda para comunidades vizinhas. A iniciativa aliava assistência técnica, insumos agrícolas e capacitação dos alunos da Escola Carioca. Assim, na primeira década dos anos 2000, são instauradas uma série de leis e políticas públicas de incentivo à agricultura urbana.

Também foi criado um modelo de parceria entre o poder público e os proprietários rurais, por meio do compartilhamento da produção, no qual 50% era destinado ao abastecimento de programas sociais e os outros 50% ficavam com os hortelãos, para comercialização. Essa parceria servia como uma “via de mão dupla”: ao mesmo tempo que auxiliava a reduzir a insegurança alimentar, também contribuía no fortalecimento econômico dos agricultores. O projeto visava também, por meio da Escola Carioca de Agricultura Urbana, oferecer apoio técnico e promover a formação de novos agricultores e criadores de animais.

Uma diferença do planejamento do Rio de Janeiro para outras cidades é que toda a área é considerada urbana, estratégia que se repete até hoje nos planos diretores (Souza, 2023).

Uma das problemáticas dessa estratégia, apontadas por Souza (2023), é o fato de que os agricultores não conseguem crédito para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Rio de Janeiro ser considerado urbano. Assim, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, de 2011, há uma seção que trata da agricultura e pesca de forma específica:

⁵¹ <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2006/2624/26234/decreto-n-26234-2006-organiza-as-acoes-de-agricultura-familiar-em-sitios-na-cidade-do-rio-de-janeiro-com-baixa-ou-nenhuma-producao-agricola-e-ou-animal?q=horta+urbana>

Seção IV - Da Agricultura, Pesca e Abastecimento Subseção I - Dos Objetivos Art. 253. São objetivos da Política de Agricultura, Pesca e Abastecimento municipal: I - incrementar a produção agrícola e pesqueira, com base nas relações comunitárias e de sustentabilidade como estratégia para o fornecimento de produtos mais baratos para o abastecimento da cidade; II - resgatar a vocação agrícola de áreas urbanas, através do desenvolvimento de programas e ações de incentivo à produção e à melhoria das condições de vida do agricultor; III - mapear e titular áreas com vocação e tradição agrícola; IV - reinserir, em médio prazo, a produção agrícola e pesqueira na economia do município de forma ativa; V - incentivar a agricultura orgânica e a pesca artesanal responsável; VI - criar um programa de abastecimento municipal (Rio de Janeiro, 2011)

Já o artigo 210 da Seção V estabelece diretrizes para a urbanização de favelas e loteamentos irregulares, enfatizando a necessidade de implantar ou ampliar infraestrutura, serviços públicos e equipamentos urbanos conforme critérios de prioridade definidos previamente. Entre as intervenções previstas, destaca-se a inclusão de medidas como reflorestamento, implantação de pomares e o estímulo à agricultura e hortas comunitárias.

Seção V

Da Urbanização de Favelas e Loteamentos Irregulares

Art. 210. A urbanização de favelas e loteamentos irregulares e clandestinos compreenderá a implantação ou ampliação da infraestrutura, dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos em favelas e loteamentos irregulares e clandestinos, segundo critérios de prioridade previamente estabelecidos.

§ 2º A urbanização de favelas e loteamentos irregulares e clandestinos será realizada mediante intervenção de planejamento e implantação de infraestrutura, com a definição das obras a serem executadas em cada etapa, conforme projeto urbanístico que compreenderá.

VI - reflorestamento e implantação de pomares, agricultura comunitária e hortas comunitárias, quando couber. (Rio de Janeiro, 2011)

O programa Hortas Cariocas estava em andamento há 5 anos, e as hortas comunitárias em favelas viriam a ser contempladas pelo programa. Em 2013, a horta comunitária de Manguinhos foi criada, e hoje é considerada uma das maiores hortas urbanas da América Latina. A expansão do programa, porém, ainda é limitada pelo acesso à terra. Apesar da importância do programa, ele ainda não é suficiente para resolver questões relativas à insegurança alimentar, pois, para isso, seria necessário um contingente de hortas muito maior do que o que existe atualmente.

Para maximizar o impacto das hortas e assegurar sua sustentabilidade a longo prazo, é fundamental enfrentar desafios como o acesso à terra, financiamento e suporte institucional. Além disso, é essencial promover políticas e práticas que incentivem a expansão e a consolidação das hortas urbanas em escala global, bem como a realização de ações que conscientizem as comunidades atendidas pelo programa sobre a importância da ação climática, da redução de carbono e do fortalecimento da resiliência climática nas áreas urbanas (Favoreto, *et al*, 2024).

Souza (2023) afirma que algumas das conquistas da década de 2010 foi o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, fortalecendo o comércio local, bem como a comercialização de produtos diretamente do produtor ao consumidor, reduzindo o circuito de mercado. Já em 2019, a Lei Nº 6.691 instituiu a Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Município do Rio de Janeiro, que foi concebida como parte integrante das políticas agrícola, urbana e de segurança alimentar e nutricional.

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro de 2024, houve a liberação das práticas de agricultura urbana em toda a cidade, além da destinação de uma zona agrícola. Essa mudança tem um aspecto positivo, pois a permissão para cultivo se dá em todo município, enquanto as zonas delimitadas ajudam a resolver conflitos pontuais. É necessário, porém, reconhecer os desafios enfrentados por pequenos agricultores, especialmente em áreas de expansão urbana e sob forte pressão imobiliária. Ou seja, apesar do avanço legal, esses grupos podem ter dificuldades para se manter diante do avanço da urbanização e da especulação imobiliária (Souza, 2023).

Outro ponto importante foi a inclusão da agricultura urbana às políticas públicas setoriais diretamente vinculadas ao desenvolvimento urbano e ambiental, reconhecendo a importância de interesse social da prática de agricultura. Este avanço traz, para dentro das políticas públicas municipais, as demandas particulares da agricultura urbana. Dessa maneira, incluir a agricultura urbana no Plano Diretor a torna uma prioridade legal, não apenas uma iniciativa pontual. Também é possível perceber avanços no que concerne à lei referente à implementação de hortas comunitárias:

Art. 6º São objetivos da Política Urbana:

XXII - ampliar a oferta de hortas urbanas em áreas públicas de forma articulada com programas pedagógicos nas unidades escolares, programas de segurança alimentar, de agroecologia e geração de renda; (Rio de Janeiro, 2024)

As hortas urbanas passam a ser objetivos da Política Urbana, com o objetivo de ampliar as hortas pedagógicas⁵², programas de segurança alimentar, agroecologia e a agricultura urbana como geradora de renda. Já o artigo 165 da Seção VII regula a utilização de terrenos privados pelo município, de forma consensual, para projetos que promovam a função socioambiental da propriedade. Dentre as finalidades destacam-se as hortas agroecológicas e outros projetos ambientais voltados ao interesse coletivo. Inclui-se, neste artigo, a adesão voluntária por prazo

⁵² 18 hortas do programa Hortas Cariocas são escolares. No ano de 2023, a escola na qual trabalhei, Escola Municipal São Paulo, também foi contemplada por um programa em parceria com a Universidade de Colúmbia (Climate Hub Rio) com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima e a Secretaria Municipal de Educação para a implementação de uma horta escolar. 12 escolas foram contempladas por esse programa.

determinado ou indeterminado ao programa de hortas agroecológicas.

Seção VII

Da Utilização de Terrenos Para a Função Socioambiental

Art. 165. O Município poderá utilizar, de forma consensuada, terrenos privados para a implantação de projetos que visem o atendimento ao princípio da função socioambiental da propriedade, para as seguintes finalidades:

IV - Hortas Agroecológicas; e

V - outros projetos ambientais de interesse da coletividade.

§ 4º A adesão voluntária ao programa de hortas agroecológicas ou a outro programa ambiental de interesse da coletividade poderá ser por prazo certo ou indeterminado, sendo que quando por prazo indeterminado, o proprietário deverá formalizar a retirada de seu imóvel do programa com um mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de antecedência. (Rio de Janeiro, 2024)

Assim, a agroecologia entra no debate dos planos diretores do Rio de Janeiro, sendo reconhecida também como uma possibilidade de adaptação às mudanças climáticas na cidade. Desde a década de 1980 é possível perceber por meio das legislações e decretos, mudanças no que se compreende o solo urbano e as funções de política urbana e ambiental da cidade.

Seção III

Das Transferências Obrigatórias

Art. 304. Da área total da gleba ou lote objeto de loteamento, deverá ser destinado percentual mínimo para o Município para a implantação de áreas verdes, equipamentos e logradouros públicos, de acordo com as condições elencadas no Quadro 24.3 do Anexo XXIV.

§ 4º As áreas destinadas a jardins e outros espaços públicos poderão ser parcialmente convertidas em hortas agroecológicas para produção de alimentos destinados ao atendimento da população carente, dos alunos das escolas públicas e dos hospitais. (Rio de Janeiro, 2024)

Antes proibidas, agora espaços ociosos podem se tornar hortas agroecológicas, que são incentivadas por políticas públicas, tendo a sua produção destinada à população de baixa renda, escolas públicas e hospitais. Essas ações visam não apenas promover melhorias urbanísticas, mas também o incentivo de práticas socioambientais e de uso sustentável do solo urbano.

É possível perceber nos planos diretores atuais o reconhecimento das hortas como ferramentas para promover a segurança alimentar e a inclusão social. São debates que já ocorrem há algumas décadas, e são fortalecidas pela AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), que é uma associação de direito civil sem fins lucrativos e desde 1983 atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. O debate da agroecologia na cidade do Rio também é fortemente realizado pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), movimento social em defesa da agroecologia existente desde 2011.

Na Seção III, uma das diretrizes de políticas urbanas é o estímulo à agricultura urbana

e pesca, reconhecendo suas importâncias econômicas e para a promoção da autonomia e segurança alimentar. Souza (2023) afirma que a grande diferença para o Plano Diretor de 2011 se dá na especificação da criação de animais de pequeno porte. Vale ressaltar, mais uma vez, que essa prática havia sido proibida mais de um século antes:

XI - o estímulo à agricultura urbana e à atividade pesqueira, por suas importâncias econômicas e de autonomia e segurança alimentar, bem como pelo fortalecimento dos circuitos curtos de produção, conforme estabelecido no Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, do qual o Município do Rio de Janeiro é signatário; (Rio de Janeiro, 2024)

Outro avanço apontado por Souza (2023) é o reconhecimento da importância da agricultura urbana como geradora de renda e de segurança alimentar, bem como a aposta na criação de circuitos curtos de produção, reforçando relações benéficas entre produtores e consumidores.

Apesar de este subcapítulo tratar de aspectos jurídicos no que tange às hortas comunitárias no Rio de Janeiro, vale lembrar que, no Capítulo IV – Do direito à cidade, à terra e moradia digna na favela, a Seção V traz a adaptação das favelas às mudanças climáticas. Essa medida reconhece que as comunidades periféricas estão entre as mais vulneráveis aos efeitos da crise climática, como enchentes, deslizamentos e ilhas de calor, exigindo políticas públicas direcionadas:

Seção V - Adaptação Das Favelas às Mudanças Climáticas

Art. 53. Os planos e ações do Poder Público nas favelas deverão estar em consonância com os planos de mudanças climáticas, de resiliência e de redução de risco, adotando estratégias específicas de adaptação e de contingência no enfrentamento dos impactos decorrentes dos eventos climáticos pela população diretamente atingida.
§ 1º As ações de adaptação às mudanças climáticas devem articular-se com as diretrizes previstas na seção que trata da Redução das Vulnerabilidades Urbanas nesta Lei Complementar.

§ 2º As ações de adaptação às mudanças climáticas devem incluir o fomento e apoio à agricultura urbana tanto pelo seu papel de preservar áreas livres e permeáveis quanto pelo aspecto sócio cultural e de segurança alimentar.

§ 3º As ações de adaptação às mudanças climáticas nas favelas deverão contemplar a redução de ilhas de calor com medidas que contribuam para o clima urbano, conforme previsto no Plano Diretor de Arborização Urbana - PDPAU.

§ 4º As ações de adaptação às mudanças climáticas nas favelas devem oferecer especial atenção à superação dos riscos de enchentes e de deslizamento de encostas considerando as especificidades de cada assentamento.

§ 5º No enfrentamento de situações de risco e de emergência em função de tragédias climáticas para atender situações de calamidade decorrentes dos impactos decorrentes dos eventos climáticos, poderá ser utilizado o instrumento da requisição de bens e serviços particulares, bem como a utilização do auxílio habitacional temporário em valor compatível com o mercado de locação da região.

§ 6º Adaptação aos planos de manejo das Unidades de Conservação que nas quais se situem ou façam limite.

§ 7º Integração das favelas no Plano de Desenvolvimento Sustentável - PDS. (Rio de Janeiro, 2024)

Assim, a Seção V do Plano Diretor de 2024 reconhece as favelas como parte da solução climática, não apenas como zonas de risco. Vinculando agricultura urbana, arborização e gestão de desastres, ele cria um marco para políticas públicas antirracistas e ambientalmente justas, alinhadas ao conceito de justiça climática. Há ainda o reconhecimento da agricultura urbana como parte das ações de adaptação às mudanças climáticas, pelo seu papel de preservar áreas livres e permeáveis em casos de enchentes, além de ajudar no controle de temperaturas.

O último documento a ser analisado neste subcapítulo é o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (PDS), que foi instituído pelo DECRETO RIO nº 48940 DE 4 DE JUNHO DE 2021. O PDS é um documento que contém diversas metas que auxiliam a definir as políticas municipais para um desenvolvimento sustentável e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

O plano indica cinco Temas Transversais e 23 Aspirações, posicionadas abaixo do Tema Transversal correspondente. Cada uma dessas Aspirações possui metas, que podem ou não ser atingida por meio de estratégias e ações estruturante. Alguns dos incentivos, que fazem parte de ações estruturantes para alcançar metas incluem incentivo ao programa Hortas Cariocas e a hortas escolares, bem como projetos de escolas sustentáveis.

“Inclusividade e Diversidade” é um dos Temas Transversais, com aspirações que se estabelecem uma abordagem integrada para combater a insegurança alimentar, com foco especial no potencial da agricultura urbana. A meta de erradicar a fome e garantir acesso a alimentos saudáveis é operacionalizada através de ações concretas como a ampliação do Programa Hortas Cariocas e o apoio a hortas comunitárias, entendendo a agricultura urbana como uma das formas de erradicar a insegurança alimentar. A estratégia vai além da produção, incluindo capacitação técnica para populações vulneráveis e integração com políticas de assistência social e saúde, criando um ecossistema de segurança alimentar.

Uma das metas para 2030 é a erradicação da fome, porém, no Rio de Janeiro, a insegurança alimentar afetava 16,9% das famílias em seu nível mais brando (IA leve). Já a escassez quantitativa de alimentos atingia 16% dos lares, sendo que em 7,9% desses casos as famílias enfrentavam a fome (IA grave). Em números absolutos, aproximadamente 2 milhões de habitantes da cidade viviam sob algum grau de insegurança alimentar - incluindo 488,7 mil pessoas que se limitavam a uma única refeição diária ou chegavam a passar dias inteiros sem comer (Frente Parlamentar, 2024).

No Tema Transversal “Longevidade e Bem-estar”, a primeira aspiração é a Alimentação

Saudável e Produção Agroecológica, são citadas diversas ações estruturantes voltadas para a agroecologia, bem como a ampliação de áreas cultivadas, a criação de um Mercado Municipal Agroecológico. Visa também aumentar em 20% a produção agrícola local com estímulo a agroecologia, e o apoio a circuitos curtos de comercialização, com o intuito de fortalecer a segurança alimentar. Outra ação estruturante é a ampliação da quantidade de áreas trabalhadas pelo Programa Hortas Cariocas, bem como apoiar iniciativas da sociedade civil para o desenvolvimento de hortas comunitárias, em especial em áreas de vulnerabilidade social e de favelas.

Uma das metas do eixo “Liderança Pelo Exemplo” é de garantir que 30% dos gêneros alimentícios adquiridos pela administração municipal, até 2030, sejam provenientes da agricultura familiar. Realizando uma análise inicial, essa estratégia fortalece a segurança alimentar e a economia local, alinhando-se à Lei Municipal 6.691/2019, que apoia a agricultura urbana e periurbana. Outras ações são o mapeamento da produção familiar, bem como a reorientação dos programas alimentares escolares e a promoção de circuitos curtos de distribuição e mercado.

Já no eixo “Resíduos Sólidos”, uma das metas para agricultura urbana é a proposta de aproveitamento de 20% dos resíduos de poda de árvores até 2030 por meio de compostagem e produção de mudas em hortas comunitárias, integrando a gestão de resíduos com a segurança alimentar. O Plano traz, ainda, os “Corredores de Sustentabilidade” no sétimo capítulo:

Os Corredores de Sustentabilidade são os eixos de implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS). Seu objetivo é trazer o Plano para o dia a dia do cidadão ao espacializar as propostas de metas e ações conforme prioridades indicadas nos diagnósticos contidos no panorama e que refletem os caminhos para uma Cidade mais sustentável, menos desigual e mais adaptada aos grandes desafios do médio e longo prazo, como o combate e adaptação às mudanças climáticas. Os 45 Corredores deixam tangíveis as principais áreas objeto de intervenção e serão norteadores da implementação do plano a partir das diferentes políticas apresentadas em todos os cinco temas transversais. Portanto, são instrumentos que reunirão programas, projetos e ações de maneira transversal, e com destaque especial aos aspectos socioeconômicos cujas ações estarão presentes em todos os eixos planejados, conforme subcapítulo 7.1. (Rio de Janeiro, 2021)

Os Corredores de Sustentabilidade são divididos por dimensões, e cada uma dessas dimensões possuem componentes com ações prioritárias para a realização dos eixos. São apresentados mapas e estudos que viabilizam a realização das ações, espacializando as propostas e metas a partir de diagnósticos prévios realizados pelas equipes técnicas da Prefeitura.

As hortas aparecem nas ações da Dimensão Necessidades Humanas Básicas, dentro do

componente “Nutrição e Cuidados Médicos Básicos (mortalidade infantil, baixo peso ao nascer, mortalidade materna, internações infantis por crise respiratória aguda)”. Destaca-se: “Prioridade de ações do programa Horta Acolhedora Carioca nos equipamentos de assistência social mapeados nos locais de baixo índice de nutrição; implementar programa de hortas escolares nas Unidades Educacionais identificadas nos eixos com baixo índice de nutrição” (Rio de Janeiro, 2021).

Em uma medida significativa para a política urbana, a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro aprovou, no dia 26 de agosto de 2025, a criação de uma Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional. A proposta, de iniciativa da vereadora Maíra do MST (mandato 2024-2028), visa institucionalizar o debate sobre o acesso à alimentação adequada no âmbito do legislativo municipal. A comissão terá o objetivo de fiscalizar e propor políticas públicas destinadas a combater a fome e promover a soberania alimentar na cidade, representando uma conquista para movimentos sociais e uma resposta às demandas da população mais vulnerável.

À passos lentos, as leis atuais reforçam a importância do equilíbrio entre desenvolvimento urbano e preservação ambiental. É possível perceber, a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável (2021) e do Plano Diretor de 2024, a inclusão do combate à insegurança alimentar nas políticas públicas setoriais, tendo a agricultura urbana como estratégia. Os planos compreendem a agricultura urbana como estratégia de acesso a alimentos frescos e saudáveis, especialmente em periferias e áreas com pouca oferta de mercado desses alimentos. Também fomenta os pequenos produtores, cooperativas e as feiras agroecológicas, fortalecendo circuitos curtos de comercialização e reduzindo a dependência de grandes mercados.

No caso das favelas cariocas, temos a presença do Programa Hortas Cariocas. As hortas são implantadas em áreas públicas ociosas próximas a comunidades de baixa renda, como terrenos em encostas, baixadas, espaços internos de escolas e creches, ou locais vulneráveis a ocupações irregulares.

O programa está alinhado com quatro eixos principais: preservação ambiental, geração de emprego, segurança alimentar e aproveitamento de espaços urbanos. Metade da produção é destinada a doações para favelas, creches e escolas, enquanto a outra metade é comercializada. São 56 hortas (29 em favelas e 27 em escolas) (Frente Parlamentar, 2024).

Porém, pensando apenas no Conjunto de Favelas da Maré, apenas 4 das 17 favelas possuem hortas cadastradas no programa: Vila do João, Vila do Pinheiro (dentro do Parque

Ecológico), Kelson's/Marcílio Dias (Maria Angu) e Nova Holanda (Horta escolar no Centro Integrado de Educação Pública - CIEP Samora Machel). Há um *déficit* de hortas contempladas pelo programa em relação à quantidade de favelas, ressaltando, pensando no caso da Maré, e não em uma escala mais abrangente de cidade.

Bartholl (2021) afirma que a proposta das autoridades públicas segue uma lógica perversa: transformar quem cultiva hortas comunitárias em microempreendedores individuais, como se a solução para a insegurança alimentar fosse a mercantilização da agricultura urbana. A expectativa era que, gradualmente, esses agricultores urbanos deixassem de precisar de financiamento público – uma abordagem nitidamente neoliberal que, na prática, fracassou.

Para o autor, o modelo previa um ciclo vicioso: novas hortas só seriam inclusas no programa se as antigas alcançassem “independência financeira”. Mas a realidade é outra: quase nenhuma consegue. O que de fato persiste são hortas que sobrevivem graças a um frágil equilíbrio, sustentado pela mobilização comunitária auto-organizada e pelo trabalho incansável de algumas poucas pessoas que, por compromisso coletivo, assumem a gestão cotidiana. Elas recebem algum apoio público, mas não podem contar com ele. Assim, o Estado se exime de sua obrigação, e as hortas, que deveriam ser política de direito à alimentação, se tornam mais uma carga para a comunidade, dependente da boa vontade de uns poucos.

Em relação às políticas públicas para hortas comunitárias, outra questão a ser apontada é a falta de acesso a recursos básicos – como água e solo – e recursos tecnológicos. Um exemplo: Na Maria Angu, foi criado um ponto de acesso a água⁵³, “doador” pelo lava-jato vizinho à horta, se não, a construção da horta seria inviável. Já a rega, é realizada diariamente pelos hortelões. Se houvesse subsídio para a instalação de um sistema de rega com aspersor e arduíno, a rega poderia ser automatizada.

Quantas hortas encerram seus trabalhos por causa destas problemáticas? E quantas deixam de expandir por falta de acesso tecnológico? O cuidado é comunitário, mas e o acesso à tecnologia? Estas são questões ainda a se pensar, pois sem espaço, técnicas e tecnologias ainda não se planta o suficiente para alimentar a população de uma rua, por exemplo. Dentro das políticas públicas, é necessário que se pense o uso das tecnologias a favor da agricultura urbana.

Desta forma, além do incentivo às hortas comunitárias, também deve ser realizado um real incentivo aos pequenos agricultores e aos circuitos de feiras agroecológicas, desafiando a lógica de mercado das grandes redes alimentícias. Como citado anteriormente, a estratégia de

⁵³ Como citado anteriormente, na Maré era usado o “rola-rola” para transportar água. As favelas criam tecnologias próprias, tecnologias de favela, frente a necessidade de acesso a direitos básicos que são negados.

considerar o Rio de Janeiro área urbana dificulta o acesso do pequeno agricultor ao crédito para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que dificulta o impulsionamento da agricultura urbana.

As experiências na Maria Angu, desde que a horta foi contemplada pelo programa, mostra que o apoio institucional foi de extrema importância para manutenção da horta. Os mutirões continuam acontecendo mensalmente, mas agora contamos com o apoio diário de hortelões realizando a rega, colheita e manutenção da horta. Também recebemos mudas e terra do programa, que são fornecidas pela barraca do Rogério no CEASA.

A continuidade do projeto também teve apoio do programa, pois desde então a Maria Angu não depende mais apenas de editais para manter seu funcionamento. Ao mesmo tempo que o programa oferece um suporte importante, ainda é insuficiente para garantir a real autonomia da horta. Ainda não conseguimos, também, realizar um crescimento de modo que toda a favela seja atendida com alimentos produzidos na horta.

Alguns desafios na prática dessas leis e Planos de Ação se mostram na expansão dos programas de agricultura, no que tange a garantia de orçamento e recursos necessários para distribuição de insumos e equipamentos, geração de renda, capacitação profissional, bem como a regulamentação e fiscalização dessas ações.

Além disso, um apoio frequente, com rodas de conversas e visitas de corpos técnicos da Prefeitura (que envolvessem engenheiros agrônomos, biólogos, geógrafos, nutricionistas) poderia auxiliar tanto no crescimento da horta quanto no pensamento coletivo com os moradores das ações estratégicas a serem tomadas pela horta.

Assim, a expansão das hortas existentes, visando de fato alimentar a população local – e não parte dela, também é um desafio a ser superado. Alimentar a população urbana com hortas comunitárias ainda é utopia, afinal ainda somos dependentes das grandes redes de mercado alimentício, bem como do sistema alimentar vigente no Brasil e no mundo.

Ao mesmo tempo, a evolução das políticas públicas voltadas para a promoção de hortas comunitárias e agroecológicas mudanças em compreender a relação o uso do solo urbano. As leis atuais mostram o potencial produtivo de áreas urbanas subutilizadas, mas ainda há muito que se caminhar para que de fato haja a integração de projetos de segurança alimentar e de agricultura regenerativa⁵⁴ à política urbana estabeleça soluções para a fome.

Mitigar ainda não é o suficiente, porque a mitigação não garante que as pessoas não

⁵⁴ Atualmente, na agroecologia, discute-se que é necessário ir além da sustentabilidade, afinal não é possível sustentar o sistema atual. É fundamental ir além da preservação, buscando a forma que o ser humano enxerga (e se enxerga como parte integrante) o meio ambiente, buscando equilíbrio e a regeneração de ecossistemas.

precisem se preocupar se todas as suas refeições diárias garantidas. Desafiando os sistemas de mercado alimentar e construindo políticas públicas que valorizem a agroecologia e a agricultura familiar, pode-se pensar em caminhar para sairmos de uma segurança alimentar e chegar, de fato, à soberania e autonomia alimentar. Desta maneira, no próximo subcapítulo discutiremos sobre os conceitos de geografia da fome e segurança alimentar.

3.2. GEOGRAFIA DA FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR

A partir de sua escrevivência (Evaristo, 2017), Carolina Maria de Jesus (1990) denunciava, em 1960, a realidade das pessoas que moravam nas favelas: “Para mim o mundo ao invés de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: — Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios devem ser ao alcance de todos” (Jesus, 1960, p. 319).

A escritora relatava em seus diários as desigualdades sociais e raciais presentes na favela do Canindé, em São Paulo – um retrato similar de tantas outras favelas no Brasil. Chamava a favela de “quarto de despejo” da cidade, pois era assim que a população pobre e preta era tratada. Os relatos sobre a miséria e a fome, mesmo 65 anos depois, ainda são atuais. Neste subcapítulo será discutida a geografia da fome, bem como os conceitos de segurança e insegurança alimentar – discutidos, também, ao longo dos trabalhos realizados na Horta Comunitária Maria Angu.

No livro “Encontros”, em uma entrevista, Santos (2010) questiona o que queremos como projeto de país à médio prazo. Como resposta, o intelectual diz que, como projeto de governo, todos devem ter acesso à comida, emprego e, assim, melhorar o nível de vida das pessoas.

Desta maneira, o direito à alimentação, como direito social fundamental, está consagrado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, sendo um direito de todos e um dever do Estado. Esse direito foi reforçado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Dessa maneira, deveria ser um dever do Estado garantir o acesso a alimentos com valor nutricional adequado e em quantidade suficiente para promover uma vida saudável.

Os saberes e sabores, as práticas alimentares de cada local, fazem parte da segurança alimentar, levando-se em conta o respeito às diversidades cultural, ambiental, econômica e so-

cial sustentáveis. O valor nutricional e a garantia de uma alimentação saudável são de fundamental importância, mas a segurança alimentar deve ir além destes aspectos, evitando uma discussão reducionista do conceito, que também ocorre quando se restringe o direito à alimentação a algo que tem como função apenas livrar as pessoas da fome.

Entre 2004 e 2013, o Brasil registrou avanços expressivos no combate à fome, reduzindo a insegurança alimentar de 34,9% para 22,6% das famílias – conquista que culminou na saída do país do Mapa da Fome da ONU em 2014. No entanto, durante a pandemia, o Brasil retorna ao Mapa da Fome, e em 2022 o cenário tornou-se crítico: 58,7% da população brasileira (125,2 milhões de pessoas) enfrentava algum nível de insegurança alimentar. Um paradoxo desse retrocesso é que 38% das famílias de agricultores e produtores rurais – justamente aqueles que sustentam a produção de alimentos – também viviam em situação de insegurança alimentar, expondo as contradições estruturais do sistema (Silva Junior, 2025).

Em 2019, o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi extinto durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, sendo recriado em 2023 no governo terceiro de Lula. Sua extinção foi associada ao aumento da fome no Brasil. O CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) é um órgão consultivo e participativo do governo brasileiro, criado para formular e monitorar políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional (SAN) no país. Sua principal função é assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo diálogo entre governo e sociedade civil (incluindo movimentos sociais, indígenas, quilombolas, agricultores familiares e especialistas).

Assim, podemos compreender que a fome e a miséria do mundo se passam pela forma como são distribuídas a produção e a propriedade, bem como as condições de vida das pessoas como a forma de rendimento, a partir da forma de política dos governos. (Sacramento, 2022, p. 135)

No relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo em 2023: Reorientar as políticas alimentares e agrícolas para tornar as dietas saudáveis mais acessíveis.” da FAO (2022), a fome é a sensação física dolorosa ou desconfortável causada pela ingestão insuficiente de energia alimentar. Já a fome crônica é a condição de longo prazo em que há incapacidade persistente de atingir o consumo mínimo de alimentos.

Desta maneira, a fome é um fenômeno global que tem profundas implicações sociais, econômicas e políticas. Na Geografia brasileira, Josué de Castro foi pioneiro ao lançar “Geografia da Fome – O dilema brasileiro: pão ou aço” no ano de 1946. O autor tratou a realidade da fome como um fenômeno social, e não como uma consequência do crescimento populacional, como afirmavam teorias neomalthusianas.

Nestas teorias, o subdesenvolvimento e a fome seriam resultado das altas taxas de crescimento populacional. Controlando a natalidade, seria possível alcançar o desenvolvimento do país e, assim, a fome acabaria (Castro, 1946; Adas, 1988). Assim, a fome seria um problema estrutural, cotidiano e social, principalmente de classe.

Castro não limitou sua atuação ao âmbito acadêmico, mas expandiu seu combate à fome para esferas políticas e institucionais internacionais. Segundo Mariana Bastos (2021), foi eleito Presidente do Conselho Executivo da Organização de Alimentação e Agricultura (FAO)⁵⁵, entre 1952 e 1956, e foi embaixador brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU). Trabalhou para promover políticas globais de combate à fome, unindo seus estudos e ação prática, defendendo que a fome era um problema estrutural causada pela má distribuição das rendas e recursos, e não uma mera consequência do crescimento populacional.

Segundo Silva (2014), as pesquisas de Josué de Castro impactaram a criação do salário mínimo em 1938, visando garantir condições básicas de vida aos trabalhadores urbanos, embora seu alcance fosse limitado devido ao baixo nível de formalização no mercado de trabalho, predominantemente rural. Também defendeu a reforma agrária e a democratização de terras como estratégia para democratizar o acesso à terra e como caminho para livrar o povo da fome, embora reconhecesse os obstáculos políticos dessa proposta.

O autor atentava para a necessidade de soluções coletivas para erradicar a fome, alinhando sua produção intelectual com ações em prol do desenvolvimento social e da segurança alimentar. Por se tratar de uma questão social, a fome poderia ser vencida e abolida pela vontade dos homens (Castro, 1984). Classificou-a das seguintes maneiras:

- (1) A fome total, chamada também de inanição;
- (2) A fome epidêmica, que é agravada em momentos de crise, como a que ocorreu durante a pandemia de COVID-19. Este tipo de fome pode ocorrer em momentos de guerras, mudanças climáticas, colapsos econômicos.
- (3) A fome endêmica, que é a fome cotidiana. Este tipo de fome é uma manifestação silenciosa, pois embora as pessoas tenham acesso a algum tipo de alimento, a quantidade e a qualidade são insuficientes para suprir suas necessidades nutricionais, levando a deficiências alimentares que comprometem a saúde e o desenvolvimento humano. Também pode ser cha-

⁵⁵ A FAO é um dos organismos especializados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, fundada em 1945. Foi criada no contexto de reorganização mundial pós Segunda Guerra.

mada de fome oculta, e um exemplo é a fome que ocorre nas periferias urbanas, onde a população enfrenta dificuldades para obter uma alimentação adequada, mesmo sem estar em situação de subnutrição extrema.

Assim, Castro (1984) afirma que este tipo de fome não está restrito ao número de proteínas e calorias ingeridas diariamente, mas também à carência de nutrientes como ferro, vitamina A. Este tipo de fome, que também foi classificada como “fome coletiva”, é mais comum, e afeta populações que vivem em condições de insegurança alimentar.

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva — da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (Castro, 1984, p. 37)

Assim, a fome é um fenômeno complexo, que vai além da simples privação aguda de alimentos, e não se resume à escassez absoluta de comida, mas também às desigualdades estruturais que perpetuam dietas insuficientes, mesmo em contextos em que o alimento está presente. Este é um paradoxo cruel, que marca as profundidades das desigualdades sociais (Castro, 1984; Adas, 1988; Abramovay, 1991).

Adas (1988) afirma que a fome como situação em que uma pessoa fica, durante período prolongado, carente de alimentos que forneçam energia (calorias) e elementos nutritivos necessários para a vida e saúde do organismo. Já para Abramovay (1991), a fome é um fenômeno quantitativo, que se pode definir como incapacidade de alimentação diária a fornecer um total calórico correspondente ao gasto energético realizado pelo trabalho do organismo.

Os nutricionistas classificam a fome em parcial ou global. A fome parcial⁵⁶ é a que ocorre quando as pessoas consomem alimentos em quantidade insuficiente ou com baixa qualidade nutricional e com falta de nutrientes essenciais. Não é apenas falta de comida, mas uma carência de vitaminas, minerais e outros nutrientes que são cruciais para o desenvolvimento e bem-estar. A fome global⁵⁷ é a privação total de alimentos, com ingestão calórica abaixo do mínimo para sobrevivência (Adas, 1988; Abramovay 1991).

⁵⁶ É a fome que Castro (1984) classificou como endêmica.

⁵⁷ Fome epidêmica, para Castro (1984).

Na mesma época que Castro (1984) postula sobre a fome, organismos internacionais como a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) são criados com o intuito de combater a fome e promover a segurança alimentar global, bem como o melhoramento da produção agrícola e da nutrição.

Anteriormente, no contexto da Primeira Guerra Mundial, começa a ser discutido o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), quando a capacidade de autoabastecimento alimentar passou a ser vista como um pilar da soberania nacional. Inicialmente, a Segurança Alimentar estava vinculada à segurança do Estado, enfatizando a necessidade de os países garantirem a produção interna de alimentos para evitar dependência externa no contexto pós-guerra (Ressiguier, 2024).

Assim, neste contexto, a alimentação saudável e de qualidade passa a ser considerada um direito fundamental de todas as pessoas. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) está assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Cabe ao Estado garantir e prover o acesso à alimentação com qualidade nutricional e em quantidade adequada para uma vida saudável.

A criação da FAO se dá em 1945, e uma das suas missões é fornecer dados sobre agricultura e alimentos, bem como apoiar políticas de desenvolvimento agrícola. Foi criada durante a reorganização mundial pós-Segunda Guerra Mundial. A publicação de Castro acontece em 1946, e uma de suas críticas era que muitas das publicações da época discutiram os problemas da guerra, e poucas se dedicavam de fato ao tema da fome:

Quanto à fome, foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social — a revolução russa — nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas, dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo. Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (Castro, 1984, p. 30)

De maneira paradoxal, os estragos causados pela fome superam os das guerras e epidemias somados (Castro, 1984). Assim, uma das críticas do autor era o fato da alimentação ser discutida no contexto de crise, e não no âmbito da fome como questão de saúde pública, problema estrutural causado por questões econômicas, sociais e de classe, ligados ao colonialismo e ao imperialismo. É nesse contexto que se aprofunda o debate sobre Segurança Alimentar.

Por que falar de distribuição de renda é importante para entender a fome? Porque, a partir dela, podemos perceber como a desigualdade é um fator-chave na segurança alimentar. Sem condições financeiras, não temos como comprar comida. Ainda mais levando em consideração o valor da cesta básica no Brasil. (Sacramento, 2022, p. 135)

Ressiguiier (2024) afirma que, posteriormente, o conceito evoluiu para abranger não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também seu acesso e qualidade nutricional. Assim, a SAN passou a integrar duas dimensões fundamentais: a dimensão alimentar, relacionada à produção e distribuição de alimentos, e a dimensão nutricional, que considera as necessidades biológicas e socioculturais da alimentação humana.

Segundo a FAO (2022, 2023), a segurança alimentar é definida como o acesso de todas as pessoas a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Os pilares dessa definição são a disponibilidade adequada de alimentos, com oferta efetiva; e o acesso adequado aos alimentos, ou seja, a capacidade do indivíduo de adquirir comida suficiente, com demanda efetiva.

Já a insegurança alimentar pode resultar da falta de disponibilidade e/ou do acesso aos alimentos. Farias (2022) afirma que as práticas alimentares, os saberes e os sabores de cada região compõem a base da segurança alimentar, devendo-se respeitar a diversidade cultural, ambiental, econômica e social de forma sustentável. Embora o valor nutricional e a promoção da saúde sejam elementos fundamentais, a segurança alimentar vai além disto. Reduzir o direito à alimentação à simples função de combater a fome é limitar um conceito que deve ser entendido em sua amplitude e complexidade.

O Guia Alimentar Para a População Brasileira (2014) também reforça que a segurança alimentar, bem como uma alimentação adequada, depende não apenas da disponibilidade de comida, mas também do acesso a alimentos saudáveis e de sistemas alimentares sustentáveis. O guia apoia também a autonomia das pessoas em suas escolhas alimentares, defendendo o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Atualmente, a FAO (2022, 2023) classifica níveis de gravidade de insegurança alimentar, em situações em que as pessoas provavelmente ficaram sem comida, passaram fome e, no pior dos casos, passaram dias sem comer. A insegurança alimentar grave é o nível crítico em que indivíduos podem ficar sem comida, passar fome ou até dias sem se alimentar, comprometendo gravemente sua saúde, e é medido pela Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES).

A FIES é uma ferramenta baseada em pesquisas que avalia diferentes níveis de restrição alimentar, usada para monitorar o ODS 2.1.2 (Prevalência de insegurança alimentar leve, moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES). Assim, é uma escala de segurança alimentar que se baseia em dados obtidos em pesquisas, por meio de perguntas diretas sobre a ocorrência de condições e comportamentos que refletem a restrição do acesso a alimentos.

A insegurança alimentar moderada é a situação em que as pessoas têm acesso inconsistente aos alimentos, reduzindo qualidade ou quantidade da dieta em certos períodos do ano devido às limitações financeiras ou outras, afetando nutrição e bem-estar. A insegurança alimentar aguda é uma incapacidade temporária ou de curto prazo de atender às necessidades de consumo de alimentos relacionadas a crises esporádicas, indicando uma capacidade de recuperação, mas que ameaça vidas (FAO, 2022; 2023).

Assim, os conceitos de segurança e insegurança alimentar são essenciais para compreender como as políticas alimentares podem ser estruturadas para garantir que as pessoas tenham acesso a alimentos suficientes e nutritivos. A fome pode ser considerada, assim, a manifestação mais extrema da insegurança alimentar, por meio da privação crônica de alimentos.

A fome mata porque enfraquece o indivíduo, e abre portas para doenças que para uma pessoa saudável, seriam banais, mas são fatais para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Morte por doenças como sarampo, pneumonia, desidratação e outras doenças infecciosas são consequência de uma alimentação insuficiente. Existe, ainda, o mito de que a subnutrição se dá pelos hábitos alimentares supostamente inadequados por parte das populações de baixa renda. A difusão desse tipo de ideia faz com que a fome seja vivida como um problema individual, e não coletiva (Abramovay, 1991).

Segundo dados do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo em 2023: Urbanização, transformação dos sistemas agroalimentares”, elaborado em conjunto pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), *World Food Programme* (WFP), *World Health Organization* (WHO), no Brasil, entre 2014 e 2016, 4 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar grave. Esse número passou para 21.1 milhões entre 2020 e 2022.

Segundo dados da Rede Penssan (2021), em 2020 no Brasil, do total de 211,7 milhões de pessoas, 116,8 milhões conviviam com algum grau de IA (leve, moderada ou grave). É um

paradoxo, pois o Brasil é um dos grandes produtores de alimento do mundo, mas parte do nosso sistema alimentar é voltado para a exportação, e não para o consumo interno.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) relativa à segurança alimentar⁵⁸, realizada pelo IBGE no 4º trimestre de 2023, 27,6% (21,6 milhões) dos domicílios brasileiros estavam com algum grau de insegurança alimentar: 18,2% (14,3 milhões) em IA leve, 5,3% (4,2 milhões) em IA moderada e 4,1% (3,2 milhões) em IA grave (IBGE, 2024). Assim, pode-se concluir que a alimentação saudável é direito, mas não é garantida. Podemos pensar, assim, que esta é mais uma das cidadanias mutiladas no país. Mas quem são as pessoas em situação de insegurança alimentar, hoje, no Brasil?

Para o IBGE (2024), utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), IA leve é quando há a preocupação em relação ao acesso dos alimentos no futuro, e no presente há comprometimento na qualidade da alimentação do domicílio, com estratégias dos adultos para manter uma quantidade mínima de alimentos disponível aos integrantes. Já a IA moderada, há restrição quantitativa de alimentos para os membros da família, sobretudo adultos. A IA grave significa que além dos adultos, crianças também passaram por privação severa do consumo de alimentos, podendo chegar à fome (IBGE, 2024).

Entre os domicílios com insegurança alimentar, 15,2% dos responsáveis pelo domicílio eram pretos e 54,5% eram pardos. Em 50,9% dos domicílios com IA moderada ou grave, o rendimento familiar per capita era menor do que um salário-mínimo. Já em relação ao gênero, 59,4% dos lares com insegurança alimentar eram chefiados por mulheres (IBGE, 2024). Assim, os dados revelam a relação entre insegurança alimentar e desigualdades sociais de raça, gênero e classe no Brasil.

Há ainda muitas outras condições individuais que podem afetar negativamente a situação de SA no domicílio. Merece destaque nesse sentido a menor condição de Segurança Alimentar nos domicílios nos quais a pessoa de referência é mulher, ou de raça/cor da pele autodeclarada preta ou parda, ou tem baixa escolaridade (Rede PENSSAN, 2021, p. 42)

De acordo com pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), o consumo de ultraprocessados no Brasil aumentou 5,5% entre 2007 e 2017 (Louzada *et al*, 2023). Já um estudo com base em dados de 2019 e feito por diversos pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ),

⁵⁸ Pesquisa realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Os resultados possuem dados específicos, como a classificação dos domicílios em urbano e rural, a cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio, gênero da pessoa responsável pelo domicílio, bem como algumas características adicionais dos domicílios.

USP, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade de Santiago de Chile calculou que aproximadamente 57 mil mortes prematuras (de 30 a 69 anos) estavam associadas ao consumo de ultraprocessados no Brasil (Nilson *et al*, 2023).

O consumo de alimentos ultraprocessados também pode ser considerado um dos responsáveis pela insegurança alimentar. Alimentos como salsicha, em comparação com o preço de algumas carnes, são muito mais baratos e nutricionalmente menos nutritivos. A questão do tempo, na sociedade capitalista, também é um fator determinante: afinal, é mais rápido cozinhar um macarrão instantâneo do que uma refeição completa.

Dessa maneira, Vradis e Bartholl (2019) realizaram um estudo de caso na Maré sobre insegurança alimentar em periferias urbanas. Para esta pesquisa, os autores utilizaram a metodologia da pesquisa-ação, que envolveu moradores como coautores, mapeando desafios e soluções, como a criação de pontos de venda direta de produtores rurais.

Segundo os autores, a favela depende quase inteiramente de alimentos produzidos em zonas rurais distantes, transportados por caminhões. Greves como a dos caminhoneiros em 2018 expõem a fragilidade desse sistema, com desabastecimento e aumento de preços. Assim, os moradores da Maré têm pouca ou nenhuma escolha sobre a origem de seus alimentos ou como eles são produzidos, se foram usados ou não agrotóxicos, se são transgênicos ou não – o que limita escolhas saudáveis.

Outra observação é a de que grande parte dos alimentos disponíveis nas favelas foi processada ou ultraprocessada (ou seja, alimentos crus transformados em alimentos consumíveis) e preparada localmente, em unidades de produção de pequena escala. A dieta é baseada em arroz, feijão, carboidratos e carnes, com pouca variedade de vegetais. Refeições prontas (como quentinhas) e lanches processados (hambúrgueres, salgados) são comuns devido à conveniência e preço. Há uma transição entre hábitos tradicionais (herdados de migrantes do Nordeste) e alimentos ultraprocessados, com impacto negativo na nutrição dos moradores (Vradis; Bartholl, 2019). Na Kelson's, alguns dos moradores relataram a percepção de que na favela há um alto consumo de alimentos processados ou ultraprocessados. Esta também foi uma constatação realizada pelas diretoras e pelos professores da Gonzaguinha.

Coadunando com os estudos de Vradis e Bartholl (2019), Rocha *et al* (2024) realizou um estudo qualitativo que investigou a percepção de moradores de favelas brasileiras sobre seu ambiente alimentar, partindo da premissa de que o acesso a alimentos *in natura* e minimamente processados é limitado pelas condições socioeconômicas e estruturais. A metodologia adotada na pesquisa consistiu na realização de grupos focais, que permitiram capturar discursos

coletivos sobre dois eixos centrais: as barreiras físicas ao acesso a alimentos saudáveis (como disponibilidade e distribuição) e os obstáculos financeiros (relacionados ao custo e à renda familiar). Assim, a publicação buscou compreender como esses fatores se articulam para moldar padrões alimentares em contextos de vulnerabilidade social.

A análise identificou três obstáculos interligados ao acesso alimentar saudável: desconhecimento nutricional (informação), impossibilidade financeira (renda) e desertos alimentares (infraestrutura local), que conjuntamente restringem as escolhas alimentares nessas comunidades (Rocha, *et al*, 2024).

Bartholl (2021) atentou para o risco da pandemia do coronavírus levar a uma pandemia da fome, onde os mais pobres viriam a sofrer as consequências. Sacramento (2022) analisa, a partir dos dados de insegurança alimentar durante a pandemia, que de fato a pandemia se tornou uma pandemia da fome, onde pessoas das camadas mais populares ou sem renda sofreram com a falta de condições para comprar alimentos. O projeto da Maria Angu começa a ser implementado justamente nesse contexto de pandemia da fome, em 2021.

Assim, uma das perguntas realizadas para os voluntários da Horta Comunitária Maria Angu foi sobre a percepção dos entrevistados em relação ao consumo de alimentos na favela da Kelson's. Maria, uma das entrevistadas, respondeu: “Nem todos que moram aqui têm acesso a uma boa alimentação, então não é de boa qualidade”.

Imagino que a maioria das pessoas que estão morando na Kelson's ou em qualquer outra favela são pessoas que trabalham muito dentro e fora de casa, pensando principalmente na realidade das mulheres que são maioria. E ganha um pouco. Além disso tudo, na maioria das vezes perdem muito tempo das suas vidas no deslocamento entre casa trabalho. Então, o dia dessas pessoas é muito curto, ir e fazer comida e é uma atividade que leva tempo. Eu brinco que é muito cruel assim. É como se você estivesse num parque de diversão lotado. Você fica ali 3h na fila para brincar numa parada que vai levar três minutos. Então você leva muito tempo fazendo comida. E sei lá, às vezes tudo em 20 minutos, para quem come devagar. A diferença entre fazer comida e o parque é que você pode viver a vida inteira sem um parque de diversão. Você não vai morrer. Só que se você não comer, você vai morrer e rápido. (João, em entrevista, 2023)

Assim, João fez uma analogia entre o tempo de espera para um brinquedo em um parque de diversões e o tempo cozinhando. Em uma rotina onde as pessoas gastam horas do seu dia no deslocamento para o trabalho, trabalhando e realizando trabalhos domésticos, o tempo que sobra para preparar os alimentos e para a alimentação em si acaba sendo muito pequeno. Dessa forma, muitas vezes, a solução é comer ultraprocessados, por serem uma opção rápida e barata.

Os alimentos ultraprocessados são composições industriais que combinam ingredientes naturais ou quimicamente alterados - obtidos através do processamento de alimentos integrais

- com aditivos projetados para intensificar o sabor e criar texturas hiperpalatáveis. Essas formulações visam produzir alimentos convenientes, extremamente atraentes ao paladar e de baixo custo, com potencial para substituir progressivamente outros grupos alimentares essenciais na dieta (Farias, 2022). Já os alimentos in natura são as partes comestíveis de plantas e animais que não tiveram adição de substâncias, ou passaram por processos industriais mínimos.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) traz críticas à indústria de ultraprocessados por promover dietas desequilibradas, que agravam desigualdades e problemas de saúde. O guia defende a valorização da agricultura familiar, o consumo local e práticas culinárias tradicionais, além de promover a alimentação saudável. Prioriza alimentos in natura ou minimamente processados, organizados em grupos e desencoraja o consumo de ultraprocessados. A realidade nas cidades e periferias, porém, é muito diferente.

Durante os anos de 2022 e 2023, foram realizados trabalhos da Horta Comunitária Maria Angu em parceria com a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha para a construção do Guia de Educação Socioambiental. A fim de construir o guia, foram realizadas entrevistas com a equipe gestora e com outros profissionais atuantes na Gonzaguinha, como professoras, manipuladoras de alimentos e agentes ambientais da Comlurb. Ana, uma das entrevistadas, trouxe sua visão, enquanto educadora, sobre a realidade da alimentação das crianças que são atendidas pela escola:

Acho que é bem ruim, bem fraca. 20% da população tem uma alimentação razoável e 80% têm uma situação bem triste, bem pobre. Teve um dia que a fruta de sobremesa era caqui e as crianças acharam que era tomate, porque nunca tinham visto. E aí ficaram dizendo que não gostavam de tomate, e nós falávamos que era caqui, que era docinho. Não tem esse contato, a experiência alimentar é pouca. Algumas famílias estão em situação de extrema pobreza, vivendo em parede de papelão, chão de terra. Tem outros que não, tem uma vida razoável, mas boa, boa, não tem ninguém. Quando não tem a refeição da escola fica uma tristeza, eles chegam doidos para tomar o café da manhã. Todo mundo come no almoço, pede para repetir, mas não pode por determinação da Prefeitura. Alguns só vão comer no dia seguinte novamente, na escola. (Ana, em entrevista, 2023)

Compreende-se, assim, o ambiente escolar como um importante espaço na garantia da segurança alimentar das crianças, mas que ainda não é suficiente para acabar com a insegurança alimentar, apenas mitigá-la. Segundo o relato da Ana, alguns alunos só fazem refeições na escola – e essa é uma realidade que quem é professor em rede pública, principalmente nas periferias, provavelmente já presenciou. Uma das garantias da alimentação escolar é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), e que foi criado em 1955 como a Campanha de Merenda Escolar, com o objetivo de combater a fome e a desnutrição entre os alunos da rede pública de ensino (Silva, 2014).

A comida vem do que a Prefeitura envia, recebemos arroz, feijão, proteína, legume e fruta - com cardápio pré-determinado. É proibido trazer coisa de casa. Tem um decreto de que não pode ter doce na escola, e as mães não mandam guaravita, coca-cola. Eles comem a comida, lanche, tudo na escola. Só dia de festa pode trazer, ou dia de piquenique. (Ana, em entrevista, 2023)

Em 2003, por meio da Lei 10.696, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programa federal brasileiro que visa garantir o acesso à alimentação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo em que fomenta a agricultura familiar e facilita e garante que parte do fornecimento de alimentos da agricultura familiar cheguem à merenda escolar. Dentro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está estabelecido que, no mínimo, 30% dos recursos destinados à merenda devem ser utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar (Silva, 2014).

Vale ressaltar que a atuação de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que se tornou um dos maiores produtores de arroz orgânico da América Latina e mantém campanhas permanentes de doação de alimentos – representa uma resistência política, contestando a lógica mercantilizada dos alimentos. A merenda escolar, quando abastecida pela agricultura familiar e por projetos comunitários, torna-se um instrumento potente de educação alimentar e de redistribuição de renda, reforçando que a alimentação escolar digna é uma conquista política a ser defendida. Acima de tudo, a comida como um direito, e não uma mercadoria.

Parte da produção da Maria Angu é destinada a duas creches comunitárias. Assim, “as doações da Horta Comunitária Maria Angu para a Creche Ovelhinha de Jesus e Hotelzinho das Crianças representam uma estratégia essencial para ajudar a combater a desnutrição e promover hábitos alimentares saudáveis desde a infância” (Silva Junior, 2025, p. 68).

A articulação com as creches comunitárias começou na primeira reunião com agentes comunitários da favela, em setembro de 2021. Ambas as creches atendem majoritariamente mães solteiras em vulnerabilidade social, e por este motivo, começamos a direcionar nossas colheitas para a Hotelzinho das Crianças, coordenada pela “Tia Silvia” e que acolhia uma média de 20 crianças; e para a “Ovelhinha de Jesus”, coordenada pela “Tia Denise”, que acolhe de 25 a 30 crianças.

Ainda em relação ao consumo de alimentos na favela da Kelson’s, o entrevistado Carlos respondeu que em sua percepção “as favelas têm um acesso limitado a alimentos frescos e saudáveis. A produção de hortas comunitárias e o cultivo de alimentos em espaços urbanos pode ser uma alternativa para garantir o acesso a alimentos frescos e saudáveis e sem veneno,

os famosos agrotóxicos”. Dessa maneira, as hortas urbanas comunitárias podem ser vistas como referência de estratégia no combate à insegurança alimentar e ao acesso a alimentos saudáveis, e sua importância será discutida no próximo subcapítulo.

3.3. HORTAS COMUNITÁRIAS

Nos princípios agroecológicos, o cultivo não se dá apenas por técnicas e instrumentos, mas também levando em consideração as dimensões ecológicas, sociais e culturais de cada local. São filosofias embasadas no equilíbrio, biodiversidade e na regeneração de ecossistemas. Pode-se fazer um paralelo entre a agroecologia e a metodologia, pois esta é uma articulação entre conteúdos, pensamentos e a existência, sendo o caminho do pensamento e a prática exercida na realidade (Minayo, 1994).

Uma das metodologias de trabalho dos princípios agroecológicos é o mutirão, que envolve a mobilização coletiva e solidária em benefício da comunidade. São práticas comuns em hortas comunitárias, e no caso da Maria Angu não poderia ser diferente. Assim, neste subcapítulo, será realizada uma revisão bibliográfica acerca das Hortas Comunitárias Urbanas, destacando a experiência da Maria Angu por meio de relatos dos voluntários entrevistados.

Entre setembro de 2021 e setembro de 2024 foi feita a pesquisa de campo. Ao longo desse período, foram organizados e realizados mais de 25 mutirões⁵⁹, contando com a participação de moradores da favela da Kelson's, dos coordenadores dos Grupos de Trabalho da equipe da Maria Angu e de voluntários de outras localidades do Rio de Janeiro e do Brasil. A coleta de dados em campo envolveu participação ativa, observação, registros fotográficos, diálogos com os moradores durante os mutirões e entrevistas semiestruturadas.

Ao longo de 2023 e 2024, foram feitas oito entrevistas, que totalizaram 4 horas, 7 minutos e 31 segundos, com dois grupos: (1) Três coordenadores (as) dos Grupos de Trabalho da Horta Comunitária Maria Angu – um deles o Walmyr, morador da Kelson's e idealizador da horta; (2) Cinco voluntários da Horta – sendo três moradores da Kelson's e dois militantes do Centro Socialista da Penha Circular e moradores da Penha Circular, bairro onde a favela está localizada.

Também foram realizadas 14 entrevistas de doze perguntas, além de um debate durante

⁵⁹ A participação nos mutirões e atividades de educação socioambiental, ocorridas na favela da Kelson's, aconteceram nas seguintes datas: 20/09/2021, 12/10/2021, 08/10/2021, 04/12/2021, 11/12/2021, 06/02/2022, 20/03/2022, 17/07/2022, 24/07/2022, 18/08/2022, 18/09/2022, 19/11/2022, 27/11/2022, 12/02/2023, 03/03/2023, 30/04/2023, 07/05/2023, 21/05/2023, 25/06/2023, 09/07/2023, 27/08/2023, 10/09/2023, 22/10/2023, 21/04/2024, 13/07/2024, 14/09/2024.

a reunião pedagógica do segundo semestre de 2022 com 14 pessoas da equipe da Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha: professoras, direção da Escola, manipuladoras de alimentos e agentes ambientais da Comlurb, para a construção do Guia de Educação Socioambiental (Azevedo, 2023).

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e revisadas para garantir fidelidade aos depoimentos, e tiveram o objetivo de compreender as percepções dos moradores e voluntários sobre o que são hortas comunitárias, bem como sobre o consumo e acesso a alimentos na favela da Kelson's e a dinâmica socioespacial da favela. Queiroz (1983, 1986) afirma que o relato oral, uma vez transcrito, transforma-se num documento semelhante a qualquer outro texto.

[...] Através dos séculos, o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão de saber, o que equivale a dizer, fora a maior fonte de dados para as ciências em geral. Em todas as épocas, a educação humana (ao mesmo tempo formação de hábitos e transmissão de conhecimentos, ambos muito interligados) se baseara na narrativa, que encerra a primeira transposição: a da experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos. [...] O relato oral está, pois, na base de obtenção de toda a sorte de informações e antecede outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita lhe sucederam. (Queiroz, 1986, p. 3)

A autora afirma ainda que as formulações das perguntas estão ligadas à maneira de pensar e sentir do pesquisador ou pesquisadora, transpondo para os dados, de forma invisível, suas percepções. Dessa maneira, a análise dos dados e do material foi feita a partir das notas de campo e das entrevistas, por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), e seguiu as três etapas propostas pela autora: 1) pré-análise, organizando o material a ser investigado; 2) exploração do material, categorização ou codificação – onde o texto das entrevistas é recortado em unidades de registro, como frases e parágrafos; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A organização dos dados se deu por meio da leitura flutuante do material transcrito das entrevistas e das notas de campo, bem como da organização dos relatos.

Assim, a análise pode ser dedutiva, por meio de teorias ou hipóteses pré-estabelecidas, ou indutiva, por meio de categorias que surgem dos dados durante a leitura flutuante (Bardin, 1977). A partir disso, foi elaborada uma classificação dos principais temas e categorias que estiveram presentes nas falas dos entrevistados. Na categorização, foi feito o agrupamento dos códigos em categorias analíticas, como as percepções dos entrevistados sobre insegurança alimentar e o papel da horta comunitária Maria Angu.

Quadro 2 - Síntese das entrevistas

Nome	Bairro que reside	Coordenador/ Voluntário	Ano da entrevista	Principais categorias mobilizadas na entrevista
Walmyr	Kelson's	Coordenador	2023	Agroecologia Educação Segurança Alimentar Laços Comunitários
Joaquim	Penha Circular	Voluntário	2023	Natureza Laços Comunitários
Carolina	Lagoa	Coordenadora	2023	Natureza Segurança Alimentar Laços Comunitários
Conceição	Humaitá	Coordenadora	2023	Segurança Alimentar
João	Penha Circular	Voluntário	2023	Segurança Alimentar Educação Laços Comunitários
Carlos	Kelson's	Voluntário	2024	Segurança Alimentar Educação Ambiental Agroecologia
Maria	Kelson's	Voluntária	2024	Agricultura Urbana Segurança Alimentar
Clarice	Kelson's	Voluntária	2024	Agricultura Urbana Laços Comunitários

Fonte: A autora (2025)

Nesta fase de decodificação, adotamos uma abordagem mista, com enfoque dedutivo – derivadas do referencial teórico da pesquisa, e indutivo, emergidas das falas dos entrevistados. Para garantir o rigor da análise, buscou-se atender aos critérios de objetividade e sistematização defendidos por Bardin (1977). Durante a decodificação, também identificamos falas relacionadas aos conceitos centrais da pesquisa, como segurança alimentar e hortas comunitárias. Outras categorias emergiram da fala dos entrevistados – como natureza e laços comunitários. Esta síntese está representada abaixo, no Quadro 2, acima.

As perguntas também auxiliaram a compreender o que são hortas comunitárias na percepção dos voluntários, bem como suas percepções sobre a alimentação na favela. Assim, elementos da análise de conteúdo (Bardin, 2011) foram utilizados para codificar as falas, e os quadros auxiliaram como suporte para a apresentação das categorias.

Por meio da análise de triangulação, as categorias extraídas das entrevistas foram contrastadas com as observações registradas em diário de campo durante os 25 mutirões. Este cruzamento permitiu contextualizar os discursos e validar as interpretações, pois, segundo Bardin (1977), a análise deve ser fiel ao conteúdo e ao contexto das comunicações. Assim, a triangulação é o cruzamento de múltiplas fontes de dados, métodos, teorias ou investigadores para a compreensão de um fenômeno. No caso desta pesquisa, se deu por meio do cruzamento entre as entrevistas, as observações nos mutirões, diário de campo, registros fotográficos, análise documental de jornais antigos e revisão bibliográfica para, dessa maneira, validar e contextualizar as interpretações.

Assim, após este passo, foi realizada uma interpretação desta análise, relacionando com os conceitos de hortas comunitárias e segurança alimentar. Para a compreensão da temática das hortas comunitárias e da agricultura urbana, foi realizada uma revisão bibliográfica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES acerca das seguintes temáticas no campo da Geografia: “Horta Comunitária em favelas”, com cinco pesquisas nas áreas de Arquitetura, Artes, Ciências Sociais e Desenvolvimento Local; “Agricultura urbana em favelas”, com quatorze trabalhos publicados nas áreas de Arquitetura, Agronomia, Antropologia, Geografia, Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Engenharia de Produção, Economia, Design, Ecologia, Engenharia de Energia e Ciência e Tecnologia ambiental; “Horta urbana em favelas”, com seis trabalhos publicados, nas áreas de Arquitetura, Geografia, Ciências Sociais, Artes e Políticas Sociais.

Não foram encontradas pesquisas com o termo “Horta Comunitária em favelas”. Um dos precursores nesse debate foi Bartholl (2018, 2021), que publicou trabalhos sobre a experiência de pesquisa-ação no espaço comunitário autogerido Roça, no Morro do Timbau (Maré). O estudo, realizado pelo coletivo Minhocas Urbanas (2021) e por Bartholl (2018, 2021) analisou o papel das políticas públicas de intervenção em algumas das hortas urbanas mais conhecidas, que surgiram a partir da combinação de iniciativas de moradores locais com o apoio do poder público. O grupo também participou da transformação de uma calçada em uma pequena horta comunitária no Timbau (Maré), em colaboração com vizinhos, e esteve diretamente envolvido em uma horta comunitária de maior porte, localizada na área conhecida

como Mata, na favela Parque Ecológico da Maré.

Continuando a revisão bibliográfica dentro do campo da Geografia, nos termos “Agricultura urbana em favelas” e “Horta urbana em favelas”, foram encontradas as pesquisas de Maisa Souza (2023), intitulada “Agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso sobre as hortas do parque Madureira no programa Hortas Cariocas”, e a pesquisa de José Coelho (2007), intitulada “Entre a Conquista e a Permanência na Terra: Formas de Luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás-GO, 1986/2006”. É possível perceber que, na Geografia, ainda são reduzidos os números de pesquisas sobre hortas comunitárias urbanas em favelas.

Siniscalchi (2020) afirma que, apesar das profundas desigualdades da cidade do Rio de Janeiro, seu cotidiano também é palco de resistências e subversões que desafiam a reprodução do espaço hegemônico. Em um cenário de dominação estrutural, as hortas urbanas comunitárias são práticas espaciais que, além de ressignificar o espaço urbano, reivindicam o direito a uma cidade mais democrática e aberta ao encontro e uso coletivo do espaço. Ainda de acordo com o autor, este movimento, além de contestar a ordem vigente, experimenta alternativas concretas, inscrevendo novas possibilidades de uso e existência urbanas por meio da união comunitária e de desenvolvimento de táticas de reapropriação e de gestão do espaço público.

Segundo Souza (2023), as hortas comunitárias fazem parte da agricultura urbana (AU). Para o autor, a AU é um conceito guarda-chuva que engloba o conjunto de atividades que envolvem o plantio, o cuidado de animais e outras atividades nos centros urbanos e/ou para os centros urbanos.

Mougeot (2000) afirma que a agricultura urbana é diferente (e complementar) da agricultura rural, pois a AU está integrada no sistema econômico e ecológico urbano. Os principais elementos que a definem são os tipos de atividades econômicas desenvolvidas, as categorias de produtos, os tipos de áreas onde a agricultura urbana é praticada (se é “intraurbana” e “periurbana”), os sistemas de produção – bem como as suas escalas – o destino da produção e sua rede de processamento, a circulação e comercialização (Mougeot, 2000).

Já outros autores descrevem a agricultura urbana como a “atividade praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), de modo que esta esteja integrada ao sistema econômico e ecológico urbano” (O’Reilly, 2014, p. 10). A AU também pode ser conceituada como o cultivo de alimentos e a criação de animais em zonas urbanas e periurbanas, tendo como um de seus obstáculos a necessidade de justificar o desejo de cultivar o solo urbano como meio de produção

de alimentos (Tornaghi, 2014; 2016).

A agricultura urbana se diferencia de hortas urbanas, pois existem hortas que não são comunitárias, e, além disso, existem também os quintais produtivos, espaços onde são cultivadas plantas para consumo doméstico, geração de renda e promoção da segurança alimentar. A agricultura urbana engloba, de forma geral, as atividades de plantio e cuidados de animais nos/para os centros urbanos, como, por exemplo, os quintais produtivos (Souza, 2023).

Neste contexto, Silva (2017) afirma que as ruas e casas sem cor não são o único horizonte geográfico, pois os subúrbios cariocas ainda abrigam casas com quintais, pequenos animais, árvores frutíferas, plantas medicinais, ornamentais e alimentícias. Apesar da expansão e especulação imobiliária, bem como da valorização fundiária, o processo de esterilização da terra que Corrêa (1989) previa para os subúrbios ainda não ocorreu por completo. No caso da Kelson's, uma percepção não só dos voluntários da HCMA, mas também dos próprios moradores, é a falta de espaço verde – e até mesmo de espaços de cultivo dentro das casas.

Então, uma coisa que me chamou atenção é o fato de que não tinha nem muito espaço, nem muitas pessoas que a gente conheceu nesses dois anos [que plantam alimentos para consumo próprio em seus quintais]. Talvez elas existam, mas a gente não fala, entra em contato. (Conceição, em entrevista, 2023).

Esta é uma realidade não só da Kelson's, mas de muitas favelas do Rio de Janeiro, principalmente as que estão localizadas no asfalto, e não nos morros. Apesar da intensa urbanização no sentido das “barreiras de concreto” e da escassez de áreas verdes, a urbanização no sentido da infraestrutura não chegou por completo, e muitos dos direitos fundamentais dos cidadãos são negados nas favelas, como discutido anteriormente no capítulo um. Assim, a favela fica com o ônus da urbanização.

Outro conceito relacionado à agricultura urbana é o de Jardinagem de Guerrilha, que é a prática política de plantar em espaços livres onde não há autorização para fazê-lo (Souza, 2023). Pode-se dizer que a Maria Angu começa como jardinagem de guerrilha, apesar de ter sido apoiada pelos editais do IEAHU da PUC/RJ. A oficialização da horta pelo programa Hortas Cariocas só aconteceu em 2023, sendo este um passo institucional importante para que, inclusive, a horta não fosse removida.

As hortas comunitárias urbanas são espaços que auxiliam não apenas na segurança alimentar local, mas também no fortalecimento de laços comunitários e solidários. Para Souza (2023), as hortas urbanas são plantadas pelo poder público nos centros urbanos. Já as hortas comunitárias são realizadas por movimentos sociais. A nomenclatura, porém, varia em cada horta.

Carlos, um dos voluntários da Maria Angu, afirma que para ele, as hortas comunitárias são “um espaço coletivo, em áreas urbanas, onde membros da comunidade cultivam alimentos de forma conjunta e sustentável. É uma prática que promove a produção de alimentos frescos, a alimentação saudável, por meio do trabalho voluntário de pessoas”. As hortas comunitárias têm um papel fundamental no fortalecimento de vínculos sociais e solidários, atuando como espaços de convivência, ação e gestão coletiva dos espaços. Assim, para além da origem institucional, o que define as hortas comunitárias é o caráter coletivo, promovendo a produção de alimentos saudáveis por meio do engajamento comunitário.

Assim, a agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro também se expressa por meio de hortas comunitárias nas praças, calçadas, jardins e terrenos baldios, bem como nas variadas iniciativas de plantio coletivo que se inserem no espaço público e que são geridas de maneira compartilhada por grupos de pessoas diversas. É comunitária porque se constitui em coletivo e de maneira voluntária, com igualdade de acesso ao espaço e de decisão entre os diferentes sujeitos que colaboram no projeto. É aberta à participação da sociedade, de maneira democrática e espontânea (Siniscalchi, 2020). Maria, voluntária da Maria Angu, define horta comunitária como “um local onde as pessoas que moram na comunidade podem ter acesso”.

Joaquim, que também é voluntário da HCMA, trouxe sua percepção de horta comunitária como “um espaço de plantio que quebra a lógica de alimento como mercadoria e que reforça os laços das pessoas participantes”. Para Bartholl (2018), uma questão central para superar a lógica convencional da cadeia capitalista de produção de alimentos é romper com sua estrutura predominantemente linear.

O alimento atualmente tornou-se *commodity*, e dessa forma, caminhões saem das agroindústrias monocultoras para transportar commodities aos principais centros de distribuição nas grandes cidades e portos (no caso de exportação), muitas vezes retornando vazios. Assim, se faz necessário construir uma rede alternativa de produção e distribuição de alimentos baseada em princípios circulares, substituindo a lógica linear do capitalismo, que esgota recursos. O autor afirma ainda que só será possível alcançar o abastecimento popular em larga escala por meio de alianças sólidas entre os movimentos sociais do campo e da cidade.

É... Retomar esse contato natural com o alimento, com o plantio, com o medicamento que vem da terra, com a terra, né? Num sentido maior. Retomar o contato para as pessoas... Porque é isso, você precisa ter uma organização, uma parceria ali entre os envolvidos para pensar quando vai ser colhido, como vai ser distribuído, o que vai ser feito, o que ainda precisa, como que vai expandir. A horta, ela é comunitária quando tem essa formação, realmente, de uma comunidade de laços horizontais, de gestão e de contato com a terra. Com a natureza. (Joaquim, em entrevista, 2024).

Bartholl (2018) afirma que a agricultura urbana desempenha um papel fundamental em nossa luta pela soberania alimentar nas periferias, bem como dos laços comunitários. Sempre que possível, devemos cultivar: quanto mais verdes forem nossas favelas, menos sofreremos com o calor extremo e a poluição do ar⁶⁰.

Outro ponto trazido pelo autor é que agricultura urbana e hortas comunitárias não se trata apenas de plantar alimentos de forma complementar, pois também podemos cultivar plantas medicinais, reduzindo nossa dependência da indústria farmacêutica no tratamento de problemas de saúde. Além disso, em áreas periféricas com terrenos mais amplos e não construídos, é possível expandir a produção, fortalecendo a autonomia e a resiliência das comunidades.

Este aspecto foi comentado pela entrevistada Conceição: “Tem um outro ponto que é o fato de que tem muitas pessoas que têm um contato com as ervas medicinais nesse lugar de se automedicar através de uma planta que a avó trouxe, que sabe o nome, que sabe para que serve, e que sabe identificar. Então isso é muito, muito legal”. Na Maria Angu, já tivemos canteiro com diversas plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANCs ou matos de comer). As PANCs hoje estão tomando mais destaque, mas, de maneira geral, já eram cultivadas em quintais periféricos.

A periferia, no Rio de Janeiro, define uma fronteira social, econômica e cultural entre quem detém privilégios e quem vive à margem deles; entre quem se beneficia das estruturas de exploração e quem, em grande medida, as sofre. As favelas se espalham pela metrópole, compondo um mosaico urbano onde comunidades convivem, e contrastam, com bairros de elite e condomínios fechados. É uma paisagem fragmentada, como peças de um quebra-cabeça que, à primeira vista, não parecem pertencer à mesma imagem. Mas quando observadas em todas as suas dimensões, revelam-se partes inseparáveis do mesmo todo: o Rio de Janeiro em sua complexidade e contradição (Bartholl, 2021). São as pessoas que moram nas periferias que sofrem com a insegurança alimentar e estão, ainda, longe de atingir uma soberania.

A Soberania Alimentar é um conceito cunhado pela Via Campesina como contraponto à noção de segurança alimentar. Segundo Patel (2021), enquanto a linguagem do liberalismo, com seus termos como segurança alimentar, balanço nutricional ou adequação calórica, não propõe o fim da fome, mas sim sua gestão contínua, a soberania alimentar questiona essa lógica. O autor questiona: como ignorar os 2 bilhões de pessoas em insegurança alimentar ou o crescimento da desnutrição mesmo antes da COVID-19 e das crises econômicas que se

⁶⁰ Debates realizados no capítulo sobre Memória Ambiental da Kelson's.

seguiram?

Assim, diferentemente da segurança alimentar, que adianta a promessa de erradicar a fome sem enfrentar suas causas estruturais, a soberania alimentar exige as condições políticas para que todos possam se alimentar com dignidade. Em essência, a soberania alimentar pode ser entendida como “o direito de ter direitos sobre o sistema alimentar”, uma reivindicação por autonomia, justiça e controle popular sobre a produção e o acesso à comida (Patel, 2021).

A fome, porém, não é um fenômeno natural ou uma mera consequência da escassez. Ela é, sobretudo, um projeto político. A persistência da insegurança alimentar no Brasil aponta para escolhas estruturais que priorizam um modelo agroalimentar voltado para a exportação de *commodities* em detrimento da soberania alimentar. Enquanto o agronegócio se fortalece, ampliando fronteiras e lucros, as populações periféricas urbanas enfrentam a precarização do acesso a alimentos básicos. A fome, portanto, é resultado de um sistema que negligencia o direito humano à alimentação adequada em favor de interesses econômicos do grande capital.

A soberania alimentar está ligada à importância de um plano de ação governamental econômico e político que possibilite que os países e os povos possam, eles próprios, produzir sua alimentação de maneira soberana, mas também de acordo com o autor, à questão de falta de acesso à terra por várias gerações de camponeses. (Sacramento, 2022, p. 141)

A partir disto, a soberania alimentar significa muito mais do que apenas produzir comida – ela está ligada a alimentos saudáveis, culturas tradicionais, hábitos alimentares locais, sistemas regenerativos e sustentáveis, bem como o respeito ao meio ambiente. Assim, é possível garantir produção diversificada de alimentos nutritivos, em quantidade e qualidade adequadas, por meio de modelos agrícolas que valorizem a biodiversidade e a autonomia das comunidades. Hoje os alimentos são *comodities*, sustentados pelo modelo econômico do agronegócio, e a realidade da soberania ainda se encontra longe de ocorrer.

Eu acho que é muito importante, tanto para o nosso bem-estar, né, olhar uma cidade mais verde, mais colorida, quanto para, enfim, também estar mais próximo do que a gente come, né. É claro que eu entendo que não é, assim, a grande solução de tudo. A gente tem uma estrutura muito forte por trás, que eu não acho que dá para combater simplesmente construindo horta comunitária por aí. (Carolina, em entrevista, 2023)

A entrevistada Carolina acredita que as hortas podem promover o bem-estar, a proximidade com o alimento e as possibilidades de escolha alimentar, mas ainda assim não são a solução para a fome, pois há uma grande estrutura que atravessa nosso sistema alimentar. Em debates realizados na Horta Comunitária Maria Angu, compreendemos que se alcança a soberania quando se consegue não apenas alimentar todo o povo de forma digna, principalmente

em momentos de crise.

Durante as entrevistas, os moradores trouxeram suas percepções sobre a insegurança alimentar, por meio da falta de acesso a alimentos saudáveis, principalmente por questões relacionadas à renda – o que, conseqüentemente, leva ao alto consumo de ultraprocessados e alimentos de baixa qualidade nutricional. Assim, as barreiras econômicas levam ao acesso desigual aos alimentos. No Quadro 3, temos a percepção dos moradores e voluntários em relação à insegurança alimentar na favela.

Quadro 3 - Percepção dos moradores e voluntários sobre a insegurança alimentar na favela e o papel da horta para promoção da segurança alimentar

Nome	Trecho da entrevista	Conceito
Walmyr	“Eu acredito que através da horta a gente tem muito a consolidar uma nova cultura política dentro da favela. É uma política que está ligado à segurança alimentar.”	Segurança Alimentar
Laurinda	“Nem todos que moram aqui têm acesso a uma boa alimentação, então não é de boa qualidade.”	Insegurança Alimentar
Carolina	“Algumas crianças não sabiam o que eram alguns legumes e frutas básicos...”	Insegurança alimentar
Filipe	“Alguns moradores têm dificuldade em ter acesso a alimentos saudáveis... A maioria come embutidos e industrializados.”	Insegurança Alimentar
Denise	“Hoje podemos ter verduras fresquinhas na mesa das crianças.”	Segurança Alimentar

Fonte: A autora (2025)

As entrevistas mostram que a horta comunitária é entendida não apenas como espaço de produção de alimentos, mas como ferramenta educativa, política e de resistência. A horta também surge como estratégia para a segurança alimentar, garantindo alimentos frescos para parte da população – apesar de ainda não garantir alimentação para todos os moradores da favela. O conceito de segurança alimentar está ligado ao acesso imediato do alimento para mitigar a fome, já a soberania alimentar exige controle e a autonomia da população sobre o sistema alimentar, bem como a escolha dos alimentos e a preservação das culturas alimentares.

Levar comida de qualidade para a mesa da favela vai além da produção de alimentos; é um movimento de reafirmação de direitos e de construção de autonomia. A Horta Comunitária Maria Angu se torna um elo entre o plantio e a mesa, garantindo que o alimento chegue a quem precisa sem depender das imposições do mercado. Mais do que nutrir o corpo, essa parceria fortalece laços, resgata saberes ancestrais, dos “mais velhos da favela” e cria caminhos para uma alimentação digna e acessível, enfrentando, na prática, os desafios da insegurança alimentar. (Silva Junior, 2025, p. 73-74)

Ainda não conseguimos, na Horta Maria Angu, produzir alimentos o suficiente para garantir a autonomia e soberania alimentar de todos os moradores na favela. Desenvolvemos debates sobre soberania e segurança alimentar em nossas atividades socioambientais, mas pelo motivo de ainda estarmos longe da soberania em nosso projeto, se deu a escolha conceitual da segurança alimentar como um de nossos eixos de trabalho de pesquisa acadêmica e educação socioambiental ao longo de quatro anos de horta. Desta forma, por este entendimento, o conceito de segurança alimentar também foi escolhido neste trabalho.

Uma horta comunitária tem a possibilidade de garantir um espaço de produção de alimentos dentro do território e favorecer a segurança alimentar para um conjunto de moradores. Uma horta comunitária, hoje, dependendo do seu tamanho, não garante a subsistência de todo o território, todo o conjunto de moradores. Mas, em contrapartida, ela favorece processos socioambientais e socioeducativos que podem conduzir a comunidade a pensar na possibilidade de plantar mais verde na sua casa, plantar alimento na sua própria residência. Então, uma horta comunitária é uma escola. Ela é uma escola de saberes agroflorestais que estão desde a permacultura até o desenvolvimento de técnicas de plantio que fazem e que fazem essa interface com a ciência, com a academia, mas também com os saberes populares e tradicional. (Walmyr Junior, em entrevista, 2023).

Silva Junior (2025) afirma que a Horta Comunitária Maria Angu surge como um ato de resistência contra a fome e a desigualdade na Kelson's. Cultivando alimentos orgânicos e livres de venenos, o projeto desafia o sistema agroalimentar industrial, que por décadas negou às periferias o direito a comida fresca, nutritiva e acessível. A colheita não fica nos canteiros: alimenta quem mais precisa. Parte da produção abastece regularmente moradores da favela Kelson's/Marcílio Dias, com prioridade para crianças das creches comunitárias locais e para a ONG Criando Laços Especiais. Mais do que nutrição, a horta cultiva solidariedade: fortalece redes de cuidado com a infância e populações em vulnerabilidade, provando que outra relação com a terra e com a comida é possível, desde que seja coletiva.

Assim, as hortas comunitárias são iniciativas de cultivo – sejam espontâneas ou incentivadas – que transformam espaços comuns em áreas produtivas. Nelas, são plantadas hortaliças, ervas, plantas medicinais, ornamentais, legumes e verduras, além de, em alguns casos, serem criadas abelhas para produção de mel. Esses cultivos surgem em terrenos baldios, praças, escolas, áreas verdes de conjuntos habitacionais ou outros espaços urbanos

subutilizados, tornando-se pontos de convivência e gestão coletiva. Encontram-se, também, participantes com diferentes motivações, seja por melhoria da saúde ou geração de renda (Souza, 2023).

Então, uma horta comunitária é o espaço de produção de saber. Ela te dá oportunidade de plantar alimento, de colher alimento, distribuir alimento e codificar tudo isso. Então, ela também, também produz dados. Ela também é uma área de produção de saber. Porque nela também está plantada espécies que são específicas, que não estão ligadas só a alimento. Numa horta comunitária, a gente também pode plantar determinados tipos de ervas e plantas que remetem à tradição popular. Então, ela é mais do que um espaço de produção de alimento. Ela é um espaço de interação com a comunidade. (Walmyr Junior, em entrevista, 2023).

Para Souza (2023), a produção das hortas pode ter diferentes destinos: desde o autoconsumo até a venda em pequena escala. No entanto, as motivações por trás delas vão além da produção de alimentos. Para muitos participantes, essas práticas representam resistência, educação ambiental, fortalecimento comunitário ou até mesmo uma forma de reivindicar o direito à cidade. Assim, as hortas urbanas não apenas ocupam espaços ociosos, mas também ressignificam o espaço urbano.

Para compreender a participação das pessoas na implantação de uma horta comunitária, antes de tudo, é imperativo nortear o raciocínio espacial pelas relações sociais da espacialidade ativa. Ou seja, adentrar o tecido da proximidade, onde o espaço é componente fundamental da solidariedade. Assim, o espaço local surge como referência empírica para qualquer orgânica socioespacial na escala da comunidade. Enquanto espaço de vida, ele pressupõe um instrumento de poder para intervir de maneira mais consciente e democrática nos processos da desigualdade. Portanto, as hortas urbanas e comunitárias mobilizam uma rede de relações em plena conexão com o espaço das pessoas. Essa condição distorce a realidade de certos usos atávicos do solo urbano, ao promover o protagonismo do social, ainda que paralelo a planos corrompidos pela especulação capitalista da cidade. (Dias; Piana; 2021, p.155)

Segundo Siniscalchi (2020) as hortas urbanas comunitárias são meios de reapropriação e gestão coletiva de espaços públicos da cidade. São maneiras singulares de pensar e fazer a cidade, semeando o comum, tendo como horizonte a produção cooperativa e fraterna do espaço. Estes não são usos “comuns” ou frequentes das cidades, como discutido no capítulo 1.

É um espaço que é um espaço de convivência das pessoas que moram nesse local, né, perto da horta, ou não. E ela fornece alimentos e faz com que as pessoas tenham esse contato mais próximo com o que elas estão comendo e permite com que as pessoas tenham contato com o tipo de alimentação que talvez não tivesse se não tivesse essa horta comunitária ali. Eu acho que ela tem propósito também de criar experiências coletivas entre os moradores daquele local. Então, mais do que uma ferramenta de promover segurança alimentar, eu acho que ela é uma forma de fazer com que as pessoas se unam em torno de um objetivo comum, né, de cuidar daquele lugar. (Carolina, em entrevista, 2023)

Por meio da organização coletiva e de estratégias compartilhadas de ocupação do espaço, essas iniciativas reinventam as dinâmicas territoriais, demonstrando diversas formas de reapropriação e experiências inovadoras de gestão comunitária do espaço público no Rio de Janeiro (Siniscalchi, 2020). Silva Junior (2025, p. 80) afirma que “o trabalho coletivo fortalece a consciência ambiental e a conexão com a terra, promovendo aprendizado constante sobre agroecologia e justiça socioambiental”.

Mas, para mim, participar do projeto foi muito bom para ver que, de fato, mesmo não sendo o que vai mudar todo o sistema de desigualdade ambiental, desigualdade alimentar no Brasil, é uma coisa que faz muita diferença na prática do território. Então, você vê como aquilo gera troca, como aquilo gera aprendizado, tanto de criança quanto de outros moradores, enfim, de todas as idades, dos voluntários que vêm, sendo da Kelson's ou não, do território ou não, ajudar a construir, acho que todo mundo se sente muito transformado, assim, porque é isso, vem muito de você conseguir construir uma coisa coletivamente, né. Então, para mim, foi muito bom nesse sentido, foi ver na prática uma coisa que eu já acreditava, porque eu nunca tinha feito parte de um coletivo de horta, nunca tinha construído do zero, principalmente uma horta comunitária. (João, em entrevista, 2023)

A experiência na Horta Comunitária Maria Angu mostra que a segurança alimentar em periferias e espaços favelados vai além da produção de alimentos, envolvendo redes de solidariedade, com parcerias estratégicas e iniciativas educativas que capacitam moradores e fortalecem políticas públicas. Assim, a horta simboliza espaço de trocas, de redes de solidariedade e fortalecimento comunitário.

Há a cooperação comunitária de grupos de moradores, para “transformar a forma e o conteúdo do espaço público” (Siniscalchi, 2020, p. 115). O trabalho coletivo fortalece a consciência ambiental, bem como a conexão com a terra, auxiliando a promover aprendizagens em relação à agroecologia e justiça socioambiental.

A luta por segurança alimentar e justiça ambiental nas periferias urbanas exige estratégias coletivas e iniciativas que articulem produção, educação e políticas públicas. No contexto da Favela da Kelson's, a Horta Comunitária Maria Angu emerge como um espaço de resistência e transformação, promovendo o acesso a alimentos frescos e saudáveis, fortalecendo laços comunitários e impulsionando práticas de educação ambiental (Silva Junior, 2025).

CONCLUSÃO, OU QUANDO A HORTA COMUNITÁRIA FICA PEQUENA

Por meio da metodologia de pesquisa-ação, buscou-se analisar a dinâmica de produção e apropriação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro, realizando um estudo de caso da Horta Comunitária Maria Angu (localizada na favela da Kelson's/Marcílio Dias), e de sua produção local de alimentos. Refletimos, dessa maneira, como a produção de alimentos compõe as estratégias de apropriação na favela da Kelson's (Marcílio Dias), cidade do Rio de Janeiro.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa era entender o processo de produção espacial do Rio de Janeiro (RJ) por meio do espaço favelado. Ao realizar a análise geohistórica da cidade do Rio de Janeiro, foi possível compreender sua excludente produção socioespacial. Esta é marcada por uma lógica racializada e desigual, que remonta ao período colonial, passando pela falsa abolição e pela negação, exclusão e segregação das pessoas negras no acesso à terra.

A moradia é um direito negado aos povos negros desde o início do sequestro e tráfico dos povos africanos para o Brasil, continuou e continua sendo violado de maneira sistemática desde a falsa abolição. Assim, ao longo dos séculos XX e XXI, a população negra apropria-se de espaços periféricos. A solução encontrada foi a favela, que continua à margem. Povos negros, trabalhadores e pobres encontraram nas encostas de morros, e posteriormente em áreas periféricas da cidade, localidades para exercer, na marra, seu direito básico à moradia – de preferência, próxima ao trabalho.

Assim, a favela surge como produto das políticas de remoção e da negação sistemática do direito à cidade a determinados grupos sociais, principalmente negros e pobres. Assim, a favela é um local é constantemente tensionado por processos de exclusão, resistência às remoções e reinvenção, sendo elemento central na produção da cidade. A precariedade de infraestrutura e a falta de investimento público, assim como a violência institucional e policial (que restringem o direito de ir e vir e de ocupar) são alguns dos exemplos de cidadanias mutiladas (Santos, 1997).

A presença dessas populações nessas áreas é consequência de um projeto político de exclusão urbana, e favelas são, antes de tudo, produto da segregação socioespacial na cidade. Diversas favelas cariocas são produtos das remoções das décadas de 1960, como as da Praia de Ramos e Maria Angu. As remoções eram as políticas – realizadas pelo poder público – de Estado para as favelas e suas populações.

Foi neste contexto que a favela da Kelson's (Marcílio Dias) se formou, e atualmente é um espaço produto da resistência e da necessidade de sobrevivência, conforme definido por

Corrêa (1989). A formação socioespacial da Kelson's, a partir dos anos 1940, se deu por diversos fatores: a industrialização, a construção da Avenida Brasil e as políticas de remoção da década de 1960.

A favela se consolidou como um espaço de resistência, pois na década de 1980, após algumas remoções das palafitas na Praia das Moreninhas, toda a favela sofria com o risco de remoção e com a falta de urbanização. Com o apoio da Pastoral de Favelas e do antigo arcebispo Dom Eugênio Sales, em 1982 recebeu uma missão da vencedora do Prêmio Nobel da Paz, Madre Teresa de Calcutá, o que impediu a remoção total da favela.

A luta por moradia se faz presente na construção socioespacial da Kelson's, mostrando como a organização social pode ser uma das estratégias de apropriação do espaço. Destaca-se, aqui, que as intervenções em áreas urbanas racializadas precisam ser concebidas a partir de uma lógica que valorize a memória e a justiça socioambiental. Desta forma, o segundo objetivo específico desta tese era analisar a produção socioespacial da Favela da Kelson's, Rio de Janeiro (RJ).

Por meio de um projeto popular, auxiliamos também a desvelar a apropriação desigual do espaço urbano do Rio de Janeiro. Ao longo desta tese, citamos as diversas negações de direito vivenciadas pelos moradores da Kelson's: a barreira no acesso à educação, que começa nos primeiros anos de vida, pois não há creches da Prefeitura; o fato de existir apenas uma escola na favela, que atende alunos apenas dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano); a violência, constante em territórios conflagrados; violação no acesso à saúde, transporte, saneamento, habitação, áreas verdes.

Temos, como desafios para pensar na apropriação territorial, a herança da segregação socioespacial deixada pela geografia histórica do Rio de Janeiro. As favelas são vistas, muitas vezes, como ocupações ilegítimas, e muitas ainda carecem de políticas públicas que invistam em infraestrutura. Muitas vezes, iniciativas de apropriação comunitária precisam constantemente lutar por reconhecimento frente a um imaginário social que historicamente associa essas áreas à ilegalidade e à marginalidade. A insegurança sobre a posse da terra é uma constante nas favelas.

Os manguezais foram sucessivamente aterrados, mas a memória pesqueira permanece contada de geração em geração. A favela sofre com impactos ambientais decorrentes da fábrica de couro e poluição da Baía de Guanabara. Dessa maneira, outro desafio para a apropriação territorial são as vulnerabilidades ambientais, que atualmente vêm sendo agravadas pelas mudanças climáticas.

A pesquisa resgatou a história do Porto e da Praia de Maria Angu, outrora espaços de lazer, pesca e sociabilidade para o subúrbio, que, mediante o discurso da “modernização”, foram sucessivamente aterrados. Assim, ao longo do trabalho, discutimos a memória ambiental, e a favela da Kelson’s é diretamente impactada pela poluição decorrente da fábrica de couro. A comunidade pesqueira também sofreu, ao longo de décadas, com o sucessivo aterro e destruição dos manguezais, bem como a poluição da Baía de Guanabara.

Trazemos, dessa maneira, a materialidade da memória ambiental em um contexto favelado, onde o cultivo auxilia no resgate da história e a geografia da Kelson’s. Vale salientar que o aterramento do mangue também está ligado à insegurança alimentar na favela, pois os aterros foram prejudicando os modos de vida e subsistência da comunidade pesqueira local.

O terceiro objetivo específico deste trabalho era o de compreender o processo de produção de alimentos a partir da organização social da Horta Comunitária Maria Angu. Mas qual o sentido de uma horta urbana em um território que sofreu e sofre sucessivamente com a violação de direitos? Mais ainda, qual o papel de uma horta no contexto das mudanças climáticas? As geografias em movimento (Bartholl, 2018) da Maria Angu apontaram para os caminhos da educação ambiental, através da memória ambiental da favela.

A proposta inicial da Maria Angu era, sim, ser um espaço que pautasse a segurança alimentar. Porém, ao longo das transformações realizadas por cada pessoa que passou pelo projeto, a HCMA virou um espaço não formal de educação ambiental, com ferramentas próprias de leitura, interpretação e apropriação do espaço da Kelson’s. Consideramos, assim, as hortas como movimento e ação: de organização espacial e social, de produção de alimentos, de apropriação territorial de espaços subutilizados, de educação ambiental – e as infinitas possibilidades que uma horta pode trazer.

Dessa maneira, mais do que um projeto de produção de alimentos, a HCMA se constitui como uma horta-escola, realizando atividades de educação socioambiental na favela. A horta, que a princípio foi fundada como uma estratégia de enfrentamento à fome e à insegurança alimentar, transformou uma área subutilizada da favela em local de produção de alimentos, e atualmente se constitui como um espaço pedagógico, político e ambiental, articulando educação socioambiental, agroecologia e justiça climática.

As práticas de hortas comunitárias são tecidas por meio de solidariedade e do senso de comunidade, driblando (ou tentando) a negação de acesso à cidadania plena. Por meio da solidariedade, moradores e voluntários da Horta Maria Angu buscam soluções para o problema da fome e da insegurança alimentar por meio da autogestão. Também foram realizados debates,

atividades lúdicas e rodas de conversa que iam além da alimentação. Atua na educação socioambiental, debatendo conceitos como racismo ambiental, justiça climática e memória ambiental.

Uma das formas de apropriação territorial se deu a partir do desenvolvimento de atividades em parceria com a Escola Municipal Cantor e Compositor Gonzaguinha. Um dos principais frutos dessa frente de trabalho foi o desenvolvimento, junto à escola e à PUC-RJ, do “Guia de Educação Socioambiental”. Este material, elaborado a partir de entrevistas com a comunidade escolar, traz conceitos acadêmicos em atividades pedagógicas e metodológicas, além de informações e experiências pedagógicas voltadas para a temática ambiental, bem como o resgate da Memória Ambiental da Kelson’s.

O ambiente escolar é um importante espaço na garantia da segurança alimentar das crianças, pois quem vive o cotidiano da escola sabe que muitos estudantes realizam suas principais refeições no espaço escolar. Uma horta tem impactos educacionais e sociais, podendo ser uma importante metodologia lúdica e pedagógica, que ensina na prática a possibilidade de se obter alimentos frescos – e quem sabe, replicar técnicas em quintais produtivos.

Na escola Gonzaguinha, foi realizada a construção de dois canteiros – um deles sensorial, com ervas medicinais como anis, alecrim, erva cidreira, a pedido das professoras – para realização de atividades pedagógicas. Assim, no campo educacional, o material produzido constitui ferramenta pedagógica para discutir desigualdades sociais e alternativas de desenvolvimento local em escolas e espaços de formação. Por meio do guia, foi possível devolver à comunidade, de forma aplicada, conhecimentos acadêmicos e científicos integrados aos saberes locais e mostrando a efetividade do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Dessa maneira, o guia é um resultado do processo de educação ambiental crítica estudado e implementado por meio da Horta Maria Angu, que permite que as crianças da Kelson’s cresçam entendendo a educação socioambiental de forma crítica e se percebam como agentes de transformação. A horta se dá como contribuição para uma construção cidadã consciente e como ferramenta pedagógica e política para moradores de favelas e para a sociedade em geral – e a agricultura urbana é uma forma de educação para as práticas cidadãs.

Nesta tese, a apropriação espacial também se deu a partir da experiência na Horta Comunitária Maria Angu, ressignificando o espaço urbano por meio da produção de alimentos. Além disso, houve a reapropriação de técnicas de agricultura e, ao plantar na cidade, houve um tipo de apropriação “incomum” do solo urbano, afinal a agricultura não configura o uso habitual de uma cidade. Também não se espera que a produção do espaço urbano nas favelas esteja

ligada à produção de alimentos. Porém, em um contexto de fome epidêmica, como aconteceu durante a pandemia de coronavírus, estratégias são criadas para a sobrevivência e para o enfrentamento da insegurança alimentar.

A horta, assim, pode ser considerada uma estratégia para amenizar o problema da fome e da insegurança alimentar. Amenizar, e não solucionar ou mitigar, pois a resolução também é uma questão de política pública de Estado. A alimentação é um direito humano garantido pela Constituição Federal, mas que é violado de maneira sistemática, principalmente em áreas vulneráveis e periféricas, como as favelas. Milton Santos (1997) cunhou o termo cidadanias mutiladas para nomear os direitos violados de populações pobres e pretas. Quando se nega o acesso ao alimento, à moradia, à saúde, à educação, ao saneamento básico, transporte, áreas verdes e lazer, a cidadania não é plena.

Na Maria Angu, são realizadas rodas de conversas – com temas sobre racismo ambiental, memória ambiental da Kelson's, segurança alimentar e agroecologia. Também temos como práticas atividades lúdicas, brincadeiras e trocas de mudas e sementes: em algumas ocasiões, os moradores trouxeram bucha vegetal, pitaia e bananeiras de seus quintais para plantar na HCMA. Assim, por meio da horta, os moradores e voluntários vêm pautando as transformações necessárias para – tentar – solucionar as emergências climáticas em espaços periféricos, fortalecendo laços comunitários e de solidariedade por meio dos mutirões, sendo mais um espaço de sociabilidade dentro da favela.

Dessa maneira, compreendemos a horta como mais um espaço de aprendizagens do eu, do outro e do entendimento de que nós também somos a natureza. Possibilita a vivência de crianças e adultos com os espaços verdes, tão escassos dentro da favela da Kelson's e de tantos outros espaços periféricos. É possível aprender, brincar e se apropriar do verde e do processo de alimentação, do plantio à colheita, ao preparo do alimento até o momento da refeição. A horta é o espaço de saúde coletiva, de educação ambiental, sociabilidade e laços comunitários. Local de espaço de sentir, de vivência da natureza, criação de futuros e novas referências.

Assim, as hortas comunitárias se constituem como espaços possíveis de educação voltada para a cidadania, o direito à cidade, alimentação e meio ambiente – contribuindo para leituras socioespaciais conscientes. Acreditamos que, por meio da horta, essa nossa grande escola, podemos manifestar a força do coletivo, da cooperação, da solidariedade e da fraternidade, entendendo também que somos sujeitas e sujeitos ativos, cidadãos, buscando cada vez mais nossa autonomia, apesar das condições ainda impostas pelo Estado.

A agroecologia, bem como a agricultura urbana – por meio das hortas comunitárias – é

um dos caminhos que apontam para soluções coletivas frente às mudanças climáticas em espaços urbanos e periféricos. A agroecologia, além de contribuir para a segurança alimentar, também auxilia na recuperação e regeneração de ecossistemas, do solo e de nascentes. Ao longo deste trabalho foram citados diversos problemas relacionados à escassez de áreas verdes: ilhas de calor, poluição do ar, probabilidade de doenças cardiovasculares e pressão alta.

A escassez de áreas verdes e de quintais produtivos, como observado na Kelson's, é agravada pela existência de inúmeros espaços subutilizados nas áreas urbanas – terrenos baldios, vãos sob viadutos, áreas de preservação degradadas e até mesmo coberturas de edificações. Programas públicos poderiam mapear e ceder esses espaços para iniciativas comunitárias, legalizando e fomentando hortas como a Maria Angu e tantas outras espalhadas pelas periferias urbanas.

Dessa maneira, compreendemos como horta-escola a necessidade de escutar as sabedorias dos moradores sobre a memória ambiental da Kelson's, e realizar atividades de educação ambiental para repassar esses conhecimentos ancestrais para as crianças – formação para as gerações posteriores. Em 2025, começou a reforma e construção da Sala de Educação Ambiental Seu Dário, no espaço onde antes funcionava a autoelétrica e que, após o falecimento de nosso primeiro voluntário, seu local de trabalho se tornou mais um espaço de concretização física do nosso trabalho coletivo, que Seu Dário tanto acreditava. Assim, novas práticas sociais acontecem no cotidiano, bem como apropriações dos espaços da cidade.

Para Silva Junior (2025), a favela da Kelson's e a antiga Praia das Moreninhas são símbolos da resistência popular frente às políticas urbanas que, ao longo da história, tentaram marginalizar seus habitantes. Mas, afinal, qual a lógica de uma horta comunitária urbana? Para nós, da Maria Angu, além de horta-escola, é uma estratégia de apropriação territorial para tentar driblar sistemáticas negações de direitos.

A construção de nosso espaço, bem como a realização dos trabalhos ao longo de dois anos, só foi possível com o apoio de editais de Extensão Universitária da PUC/RJ. No âmbito social, a extensão universitária pode auxiliar a solucionar problemas reais, o fortalecimento de comunidades e a troca de saberes científicos e populares, aproximando a academia das realidades sociais. Por outro lado, ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de políticas públicas que garantam a criação de novas hortas e manutenção das já existentes.

As hortas comunitárias ainda não abastecem as cidades, mas promovem melhoria da alimentação, sendo uma estratégia para chegarmos à segurança alimentar e, quem sabe um dia, soberania e autonomia alimentar – com o Estado cumprindo seu papel de prover recursos

necessários para que as pessoas tenham acesso a alimentos orgânicos e agroecológicos. Não apenas contribuem para a produção de alimentos, mas também fortalecem redes de solidariedade e estimulam práticas sustentáveis em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

Além da apropriação do espaço urbano, por meio das hortas, os cidadãos também reapropriam-se da técnica, afinal a agroecologia urbana é diferente da agroecologia no campo. A dinâmica de produção nas cidades implica outros usos, outros tempos, outras formas de “hackear” o sistema, afinal a lógica das cidades não implica a produção de alimentos. As práticas sociais cotidianas de apropriação do espaço se materializam por meio dos laços solidários e comunitários, pela reapropriação de técnicas e pelo plantio – local comum que nos une nesse trabalho.

Uma das possibilidades que se percebe na pesquisa é a de replicar a metodologia da Horta Comunitária Maria Angu em outras favelas e periferias – adaptando a cada contexto específico e por meio da escuta ativa das demandas locais. Os Grupos de Trabalho, bem como a parceria com atores locais como as creches comunitárias, associação de moradores e a escola fortaleceram a rede de apoio da horta.

Outro aspecto importante é a centralidade do conceito de memória ambiental aplicado ao contexto favelado. Conhecer a memória socioambiental local auxilia a compreender o presente e planejar o futuro – a fim de não repetir erros do passado e, assim, regenerar ecossistemas locais em áreas de vulnerabilidade social e ambiental. Por meio das hortas comunitárias, é possível vislumbrar uma outra produção do espaço.

Destarte, este estudo avança no diálogo entre a geografia urbana, os estudos das relações raciais e a agroecologia para analisar a produção do espaço em favelas. Contribui também para o planejamento urbano no que tange a agricultura urbana em favelas e na educação socioambiental. Evidenciamos como a produção do espaço é intrinsecamente ligada a relações de poder, raça e classe e ao passado colonial brasileiro, reafirmando a importância da análise geohistórica para compreender as desigualdades socioespaciais contemporâneas.

Assim, por meio de um estudo de caso, reiteramos a importância de debates como segurança alimentar, justiça climática, direito à cidade e de como a memória ambiental e social é fundamental para a leitura crítica de cidade e para a construção de leituras de mundo voltadas para a cidadania e para as práticas espaciais.

Foram percebidas, também, algumas das limitações neste trabalho. Por se tratar de um estudo de caso, o foco é aprofundado nas experiências da Horta Maria Angu na favela da

Kelson's. Embora permita uma análise densa, limita a generalização dos resultados, pois a realidade de outras favelas, mesmo dentro da Maré, pode apresentar dinâmicas distintas. A pesquisa também lidou com a falta de dados censitários atualizados para a Kelson's.

As lacunas identificadas abrem caminho para futuras pesquisas, essenciais para aprofundar a compreensão sobre a relação das favelas com a agricultura urbana. Não foi possível, por exemplo, mensurar o impacto da alimentação para as crianças da creche – o que pode ser uma agenda de pesquisa. A análise concentrou-se majoritariamente nas dinâmicas internas da horta, assim, há a possibilidade de realizar mapeamento dos sistemas alimentares em favelas, detalhando o consumo de ultraprocessados e alimentos *in natura*.

Um desafio observado ao longo destes anos de Maria Angu foi a dificuldade em engajar e manter uma participação massiva e constante dos moradores nos mutirões e nas atividades da horta. Esta limitação está ligada a realidades estruturais da vida na favela: a sobrecarga de trabalho de muitos moradores (muitas vezes com longas jornadas e deslocamentos), a precariedade das condições de vida que impõe uma luta diária pela sobrevivência.

Durante a primeira reunião realizada com agentes comunitários, escutamos a seguinte frase em relação aos projetos na comunidade: “nada vai para frente na favela da Kelson's”. Esta foi uma frase que também escutamos ao longo de diversos diálogos nos mutirões. Dessa maneira, outro desafio encontrado na mobilização comunitária foi justamente o descrédito de alguns moradores em relação a projetos iniciados na favela – tanto por moradores quanto por pessoas de fora da Kelson's.

O trabalho de campo, incluindo mutirões e atividades na Escola Gonzaguinha, foi impactado pela dinâmica de conflitos armados, o que por vezes interrompeu nossos trabalhos. É importante que a dinâmica de conflitos armados restringe a circulação e a reunião em espaços públicos, e a violência torna-se mais um desafio para a apropriação territorial.

Um dos relatos das professoras da Gonzaguinha é o receio de levar os alunos para trabalhos de campo na área da favela e, em algum momento, serem surpreendidas por um tiroteio. Esta é uma dificuldade de realizar, por exemplo, trabalhos da escola na Maria Angu. Desde a parceria com a escola, iniciada em 2022, só houve uma visita até a horta. Dessa maneira, a violência é um fator que agrava as cidadanias mutiladas, pois o direito de ir e vir com segurança é constantemente negado no espaço favelado.

Dessa maneira, temos como desafios a *(re)existência* em um espaço tão esquecido pelo poder público, e violado em seus direitos, marcado pelas violências e mutilado em suas cidadanias. Outros desafios coletivos são a mobilização e articulação local. Ao mesmo tempo

tivemos, ao longo desses anos, auxílio de diversos parceiros como o Centro Socialista da Penha Circular, Ação da Cidadania, Perifa Sustentável e a escola Gonzaguinha. Em dezembro de 2023, fomos contemplados como uma das Hortas Cariocas da Prefeitura.

Apesar dos laços comunitários e das redes tecidas, o papel do Estado não se exime em uma horta. Pelo contrário, sem políticas públicas efetivas e constantes para garantir a construção, manutenção e realização cotidiana do trabalho, a existência de uma horta torna-se responsabilidade dos moradores. Um terreno baldio foi transformado em espaço de produção alimentar, memória ambiental e sociabilidade, trazendo, por meio da ocupação, a ressignificação de espaços que antes estavam subutilizados. Esta prática pode servir tanto como inspiração para outras comunidades quanto como evidência de que políticas de apoio à agricultura urbana podem ser eficazes.

Na realidade, há a necessidade de que políticas públicas de Estado sejam efetivas na garantia de projetos como o da Maria Angu. Antes da participação no Hortas Cariocas, nossa permanência era uma insegurança, afinal a horta poderia ser removida a qualquer momento se houvesse alguma obra da prefeitura que necessitasse do local. Esta possibilidade, inclusive, ocorreu durante o planejamento das obras do Bairro Maravilha.

Dessa maneira, a questão fundiária é um desafio, e por este motivo, leis que de fato amparem as hortas para que não sejam removidas se fazem de extrema necessidade. Programas como o Hortas Cariocas, que existe para potencializar a criação de hortas comunitárias também são fundamentais, mas ainda não é suficiente aos mais de 6 milhões de habitantes do Rio de Janeiro – e o papel das políticas públicas são fundamentais nesse processo. A segurança alimentar não é responsabilidade dos cidadãos, e o fortalecimento da agricultura urbana depende, também do Estado – afinal a fome não é uma questão individual, e sim coletiva, com necessidades de políticas públicas que levem comida para o prato da população.

Assim, é de responsabilidade do Estado a implementação de políticas públicas estruturantes e permanentes que atuem para garantir a segurança alimentar. Cabe ao poder público articular e fomentar uma rede de proteção social, apoio à agricultura familiar, regulação de preços e acesso a alimentos saudáveis, fortalecendo o sistema alimentar para além das commodities do agronegócio e reconhecendo a alimentação como um direito humano fundamental para exercício da cidadania. Temos, ainda, os impactos da falta da segurança alimentar em espaços racializados como em grande parte das comunidades e favelas cariocas.

Na esfera federal, o período do governo Bolsonaro (2019-2022) foi marcado pelo agravamento da insegurança alimentar, com o desmonte de políticas públicas como o

CONSEA, bem como o enfraquecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também tivemos redução no apoio à agricultura familiar, além da pandemia de COVID-19. A escolha por não priorizar políticas de combate à fome aprofundaram a vulnerabilidade social, reflexo de um projeto político que desprezou a alimentação como um direito fundamental. Dessa maneira, em 2018 o Brasil retornou ao Mapa da Fome.

Em contrapartida, o atual governo Lula tem promovido a rearticulação desta agenda, por meio de medidas como o Bolsa Gás, a recriação do CONSEA, o fortalecimento do PAA – visando reconstruir um sistema nacional de combate à fome e reafirmando o papel do Estado na garantia do direito à alimentação e no apoio à produção local de alimentos. Em julho de 2025 o Brasil saiu do Mapa da Fome. Ainda assim, o papel do Estado não se resume à garantia da alimentação. Em termos de agricultura urbana, ainda temos muito o que caminhar no quesito geração de emprego e renda, com circuitos curtos de mercado e o contato direto com alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Os alimentos produzidos na Maria Angu não garantem a subsistência de toda a favela, mas auxiliam na complementação da alimentação dos voluntários e das creches comunitárias parceiras que recebem, semanalmente, alimentos orgânicos frescos para complementar a alimentação das crianças. Apesar dos recursos da PUC-Rio que viabilizaram, além da infraestrutura inicial, a compra de insumos, ferramentas, mudas, e a realização de oficinas de formação e mobilização comunitária, o financiamento também foi uma das dificuldades encontradas ao longo do projeto. O apoio institucional acadêmico foi fundamental, mostrando a necessidade da articulação entre a academia, por meio da extensão universitária e a sociedade. Há a necessidade, porém, de mais apoio do Estado em relação às hortas comunitárias.

A intervenção pública ideal, nessa perspectiva, não é a que leva um projeto pronto para a comunidade aprovar, mas a que destina recursos e suporte técnico para que a própria comunidade execute e gerencie seu próprio projeto. Dessa maneira, no âmbito das políticas públicas, esta tese defende a integração da agricultura urbana em políticas de segurança alimentar e habitação, sugerindo a criação de programas específicos para hortas comunitárias em favelas – e ampliação dos programas já existentes. Também se faz necessária a regularização fundiária de áreas de cultivo, bem como da inclusão da memória ambiental e justiça climática nos planos diretores.

Desta maneira, ao conectar a produção de alimentos com a memória ambiental e com as vulnerabilidades climáticas atuais, esta tese avança na construção de uma agenda que integra direito à moradia, segurança alimentar e regeneração ambiental. São ideias para que as políticas

públicas repensem a urbanização por meio da memória ambiental, da agricultura urbana, da regeneração de ecossistemas e da justiça socioambiental – voltado para o enfrentamento da fome, do racismo, das vulnerabilidades sociais e dos desafios climáticos.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome?** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ABREU, Maurício. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 2, p. 47-58, abr. 1986.
- ABREU, Maurício. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, Mauricio de A. (org). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Biblioteca Carioca: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.
- ABREU, Maurício. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO: Jorge Zahar Editor, 1997a.
- ABREU, Maurício. A cidade e os temporais: uma relação antiga. In: ROSA, Luiz Pinguelli; LACERDA, Willy. **Tormentas Cariocas: seminário prevenção e controle dos efeitos dos temporais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1997b.
- ABREU, Maurício. A cidade, a montanha e a floresta: In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT; Rogério (Org). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- ADAS, Melhem. **A fome: crise ou escândalo?** São Paulo: Moderna, 1988.
- AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão – remodelação – embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1998.
- AMORIM, Diego. Levantamento do governo mostra que 26% das casas de favelas não têm banheiro. **Extra Online**, 16 de maio de 2022. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/levantamento-do-governo-mostra-que-26-das-casas-de-favelas-nao-tem-banheiro-25510543.html>> Acesso em 20 jan. de 2023.
- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES AGROFLORESTAIS DE BARRA DO TURVO E ADRIANÓPOLIS. **Agroflorestando o mundo de facão ao trator: Gerando praxis agroflorestal em rede**. Barra do Turvo, 2016. Disponível em <<https://cporgsc.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/10/agroflorestando-o-mundo.pdf>> Acesso em 19 abr. de 2024.
- AZEVEDO, Luyanne. (Org). **Guia de Educação Socioambiental**. Projeto de extensão Horta Maria Angu – Convênio SUSTCOM. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2023. <<http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1250&sid=32>> Acesso em 16 abr. de 2024.
- BARBOSA, Jorge Luiz, *et al.* **As águas encantadas da Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro: Numa editora, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHOLL, Timo. **Por uma geografia em movimento: a ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018.

BASTOS, Mariana. **Geografia, fome e colonialidade alimentar: a atualidade da obra de Josué de Castro**. 2021. 77 f. Monografia (Departamento de Geografia) – Universidade Rural do Estado do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussman tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BETH CARVALHO. **Bar da Neguinha**. Rio de Janeiro: Universal Music Group, 1999.

BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. **Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro**. Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. PASSOS, Francisco Pereira; JARDIM, Jeronimo Rodrigues de Moraes; SILVA, Marcellino Ramos. Disponível em <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1122/bndigital1122.pdf> Acesso em 20 dez. de 2024.

BRAGA, Magda; SANTOS, Jader; MORO, Marcelo; BRANCO, Mário. Manguezais como estoques de carbono: biomassa acima do solo e o potencial econômico desse estoque na floresta do Rio Pacoti, Ceará. **Caderno de Geografia**, 2024, v.34, n.77. p. 450-469.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal: Presidente da República, 2024. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 30 jul. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes. **Portal do MDS**, Brasília, 28 de julho de 2025. Disponível em <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>> Acesso em 11 jul. de 2025.

CALÔBA, Fernando. Os primórdios do Rio de Janeiro. **Curriculum**, 12 (3), jul./set, p. 47-53, 1973

CAMPOS, Andreino. **Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, Carolina; Tozoni-Reis, Marília. Coletivizando saberes: (re)construção da memória ambiental de moradores da cidade de Botucatu (SP). **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 4, n. 1 – p. 111-135, 2009.

CARVALHO, Edu. Marcílio Dias sofre com a violação ao Direito à Educação. **Maré Online**, 25 de maio de 2021. <<https://mareonline.com.br/marcilio-dias-sofre-com-carencia-na-educacao/>> Acesso em 22 jul. de 2024.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações Populares**. 2.ed. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema da fome – pão ou aço**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHICO SCIENCE. **Chico Science fala sobre Josué de Castro e sua influência**. <https://www.youtube.com/watch?v=_g0wCCQnaSg&t=387s&ab > Acesso em 22 jul. de 2023.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Da lama ao caos**. Rio de Janeiro: CHAOS, 1994.

COELHO, José. **Entre a Conquista e a Permanência na Terra: Formas de Luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás-GO**, 1986/2006. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escalas e práticas espaciais. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

CRUZ, Christian. **A fundação da Vila Kennedy: A Aliança para o progresso no governo Lacerda**. 2019. 68 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de barrela**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DATA.RIO. **População**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2023. <<https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>> Acesso em 21 nov. de 2023.

DATA.RIO. **Mapa da Cidade do Rio de Janeiro, 2024**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024. <<https://www.data.rio/documents/fa5c578de5314943a4caa8ad3789cc6e/about>> Acesso em 27 nov. de 2024.

DECRETO RIO Nº 55.206, DE 24 DE OUTUBRO DE 2024. **Divulga a relação atualizada dos subtítulos autorizados até 31 agosto de 2024**. <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2024/5521/55206/decreto-n-55206-2024-divulga-a-relacao-atualizada-dos-subtitulos-autorizados-ate-31-agosto-de-2024>> Acesso em 11 nov. de 2024.

DIAS, Luis Henrique; PIANA, Milena. Orgânica da horta: um ensaio sobre espaço (e poder) local. In: OLIVEIRA, G. M (org). **Hortas Urbanas: quando a sustentabilidade encontra a cidade**. Pelotas: Ed. UFPel, 2021. 224p.

DUARTE, Gabriela. **Minha laje, minha vida:** reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ESPERANÇA, Vinicius. **Maré e suas representações:** das primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-23, maio/ago. 2021.

EUCLIDES, H. Marcílio Dias sofre com a violação ao Direito à Educação. **Maré Online**, 25 de maio de 2021. Disponível em <<https://mareonline.com.br/marcilio-dias-sofre-com-carencia-na-educacao/>> Acesso em 11 jan. de 2023.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória.** Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022:** Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO, 2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2023. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023:** Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum. Rome, FAO, 2023.

FARIAS, Silvia. **Do nutricionismo à comida de verdade:** o papel da escola para promoção de alimentação saudável e adequada. Elefante Editora, 2022.

FAVORETO, Carlos (et al). Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.17, n.2, p. 01-30, 2024.

FERNANDES, Nelson. **O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio.** Rio de Janeiro: Apicuri Editora, 2011.

FERNANDES-SILVA, Paula. **Raça e cidade:** a produção do espaço urbano sob a ótica das relações raciais na cidade do Rio de Janeiro – Século XIX. 2019. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

FERRAZ, Renato de Oliveira. **África, psicodelia e a cibernética:** crítica social e a questão racial nas composições da banda Chico Science e Nação Zumbi. 2018. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018.

Frente Parlamentar contra a Fome e a Miséria no Município do Rio de Janeiro - Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **I Inquérito sobre a insegurança alimentar no município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <<https://injc.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/05/IA-Rio-rev-V5.pdf>> Acesso em: 24 maio de 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca digital:** *Jornal O Paiz*, edição de 09 de novembro de 1901. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=%22maria%20angu%22&pagfis=3385> Acesso em 28 nov. de 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Carta do Districto Federal:** levantada, desenhada e impressa pelo Serviço Geographico Militar 1922. Folha 10. Serviço Geographico Militar: Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1409647/cart1409647.pdf> Acesso em 28 nov. de 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Planta da cidade do Rio de Janeiro.** Diretoria Geral de Obras e Viação: Rio de Janeiro, 1928. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart175364/cart175364.jpg> Acesso em 28 nov. de 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca digital:** Jornal Correio da Manhã, edição 11 de abril de 1941, página 3. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1941. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/pdf/089842/per089842_1941_14244.pdf>. Acesso em 11 ago. de 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca digital:** Jornal Dom Casmurro, edição 6 de novembro de 1943. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1943. Disponível em <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=095605&Pesq=%22maria%20angu%22%20%22morenas%22&pagfis=2799>>. Acesso em 12 jun. de 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca digital:** O Jornal, edição 19 de agosto de 1944. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1944. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_04&Pesq=%22maria%20angu%22%20%22moreninha%22&pagfis=23053> Acesso em 12 jun. de 2025.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca digital:** Jornal A Noite, edição 04 de dezembro de 1963, página 1. Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1963. Disponível em <https://memoria.bn.gov.br/pdf/348970/per348970_1963_17483.pdf>. Acesso em 05 jul. de 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Mapa do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart773439/cart773439.jpg> Acesso em 28 nov. de 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca digital:** Jornal Correio da Manhã, edição 11 e 12 de janeiro de 1970, página 4. Rio de Janeiro, 11 e 12 de janeiro de 1970. Disponível em <https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/089842/per089842_1970_23540.pdf>. Acesso em 01 ago. de 2024.

GELEDÉS. **É proibido vadiar em shopping, sem motivo específico para estar presente.** <<https://www.geledes.org.br/e-proibido-vadiar-pelo-shopping-sem-motivo-especifico-para-estar-presente/>> Acesso em 11 nov. de 2023.

GONÇALVES, Rita. **Hortas Urbanas:** estudo do caso de Lisboa. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrônômica) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA (G.R.E.S) UNIÃO DA ILHA DO GOVERNADOR. **Cidade maravilha:** o sonho de Pereira Passos. Rio de Janeiro: BMG Brasil, 1996.

GUIMARÃES, Geny. **Rio Negro de Janeiro:** olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. 2015. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo das Favelas:** aspectos gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1949. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81075.pdf>> Acesso em 09 mar. de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características Demográficas e Sociais do Estado da Guanabara.** Rio de Janeiro: IBGE, 1966. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81046.pdf>> Acesso em 01 jul. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** segurança alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>> Acesso em 01 maio de 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e comunidades urbanas:** Notas metodológicas n. 01 sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>> Acesso em 02 ago. de 2024.

IPCC. **CLIMATE CHANGE 2023:** Synthesis Report. <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf> Acesso em 03 jun. de 2025.

IPHAN. **Cais do Valongo – Rio de Janeiro.** <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>> Acesso em 02 dez. de 2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

JOVELINA PÉROLA NEGRA. **Camarão com chuchu.** São Paulo: RGE, 1985.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia Editora, 2019.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no Século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, v. 3, n. 1, p. 43-76, 2000.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Ferrovias, agricultura e mão-de-obra no Brasil (1850-1890):** Agricultura de exportação, ferrovias e mão-de-obra no Brasil no Século XIX. Tese de Livre-Docência, USP, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La Produccion del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOURENÇO, Anna. Incêndio atinge 16 casas na comunidade Kelson's e moradores perdem tudo. **G1**, 28 de junho de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/28/incendio-atinge-casas-na-comunidade-kelsons-e-moradores-perdem-tudo.ghhtml>> Acesso em 12 jul. de 2024.

LOUZADA, Maria Laura *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados no Brasil: distribuição e evolução temporal 2008–2018. **Revista de Saúde Pública**. Março de 2023. Disponível em <<https://rsp.fsp.usp.br/wp-content/plugins/xml-to-html/include/lens/index.php/?xml=1518-8787-rsp-57-12.xml>> Acesso em 21 maio de 2025.

LUIZA LIAN. **Iarinhas**. São Paulo: RISCO, 2018.

MARÉ ONLINE. **Marcílio Dias é alvo de violações em operações policiais**. 05 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/marcilio-dias-e-alvo-de-violacoes-em-operacoes-policiais/>> Acesso em 21 jul. de 2024.

MASCARENHAS, Mikaela; SILVA, Diego; NOGUEIRA, Mário; FARIAS, William; FERREIRA, Cássia; FERREIRA, Letícia. O efeito da temperatura do ar na mortalidade por doenças cerebrovasculares no Brasil entre 1996-2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, Volume: 27, Número: 8, 2022.

MELO, Victor. Para o bairro, para o subúrbio, para a nação: a experiência náutica do Olaria Atlético Clube (Rio de Janeiro, 1915-1930). **Tempo (Brazil)** v. 27, n. 3, p. 561-584, 2021.

MELLO JUNIOR, Donato. **Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências**. Rio de Janeiro: Imprinta, 1988.

MICHAELIS, Dicionário online. **Definição da palavra mutirão**. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mutirao>> Acesso em 12 ago. de 2024.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília (ORG). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOUGEOT, Lue. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, nº.1, p. 5-12, 2000.

MUSEU DA MARÉ. **Porto de Maria Angu – Ramos (1929)**. Disponível em <<https://arquivomuseudamare.org/acervo-iconografico/porto-de-maria-angu-olaria-bairro-1929/>> Acesso em novembro de 2024.

NARA JÚNIOR, João Carlos. **Cemitério de Pretos Novos de Santa Rita: História social e Arqueologia da transição no complexo escravagista do Rio de Janeiro setecentista** (Tese – doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NERY, Carmen; BRITO, Vinícius. Agência de notícias. **Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais**. IBGE, 23 de janeiro de 2024. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>> Acesso em 21 ago. de 2024.

NILSON, Eduardo *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultraprocessed Foods in Brazil. **Global Health Promotion and Prevention**. Volume 64, Issue 1. P. 129-136, January 2023. Disponível em <[https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797\(22\)00429-9/abstract](https://www.ajpmonline.org/article/S0749-3797(22)00429-9/abstract)> Acesso em 21 maio de 2025.

NÓBREGA, Edson Diniz; BELFORT, Marcelo; RIBEIRO, Paula. **Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

NÓBREGA, Edson Diniz; BELFORT, Marcelo; RIBEIRO, Paula. **Memória e Identidade dos Moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013.

NUNES, Margarete; ROCHA, Ana Luiza; FIGUEIREDO, João. **Memória do trabalho e memória ambiental**. Revista brasileira de estudos urbanos. São Paulo, v.21, n.1, p.173-188, jan.-abr. 2019

O'REILLY, Érika. **Agricultura Urbana: Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos**, Rio de Janeiro. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Curso de Engenharia Ambiental) – Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Patrícia. Remoções no Rio de Janeiro do Século XIX e o processo de segregação socioespacial. **Anais do XVI SIMPURB**. UFES, 2019. p. 2279-2298.

OLIVEIRA, Samuel. Informalidade urbana, classe trabalhadora e raça no Rio de Janeiro: a história dos Censos de favelas (1948-1960). **Rev. His.** (São Paulo), n. 180, a06420, p. 1-27, 2021.

OLIVEIRA, Samuel. Les régimes de visibilité du recensement des favelas de 1950 à Rio de Janeiro. **CONFINS (PARIS)**, v. 1, p. 1-30, 2023.

OLIVEIRA, Victoria. Cocosap: uma tecnologia social de geração cidadã de dados de saneamento básico no Complexo da Maré. **Radar saúde e favela**. Edição 23, p. 37-44, mai-jun, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Universal Declaration Of Human Rights (Portuguese)**. <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>> Acesso em 21 jul. de 2024.

PEREIRA, Gisela; COLAFRANCESCHI, Rayssa. Memórias: Kelson's estréia série que vai contar a história das comunidades do Rio; local se firmou graças à Madre Teresa. **G1**, 07 de março de 2023. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/07/memorias-kelsons-estrela-serie-que-vai-contar-a-historias-das-comunidades-do-rio.ghtml>> Acesso em 30 jun. de 2024.

PETERSEN, Lu. **Das remoções à célula urbana:** evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

PIRES, Thula; GUIMARÃES, Virgínia. **Injustiça ambiental, racismo ambiental e a marca da estratificação sócio-racial nas zonas de sacrifício:** o caso do bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em <https://www.law.yale.edu/sites/default/files/area/center/kamel/sela16_pires_cv_port.pdf> Acesso em janeiro de 2023

PUENTE, Beatriz. Preço do botijão de gás de cozinha subiu 23,2% em um ano, apontam dados da ANP. **CNN** [Online], Rio de Janeiro, 15 de março de 2022. Disponível: <<https://www.cnn-brasil.com.br/economia/macroeconomia/preco-do-botijao-de-gas-de-cozinha-subiu-232-em-um-ano-aponta-dados-da-anp/>> Acesso em 02 abr. de 2022.

PORTILHO, Mariana. **Agricultura urbana, para além do plantar:** Cultivando relações no Arranjo Local da Penha, Rio de Janeiro, RJ. 2019. 103f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em práticas em desenvolvimento sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

PRIMAVESI, Ana. **O manejo ecológico do solo.** São Paulo: Livraria Nobel, 1980.

QUEIROZ, Eneida. **Justiça Sanitária:** cidadãos e judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904 – 1914). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.** São Paulo, CERU e FFLCH/USP, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. Comunicação apresentada na **38ª Reunião anual da sociedade brasileira para o progresso da ciência**, Curitiba-PR, 1986. Disponível em <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3825&Itemid=170> Acesso em 10 de novembro 2018. p. 1-26.

REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> Acesso em 03 mar. de 2022.

REDES DA MARÉ. **Guia de Ruas da Maré, 2014.** <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Guia_RuasMare2014.pdf> <<https://morula.com.br/project/guia-de-ruas-da-mare-2012/>> Acesso em 03 mar. de 2022.

REDES DA MARÉ. **Censo populacional da Maré, 2019.** <<https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>> Acesso em 03 mar. de 2022.

REDES DA MARÉ. **Respira Maré:** Diagnóstico sobre as ilhas de calor e qualidade do ar nas 16 favelas da Maré, 2023. <<https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RespiraMareRelatorio.pdf>> Acesso em 19 abr. de 2024.

RESSIGUIER, Pedro Henrique. **A fome como projeto político:** Uma análise da crise de insegurança alimentar no Brasil pós extinção do CONSEA e seus impactos em Campos dos Goytacazes. 2024 84f. Monografia (Departamento de Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2024.

RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da cidade do Rio de Janeiro.** DECRETO RIO nº 48940, 04 de junho de 2021. 537 p. Disponível em <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf> Acesso em 12 abr. de 2024.

RIO DE JANEIRO. Despacho da secretária expediente de 03/05/2024, de 06/05/2024. Homologa implantação de novas hortas. **Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro**, Edição 32, p. 93). Disponível em <<https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6580#/p:93/e:6580?find=2023/02578>> Acesso em maio de 2024.

RIO DE JANEIRO. **Lei Nº 72, de 08 de novembro de 1978.** AUTORIZA A PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PROMOVER NAS ESCOLAS MUNICIPAIS A CONSTRUÇÃO DE HORTAS, NAS ÁREAS LIVRES. Leis Municipais. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1978/8/72/lei-ordinaria-n-72-1978-autoriza-a-Prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro-a-promover-nas-escolas-municipais-a-construcao-de-hortas-nas-areas-livres?q=horta%20>> Acesso em 20 jan. de 2025.

RIO DE JANEIRO. **Lei Nº 647, de 05 de novembro de 1984.** AUTORIZA A CRIAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS EM TERRENOS OCIOSOS DA PREFEITURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leis Municipais. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1984/65/647/lei-ordinaria-n-647-1984-autoriza-a-criacao-de-hortas-comunitarias-em-terrenos-ociosos-da-Prefeitura-e-da-outras-providencias>> Acesso em 20 jan. de 2025.

RIO DE JANEIRO. **Lei Nº 1329, de 03 de agosto de 1988.** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE HORTAS COMUNITÁRIAS. Leis Municipais. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1988/133/1329/lei-ordinaria-n-1329-1988-autoriza-o-poder-executivo-a-celebrar-convenio-com-o-ministerio-da-agricultura-objetivando-a-implantacao-de-projeto-de-hortas-comunitarias?q=horta+urbana>> Acesso em 20 jan. de 2025.

RIO DE JANEIRO. **Lei Nº 1329, de 03 de agosto de 1988.** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE HORTAS COMUNITÁRIAS. Leis Municipais. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1988/133/1329/lei-ordinaria-n-1329-1988-autoriza-o-poder-executivo-a-celebrar-convenio-com-o-ministerio-da-agricultura-objetivando-a-implantacao-de-projeto-de-hortas-comunitarias?q=horta+urbana>> Acesso em 20 jan. de 2025.

RIO DE JANEIRO. **Lei complementar Nº 16, de 04 de junho de 1992.** DISPÕE SOBRE A POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO, INSTITUI O PLANO DIRETOR DECENAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/1992/2/16/lei->

complementar-n-16-1992-dispoe-sobre-a-politica-urbana-do-municipio-institui-o-plano-diretor-decenal-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias> Acesso em 20 jan. de 2025.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Nº 26.234, de 03 de março de 2006.** ORGANIZA AS AÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR EM SÍTIOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COM BAIXA OU NENHUMA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E OU ANIMAL. <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2006/2624/26234/decreto-n-26234-2006-organiza-as-acoes-de-agricultura-familiar-em-sitios-na-cidade-do-rio-de-janeiro-com-baixa-ou-nenhuma-producao-agricola-e-ou-animal?q=horta+urbana>> Acesso em 20 jan. de 2025.

ROCHA, Fernando. **A produção desigual do espaço e as repercussões no clima urbano:** estudo de caso das subPrefeituras de São Miguel Paulista e Pinheiros. 2024. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

ROCHA, Luana, et al. Percepção dos Residentes de Favelas Brasileiras Sobre o Ambiente Alimentar: Um Estudo Qualitativo. **Cadernos de Saúde Pública (Online)**, v. 40, p. 1-16, 2024.

RODRIGUES, Antonio Edmilson; MELLO, Juliana Oakim. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, volume 28, número 01, jan/jun 2015.

RODRIGUES, Gabriela. **Quanta história cabe aqui.** 2020. 53 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ROBINSON, Mary. **Justiça Climática:** Esperança, Resiliência e a Luta por um Futuro Sustentável. 1. ed. São Paulo: Sextante, 2018.

SACRAMENTO, Ana Claudia. Pandemia da Fome na COVID-19. In: SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; SIMAS, Débora Cristina Vieira de. (Org.). **Temas sobre a Covid-19 para o ensino de Geografia 2.** 1ed.Trindade-GO: C&A Alfa Comunicação, 2022, v. 2, p. 126-146.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 475, maio-ago. 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-97, jun. 1977.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: GERNER, Júlio (Org.). **O preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997, p. 133-144.

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002, p.157-161.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton; LEITE, Maria Angela (Org). **Encontros | Milton Santos**. Rio de Janeiro: Bico do Azougue, 2ª edição, 2010.

SATO, Leonardo. **Terras criadas, direitos inventados: A construção do Direito de propriedade em meio à expansão urbana do Rio de Janeiro (Copacabana, 1891-1916)**. (Dissertação – doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHIMIDT, Selma. **Pesquisas mostram que ilhas de calor estão em bairros mais pobres do Rio**. O Globo, 07 de janeiro de 2024. <<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/01/07/pesquisas-mostram-que-ilhas-de-calor-estao-em-bairros-mais-pobres-do-rio.ghtml>> Acesso em 08 jun. de 2025.

SILVA, Adriana; ANDRADE, Julia. Geografias Silenciadas: cartografia negra carioca na obra de Nei Lopes. In: ENECULT 2022, 2022, Salvador. **Anais do XVIII Enecult**. Salvador: UFBA, 2022. v. 3. p. 1-39.

SILVA, Joseli; SILVA, Edson; JUNCCKES, Ivan. **Construindo a ciência: elaboração crítica de projetos de pesquisa**. Curitiba: Pós-Escrito, 2009.

SILVA, Maria Inês. **O Papel das Infraestruturas Verdes na Ilha de Calor e Poluição Atmosférica Urbana**. 2021. 92 f. Dissertação (mestrado) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Minho, 2021.

SILVA, Sandro Pereira. **A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e consolidação**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2014.

SILVA JUNIOR, Walmyr. **Saindo das Palafitas: Uma análise histórica do processo de urbanização da favela Marcílio Dias do Complexo da Maré**. 2016. 47 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA JUNIOR, Walmyr. **Horta Comunitária Maria Angu: Lutando Contra o Racismo Ambiental, Plantando Segurança Alimentar**. 2025. 90 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

SILVEIRA, Ismael, *et al.* Green spaces and mortality due to cardiovascular diseases in the city of Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, 2018:52:49, p. 1-9.

SILVEIRA, Ismael, *et al.* Temperature and cardiovascular mortality in Rio de Janeiro, Brazil: effect modification by individual-level and neighbourhood-level factors. *J Epidemiol Community Health*. J Epidemiol Community Health. Epub 2020, Aug 30. p. 69-75.

SINISCALCHI, Matheus. **Semeando o comum na metrópole contemporânea: as hortas urbanas comunitárias no Rio de Janeiro (RJ)**. 2020. 216 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2020.

SIQUEIRA, Maria Aparecida. **Narrativas de mulheres: experiências educacionais vivenciadas no projeto artesanato e culinária (Artculi) na comunidade Marcílio Dias, Complexo da Maré, Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, Duque de Caxias, 2022.

SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES URBANAS. **Hortas Cariocas**. Disponível em: <<https://siurb.rio/portal/home/webmap/viewer.html?layers=947ce7094fcc42e6904cd2f3ab48fd45&layerId=0>> Acesso em 05 jun. de 2024.

SMOLKA, Martim. Regularização da ocupação do solo urbano: a solução que é parte do problema, o problema que é parte da solução. **Cadernos IPPUR**. Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

SOUZA, Diego. **Análise da vulnerabilidade socioambiental da Baixada Fluminense em ambiente SIG: uma leitura a partir das cidades de São João de Meriti e Duque de Caxias, RJ**. 2023. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, Juliana. **A importância da Avenida Brasil no processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro**. 2019. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, Maisa. **Agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro: um estudo de caso sobre as hortas do Parque Madureira do Programa Hortas Cariocas**. 2023. 65 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN CASTRO, Iná (et al): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Thayná. Censo 2022: Complexo do Alemão e Maré estão com menos moradores, enquanto Rocinha e Vidigal aumentaram população. **Voz das Comunidades**, 04 de abril de 2024. Disponível em: <<https://vozdascomunidades.com.br/favelas/complexo-do-alemao-e-mare-estao-com-menos-moradores-enquanto-rocinha-e-vidigal-aumentaram-populacao/>> Acesso em 12 jul. de 2024.

SOUZA, Yago Evangelista. **Mapeando os conflitos e as interações da agricultura urbana com o planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, Belo Horizonte, 2023.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, [S. l.], v. 38, n. 4, p. 551-567, ago. 2014.

TORNAGHI, Chiara. Urban Agriculture in the Food-Disabling City: (Re)defining Urban Food Justice, Reimagining a Politics of Empowerment, **Antipode** [Online], 49(3), 2016

USP. **Hortas comunitárias resistem à urbanização na maior metrópole do Brasil**. Jornal da USP, 05 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/hortas-comunitarias-resistem-a-urbanizacao-na-maior-metropole-do-brasil/>> Acesso em 01 dez. de 2024.

SILVA, Uschi. **Rede Carioca de Agricultura Urbana: desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade**. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOARES, Julia. Justiça ambiental: o protagonismo feminino por meio da agroecologia na Favela Terra Prometida, no Rio de Janeiro–RJ. In: **Anais VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2024, São Paulo: VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2024.

TEIXEIRA, Diana. **Hortas Urbanas: O contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

TENDLER, Silvio. **Josué de Castro – Cidadão do Mundo**. Direção de Silvio Tandler. Rio de Janeiro: Caliban Produções Cinematográficas, 1994. (50 min) <<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=LFzNV08KIKg>> Acesso em 09 abr. de 2025.

TV GLOBO. **Grupos saqueiam supermercado na Zona Norte do Rio**. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/04/16/moradores-relatam-saque-de-supermercado-na-zona-norte-do-rio.ghml>> Acesso em 06 abr. de 2022.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VRADIS, Antonis; BARTHOLL, Timo. Food (in)security in urban peripheries: the case of Maré, Rio de Janeiro. **Journal of the British Academy**, 7(s2), 2019, p. 245–260.

VRADIS, Antonis, FILIPPIDIS, Christos, BARTHOLL, Timo, Minhocas Urbanas. **Favela, Resistência e a Luta por Soberania Alimentar**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

WILSON DAS NEVES. **Senzala e Favela**. Rio de Janeiro: Fundisom, 2023.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista com Walmyr - Fundador da Horta Comunitária Maria Angu

1. Como e quando a Kelson's começou a ser ocupada?
2. Por que os nomes Kelson's / Marcílio Dias?
3. Quando você e sua família chegaram na Kelson's?
4. Onde vocês moravam antes?
5. Por que você e sua família vieram morar na Kelson's?
6. Por que você decidiu começar o projeto da Maria Angu?
7. O que é uma horta comunitária para você?
8. Como você se sente participando da Horta?
9. Você acha que a produção de alimentos compõe as estratégias políticas de (r)existência dos moradores da favela da Kelson's? Se sim, como?
10. Em relação ao meio ambiente, o que você acha que poderia mudar na favela?
11. Quais os problemas da favela hoje?
12. Como você acha que esses problemas poderiam ser solucionados?
13. Como é o processo de produção de alimentos a partir da organização da horta comunitária?
14. Você acha que sua formação acadêmica teve alguma influência para tocar esse projeto?
15. Quais são os desafios para captar recursos e manter a horta viva?
16. Qual sua percepção da relação dos moradores da favela com a horta?

Apêndice B: Roteiro de entrevista com os Coordenadores (as) da Horta Comunitária Maria Angu

1. Por que você começou a participar do projeto da Horta Maria Angu?
2. O que é uma horta comunitária para você?
3. Em relação ao meio ambiente, o que você acha que poderia mudar na favela?
4. Como você acha que é o consumo de alimentos na favela?
5. Em relação a alimentação e a produção de alimentos na favela, o que você acha que poderia ser diferente?
6. Como é o processo de produção de alimentos a partir da organização da horta comunitária?
7. Quais são os desafios para captar recursos e manter a horta viva?

Apêndice C: Roteiro de entrevista com os Voluntários da Horta Comunitária Maria Angu

1. Onde você mora?
2. Por que você começou a participar do projeto da Horta Maria Angu?
3. Você acha que algo mudou na favela depois do início da horta?
4. O que é uma horta comunitária para você?
5. Como você acha que é o consumo de alimentos na favela?
6. Em relação a alimentação e a produção de alimentos na favela, o que você acha que poderia ser diferente?
7. Em relação ao meio ambiente e a natureza na favela, o que você acha que poderia ser diferente?